



**Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Doutorado em História**

*O Atual e o Inatural em Sérgio Buarque de Holanda*

**Eduardo Henrique de Lima Guimarães**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de doutor em história.

**Orientadora:** Profa. Dra. Rosa Maria Godoy da Silveira

**Recife - 2012**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

G963a Guimarães, Eduardo Henrique de Lima.  
O atual e o inatual em Sérgio Buarque de Holanda / Eduardo Henrique de Lima Guimarães. – Recife: O autor, 2012.  
219 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Godoy da Silveira.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, 2012.  
Inclui bibliografia.

1. História. 2. Historiografia. 3. Historiadores - Brasil. 4. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982. I. Silveira, Rosa Maria Godoy (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2012-37)

## DEDICATÓRIA

Às memórias de D. Maria Amélia Buarque de Holanda, do historiador Rapozo de Almeida e de meus avós.

## AGRADECIMENTOS

Venho, aqui, afirmar minha sincera gratidão a todos os muitos profissionais que tornaram possível este trabalho; o que faço, para evitar o risco de injustiças de esquecimento, através do registro das instituições que tão bem representaram: Departamento de História da UFPB; CAPES; Programa de Pós-Graduação em História da UFPE; Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP; Biblioteca Central da UNICAMP; Bibliotecas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; Biblioteca da Faculdade de Educação da USP; Biblioteca do CFCH da UFPE; Biblioteca do CAC da UFPE; SIARQ da UNICAMP; Instituto de Estudos Brasileiros da USP; Museu Paulista e Museu da Imagem do Som de São Paulo.

Também devo enorme agradecimento aos meus alunos, monitores e orientandos, pois é o desafio que eles me colocam, no cotidiano da sala de aula e da orientação de trabalho, o maior motivador de minhas reflexões e de meus estudos históricos.

À Profa. Dra. Rosa Maria Godoy da Silveira, mais que um agradecimento, devo o registro de uma cumplicidade, do princípio ao fim, sem a qual este trabalho não existiria.

Ainda cumpre anotar os nomes de Ângela, Monique, Felipe, Elisa, Guiga, Marcus Vinícius, Lucas, Uyguciara, Heleina, Mariana e Regina Behar, cujo privilégio da amizade foi, em momentos cruciais diferentes, fundamental para que eu pudesse seguir em frente e assim concluir o presente trabalho.

À minha família cabe o registro dos perenes e fundamentais suporte e cumplicidade, especialmente, minha mãe e professora de primeiras letras, Maria de Fátima Lima Guimarães.

## RESUMO

A presente tese de doutorado trata da concepção do ofício do historiador e da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda, destacando-se seu vanguardismo modernista e seu presentismo futurista. Nesse sentido, discute o significado do livro *Raízes do Brasil* (1936;1948) para a sua historiografia. Aborda *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1957), *Visão do Paraíso* (1958) e a direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (1960 -1972), a partir dos lugares sociais e institucionais de seu autor: diretor da Divisão de Consultas da Biblioteca Nacional (1944 -1946), historiógrafo oficial do Estado de São Paulo e diretor do Museu do Ipiranga (1946 -1957), cátedra de Civilização Brasileira da USP (1957 -1969). E, apresenta suas principais reflexões sobre a produção do saber histórico e o ofício do historiador.

**Palavras chaves:** História; Historiografia; Historiadores - Brasil; Holanda, Sérgio Buarque de, (1902-1982).

## ABSTRACT

This phd thesis is about the meaning of the office of the historian and the historiography of Sérgio Buarque de Holanda, highlighting its *avant-garde* modernist their futuristic presentism. In this sense, discusses the meaning of the book *Raízes do Brasil* (1936;1948) for its historiography. This thesis show the books of history *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1957), *Visão do Paraíso* (1958) and the direction of collection *História Geral da Civilização Brasileira* (1960 -1972), starting from the places social and institutional of its author: director of the division of consultations of Biblioteca Nacional (1944 -1946), official historian of State of São Paulo and director of Museu do Ipiranga (1946 -1957), chair of Civilização Brasileira of USP (1957 -1969). Also presents its main reflections on the production of historical knowledge and the office of the historian.

**Keys Words:** History; Historiography; Historians – Brazil; Holanda, Sérgio Buarque de, (1902-1982).



## **ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO EDUARDO HENRIQUE DE LIMA GUIMARÃES**

Às 9h. do dia 29 (vinte e nove) de fevereiro de 2012 (dois mil e doze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Eduardo Henrique de Lima Guimarães** intitulada “**O Atual e o Inatual em Sérgio Buarque de Holanda**”, em ato público, após argüição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Rosa Maria Godoy Silveira (orientadora), Antônio Jorge de Siqueira, Tanya Maria Pires Brandão, Ângelo Emílio da Silva Pessoa e Adelaide Maria Gonçalves Pereira. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 29 de fevereiro de 2012.

Profª. Drª. Rosa Maria Godoy Silveira

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira

Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa

Profª. Drª. Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho

Sandra Regina Albuquerque

*Afastar o tédio a todo custo é vulgar: assim como  
é vulgar trabalhar sem prazer.  
**Friedrich Nietzsche.***

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
-------------------------	----

<b>CAPÍTULO I - O BRILHO OFUSCANTE DO CLÁSSICO, ou o processo de uma canonização</b> .....	20
<i>A definição como clássico</i> .....	21
<i>Os argumentos da canonização</i> .....	26
<i>Os argumentos da ultrapassagem</i> .....	32
<i>Os fundamentos da canonização</i> .....	37
<i>As sementes e o plantio de 'Raízes do Brasil'</i> .....	42
<i>O ensaio do ensaio</i> .....	49
<i>Um livro e duas edições fundadoras</i> .....	54
<i>O 'homem cordial', uma polêmica sintomática</i> .....	61

<b>CAPÍTULO II - O CENTRO PARA UMA PERIFERIA SEM CENTRO, ou a moderna história da tradição mameluca</b> .....	64
<i>A institucionalização de um intelectual modernista</i> .....	65
<i>O novo historiógrafo paulista</i> .....	69
<i>Uma tradição tensionada</i> .....	72
<i>A tradição revolvida</i> .....	80
<i>Tradição reatualizada, tradição recontada</i> .....	83
<i>Tradição reatualizada, tradição renovada</i> .....	93
<i>Tradição modernizada, tradição reavaliada</i> .....	106
<i>Tradição modernizada, tradição re-significada</i> .....	121

**CAPÍTULO III - DO MIRANTE DE PIRATININGA: regressões e projeções na colonização portuguesa do Novo Mundo ou a moderna nova história paulista da civilização do Brasil.....132**

*Do museu à cátedra.....133*

*Uma ‘Nova História’ paulista.....139*

*Legado colonial: regressão originária.....143*

*Legado colonial: limitação projetiva.....158*

*Da cátedra à aposentadoria.....164*

**CAPÍTULO IV - O MODERNO HISTORIADOR BRASILEIRO: ou as deglutições do historicismo, do pragmatismo e da nova história por um antropófago presentismo.....173**

*Da multidisciplinaridade autodidata à interdisciplinaridade universitária.....174*

*Do Museu Paulista, o anúncio de uma nova história.....180*

*O ofício do historiador, entre a heurística e a hermenêutica.....190*

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....209**

**REFERÊNCIAS.....215**

## INTRODUÇÃO

Pour se positionner par rapport à eux-même, les Modernes ont aussi mise en oeuvre toute une série de préfixes: *proto-*, *pré-*, *hyper-*, *ultra-*, *anti-*, et, en dernier lieu, *post-moderne*. À l'aide de ces mots composés, dont aucun n'a – et en fait ne peut avoir – de signification univoque, ils ont tracé des lignes sur le territoire de la modernité, opéré des partages, delimité des franges. Dernier avatar des modernes aux pris avec eux-mêmes e avec les désastres qu'ils ont produit, né de la Seconde Guerre mondiale et des bouleversements technologiques récents, le terme « postmoderne » est aussi celui qui a connu le plus grand succès, un succès mondial. Accompagnant, voire caractérisant la globalisation, il est rapidement devenu un mot pour tout. Peut-être est-il plus employé désormais par tous ceux qui récusent le postmodernisme, c'est-à-dire ce qu'ils ont décidé, pour différentes raisons, baptiser ainsi ?<sup>1</sup>

*François Hartog*

O presente trabalho de tese de doutorado é resultado de uma longa jornada de uma década, daquelas novelescas, diria até rocambolesca, em que a personagem principal, este narrador, algumas vezes tomado por um aventureiro, é um anti-herói, oscilando entre a bisonhice e a firmeza, num longo périplo de venturas e desventuras, cheio de cruzamentos de tramas laterais, peripécias e, claro, reviravoltas, em que, no entanto, o princípio não “era uma vez...”. Mas, pouparei o leitor de tal desviante relato autobiográfico, e registrarei, aqui, apenas aquilo que de importante há para o esclarecimento do presente resultado.

Começo, então, pela ideia inicial. No ano 2000, num momento em que as biografias estavam em alta, e geralmente feitas por escritores e jornalistas, recebi a sugestão de elaborar uma sobre Sérgio Buarque de Holanda. Conhecedora de meus gostos historiográficos, minha atual orientadora e, então, amiga e parceira de trabalho no DH da UFPB, Profa. Dra. Rosa Maria Godoy da Silveira fez essa sugestão que sabia

---

<sup>1</sup> “Para se posicionar com relação a si, os Modernos têm, também, lançado mão de toda uma série de prefixos: *proto-*, *pré-*, *hiper-*, *ultra-*, *anti-*, e, por último, *pós-moderno*. Com o auxílio dessas palavras compostas, ainda que não possuam significação unívoca, eles têm traçado as linhas do território da modernidade, operando divisões, delimitando fronteiras. Último avatar dos modernos, ocupado por eles mesmos e pelos desastres que têm produzido, nascido da Segunda Guerra e dos transtornos das mudanças tecnológicas recentes, o termo “pós-moderno” é também aquele que tem conhecido o maior sucesso, um sucesso mundial. Acompanhando, e mesmo caracterizando, a globalização, o termo tornou-se rapidamente uma palavra para tudo. Talvez ele seja mais empregado doravante entre aqueles que recusam o pós-modernismo: o que significa que todos teriam, por diferentes razões, batizado assim?”

a mim irrecusável. Desse modo, abracei a ideia e a fiz minha de fato. Por isso, troquei a cidade do Rio de Janeiro – para onde tencionava ir tratar da relação da historiografia do IHGB com as tradições estaduais na Primeira República – pelo Programa de Pós-graduação em História do FFLCH da USP, na cidade de São Paulo. Assim, o início foi o da mudança de rota para quem, como eu, vinha de uma dissertação de mestrado sobre a historiografia do IAGP, durante o Império. Contudo, o tema era apaixonante e as dúvidas, que tive de pronto, foram logo dissipadas. A nova ideia tomou, finalmente, corpo no anteprojeto intitulado de “Sérgio Buarque de Holanda e a modernização Brasileira” (2001), com o qual ingressei no Doutorado de História Econômica da USP, período da primeira fase do trabalho (2001- 2004).

Essa primeira fase do trabalho pode ser dividida por passagens em São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro. Na estada paulistana, foram fundamentais: a orientação da Profa. Dra. Suely Robles Reis de Queiroz; as aulas sobre historiografia paulista da Profa. Dra. Raquel Glezer; as pesquisas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), no Museu da Imagem e do Som (MIS-SP), no Museu Paulista, nas bibliotecas do FFLCH e da Faculdade de Educação da USP; e a leitura de um pequeno, mas, muito esclarecedor texto, *O ufanismo paulista* (1992), da Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz, publicado na *Revista USP*. Na temporada campineira, foram fundamentais as pesquisas na Coleção SBH, localizada no Siarq-UNICAMP, e no acervo da biblioteca particular de Sérgio Buarque de Holanda, remontada na Biblioteca Central da UNICAMP. A visita à cidade do Rio de Janeiro se fez necessária, para a entrevista com D. Maria Amélia Buarque de Holanda, em 08/02/2002, que se deu como uma longa conversa, profundamente prazerosa e esclarecedora.

Os resultados desse período estão bem expressos, ainda que resumidamente, no texto *A modernidade brasileira reconta as tradições paulistas* (2003)<sup>2</sup>, no qual já se encontram muitas das questões fundamentais deste trabalho, numa espécie de *story line*. Também é importante registrar a qualificação, em 2004: nela se oficializou a impossibilidade da abordagem biográfica, com que fora aprovado o projeto e conduzida toda pesquisa, até então. Isso se deu em função de resoluções do Programa de História Econômica, tomadas alguns meses antes, por demanda da avaliação da CAPES, que exigia a produção de trabalhos centralmente focados em questões e abordagens econômicas na história; o que, de fato, não era o caso de meu trabalho. De qualquer

---

<sup>2</sup> Ver referências bibliográficas, na chamada: MONTEIRO; e EUGÊNIO. **Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas**. Campinas/ Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP/Ed UERJ, 2008, p. 37-62.

modo, faz-se necessário, aqui, o registro da grande contribuição, com argutas e precisas observações feitas, ao trabalho, pela Profa. Dra. Laima Mesgravis; muito dos acertos nos recortes epistêmicos desta tese lhe são devidos.

Com o retorno à docência na UFPB, sem viabilidade de proceder às entrevistas necessárias à abordagem biográfica, os anos de 2005 e 2006 foram de reestruturação do trabalho, que, agora, centrado na apreciação historiográfica, passou a intitular-se *O Atual e o Inatual em Sérgio Buarque de Holanda*, com o qual ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Dividido entre a Paraíba e Pernambuco, abre-se um novo período, bem mais ocupado, com aulas de graduação e com a vice-chefia do DH, em João Pessoa, e com as disciplinas do Doutorado, no Recife. Ainda que dispersiva, a carga de créditos cumprida permitiu a abertura de diálogos proveitosos ao trabalho, com alguns professores do doutorado, a saber: as Profas. Dras. Christinne Dabat e Maria do Socorro Ferraz, em Teoria da História; o Prof. Dr. Antônio Montenegro, em Seminário de Pesquisa; a Profa. Dra. Regina Guimarães, sobre narrativa; a Profa. Dra. Izabel Guillen, sobre biografia; o Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque, sobre a virada linguística; e também, os Profs. Drs. Antônio Jorge de Siqueira e Antônio Paulo Rezende, examinadores da Qualificação.

Este é um trabalho de história da história, no qual cumpre identificar, pelo menos, os referenciais teórico-metodológicos gerais adotados. Nesse sentido, o primeiro a ser indicado é Michel de Certeau: suas reflexões sobre o conhecimento histórico e o ofício do historiador, em *A Escrita da História*, norteiam todo o trabalho aqui executado, com especial destaque para sua compreensão da tripla operação historiográfica. Ou seja, a compreensão de que uma historiografia é sempre fruto: de um *lugar* social e institucional que permite ou interdita os temas, os objetos e as abordagens; de uma *prática* de pesquisa que instaura métodos e utiliza conceitos; e de uma *escrita* que através da narrativa dá sentido aos mortos para os vivos. Roger Chartier, com suas proposições de história intelectual e de história da leitura, articuladoras das práticas e representações culturais, também se encontra na base deste trabalho, que, sem sombra de dúvidas, se apresenta como uma história da leitura, dando atenção tanto aos postulados da escrita quanto às configurações editoriais dos textos visados.

As reflexões da hermenêutica de Paul Ricoeur sobre a narrativa e sobre a memória e o esquecimento, reconhecendo a autonomia epistemológica do conhecimento histórico, constituem outro referencial fundamental; ou dito de modo mais preciso, a

precedência da memória como capacidade fundamental de conhecimento, frente à qual a narrativa historiográfica, especialmente a moderna, constitui-se em re(a)apresentação de elaboração crítica da memória. O historiador François Hartog comparece com a noção flexível de ordenamento da multiplicidade temporal, *regime de historicidade*, essa categoria meta-histórica mostrou-se muito adequada ao enquadramento dos vanguardismo e progressismo de Sérgio Buarque de Holanda, especialmente, na configuração do presentismo futurista. E também, se encontra na base da compreensão das relações moderno e selvagem, que são tratadas na apreciação da historiografia aqui apresentada.

Também, Reinhart Koselleck comparece duplamente no entendimento geral deste trabalho, de um lado, com suas categorias meta-históricas de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, que fundamentam a noção referida de *regime de historicidade*; de outro lado, com suas apreciações do enriquecimento crítico que uma história social pode adquirir no diálogo com a história dos conceitos. Ainda é importante anotar que, no que se refere às relações entre história e memória, autores como Jacques Le Goff, Pierre Nora e Fernando Catroga contribuíram muitíssimo para a reflexão, apontando limites e dimensões importantes como: as relações com o Estado, os usos e abusos memoriais e a inserção das preocupações memoriais e historiográficas em redes de debate intelectual.

Apesar dos senões quanto ao estatuto do conhecimento histórico e ao viés teorizador filosófico, a atenção à tradição e à dimensão ética do conhecimento de Hans-Georg Gadamer – ou, mais concisamente, o papel primordial do *pré-conceito* em toda ação cognitiva –, contribuíram muito para o entendimento da historicidade e de uma hermenêutica não dogmática, que muito impactaram as abordagens dos historiadores, já citados, e dos sociólogos: Anthony Giddens, Zigmunt Bauman e Boaventura de Sousa Santos. A esses sociólogos devo muito do entendimento da reflexividade, da emergência do multiculturalismo e do atual estatuto da modernidade. Nesse sentido, contribuem para situar melhor a distância e a proximidade, ou se se quiser, as continuidades e as descontinuidades, entre a modernidade de Sérgio Buarque de Holanda e a nossa, por muitos chamada de sociedade Pós-moderna. O que, afinal de contas, é base de sentido para o debate a que se propõe esta tese de doutorado.

Destarte, obrigatório é explicitar, o mais possível, os envolvimento, interesses e visões sobre o tema que deram fundamento e ponto de partida para este trabalho de tese. Afinal, Sérgio Buarque de Holanda não só já era por mim muito conhecido, bem antes

de intentar uma tese sobre seu trabalho, como o era de longa data. Sem entrar no mérito da autoria – pois só muito depois soube ser uma supervisão –, lera, e com prazer, quando menino nos Anos Setenta, a coleção de livros didáticos de história, publicada pelo IBEP, que trazia seu nome em letras garrafais. Já como adolescente, no período da ‘Abertura’, Sérgio Buarque era, para mim, como para muitos, o pai de um dos meus ídolos pop: Chico Buarque de Holanda. Realmente, ele e sua obra começaram a chamar minha atenção no início dos Anos Oitenta, quando, recém ingresso na universidade, tornei-me militante do movimento estudantil, durante o processo de sua reconstrução e da luta pelo fim da Ditadura Militar, inclusive como filiado a um novo partido da esquerda no Brasil, o Partido dos Trabalhadores, do qual Sérgio Buarque era – como costumávamos brincar – um dos “doze apóstolos” fundadores. Sua morte, em 1982, chamou muito minha atenção pelas muitas reações, para mim inusitadas, que desencadeou: os elogios à obra e lamentos pela perda do homem cruzavam o amplo espectro das posições ideológicas da esquerda à direita.

De fato, os Anos Oitenta do século passado foram bem confusos para um jovem militante que, inicialmente indeciso no rumo profissional entre o Direito e a História, em meio à luta pela redemocratização do país, não apenas assistia, como também, participava do emergir: das novas lutas sindicais na cidade e no campo; do crescimento das ONGs; do despertar para os problemas ambientais e para os movimentos negro, indígena, de mulheres e de homossexuais; além de vivenciar a crise da questão regional nordestina. Nação, região, classe, etnia, gênero, moderno e tradicional se cruzavam e as contradições se evidenciavam múltiplas. As frentes pela liberdade eram muitas e de difícil articulação, pois não se submetiam a uma hierarquização política e teórica nos quadros estabelecidos, sem o custo de, em diversas ocasiões, repressão entre “aliados” e convergências com “adversários”. A crise do modelo de Estado intervencionista se cruzava com o desgaste da Ditadura Militar, no país das “Diretas Já!”. Meu fervor militante foi se arrefecendo, com o melancólico fim da corrente estudantil *Travessia*, primeiro, o movimento estudantil “organizado” e, depois, o partidário foram, por mim, deixados; *paripassu*, uma definição profissional foi se efetuando do Direito para e a História.

Desse modo, é a partir de sua morte, coincidente com o início da minha formação inicial de historiador, em 1982, no *décimo do CFCH*, que Sérgio Buarque de Holanda começa, finalmente, a se configurar, para mim, mais precisamente nos significados tratados nesta tese: o de clássico do pensamento social e o de moderno

historiador brasileiro. Instado por meus mestres historiadores, seguindo a orientação da famosa definição em tríade de Antonio Candido – ainda que alguns falassem na possibilidade do acréscimo de Raymundo Faoro, Celso Furtado ou Nelson Werneck Sodré, por exemplo –, empreendi, ainda na graduação, minha primeira leitura dos *clássicos modernos: Casa-grande e Senzala* de Gilberto Freyre, *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, essa primeira leitura, embora tenha permitido uma importante familiarização com essas obras referenciais, não foi muito além da identificação dos elementos do núcleo-base canônico, destacados pela chave compreensiva de Candido. Afinal, com relação ao debate historiográfico daquele momento, os clássicos eram referenciados nas bibliografias disciplinares e referidos, embora não precisamente discutidos, na sala de aula. Ainda assim, era notória uma hierarquização favorável à preeminência de *Formação do Brasil Contemporâneo*, livro identificado como nuclear para o grande debate sobre *o modelo* de configuração econômico-social da História do Brasil, segundo as, então, muito discutidas, postulações de Fernando Novaes, Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso, e Maria Sylvia de Carvalho Franco; que hegemonizavam, à época, o debate das interpretações/explicações gerais dessa história da *herança colonial*. Mas, também, não se pode esquecer que, diferente da experiência de outras historiografias referenciais – a francesa por exemplo –, conjuntamente a essas abordagens econômico-sociais, havia muita atenção à história política, sobretudo do Período Republicano, no país que remontava seu arcabouço político-jurídico nesse processo de fim da Ditadura Militar.

Ao lado dessa hegemonia de uma específica *história ciência social* com atenção ao político, mantinha-se ainda uma forte base metódica na formação, que se expressava, no uso regular de crônicas e de documentações variadas nas diversas disciplinas e na obrigatoriedade do cumprimento, em dois semestres, da disciplina de paleografia, além da presença, embora minoritária, de professores chamados de tradicionais. Foi, dessa maneira, que, a mim, começou a se apresentar tanto a disputa quanto os entrecruzamentos entre uma *história ciência social* e uma *história tradicional*. Ao mesmo tempo, iniciava-se uma mudança por multiplicação das memórias sociais e sua patrimonialização, que levariam a disciplina progressivamente a mudar seu núcleo dominante para a história cultural, como, por exemplo: a emergência da história das mulheres, da história da sexualidade e da história do movimento operário articulada às tradições político-culturais da imigração européia; a crescente crítica de esquecimento

étnico quanto ao papel de índios e negros na história; o desgaste das ‘grandes metanarrativas’ herdadas dos séculos XVIII e XIX; e também, no caso brasileiro, o impacto da titulação, pela UNESCO – com suas múltiplas consequências –, de Ouro Preto e de Olinda como ‘Patrimônios históricos e culturais da humanidade’. Portanto, mal se resolvera um debate outro se enunciava: *moderno, neo-moderno, pós-moderno !?*

Desse modo, o próprio estatuto da historiografia entrou em discussão, então. O que me levou, já nos Anos Noventa, a ingressar na pós-graduação praticando história da história, com a dissertação sobre a historiografia do IAGP entre 1862 e 1876. Aqui acontece um reencontro decisivo com Sérgio Buarque de Holanda: seguindo referência do Prof. Dr. Antônio Jorge Siqueira – meu orientador de mestrado na UFPE –, fui ler os volumes sobre o Império da *História Geral da Civilização Brasileira*. Resultou daí um forte impacto: a abordagem apresentada no volume *Do Império à República* causou-me viva impressão de original historiografia crítica, com surpreendente atualidade. A partir daí se deu meu mergulho na obra historiográfica sergiana, na qual se destacou muito especialmente, pela densidade e acuidade reflexiva sobre o fazer do historiador, o texto *o atual e o inatual em Leopold Von Ranke*. De fato, foi essa imersão, no afã da curiosidade intelectual, que fundamentou a já referida proposta de biografia, finalmente transformada na presente abordagem historiográfica.

Também é necessário registrar que, meu interesse e definição pela história da história seguiu referenciais brasileiros, e se deu num momento em que esse interesse cresceu entre nossos historiadores, com múltiplas abordagens e a partir de diversos lugares institucionais, concomitante à multiplicação das pós-graduações em história, desde os Anos Oitenta. Sem negar a atenção à variada produção nacional – ver referências bibliográficas –, registro aqui aquelas fundamentais perenes norteadoras, desde o meu encontro com o campo de reflexão e pesquisa, valiosas indicações iniciais de um dos meus mestres, o Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagle, a saber: os trabalhos clássicos de José Honório Rodrigues, com seu presentismo e atenção ao político; os trabalhos de Evaldo Cabral de Mello, sobretudo *Rubro Veio* e *O Nome e o Sangue*, com sua apreciação da rica tradição de literatura memorial pernambucana – crônicas, genealogias e historiografias –; o estudo do Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre o IHGB, somado, em seguida, às indicações teórico-metodológicas de seu aberto diálogo com as tradições francesa e alemã; e, o consistente e original trabalho, inspirado no estruturalismo genético, do Prof. Dr. Nilo Odália, sobre a obra historiográfica de Varnhagen. Ainda, é obrigatório registrar um conciso e interessante texto, do historiador

oitocentista Rapozo de Almeida, que conheci durante a produção de minha dissertação de mestrado: *Breve memória sobre o processo mais fácil de investigar, coleccionar os materiais da história*; que acompanhou a feitura desta tese, como recorrente reminiscência.

Cumpre, ainda, explicar certa escolha narrativa e de estilo de escrita. Minha preferência do uso contrastado da primeira pessoa do singular, nas considerações finais e introdução, com o impessoal, no corpo central do texto, prende-se a ao fato de perceber neste contraste, pessoal-impessoal, um modo de marcar o sentido público de todo conhecimento e, ao mesmo tempo, assumir minhas responsabilidades na enunciação. De fato, sinto-me pouco à vontade no uso da primeira pessoa do plural, com a qual sempre fico com a sensação de me esconder, por um lado, e de falar pelo leitor, por outro; muito embora, saiba ser, esse uso da primeira pessoa do plural, mais costumeiro e mais valorizado nos meios universitários. De qualquer modo, é facultado o uso do impessoal, o que prefiro, especialmente, quando usado com o referido contraste.

Essa questão me leva a outra: qual seria o leitor imaginado deste trabalho? Não tenho dúvidas, falo de dentro do que alguns chamam de “primeira ruptura epistemológica”, e sobre essa mesma ruptura para aqueles que são responsáveis por ela. Ou dito de outro modo, este é um discurso de especialista sobre sua especialidade para leitores, também, nela, especialistas. Isso não significa que considere impossível discutir questões da especialidade com os não-especialistas, mas minha intenção aqui é outra, é mesmo falar para os historiadores. O que põe o problema de um aprendiz que pleiteia entrar no círculo esotérico, discutindo critérios do próprio círculo em que ainda não foi confirmado. Mas, no caso, a motivação, longe de quaisquer outras pretensões, prende-se a uma paixão pela narrativa historiográfica, a ponto de estabelecê-la como meu objeto de estudo privilegiado. Portanto, sem pompas, espero que a sinceridade desta tese-declaração de amor à historiografia possa ser reconhecida como contribuição suficiente para ingressar no círculo dos doutores em história.

Para tanto, este trabalho foi organizado em quatro capítulos. O primeiro, **O brilho ofuscante do clássico**, apresenta, o processo de reconhecimento do estatuto de clássico moderno do pensamento social brasileiro, dado ao livro *Raízes do Brasil* (1936; 1948), ao mesmo tempo, em que o identifica como um programa historiográfico, que irá balizar o desenvolvimento da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda. Nesse sentido, o processo da canonização de *Raízes do Brasil* foi acompanhado até sua 5ª edição, em 1969, anotando-se as linhas de suas repercussões subseqüentes –

especialmente o sucesso editorial –, mas sem se deter em desenvolvê-las. O objetivo foi o de marcar o lugar seminal, mas não dogmático, do livro *Raízes do Brasil*, face à coetânea produção historiográfica do seu autor, entre os anos Trinta e Setenta do século passado.

O segundo capítulo, **O centro para uma periferia sem centro**, procura situar o lugar de Sérgio Buarque de Holanda na tradição histórica e memorial de São Paulo, da qual irá tornar-se o moderno guardião, a partir da direção do Museu Paulista (1946-1957). Nesse sentido, o capítulo centra, muito especialmente, atenção nas múltiplas leituras do passado paulista, apresentadas, em 1946, no *Curso de Bandeirologia*, marco simbólico de uma significativa passagem geracional no comando do Museu do Ipiranga. O terceiro capítulo, **Do mirante de Piratininga**, aborda as principais obras historiográficas, *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1958), sintetizadoras do trabalho de pesquisa do diretor do Museu Paulista, Sérgio Buarque de Holanda, e que fundamentaram sua passagem à cátedra de Civilização Brasileira da USP. Este capítulo, ainda também, procura delinear o trabalho de re-ordenamento da trama geral da História do Brasil, elaborado pelo catedrático uspiano, Sérgio Buarque de Holanda, na direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (1960-1972). O quarto e último capítulo, **O moderno historiador brasileiro**, trata dos principais textos teórico-metodológicos de Sérgio Buarque de Holanda sobre o conhecimento histórico e o ofício do historiador, no quais se evidenciam suas apropriações originais e seus referenciais da ‘nova história’ francesa, do pragmatismo americano e do ‘historismo’ alemão.

Como um traço geral da obra de Sérgio Buarque de Holanda, em todos os capítulos, procurei marcar seu presentismo de vanguarda modernista, como fundador de sua atenção sobre o passado. E, por último, faço **Considerações Finais**, em que busco identificar os limites deste trabalho e também suas contribuições ao debate contemporâneo, sobre o conhecimento histórico e o ofício do historiador no Brasil.

## CAPÍTULO I

### O BRILHO OFUSCANTE DO CLÁSSICO, ou o processo de uma canonização

*Clássico não é um livro que necessariamente possui estes ou aqueles méritos; é um livro que as gerações humanas, premidas por razões diversas, lêem com prévio fervor e misteriosa lealdade.*

*Jorge Luis Borges*

O ensaio *Raízes do Brasil* (1936; 1948) pode ser colocado na categoria das obras em que a repercussão tamanha tende a encobrir a vasta e sólida produção de seu autor. O estudo e, mesmo, a referência aos trabalhos historiográficos de Sérgio Buarque de Holanda, como, por exemplo, *Monções, Caminhos e Fronteiras, Visão do Paraíso e Do Império à República*, são bem menos frequentes, no universo intelectual contemporâneo. Nesse sentido, Evaldo Cabral de Melo já o indicara:

Este livro não é apenas o primeiro de uma série de obras notáveis, nem seu interesse procede apenas de oferecer uma reflexão sociológica sobre a formação brasileira, pois o exercício estava muito na moda ao tempo de sua publicação, e digo moda sem nenhuma intenção pejorativa, já que ela enriqueceu inegavelmente a cultura nacional (MELO In HOLANDA, 1995, p, 189).

Existe, além de um *antes* e um *durante*, um ‘depois’ de *Raízes do Brasil* que remete às próprias obras de Sérgio Buarque, como se até Evaldo Cabral no texto referido, mas também remete às outras edições da própria obra em questão e suas reverberações, que muito têm a dizer sobre esse caráter iniciador/seminal, mas também, muitas vezes, ofuscante para os trabalhos historiográficos de seu autor. Portanto, tratar da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda requer primeiro situar a força do ícone em que se transformou o livro *Raízes do Brasil*, para o pensamento social do e sobre o Brasil.

## 1. A definição como clássico

Poucas obras possuem e, menos ainda, portam sua certidão de clássico, como é o caso de *Raízes do Brasil*. O texto escrito, em 1967, por Antonio Candido, a título de prefácio, *O Significado de Raízes do Brasil*, aderiu ao livro desde a 5ª edição, em 1969<sup>3</sup>. Nele está dito de modo peremptório: “o seu **êxito de qualidade** foi **imediate** e ele se tornou um **clássico de nascença**” (CANDIDO, In HOLANDA, 1995, p. 10. Grifos não originais), muito embora tenha o cuidado de, antes, anotar que “concebido e escrito [...] curto, discreto, de poucas citações, atuaria menos sobre a imaginação dos **moços**.” (IDEM). Portanto, seu estatuto de clássico não fora reconhecido de pronto, ainda que sua força possa ter sido reconhecida de imediato por alguns, dentre os quais Candido se coloca.

O certo é que, a partir de então, a obra tornou-se um sucesso editorial, como nunca o havia sido antes. De apenas cinco edições, em trinta e três anos de existência, passou à vigésima sexta edição, em 1995. Portanto, nos vinte e seis anos seguintes ao aporte do prefácio de Antonio Candido, contam-se mais vinte e uma edições, quase uma por ano, afora as eventuais reimpressões. Essa identificação do prefácio com um novo ressoar da obra já fora detectado pelo próprio Sérgio Buarque<sup>4</sup>.

Mas o prefácio de Candido foi mais além:

Os homens que estão hoje um pouco pra cá ou um pouco para lá dos cinquenta anos aprenderam a **refletir e a se interessar pelo Brasil** sobretudo **em termos de passado** e em função de **três livros: Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre**, publicado quando estávamos no ginásio; **Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda**, publicado quando estávamos no curso complementar; **Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Júnior**, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar **chaves**, os **que parecem exprimir** a mentalidade ligada ao **sopro de radicalismo intelectual e análise**

<sup>3</sup> O prefácio também consta da edição francesa, publicada como o volume 56 da *Arcades – Collection UNESCO d’oeuvres représentatives*, pela Éditions Gallimard/UNESCO, Paris, 1998. Na edição brasileira, da Companhia das Letras, em 2006, comemorativa dos 70 anos da primeira publicação, o texto foi deslocado para o fim, mas abrindo todos os anexos que se colocam para compreensão da obra.

<sup>4</sup> Ver, especialmente, depoimento ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP), em 2 de junho de 1981: setor áudio-visual, arquivo de áudio, série “estudos brasileiros”, fitas 116.1-2. É preciso ainda anotar que esse novo ressoar da obra, também, não deve ser apartado do posicionamento firme contra o AI-5, que Sérgio Buarque de Holanda assumiu frente ao processo de caça-às-bruxas, instaurado nas universidades, escolas e centros de pesquisa. Atitude que culminou com sua antecipação de aposentadoria e na subsequente militância contra a Ditadura Militar.

**social** que eclodiu **depois da Revolução de 1930** e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo (IDEM, p. 6. Grifos não originais).

Esse texto de Antonio Candido mostrou-se poderoso, não só pela reverberação que deu à obra em que se apôs, mas também por essa definição de tríade que propôs. A *Revista da USP*, em 1998, cujo tema foi *Dossiê Intérpretes do Brasil – Anos 30*, afirma, na apresentação:

[...] Antonio Candido **grifou, indelevelmente, o significado de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr.** como marcos definidores da geração de 1930, revelada nessa aventura obstinada de reinterpretação do Brasil. Ao mesmo tempo em que recupera o significado dos anos 30, inquestionável ponto de inflexão – quando tendências recentes na historiografia enfatizavam a continuidade –, delimita as vertentes inovadoras que diferenciam cada um dos autores e circunscreve as orientações comuns, evidentes na perspectiva histórica como centro de análise (NOVAIS; ARRUDA, 1998, p. 8. Grifos não originais).

Logo antes, seu editorial dizia que essa escolha de tema fora “a forma que a **Revista da USP** encontrou para agradecer a **estes três gigantes** de nossa cultura” (COSTA, 1998, p. 5. Grifos não originais). Pode-se afirmar, então, que se encontra plenamente estabelecido o panteão moderno brasileiro do pensamento do social, ao que deve corresponder um cânon.

No entanto, se essa tríade hoje se mostra consolidada<sup>5</sup> em detrimento de pensadores que, triunfantes nos Anos Trinta, foram perdendo terreno com o fim do Estado Novo, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, isso não se deu nem de pronto nem de todo. A instauração da Ditadura Militar re-atualizara os corifeus do pensamento social da Era Vargas. O campo oposicionista, em radicalização nos fins dos Anos Sessenta, com significativa participação dos grupos intelectuais acadêmicos – vide o lugar de vanguarda do movimento estudantil na contestação do regime –, em muito, explica o sentido do prefácio de Candido e o subsequente sucesso editorial de *Raízes do Brasil*.

Mas isso não significa que o lugar de *Raízes do Brasil* fosse lido univocamente pelo campo contestador do regime ditatorial militar, assim como apresentado por Candido, que, de fato, a esse campo se dirigia, tomando-o por interlocutor privilegiado,

---

<sup>5</sup> É curioso anotar o paralelismo que essa definição, em tríade, do pensamento social no Brasil, guarda com uma outra tríade, a dos ‘pais fundadores’ da Ciências Sociais: Marx, Weber e Durkheim, sob o influxo da teoria dos sistemas de Talcott Parsons.

ao acentuar o caráter de “sopro de radicalismo intelectual e análise social” com que caracterizou a tríade.

Nesse sentido, é preciso notar que, pela mesma época, em 1968, outro intelectual uspiano, Dante Moreira Leite, em *O Caráter Nacional Brasileiro*: história de uma ideologia, afirmava:

Embora **conhecido principalmente por seus trabalhos de historiador**, Sérgio Buarque de Holanda – professor de história da civilização brasileira na Universidade de São Paulo – publicou também vários estudos de crítica e história da literatura. **O ensaio** sobre o caráter nacional brasileiro, *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, **está relativamente isolado em sua obra** (LEITE, 1992, p. 286. Grifos não originais).

Nesse balanço histórico-crítico, Moreira Leite estabelece o postulado de dois grandes períodos do pensamento social no Brasil, “na **fase ideológica** o grupo intelectual se identifica com as classes dominantes, na **fase seguinte** os intelectuais, se não se identificam com as classes desprotegidas, procuram ver o conjunto da sociedade” (IDEM, p. 310. Grifos não originais). Portanto, diferente de Candido, indicava outro modo de perceber os “clássicos”:

A rigor, esse esquema exigiria que **Sérgio Buarque de Holanda** e Cruz Costa fossem colocados numa **etapa intermediária**: se, de um lado, continuam presos a um esquema ideológico – pois continuam a pensar em características psicológicas como determinantes da vida social ou da história do pensamento –, de outro prenunciam a nova etapa. É por isso que Sérgio Buarque de Holanda tende a considerar **o homem cordial como figura do passado, a ser superada** pelas novas condições de vida; [...] (IDEM, p. 310-311. Grifo original em itálico, os demais não originais).

Já, *Casa-grande e Senzala* – longe do lugar atribuído por Candido – seria expressão do pensamento tipicamente ideológico, mas que, apesar disso, apresentaria

[...] **contribuições positivas**. [...] [pois,]os chamados “estudos brasileiros”, **ainda que** formulados **numa perspectiva errada ou deformadora**, certamente despertaram o interesse por vários problemas, **permitiram** o levantamento de **dados e** a apresentação de **hipóteses** explicativas.[...] em Gilberto Freire – os dados, ainda que referentes a apenas uma região e a uma classe, são significativos.[...] se existe uma ruptura na perspectiva, em alguns casos existe também continuidade, como se **a fase** aqui denominada **ideológica** fosse **uma**

**etapa no longo processo de autoconsciência de um povo** (IDEM, p. 311. Grifos não originais)<sup>6</sup>.

A primazia das abordagens ditas não-ideológicas no pensamento social no Brasil caberia, segundo Moreira Leite, à *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, que partiria “de **esquema objetivo** e mostra como as atividades das várias regiões decorrem da atividade básica” (IDEM, p. 315. Grifos não originais). Daí concluir que:

[...] já não se trata de **explicar a situação** do país através de um ou outro fator – a raça, o clima, a escravidão, as características psicológicas dos colonizadores –, mas de **interpretá-la em função do sentido da colonização**. Essa **interpretação** é fundamentalmente **dinâmica**, e a análise das tensões criadas **pelo sistema** permitirá a Caio Prado Júnior reinterpretar vários episódios **de nossa história**, não porque seja monótona repetição de si mesma, mas **porque um momento resulta** das condições criadas **pelo momento anterior** ou por novas condições do mercado externo, para o qual estava voltada a produção brasileira. [...] as características da vida brasileira não foram impostas pelo destino, mas **por condições concretas** que podem ser modificadas (IDEM, p. 316. Grifos não originais).

Por conseguinte, a tríade não estava estabelecida, no final dos Anos Sessenta, e os autores e obras que hoje a compõem, não eram reconhecidos num mesmo patamar de importância. Em suma, não se consolidara ainda um cânon. Em assim sendo, *Raízes do Brasil* não era, então, esse ícone de pensamento moderno, como o apresentava Antonio Candido. Sua perspectiva contrastava com o epíteto de “conservador” que fora colado, à época, ao catedrático de História da Civilização Brasileira da “Maria Antônia” – emblemática faculdade da contestação estudantil em São Paulo.

Nesse contraponto, das visões de Antonio Candido e Dante Moreira Leite, se evidencia a oscilação do lugar atribuído a *Raízes do Brasil*, entre a consagração de uma positividade da origem ao presente – na visão de Candido – e o registro de uma importância passada e não pertinência contemporânea – na visão de Moreira Leite<sup>7</sup>. Essa divergência de interpretação se coloca para além da obra aqui em questão e se

<sup>6</sup> O autor anota ainda alguns autores que teriam passado de uma perspectiva ideológica para uma não-ideológica: entrariam nesse caso, de modo nítido, Monteiro Lobato e, “de maneira menos nítida” (p. 312), Osório da Rocha Diniz, Batista Pereira, Ataliba Viana e Roquette Pinto (Id. p. 311-314).

<sup>7</sup> É importante anotar que essa perspectiva também é defendida pelo historiador Carlos Guilherme em seu famoso livro, publicado em 1977, fruto de sua tese de livre-docência em história na FFLC/USP, em 1975: **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**, pontos de partida para uma revisão histórica. Reeditado em 2008 pela Editora 34 de São Paulo e, não por acaso, também com prefácio de Alfredo Bosi. Entretanto, as referências a esse texto se cruzam com o texto de Sérgio Buarque de Holanda *A doença infantil da historiografia* (1973); O que será tratado no quarto capítulo do presente trabalho.

trava em torno de campos epistemológicos e políticos divergentes, embora com intersecções. Noutras palavras, as divergências se dão nos posicionamentos sobre o lugar do saber intelectual nas relações com o social a que se referem.

O lugar do modernismo entra em revisão, no momento em que se estabelece a disputa em torno do que se compreende deva ser a “Revolução Brasileira”. O presentismo futurista dos Anos Sessenta revê o presentismo futurista dos Anos Trinta, à procura de continuidades e rupturas<sup>8</sup>. Candido expõe essa tensão temporal de vontade de contestação, através de certos conteúdos políticos, ao afirmar:

Ao evocar esses impactos intelectuais sobre os moços de entre 1933 e 1942, talvez eu esteja focalizando de modo algo restritivo os que adotavam posições de esquerda, como eu próprio: comunistas e socialistas coerentemente militantes, ou participando apenas pelas idéias. Para nós [...] Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos “patriarcais” e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal (CANDIDO In HOLANDA, 1995, p. 11).

De fato, o reconhecimento referencial de clássico moderno da obra é iniciado nos Anos Sessenta, já em 1963; sob licença da José Olympio Editora, a 4ª edição de *Raízes do Brasil* é publicada na emblemática, nova e moderna capital do país, Brasília, pela recém-criada Universidade Nacional de Brasília (UNB), como o nº 10 da série editorial “Biblioteca Básica Brasileira”<sup>9</sup>. A partir daí, as leituras de *Raízes do Brasil* serão marcadas pelo acerto de contas com esse outro momento, o da instituição do domínio do moderno, os Anos Trinta, que estabelece a incessante e, constantemente, renovada projeção de modernização do país. No caso de *Raízes do Brasil*, isso se traduziu, inclusive, na sua definitiva incorporação ao quadro do movimento modernista, como se registra na antologia *Vanguardas Latino-americanas*. Polêmicas, manifestos e textos críticos, de Jorge Schwartz, de 1995<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Esse rever do modernismo pode ser atestado também pela recorrência de leitura que provoca em outros campos culturais, a exemplo, a encenação do *Rei da Vela* e a retomada da antropofagia oswaldiana pelo tropicalismo. Mas os paralelismos vão além: ditaduras que se pretendem resultados de revoluções, radicalizações de esquerda e direita, defesa da grandeza da pátria, etc.

<sup>9</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4.ed. Brasília: Editora da UNB, 1963. Com um curto prefácio de Antonio Candido, diferente daquele para a edição seguinte. No entanto, essa edição indica já o estatuto de clássico pelo peso político e institucional da publicação. É bom lembrar que a UNB dos Anos Sessenta inspirou-se nos princípios e na experiência do Projeto da UDF da Década de Trinta: Darcy Ribeiro, um dos mais entusiastas fundadores da nova universidade, era discípulo de Anísio Teixeira e sempre salientou esse vínculo.

<sup>10</sup> Essa antologia resulta de pesquisa, iniciada em 1977, que culminou em tese de livre-docência da USP, no ano de 1989. O texto de Sérgio Buarque de Holanda que consta, é um excerto de *Raízes do Brasil*,

Destarte, se, de um lado, a tríade está hoje firmada com a composição proposta por Antonio Candido; por outro lado, os significados dos legados dos autores e obras não estão nos mesmos termos por ele afirmados, como o apontava a contemporânea leitura de Dante Moreira Leite, que não corroborava a tríade, mas cujos postulados também terão desdobramentos nos modos de ler suas obras referenciais. Em resumo, a tríade está canonizada, mas há divergências de interpretação quanto a cada obra e autor da tríade. No que diz respeito a *Raízes do Brasil*, como o debate anotado já o indicava, há variações matizadas entre dois pólos de concepção do significado temporal da obra: clássico inspirador, clássico ultrapassado.

## 2. Os argumentos da canonização

O prefácio de Antonio Candido forneceu uma poderosa chave interpretativa que, mais que recomendar ou orientar, direciona a leitura ao estabelecer um enquadramento à compreensão do leitor, afinal, pretende dizer, e o faz literalmente, “o significado” da obra prefaciada. O reconhecimento como clássico será, portanto, guiado pelos fundamentos enunciados por Candido em seu texto. Tratar de *Raízes do Brasil*, a partir de então, é, antes do mais, acertar contas com essa chave interpretativa d’*O Significado*[...]. Texto eloqüente que assume o diálogo com seu público de modo perspicaz, acentuando o caráter contestatório e inovador da obra:

**Aos jovens** forneceu **indicações** importantes **para** compreenderem o **sentido de** certas **posições políticas** daquele momento, dominado

---

intitulado *O homem cordial*, no capítulo *Identidades*, no item *Brasilidade*, p. 553-556. Com uma curiosa inserção de ilustração retirada de *Urupês*, de Monteiro Lobato, em que se vê um camponês acorçado, pitando fumo, descalço e remendado: o estereótipo do Jeca Tatu. As sobreposições aí são muito significativas dos rearranjos do imaginário paulista na canonização do modernismo. Contudo, é preciso anotar que há trabalhos de memória e de análise mais substanciais sobre essa relação de *Raízes do Brasil* com o modernismo. A respeito, ver, especialmente: BARBOSA, F. de A. Introdução. In: BARBOSA, F. de A. (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 11-35; \_\_\_\_\_. *Verdes Anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil*. In: **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Arquivo do Estado/USP/IEB, 1988; Id. (org.). **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro, 3 (6), jul.1987 ( número dedicado a SBH); CANDIDO, A. (org.) **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998; \_\_\_\_\_. *Sérgio em Berlim e depois*. In: BARBOSA, F. de A. (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 119-129.; PRADO, Antônio Arnoni. (org.): **HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Espírito e a Letra, estudos de crítica literária (1920-1947)**. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; CARVALHO, M. V. C. **Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997; \_\_\_\_\_. **Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003; CASTRO, C. P. de. **Com Tradições e Contradições: uma contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

pela descrença no liberalismo tradicional e a busca de soluções novas; seja, à direita, no integralismo, seja, à esquerda, no socialismo e no comunismo. A atitude do autor, aparentemente desprendida e quase remota, era na verdade condicionada por essas tensões contemporâneas, **para cujo entendimento oferecia uma análise do passado** (CÂNDIDO in HOLANDA, 1995, p. 10. Grifos não originais).

Ou mais adiante, situando seu lugar no pensamento continental, em sintonia com a crescente preocupação em torno da identidade, revolucionária ou subdesenvolvida, latino-americana, salientando seu domínio da dialética, vista, então, como um verdadeiro instrumento de compreensão transformadora, afirma:

[...] é construído sobre uma **admirável metodologia dos contrários**, que **alarga e aprofunda a velha dicotomia da reflexão latino-americana**. Em vários níveis e tipos do real, nós vemos o pensamento do autor se construir pela exploração de conceitos polares. O esclarecimento não decorre da opção prática ou teórica por um deles, **como em Sarmiento ou Euclides da Cunha**; mas **pelo jogo dialético** entre ambos (IDEM, p.12-13. Grifos não originais).

Conectado pela bandeira da contestação de juventude, o leitor de Candido é levado à reflexão histórica da obra e do passado por ela apresentado e conduzido à articulação da crítica ao tradicionalismo dos Anos Trinta com o seu presente, os Anos Sessenta. A respeito desse campo contestador, o argumento de Candido é bastante explícito, chamando a atenção para a divisão política acirrada dos Anos Trinta, para o descrédito das correntes tradicionais chamadas de “platibanda liberalóide” e para trânsito posterior, entre a direita e a esquerda, de vários integrantes da contestação. Aludir a esse *balancez*, como o chama Candido, significava levar a identificar um “destino das gerações”, acentuando o caráter “progressista” de *Raízes do Brasil*, já que seu autor não estaria assim compreendido tão marcadamente pelos contestadores dos Anos Sessenta (IDEM, p. 11-12).

Entretanto, para além da visão política, os fundamentos “científicos” de que o ensaio seria inaugural – a tal atitude “aparentemente desprendida quase remota” – são ricamente ilustrados:

O seu **respaldo teórico** prendia-se à **nova história dos franceses**, à **sociologia da cultura dos alemães**, a certos **elementos de teoria sociológica** também **inéditos entre nós**. No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um **rigor de composição** escondido pelo **ritmo** despreocupado e **às vezes sutilmente digressivo**, que **faz lembrar Simmel** e nos parecia um correlativo à abundância nacional. (IDEM, p. 10. Grifos não originais).

A referência à digressão, marcada como “sutil”, ancorada na autoridade da respeitada sociologia alemã, através de Simmel, para diferenciá-la do gosto pelo rebuscado bacharelesco, parece estranha ao leitor de hoje, para quem o caráter conciso de *Raízes do Brasil* é um dos traços mais salientes, inclusive, considerado uma das dificuldades à compreensão da obra. As tais “digressões” são hoje mais identificadas à demonstração de erudição, mas essa alusão, também, deve ser associada à fama – não sem fundamento – de digressor contumaz do Lente, Catedrático de história da civilização brasileira da “Maria Antônia”. E deve, ainda mais, ser compreendida como resposta desculposa, pelo caráter ensaístico, a certo culto aos “esquemas objetivos”, fundamento-mor buscado pela vontade transformadora das correntes do pensamento social acadêmico em ascensão, como expressas pela emergência das propostas de planejamento econômico-social, por exemplo.<sup>11</sup>

Contudo, se esse traço do referencial teórico apresentado por Candido não foi, ao que parece, muito retido na consagração da obra, assim como também a referência à “nova história dos franceses”, em compensação, a “sociologia da cultura dos alemães” e, sobretudo, “certos elementos da teoria sociológica” serão referidos abusivamente e alçados a marcos de matriz definidora da obra, adjetivada de weberiana. Raciocínio, muitas vezes, simplesmente estendido ao autor e a sua vasta produção historiográfica.

Essa adjetivação demonstra discordância, por convicção ou por dificuldade de compreensão, da chave interpretativa proposta por Antonio Candido:

[...] aproveita o **critério tipológico de Max Weber**; mas **modificando-o**, na medida em que **focaliza pares e não pluralidades** de tipos, o que lhe permite deixar de lado o modo descritivo, para tratá-los **de maneira dinâmica**, ressaltando principalmente **a sua interação no processo histórico**. O que haveria de esquemático na proposição de pares mutuamente exclusivos se tempera, desta forma, por uma **visão mais compreensiva**, tomada em parte a **posições de tipo hegeliano**: “[...] a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação – negação essa que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito [...]” (IDEM, p. 13. Grifos não originais).

---

<sup>11</sup> As teorias do desenvolvimentismo e o ISEB, por exemplo, são manifestações dessa articulação entre saber científico universitário e demandas intervencionistas do Estado, que dão corpo ao planejamento social e à estruturação de uma tecnocracia, baseadas na “objetividade científica” que, em larga medida, autorizaria as pretensões diretora, organizadora e produtora do futuro da sociedade.

Portanto, para além da visível influência weberiana dos ‘tipo ideais’<sup>12</sup>, para Candido, é preciso atentar para uma apropriação idiossincrática desse referencial teórico, submetido que estaria “a posições de tipo hegeliano”. Nesse imbricamento teórico de Weber com Hegel – heresia secular !? – vem à tona todo “problema da consciência histórica” ou, se se quiser, o debate do historicismo – ou historismo, como preferia Sérgio Buarque – especialmente nos termos em que se estabeleceu na Alemanha, nas correntes que adotaram a duplicidade epistemológica da ciência, a partir do *Methodenstreit*. Mas, na chave proposta por Candido, esse debate está encoberto pela referência a tal “sociologia da cultura dos alemães” e pela identificação das tais “posições de tipo hegeliano”<sup>13</sup>.

De qualquer modo, compreendidas ou não como o queria Candido, as parelhas tipológicas antitéticas que destaca e indica exemplarmente, serão poderosas guias das leituras: “trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo.” (IDEM, p. 13). Mas também faz questão de vincar a diferença da obra face aos tradicionalismos e saudosismos – a Gilberto Freyre, por exemplo –, afirmando sua compreensão dinâmica e crítica das tradições ibéricas, ao citar uma das pérolas da compreensão temporal de vanguarda modernista que se encontra no primeiro capítulo da obra, “Fronteiras da Europa”, que aborda as tradições civilizacionais portuguesa e espanhola, no qual está afirmado que: “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação” (IDEM).

Todavia, ainda que não intencional, a chave compreensiva d’*O Significado*[...] abre um grande espaço para as leituras que qualificam a obra como tipicamente weberiana, ao afirmar que, em “Trabalho & Aventura”, o segundo capítulo:

[...] surge **a tipologia básica do livro**, que distingue **o trabalhador e o aventureiro**, representando **duas éticas opostas**: uma, busca novas experiências, acomoda-se no provisório e prefere descobrir a consolidar; outra, estima a segurança e o esforço, aceitando as

<sup>12</sup> Considerando o texto hoje consagrado da obra, que é basicamente o da segunda edição (1948), Max Weber é o autor estrangeiro mais citado em *Raízes do Brasil*.

<sup>13</sup> É preciso notar, aqui, a ausência de uma referência explícita às lições de Meinecke, que Sérgio Buarque assistiu, com frequência irregular, na Universidade de Berlim entre 1929 e 1930, e que muito o inspiraram a escrever o famoso manuscrito de 400 páginas, depois perdido, intitulado *Teoria da América*, que, no entanto serviu de base para suas obras *Corpo e Alma do Brasil* e *Raízes do Brasil*. A respeito, ver, entre outros registros, depoimento ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP), em 2 de junho de 1981: setor áudio-visual, arquivo de áudio, série “estudos brasileiros”, fitas 116.1-2.; DIAS, Maria Odila L. S.(org.) **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Ática, 1985; CARVALHO, M. V. C. **Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

compensações a longo prazo. “Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, **em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das idéias**” (p.44). **Para a interpretação de nossa história**, interessa notar que **o continente americano foi colonizado por homens do primeiro tipo**, cabendo ao “trabalhador”, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo” (p. 45) (CANDIDO, In HOLANDA, 1995, p. 14. Grifos não originais).

Ao procurar fundar o discurso da obra prefaciada na temática da ética do trabalho, a partir de tipologia ideal, fica aberta a senda para a leitura da obra como versão de weberianismo típico (IDEM)<sup>14</sup>.

A partir desse princípio apontado, a “Herança Rural”, “O Semeador e o Ladrilhardor” e “O Homem Cordial” completam o quadro sócio-histórico demonstrativo das expressões dessa peculiar ética do trabalho e seus desdobramentos múltiplos nas práticas sociais do “arcaísmo” e do “atraso”, ou melhor, os traços herdados que deveriam ser quebrados pela modernidade, mas que já estariam incorporados nos “Novos Tempos” – o sexto capítulo – e que demonstrariam incongruências a serem superadas, como exposto no último capítulo: “Nossa Revolução”.

Nesse percurso, fica evidenciada a centralidade, na obra, da noção de “homem cordial”: o brasileiro como resultante da trajetória histórica mostrada. Aqui, mais uma vez, Candido ressalta a ancoragem teórica weberiana:

[...] emprega, penso que pela primeira vez no Brasil, os conceitos de “patrimonialismo” e “burocracia”, devidos a Max Weber, a fim de elucidar o problema e dar fundamento sociológico à caracterização do “homem cordial”, expressão tomada a Ribeiro Couto (IDEM, p. 17).

Além do recurso à autoridade sociológica de Weber, Candido se posiciona face às críticas à noção de “homem cordial”, que já dera azo à polêmica<sup>15</sup> e, amiúde, era apontada como expressão emblemática de ensaio impressionista<sup>16</sup>:

<sup>14</sup> Nesse sentido, dentre as mais referenciadas leituras contemporâneas, ver especialmente: MONTEIRO, P. M. **A Queda do Aventureiro**: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

<sup>15</sup> A polêmica com Cassiano Ricardo repercutiu, sobretudo, à época da 2ª edição (1948), e está reproduzida nos anexos da edição da Companhia das Letras, comemorativa dos 70 anos de publicação de *Raízes do Brasil*, em 2006.

<sup>16</sup> Leitura claramente defendida por Dante Moreira Leite, como se verá adiante.

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários (IDEM, p. 17).

Nas conclusões d’*O Significado* [...], Antonio Candido inicia a argumentação no raciocínio do fundamento “científico” e do caráter libertador da reflexão de Holanda, que fundamentariam seu sentido inaugural, em suma, a configuração do clássico:

[...] o seu **método** repousa sobre um **jogo de oposições e contrastes**, que **impede o dogmatismo** e abre campo para a **meditação de tipo dialético**.

Num momento em que os intérpretes do nosso passado ainda se preocupavam sobretudo com os aspectos de natureza biológica, manifestando, mesmo sob aparência do contrário, a fascinação pela raça, herdada dos evolucionistas, [...] puxou a sua **análise** para o lado **da psicologia e da história social**, com um **senso agudo das estruturas**. Num tempo ainda banhado de indisfarçável saudosismo patriarcalista, sugeria que, **do ponto de vista metodológico, o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente** (IDEM, p. 20. Grifos não originais).

Mas o argumento complementar centrado na política esclarece mais precisamente o presente do significado d’*O significado* [...]:

[...] do ponto de vista político [...], sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das “raízes” era um imperativo do desenvolvimento histórico. [e mais adiante, de forma mais incisiva, anota que] com segurança, afirmou estarmos entrando naquele instante na fase aguda da crise de decomposição da sociedade tradicional. O ano era 1936. Em 37, veio o golpe de Estado [...] que encaminhou a transformação das estruturas econômicas pela industrialização. O Brasil de agora deitava os seus galhos, ajeitando a seiva que aquelas raízes tinham recolhido (IDEM, p. 20-21).

Nesse mesmo contexto, não por acaso, a argumentação de Candido volta a cindir uma relação de “parentesco” atribuída a *Raízes do Brasil* com a obra do mazombo Mestre de Apipucos. Diferente e em oposição ao sentimentalismo saudosista de Gilberto Freyre, cujo luso-tropicalismo já estava mais que simpático a Salazar, justificando, com sua aura e fama intelectual, o lado português nas guerras de

descolonização, especialmente, de África, Sérgio Buarque, em *Raízes do Brasil*, haveria percebido:

[...] o sentido moderno da evolução brasileira, mostrando que ela se processaria conforme uma perda crescente das características ibéricas, em benefício dos rumos abertos pela civilização urbana e cosmopolita, expressa pelo Brasil do imigrante, que há quase três quartos de século vem modificando as linhas tradicionais (IDEM, p.20).

A estratégia discursiva de Candido, desse modo, se mostra assaz inteligente ao estabelecer uma tríade entre dois pólos, de um lado, a inovação saudosista de Gilberto Freyre, de outro, a objetividade metodológica científica das estruturas, mais acabada em Caio Prado Jr., para o lado de quem puxa a identificação de *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque. Entre os pólos de direita e esquerda, uma centro-esquerda progressista e democrática; entre um culturalismo impressionista e o olhar dos sentidos das estruturas economicossociais, uma perspectiva sociocultural das estruturas e do devir históricos. Em suma, Antonio Candido n’*O Significado*[...] estabelece novos contornos de um campo intelectual “progressista”, em que estabelecer *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda como clássico é, também, incluir a si como vertente de pensamento social científico e crítico do presente.

### 3. Os argumentos da ultrapassagem

Se o texto de Candido é uma resposta literal ao de Dante Moreira Leite, é difícil saber, pois, apesar de publicado em 1969, está datado de dezembro de 1967, enquanto a publicação do livro *O Caráter Nacional Brasileiro*, de Dante Moreira Leite, é de 1968, muito embora seja uma re-escritura – muito modificada, segundo o autor – de sua tese de doutorado, de 1954. De qualquer modo, como já assinalado, os dois autores compõem o debate intelectual acadêmico da USP, já então a mais prestigiosa instituição universitária do Brasil, com acesso à publicação no circuito editorial extra-acadêmico, que, naquele momento, era bastante restrito, denotando prestígio e importância no universo intelectual mais amplo.

As posições de Dante Moreira Leite também reverberam com significativa importância, sem, no entanto, terem o mesmo sucesso editorial de *Raízes do Brasil*, após o prefácio de Candido. Entre 1968 e 1992, contam-se quatro edições d’*O Caráter Nacional Brasileiro*, que, a partir de 1983, recebe uma “introdução” de Alfredo Bosi,

outro prestigiado intelectual uspiano, cujos campos de produção intelectual se intersectam com os de Antonio Candido, mas com posições teórico-analíticas significativamente diferentes. As leituras de Moreira Leite receberão o aporte que se apresenta ao leitor como parte do texto, não é prólogo ou prefácio, essa chancela se diz introdução, por conseguinte, parte integrante da obra e, assim, afirma Bosi ser o trabalho de Moreira Leite um:

[...] roteiro claro e honesto dos modos pelos quais se reiterou a pergunta sempre irrespondida ou mal respondida: afinal, o que somos nós, brasileiros?  
 [...] as idéias sobre a existência de “traços” psicológicos no interior de raças, nações ou povos derivam, em geral, de paixões, simpatias ou antipatias manipuladas por interesses que muito pouco têm a ver com a procura da verdade, não sendo portanto objeto idôneo da teoria científica. [...] [a] interrogação “quem somos nós enquanto nacionalidade?” não pode ser satisfeita nem pela sociologia, nem pela antropologia, nem pela psicologia, mas só por um “saber” sob suspeita, entre emotivo e dogmático, que se chama ideologia (BOSI in LEITE, 1992, p. 8).

O ponto arquimediano que fundamenta a argumentação de Bosi, corroborando as leituras de Moreira Leite, afirma uma mutação temporal do saber:

Certamente não é com uma penada insofrida que se removem os fantasmas dos “mestres do passado” para fora da estrada real que serve agora de leito à teoria crítica das ideologias. [...] *O caráter nacional brasileiro* está firmemente plantado no solo de nossa cultura letrada no qual ele fez um corte transversal fundo; e ao mesmo tempo, alimentando-se de um pensamento radical-democrata, a obra aponta os limites de classe e os infortúnios da condição colonial como os responsáveis reais pelas inconsistências denunciadas ao longo dessa viagem pelos explicadores do Brasil (IDEM, p. 10).

A caracterização do que, em Candido, seriam dois terços da tríade, está aqui inserida noutro quadro, no conjunto daqueles autores do Pós-Primeira Guerra, que expressam a “crise do patriciado rural” ao:

[...] generalizarem para o Brasil inteiro certas auto-imagens que as oligarquias (nordestina e paulista) também foram construindo para si mesmas. [...] crise real que a revolução de 30 porá a nu.[...] Então o brasileiro, cuja matriz não é mais o trabalhador forçado, mas o proprietário que já conheceu algumas décadas de próspera ociosidade, passa a ser “individualista”, “inquieto e desordenado”, “aventureiro”, “sensual” (particularmente com índias, negras e mulatas), “cobiçoso de riqueza fácil”, “tropicalmente lânguido”, “mandão”, “imitador dos luxos europeus”, “avesso às ordens do governo central”, “refratário às

hierarquias e a seu formalismo”, “amante de ostentação”, “amigo da palavra fácil”, “esquivo aos estudos científicos”, “cordial”, “generoso” etc. etc.(IDEM, p.11).

O texto de Bosi afirma a legitimidade de quadros etnopsicológicos como atributo da literatura, especialmente do romance europeu do séculos XIX e início do XX, ou dos estudos etnológicos de sociedades primitivas. Em sociedades complexas, só resultaria em estereótipos. E, conclui, o humanismo de Dante seria válido, calcado, de um lado, na referência a *Grande Sertão Veredas* e, de outro, nas lições da história de Caio Prado Jr. Daí afirmar em suma que:

Desfazendo os enganos de uma psicologia social já avelhantada, Dante Moreira Leite abria perspectivas para um reestudo da vida brasileira ou, nas suas palavras, para “um novo retrato do Brasil”, no qual os comportamentos fossem apreciados nos seus laços concretos com o regime econômico e social da nação. Este legado, que ele partilhou com a sua geração universitária, me parece o sentido mais puro de *O caráter nacional brasileiro* (IDEM, p. 14).

A chave interpretativa proposta por Moreira Leite para a leitura de *Raízes do Brasil* parte de uma cisão entre este ensaio e a obra de historiador de Sérgio Buarque, como já se anotou anteriormente. Essa cisão é muito significativa: junto com Cruz Costa, Sérgio Buarque de Holanda tornara-se um intelectual acadêmico, catedrático da USP, como faz questão de frisar Moreira Leite. Talvez por essa razão, atribua aos dois um estatuto mais positivo e ambíguo, na sua taxionomia temporal, em que aparecem os dois como pensadores mais ou menos “ideológicos” – de “transição” – segundo certo critério de pertença à academia, certos *a priori* do que seja a objetividade estrutural economicossocial e certo compromisso social com a transformação do país. De qualquer modo, o lugar de *Raízes do Brasil*, para Moreira Leite, é o da importância “datada”, ou se se quiser, a inovação crítica da obra ensaística fora superada por uma atitude crítica científica.

Nesse sentido, seus argumentos para a compreensão de *Raízes do Brasil* são bastante contundentes e destacam quase os mesmos pontos salientados por Candido n’*O significado*[...], mas, claro, com uma visão diferente. Anota o predomínio de informação histórica, mas submetida à “**perspectiva sociológica e psicológica**, que se revela principalmente na tentativa de **aplicação de tipologias sociais** à vida brasileira” (LEITE, 1992, p. 286. Grifos não originais).

Embora o principal a ser considerado na leitura, ao que tudo o mais estaria submetido, fosse que:

[...] o seu **objetivo** é fundamentalmente **político**, dando-se a esta palavra o seu sentido mais amplo, de discussão de **formas de governo** e seu **ajustamento a** determinada **população**. [...] é tentar **predizer, através da discussão de nosso passado, o futuro** provável da crise então vivida pela sociedade brasileira. Esse esquema, [...], esclarece o encadeamento dos vários temas apresentados no **ensaio** e, sobretudo, a sua constante preocupação com a relação entre **o indivíduo e o grupo**, bem como a relação entre **a cultura européia e a brasileira** (IDEM, p. 286-287).

Seguindo esse raciocínio, Leite acompanha a composição de *Raízes do Brasil* salientando, primeiro, o apelo à singularidade da experiência de transplantação da cultura européia para os trópicos, citando, inclusive, o texto: “desterrados em nossa terra”, como mote básico do primeiro capítulo: “Fronteiras da Europa” (IDEM, p. 287). Essa singularidade herdada de uma Ibéria, ela mesma singular – já que não integrada completamente à Europa –, donde adviria o “primeiro traço a distinguir”: “o culto da personalidade”. Daí decorreriam características culturais tais como: conseqüente dificuldade associativa, quando requisitadas solidariedade e ordenação; “pequena influência dos privilégios hereditários e elementos anárquicos da vida social” (IDEM, p. 287-288); além de ausência do culto ao trabalho. O que resultaria numa conclusão contraditória: a propensão aos regimes “ditatoriais e intransigentes”, como forma de controle e ordenamento.

A questão dos tipos “trabalhador e aventureiro”, para Moreira Leite, trariam contradições mais “evidentes”: a explicação do fracasso da ocupação holandesa, atribuído a motivos idênticos à ação bem-sucedida dos portugueses; e, o fato de aventureiros organizarem uma sociedade agrária. E ainda mais, a contradição só se aprofundaria na análise da “herança rural” que, postulando a preponderância da vida familiar como razão da invasão do público pelo privado e explicando a ornamentalidade da cultura brasileira, oscilaria entre consideração e a desconsideração da desigualdade social violenta da escravidão. Tais equívocos de ambigüidade e oscilação deviam-se, segundo Moreira Leite, ao fato de Sérgio Buarque não fundamentar sua abordagem no que deveria: a “peculiar organização da vida econômica” (IDEM, p. 289).

Sobre o ‘homem cordial’, Moreira Leite anota sua centralidade na argumentação da obra, mas adota uma postura descritiva que dá mais ênfase à polêmica com Cassiano Ricardo, designando-a ironicamente de “curiosa” e “cordial”, ainda que, de passagem,

considere a resposta de Sérgio Buarque, às objeções de Cassiano Ricardo, “interessante”. O que é coerente com seu entendimento geral da obra como ensaísmo político impressionista, de que a noção seria a expressão-mor. Já o capítulo final, “a nossa revolução”, foi reduzido a uma argumentação ainda mais asséptica, em que não vê nada mais que uma descrição da transição do mundo rural dominado pela elite nordestina para o urbano dominado pela elite cafeicultora, com a substituição do Império pela República, mas ainda marcada pela artificialidade das tradições ibéricas aristocráticas.

Desse modo, não é de se estranhar que sua síntese conclusiva seja a seguinte:

Esse esquema sugere que *Raízes do Brasil* se constrói em três conjuntos de dados ou três linhas de pensamento: a descrição intuitiva do brasileiro de classe alta; a descrição da passagem da vida rural para a vida urbana; a discussão das virtualidades políticas do Brasil, através de uma cultura *importada* e a realidade nacional. Como essas linhas de pensamento são inevitavelmente heterogêneas, é também inevitável uma contradição lógica na estrutura do ensaio[...] (IDEM, p. 291).

Da análise das três linhas, emerge no discurso de Dante um tom mais pesado de crítica denunciadora. À “descrição intuitiva do brasileiro de classe alta”, corresponde uma atitude de mascaramento do preconceito racial, pelo paternalismo em Freyre e pela cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda, e, cruzando imagens, alude à presença do emblema do tradicionalismo paulista na área do domínio açucareiro “nordestino”, para afirmar:

[...] os negros, colocados em situação que não ameaça os brancos, são tratados cordialmente. No entanto, quando os negros ameaçaram essa posição, foram tratados com crueldade: é suficiente lembrar a história do bandeirante que exibia as orelhas dos negros mortos em Palmares (IDEM, p. 292).

A segunda linha, a da “passagem da sociedade de rural para a urbana”, apresentaria recursos à sociologia, mas como, apesar de conhecer os autores referenciais, Leite aponta que Sérgio Buarque insistiria em singularidades, quando se tratavam de generalidades conceituadas noutras experiências, através de categorias que, dessa forma, não teriam sido certamente compreendidas por ele, que não soube operar com elas uma análise adequada. Dessa maneira, seriam incongruentes e inconsistentes, especialmente, as noções-chaves de cultura ibérica, patrimonialismo e liderança individual, como apresentadas em *Raízes do Brasil*.

Sobre a terceira linha, a das “virtualidades políticas do Brasil”, Moreira Leite faz um balanço dos acertos e equívocos. Na conta dos acertos, está a percepção do fascismo como reação – ao que aduz : “o que não era comum na época” – e do integralismo como versão acomodada e conservadora do primeiro. Mas, à concepção correta da falta de disciplina do PC do Brasil, não corresponderia um diagnóstico adequado da saída revolucionária que:

[...] só obteria êxito se estivesse de acordo com o caráter nacional – embora o autor não empregue a expressão. No entanto, como antes já admitiu que esse caráter está em transformação, essa hipótese perde grande parte de sua força.

Em resumo, [...] percebe as transformações da vida social, mas, apesar disso, continua preso à idéia de características nacionais, de um passado que determina o presente. Daí as inevitáveis contradições de seu ensaio – que continua válido não por sua teoria global, mas por algumas observações parciais e reconstrução histórica de alguns episódios e de alguns aspectos da vida brasileira (IDEM, p. 292-293).

Tal conclusão mostra-se, hoje, contraditória com o argumento central que sustenta a divisão em fases, proposta pelo próprio Moreira Leite. A crítica negadora da essência de *caráter* de um povo se encontra com o sentido generalizante de fases evolutivas de um povo, na busca historicista do fundamento primeiro e último da determinação. Mas esse é o debate do período: uma gradação de múltiplos entrecruzamentos entre pólos, de um lado, o da essência e, do outro, o das leis, modelos, tipos ou estruturas determinantes da dinâmica social. Ou, se se quiser, a variação de ênfase epistêmica entre os pólos do objeto e do sujeito do conhecimento na fundamentação das ciências sociais ou humanas. De todo modo, o reconhecimento, tanto por Moreira Leite como por Antonio Candido, do caráter ensaísta de *Raízes do Brasil*, indica uma diferença de lugar e de modo de autorização do saber social no Brasil nas três décadas anteriores, e que dá sentido intelectual-acadêmico ao debate em questão.

#### **4. Os fundamentos da canonização**

O trajeto editorial do livro *Raízes do Brasil* aponta outros indícios importantes de seu lugar no debate intelectual. O marco divisor das 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> edições (1963 e 1969) – a da UNB, que o inscreve em um rol referencial moderno e a do aporte do prefácio *O Significado* [...], de Antonio Candido – cria um antes e um depois na recepção da obra,

que são constitutivos, de modos diversos, de seu estabelecimento como cânon. O **antes** trata de sua afirmação e o **depois** trata de sua consagração como *Clássico Moderno* do pensamento social brasileiro. Como já o indicava a diferença de apreciação entre Dante Moreira Leite e Antonio Candido, a questão da afirmação de *Raízes do Brasil* remete a mudanças importantes na sociedade brasileira e, por conseguinte, mudanças também dos modos de produzir e legitimar o saber sobre o social.

Entre as décadas de Trinta e Sessenta do século XX, ocorre uma reestruturação do universo intelectual brasileiro, tanto pela intervenção do Estado pós-Revolução de Trinta, especialmente, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1931, e seus múltiplos desdobramentos, quanto pelo desenvolvimento de um mercado consumidor e produtor de cultura de tipo industrial e massificado num país em franca urbanização e incremento da industrialização. O que articula produção e difusão de saber e informação de um novo modo, em diferentes âmbitos de massificação e estrutura empresarial, no qual se encontram editoras, jornais, rádio, teatro, cinema, televisão e instituições de ensino, pesquisa, preservação e produção culturais.

Nesse sentido, as datas de 1936, 1948, 1956, 1963 e 1969, correspondentes às cinco primeiras edições de *Raízes do Brasil*, são indicadoras preciosas do lugar da obra em meio a essa reestruturação, e que, somadas às primeiras edições de suas traduções em outros idiomas – 1954, no italiano, e 1955, no espanhol – pontuam o sítio de sua afirmação como obra referencial do pensamento social brasileiro<sup>17</sup>. Contudo, essas datas devem se associar ao gênero da obra e aos modos de legitimação de saber em que se produziu e difundiu.

*Raízes do Brasil* vem a público, em 1936, como livro, iniciador da série *Coleção Documentos Brasileiros*, da inovadora Livraria José Olympio Editora<sup>18</sup>, com um prefácio de Gilberto Freyre. A José Olympio Editora se estabelecia, então, como o lugar dos modernos, publicando quase todos os novos nomes que se tornariam referenciais da literatura e do pensamento sobre o social, estabelecendo um novo círculo de sociabilidade de intelectuais, após a fase combatente dos modernismos, com seus famosos manifestos, intrigas e brigas, que caracterizaram os Anos Vinte. Esse novo

---

<sup>17</sup> As edições brasileiras, a partir da 2ª, foram objeto, por parte de seu autor, de intervenção no texto, mas as intervenções são pontuais nas 3ª, 4ª e 5ª, diferente das alterações estruturais do texto na 2ª edição. Quanto às traduções de *Raízes do Brasil*, além da já referida para o francês, também existem para o japonês e o alemão, por exemplo. Mas todas elas ocorreram após 1969, já na fase de consagração.

<sup>18</sup> A Livraria José Olympio Editora foi criada, em 1931, em São Paulo, mas, já em 1934, transferiu sua sede para a capital do país, o Rio de Janeiro, instalando-se na Rua do Ouvidor, onde permaneceu até a Década de Cinquenta. Essa estada na Rua do Ouvidor correspondendo ao seu período áureo.

lugar não substituía as rodas em torno das revistas ou da boemia, mas estabelecia um lugar de difusão das idéias, independente do Estado, num sistema empresarial de editoração, que rompia o voluntarismo amadorista, até então dominante nos círculos modernistas, ao dar uma alternativa mais aberta ao fechado circuito da ‘Era da francesa Garnier’, que dominara o restrito mercado brasileiro de livros desde o fim do século XIX.

Esse papel inovador e nacionalista de José Olympio se mostra claramente nessa estratégia de lançar *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda: um novo autor, abrindo uma nova série editorial sobre o Brasil, prefaciado pelo novo nome em evidência, Gilberto Freyre, já famoso, então, por sua nova interpretação do Brasil, no grande e polêmico sucesso *Casa-Grande e Senzala* (1933), também um lançamento de José Olympio. Nesse prefácio, Gilberto Freyre – o diretor dessa série editorial *Documentos Brasileiros* –, afirma de pronto:

A série que hoje se inicia com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, vem trazer ao movimento intellectual que agita nosso paiz, á ancia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova intelligencia brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário á biografia; desde o documento em estado quasi bruto á interpretação sociologica em forma de ensaio.

O caracteristico mais saliente dos trabalhos a ser publicados nesta collecção será a objetividade. (FREYRE In HOLANDA, 1936, p. V).

Logo em seguida, após elogios à iniciativa do dono da editora, acrescenta que, nessa série, ele e José Olympio demonstram: “[...] o interesse pela divulgação do documento virgem e do estudo documentado que fixe, interprete ou esclareça aspectos significativos da nossa formação ou da nossa actualidade.” (IDEM); e, mais à frente, depois de comentar os vários textos já escolhidos da série, encerra o prefácio, afirmando: “É com o fim de procurar revelar material tão rico e de um valor tão evidente para a compreensão e a interpretação do nosso passado, dos nossos antecedentes, da nossa vida em seus aspectos actuaes mais significativos, que aparece esta collecção.” (IDEM, p. IX)<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Esse texto de Gilberto Freyre é, mais precisamente, um prefácio da série editorial, que se iniciava, e não exatamente o prefácio do livro, em que se insere. De fato, o texto foi intitulado, em letras garrafais, DOCUMENTOS BRASILEIROS; e, afora as rápidas referências, acima citadas, os únicos comentários sobre a obra e o autor se resumem ao seguinte parágrafo: “os organizadores desta Collecção foram ainda felizes podendo fazer o trabalho de Sérgio Buarque de Hollanda o seu volume n.º 1. O escritor paulista é

Também é preciso anotar que, a editora de José Olympio não se limitou a produzir essa importante série editorial. ‘A Casa’, como se referia à editora o próprio José Olympio – conhecido tanto pela inovação quanto pela centralização como empresário –, abrigou os principais nomes modernistas entre os Anos Trinta e os Anos Cinquenta. Além de Sérgio Buarque e Gilberto Freyre, na lista de autores constam os nomes de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rêgo, Rachel de Queiróz, Plínio Salgado, Graciliano Ramos, Jorge Amado, por exemplo. Sérgio Buarque se encontra entre os mais perenes e fiéis à ‘Casa’; além de muitas edições de *Raízes do Brasil*, outros dois de seus principais livros, os trabalhos historiográficos, *Caminhos e Fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1958), foram também publicações iniciais da editora de José Olympio.

Mas, se *Raízes do Brasil* é fruto do amadurecimento dos círculos modernistas que se institucionalizam pelo desenvolvimento de um novo mercado editorial, também se liga a outro universo intelectual emergente: a estruturação das universidades e seu processo de legitimação dos saberes acadêmicos no Brasil. Essa estruturação dá-se na associação da reconhecida autoridade universitária estrangeira, especialmente européia<sup>20</sup>, através da contratação dos professores visitantes, com a informalidade da formação dos brasileiros contratados pela indicação de sociabilidades intelectuais, sob a autorização da figura do “notório saber”. Esse modelo adquire sistematicidade nos poderes públicos, sobretudo, pelo exemplo dado pela Universidade de São Paulo (1934) e pela Universidade do Distrito Federal (1935)<sup>21</sup>.

---

uma daquelas inteligências brasileiras em que melhor se exprimem não só o desejo como a capacidade de analisar, o gosto de interpretar, a alegria intelectual de esclarecer. Quando apareceu ha dez ou doze annos, ao lado de Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) – Talvez a vocação mais pura de crítico que já surgiu entre nós – foi logo revelando as qualidades e o gosto, que agora se affirmam victoriosamente.” (IDEM, p. V-VI).

<sup>20</sup> A contratação de professores de universidades estrangeiras, sobretudo européias, para dirigir temporariamente cátedras, articulando ensino, pesquisa e extensão na orientação de trabalhos e assistidos por professores locais; foi uma das estratégias mais exitosas e visíveis para o desenvolvimento da USP e da UDF – até seu fechamento precoce. A USP manteve essa prática regular mesmo quando as cátedras já estavam consolidadas. Dentre essas muitas vindas, destacam-se, no âmbito das ciências sociais, as “missões francesas” dos Anos Trinta e Quarenta, em que vieram para a USP nomes, geralmente em início de carreira, como Fernand Braudel, Roger Bastide, Pierre Monbeig e Claude Lévi-Strauss, por exemplo. Contudo, intelectuais já consagrados, como o professor, catedrático da Sorbonne, Henri Hauser, que esteve na UDF, durante o ano letivo de 1936, foram raros.

<sup>21</sup> Para um debate mais qualificado em torno das questões dos Reformadores da Educação e seus embates e composições com a República Velha e com a Era Vargas, especialmente as concepções e gestão educacionais de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que estão na base, de modos diferentes, dos projetos da USP e da UDF, ver: BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da Educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; e CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**. 3.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007, especialmente os capítulos 3 e 4.

É na condição de professor assistente dos visitantes Henri Hauser – em história moderna e econômica – e Tronchon – em literatura comparada – que Sérgio Buarque de Holanda ingressa na docência universitária no início do ano letivo de 1936<sup>22</sup>. Em outubro desse mesmo ano, publica *Raízes do Brasil*. Formalmente, não há nenhuma relação necessária entre esses eventos: o livro não é nem uma produção nem uma exigência de qualificação universitária. Entretanto, é inegável a chancela que sua publicação dá a um bacharel em direito, crítico literário e jornalista de profissão, que assume a docência universitária no âmbito das ciências sócio-históricas, especialmente no papel de assistente de um dos nomes referenciais da emergente história social e econômica, Henri Hauser<sup>23</sup>.

Portanto essa ambivalência indica uma ambigüidade de *Raízes do Brasil* – espécie de ‘pecado original’ – a pertença a dois universos de produção e legitimação de saber, que tendem à autonomia, a partir de então, na experiência intelectual brasileira. De um lado, o debate cultural erudito de fronteiras fluidas entre filosofia, ciência e arte, herdeiro do século XIX, em termos de sociabilidades e instituições<sup>24</sup>. Do outro lado, uma montagem inicial que projeta uma tendência à especialização ordenada pelo *habitus* acadêmico, tendente à separação hierárquica entre ciência, filosofia e arte, num novo regime de verdade. Ou noutras palavras, uma obra, ao mesmo tempo, da *doxa* para a ciência e da ciência para a *doxa*. Essa ambivalência, na maior parte das vezes não suficientemente salientada, é integrante do debate de afirmação e canonização da obra, seja nos argumentos de confirmação ou nos de ultrapassagem canônicas, com entrevisto, acima, na divergência de leitura entre Antonio Candido e Moreira Leite.

---

<sup>22</sup> Assume esse lugar através da indicação do amigo das jornadas modernistas, Prudente de Moraes Neto – diretor da Faculdade de Filosofia e Letras –, aprovada pelo Conselho de Diretores da recém-criada Universidade do Distrito Federal. Mas, já em 1937, passa a professor adjunto de História Moderna e Econômica e de Civilização Luso-Brasileira, permanecendo no cargo até o fechamento da instituição, em 1939.

<sup>23</sup> Henri Hauser (1866-1946), famoso historiador do capitalismo dos séculos XVI e XVII, foi um dos grandes responsáveis pela consolidação da história econômico-social na França, especialmente a partir de 1915, com a publicação de **Les Méthodes Allemandes d'Expansion Économique**, e, sobretudo, a partir de 1920, quando passou a ocupar a, então, nova cátedra de História Econômica dos Tempos Modernos e Contemporâneos da Sorbonne, na qual foi substituído por Marc Bloch, a partir de 1936.

<sup>24</sup> Em um país sem universidades, a formação de ensino superior dos pensadores sociais brasileiros, até os Anos Trinta do Século XX, ficou, geralmente, a cargo das faculdades brasileiras de Medicina, Engenharia e Direito. Essa também era, quase sempre, a formação buscada pelos que recorriam às universidades européias e norte-americanas. Portanto, a formação dos pensadores sociais tornava-se basicamente autodidata, encontrando nos jornais, depois também nas revistas, e em academias de ciências, artes e ofícios e nos Institutos históricos e geográficos, os poucos lugares de institucionalização. Desse modo, havia pouco espaço para especializações, mantendo-se uma enorme fluidez entre ciência, filosofia e arte.

Desse modo, a ideia de Moreira Leite, de classificar *Raízes do Brasil* como exemplo de ‘transição’, tem certa pertinência e deve ser aqui retida (LEITE, 1992). Muito embora sua visão etapista de sucessão entre os campos e processos de legitimação intelectual da produção do saber se mostrar problemática, por encobrir os laços, muitas vezes ambíguos, entre esses campos, especialmente, entre os Anos Trinta e Sessenta do século passado, em que o universo acadêmico universitário ainda não se encontra plenamente consolidado<sup>25</sup>. Assim, também deve ser aqui retido o ‘caráter conciso’, contrário à abundância do rebuscado bacharelesco dominante, até então, no debate intelectual brasileiro, e também a ‘referência de ciência social moderna’ que caracterizam o escopo seminal da obra, como o salienta Antonio Candido. No entanto, é preciso deslocar esse debate do ‘mito de origem’ em que ficou preso. O que requer tratamento de um início e seus fundamentos, despiando-os da narrativa misteriosa naturalizadora de uma presumida grandeza atemporal imanente, tramada por predicados superlativos substantivados, louvadores ou detratores.

## 5. As sementes e o plantio de ‘Raízes do Brasil’

Uma pergunta básica: a partir do que um jornalista e crítico literário, formado em Direito, elaborou um **ensaio** de sociologia histórica da formação do Estado-Nação brasileiro, que, de imediato, teve o efeito de autorização intelectual no debate e na rede institucional de produção das ciências sócio-históricas? Uma primeira constatação é a de que essa obra, hoje tão consagrada, não veio a público, em 1936, sem uma longa trajetória de formação intelectual que deu escopo ao seu autor para elaborá-la<sup>26</sup>. O que

---

<sup>25</sup> É importante lembrar, por exemplo, que entre os autores da tríade dos clássicos modernos do pensamento social brasileiro e referencial das ciências sociais no Brasil, apenas Gilberto Freyre teve uma formação especializada em ciências sociais, com uma pós-graduação nos Estados Unidos. Ainda assim, *Casa-Grande e Senzala*, sua grande obra, é um ensaio de interpretação do Brasil, do mesmo modo que os outros dois livros referenciais: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. De fato, o único dos autores da tríade a seguir carreira universitária foi Sérgio Buarque de Holanda, cuja formação como historiador se completou, junto com algumas experiências de docência universitária, no exercício da direção do Museu Paulista (1946-1956), antes de assumir a cátedra de Civilização Brasileira da USP. Caio Prado chegou, por concurso, ao título de livre docente em Economia Política, na Faculdade de Direito da USP, mas ficou impedido de exercer as funções universitárias, porque não foi admitido como efetivo nos quadros institucionais.

<sup>26</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) começou na crítica literária e cultural muito jovem, levado por Afonso D’Escragno Taunay, seu professor de história no Colégio São Bento e grande amigo de seu pai. O artigo originalidade literária, seu primeiro texto publicado, é de 1920. Ver, especialmente, a coletânea organizada por Antonio Arnoni Prado: HOLANDA, S. B. **O Espírito e a Letra**, estudos de crítica literária I (1920-1947). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

assim entra em jogo, nesse caso, é a formação do modernista e como, a partir dela, se direciona o autor para a elaboração de um ensaio de caráter sócio-histórico.

Uma primeira questão, que aqui se coloca, é a de saber de qual modernismo se trata ao se falar de Sérgio Buarque de Holanda. A resposta mais óbvia seria a do modernismo brasileiro, mas esse, afora traços importantes – mas muito genéricos –, é marcado por uma profusão de propostas e expressões diversas e freqüentemente rivais, especialmente nos Anos Vinte, período de sua efervescente emergência e do surgimento do jovem crítico literário, Sérgio Buarque de Holanda. Na conta dos traços genéricos do modernismo brasileiro, há: um tempo reivindicado, o do progresso; um lugar a defender, a identidade da nação; um meio de expressão privilegiado, a cultura erudita; um sujeito consciente do sentido, a vanguarda intelectual. Entretanto, os modos propostos e praticados são muitos. O tempo do progresso pode guardar formas antigas ou saudades do passado ‘superado’<sup>27</sup>. A identidade nacional pode ser pretendida como ‘pura’, una, multiregional ou antropofágica<sup>28</sup>. As expressões culturais eruditas se fazem atentas ao popular, entendido como tradição folclórica, ou podem expressar o coloquial cotidiano. No entanto, todos se encontram num ‘campo de batalha das certezas’ projetivas e ordenadoras: o das vanguardas intelectuais modernas radicalizadas pela ‘crise dos modelos do século XIX’, especialmente, no pós Primeira Guerra Mundial<sup>29</sup>. De fato, esses traços, especialmente o último, são caracterizadores dos embates da Modernidade de então.

Progresso, desenvolvimento, revolução, indústria, urbanização, tecnologia, ciência e arte, como expressões de potência e avanço da Civilização, estão em redefinição pelos modernismos sob o parâmetro do enfrentamento do presente com o passado. Do culto da força bélica do ‘futurismo’ de Marinetti à ação de choque de estranhamento do dadaísmo, passando pelos conflitos imperialistas e pelos projetos utópicos de anarquistas, comunistas e fascistas, um mesmo substrato, o da ‘consciência

---

<sup>27</sup> Nesse sentido, é interessante lembrar que: Graça Aranha participou na linha de frente de vários empreendimentos modernistas, apesar do academicismo de sua produção; Gilberto Freyre, com seu saudosismo assumido, manteve uma ambivalência face aos vanguardismos do movimento; do conservador círculo católico carioca, emergiu a poetiza Cecília Meireles, dentre tantos outros exemplos.

<sup>28</sup> Ver especialmente: Manifesto da Poesia Pau-brasil (1924), de Oswald de Andrade; Programa do Centro Regionalista do Nordeste (1926); Manifesto do Grupo Verde de Cataguazes (1927); Manifesto Antropófago (1928), de Oswald de Andrade; e Manifesto Nhengaçu Verde Amarelo ou da Escola da Anta (1929).

<sup>29</sup> A crise européia, a emergência dos fascismos, a afirmação dos EUA como potência herdeira da modernidade européia e o fortalecimento do socialismo soviético foram referenciais das vanguardas modernistas, seja na ruptura inovadora ou na luta contra a decadência; à esquerda ou à direita, a maioria dos projetos se pretende à vanguarda.

histórica' como atributo de uma elite designada por metáfora militar, ou como bem o afirma Zygmunt Bauman:

*Avant-garde* significa, literalmente, vanguarda, posto avançado, ponta-de-lança da primeira fila de um exército em movimento: um destacamento que se move na frente do corpo mais importante das forças armadas – mas permanece adiante apenas com o fim de preparar o terreno para o resto do exército. (...) A vanguarda dá à distância que a separa do grosso da tropa uma dimensão temporal: o que está sendo feito *presentemente* por uma pequena unidade avançada será repetido *mais tarde*, por todas. A guarda é considerada “avançada” na suposição de que “os restantes lhe seguirão o exemplo”. (...) O conceito de vanguarda transmite a idéia de um espaço e tempo essencialmente ordenado (...). Num mundo em que se pode falar de *avant-garde*, “para a frente” e “para trás” têm, simultaneamente, dimensões espaciais e temporais (BAUMAN, 1998, p. 121. Grifos originais).

Ordenamento do tempo-espaço de uma cultura, de uma sociedade, de um Estado no mundo, a partir do seu presente. Por conseguinte, o vanguardismo modernista enuncia a hegemonia de uma temporalidade em um novo regime de historicidade, um **presentismo futurista** que pretende ordenar o lugar, de um certo modo, segundo cada projeto. Dentro do emaranhado vanguardista dos projetos modernistas no Brasil, Sérgio ocupará uma posição muito peculiar, a de “embaixador do modernismo paulista na capital federal”<sup>30</sup>. Nessa posição, o que emerge não é tanto a ação criativa e sim a reflexiva, sua produção é caracterizada pelo papel de crítico da cultura e da produção estética, seja nos artigos para periódicos de grande circulação, seja na representação da revista *Klaxon* ou na co-direção da revista *Estética*, ao lado do amigo Prudente de Moraes Neto<sup>31</sup>.

Essa posição foi alcançada a partir de seu aparecimento em São Paulo, dois anos antes da famosa Semana de 22, como um jovem crítico, inovador, erudito e algo excêntrico, capaz de versar sobre a sensualidade do tango, os fundamentos positivistas da república, a tendência brasileira imitativa da Europa; e de falar de Goethe, de escritores latino-americanos, de críticos literários brasileiros, de vanguardas européias,

<sup>30</sup> Sérgio Buarque de Holanda, depoimento ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2.

<sup>31</sup> Nesse período de militante modernista, especialmente durante a direção da Revista *Estética*, gostava de instigar o debate anunciando, inclusive nas páginas da Revista, trabalhos de ficção, romances e contos, com títulos insólitos e que jamais chegou ou, melhor, tentou realizar. Dentre esses anúncios, destacam-se: *O automóvel adormecido no bosque*; *Ipsilon, o magnífico ou Recordações de um homem elástico*; *Jesus Cristo na intimidade* e *Rui Barbosa nunca existiu*. Mas, de fato, só chegou a realizar um único trabalho de ficção – de gênero mai extenso –, o conto surrealista *Viagem à Nápoles*, publicado primeiro em 1931, e depois, em 1941, re-escrito.

com muita segurança e certa petulância<sup>32</sup>. Desse modo, é com o cartão de visitas de representante da geração dos “novos de São Paulo” que adquire o passaporte de seu ingresso no circuito intelectual e boêmio do Rio de Janeiro, onde passará a morar, em 1921, formando-se em Direito. Nesse sentido, fez o percurso costumeiro dos intelectuais brasileiros desde o século XIX, formação em bacharel, acesso à publicação pelo circuito informal de sociabilidade intelectual e depois ingresso nas instituições do Estado, como garantia de sobrevivência profissional.

Nesse período entre 1920-1929, surge o jovem crítico paulista, formado nas melhores escolas<sup>33</sup>, inquieto e problematizador da tradição. A tensão temporal de um novo regime de historicidade, anunciado pelos modernismos, aparece em seus trabalhos como uma avaliação reflexiva de legados, uma crítica da memória dos tradicionalismos e dos formalismos. De fato, nos primeiros escritos do jovem Sérgio, já são indicados e problematizados: a pesada ‘herança rural’, o legado católico aristocrático ibérico e a prática da imitação cultural ‘macaqueadora’ das formas européias<sup>34</sup>. Noutras palavras, tais escritos procuram articular, em uma nova direção, a velha pauta estabelecida desde o Romantismo e reconfigurada pelos cientismos da, então, hegemônica ‘Geração de 70’. Daí o re-enquadramento das questões a partir de recorrente referência a autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Clóvis Bevilacqua e Joaquim Nabuco, nesses primeiros trabalhos do jovem crítico modernista (PRADO in HOLANDA, 1996; CARVALHO, 2003; CASTRO, 2002). Em suma, esses textos focados na literatura, embora não exclusivamente, já tratam dos dilemas da ‘civilização’ no e do Brasil e a as dificuldades do desenvolvimento de uma *Kultur* original e moderna, como também se verá em *Raízes do Brasil*.

Mas nem tudo nessa formação é continuidade anunciadora, por exemplo: a recorrência – ainda que re-enquadrada – aos autores da Geração de 70, o monarquismo

---

<sup>32</sup> Parte significativa dos artigos de crítica literária e da cultura, dos Anos Vinte, se encontra publicada na coletânea organizada por Antonio Arnoni Prado: HOLANDA, S. B. **O Espírito e a Letra**, estudos de crítica literária I (1920-1947). São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Mas ficaram de fora alguns artigos importantes, como os de posicionamento monarquista, por exemplo: “Viva o Imperador!”; “A Bandeira Nacional”, e “A Quimera do Monroísmo”, publicados entre junho e agosto de 1920 na revista *A Cigarra*; e que podem ser encontrados na Coleção SBH do SIARQ/UNICAMP.

<sup>33</sup> Escola Progresso, Instituto Caetano de Campos e Colégio São Bento, exemplares do que melhor dispunha a elite paulistana, foram as instituições da formação escolar do “precoce” intelectual Sérgio Buarque de Holanda, que, segundo ele mesmo conta, já aos cinco anos, para espanto dos familiares, lera sozinho o título do jornal: “O Estado de esse pé”, e que aos nove anos teve publicada uma valsa de sua autoria, *Vitória Régia*, na revista *Tico-Tico*. Esses eventos, destacados por ele e seus memorialistas, somado ao também “precoce” início de sua carreira de publicista, aos dezoito anos, têm funcionado, em uma trama narrativa de predestinação biográfica, como sinais do gênio.

<sup>34</sup> Ver, especialmente, a coletânea organizada por Antonio Arnoni Prado: HOLANDA, S. B. **O Espírito e a Letra**, estudos de crítica literária I (1920-1947). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

e o antiamericanismo dos primeiros escritos, serão logo atenuados, esquecidos ou abandonados. Também a defesa do ‘futurismo paulista’, que fazia questão de mostrar como distinto e contrário ao de Marinetti (HOLANDA, 1996, p. 131-134), perderá muito do seu sentido em meio às instabilidades diversificadoras e à multiplicação de trabalhos e manifestos modernistas<sup>35</sup>. Seu posicionamento entusiasta de militante diminui à medida que aprofunda seu labor crítico e acentuam-se as diferenças entre os autores e grupos dos círculos da vanguarda modernista brasileira<sup>36</sup>. Entretanto, o re-enquadramento do legado histórico em um novo regime de historicidade continuará a ser refinado em seus trabalhos. De fato, muito da perda do entusiasmo militante modernista se deve ao aprofundamento reflexivo nessa perspectiva.

Outra importante descontinuidade nesse processo de formação intelectual aparece com o exercício do jornalismo. Essa atividade se dá como resultante da ampliação do círculo de ação de crítico e diretor de revista na militância modernista, mas também exige o desenvolvimento de outras habilidades intelectuais. O ‘jovem Sérgio’, recém-formado bacharel em Direito, chegou mesmo a dirigir um jornal do interior do Espírito Santo, mas rapidamente voltou ao Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar em agências de notícias e nos Diários Associados, de Assis Chateaubriand<sup>37</sup>. Essa ação no campo jornalístico também é parte fundamental na sua formação intelectual, e tão decisiva quanto sua atuação como crítico literário e da cultura, para a elaboração de *Raízes do Brasil*.

A estada capixaba terá um importante impacto na visão do modernista, que aponta para a problematização sócio-histórica, mas sem a sofisticação teórica do futuro pensador social, como expressa em artigo intitulado *Notas do Espírito Santo* (1927):

O estudioso que, à maneira do Sr. Oliveira Viana, se dispusesse a fazer um minucioso exame etnológico da população atual do Espírito

---

<sup>35</sup> Seu vanguardismo de crítico centrado na permanente busca da originalidade irá afastá-lo de alguns companheiros modernistas mais moderados e com pendores conservadores, como nos casos de rompimento com Guilherme de Almeida e, depois, com Graça Aranha.

<sup>36</sup> Um bom exemplo – mas não o único – de denúncia, do que considerava falsas vanguardas modernistas, é o artigo “O lado oposto e os outros lados”, publicado originalmente na *Revista do Brasil* (1926), presente na coletânea organizada por Antonio Arnoni Prado: HOLANDA, S. B. **O Espírito e a Letra**, estudos de crítica literária I (1920-1947). São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 224- 228. Esse artigo em que expressa sua desilusão com as ‘falsas vanguardas’, também marca seu retiro do Rio de Janeiro para Cachoeiro do Itapemirim, no interior do Espírito Santo.

<sup>37</sup> Dirigiu o jornal *O Progresso* de Cachoeiro do Itapemirim-ES, onde recebeu a curiosa e crítica alcunha de “Dr. Progresso”, como costumam salientar ele próprio e seus memorialistas, em mais um evento sinalizador do gênio, cujas duração e datação são imprecisas: de um a dois anos, 1926 e ou 1927.

Santo, acharia talvez que apenas uma minoria quase insignificante nessa população possui velhas raízes na terra que habita.

A quase totalidade imigrou precisamente nestes últimos 30 ou 40 anos. [...] a população autenticamente capixaba é escassíssima [...], seria difícil fixar os caracteres comuns a essa gente. Não só difícil como inútil e fastidioso. Os mineiros, baianos, fluminenses e nordestinos além dos alemães pomerânios e saxônicos, dos italianos, dos austríacos, dos suíços, dos sírios, dos portugueses que se estabeleceram não deixarão decerto nos próximos descendentes mais do que uma vaga lembrança de sua origem exótica. O próprio ambiente, a exuberância da natureza que os cerca se encarregarão de perfilhar esses transplantados. Porque não creio que exista outro lugar em que nossa paisagem afirme com maior segurança, com maior poder de convicção, que estamos em terra brasileira e, mais, que precisamos, que devemos nos conformar com as promessas e até com as imposições que essa sugestão nos apresenta. Diante do trabalho magnífico que o esforço dos homens começa a realizar em todo Estado, a nitidez com que me pareceu tal constatação trouxe-me muitas vezes a idéia de que provavelmente essa natureza tão peculiar desaprova o estilo de civilização que o mundo europeu nos transmitiu e pus-me a imaginar de mil jeitos a nova síntese por ora imprevisível, mas que ocorrerá por força, entre esses dois elementos que hoje já começam a nos aparecer quase antagônicos: de um lado, a herança da cultura européia ainda tão acentuada e, de outro, esse “espírito da terra” que os mais aptos ainda não principiaram a compreender. Só a candidez que faz com que nos imaginemos eternamente presos às imagens de cultura que nos propõem os Estados Unidos e o Velho Mundo se recusa a crer que dessa síntese possa resultar um desastre para o ideal de civilização que aportou ao Brasil com os primeiros colonizadores. [...].

O contraste formidável entre rudeza magnífica do ambiente e o esforço do trabalho humano para integrar essa natureza na sua ordem e nos seus sistemas inspirou-me essa digressão. [...].

Falei da significação do trabalho humano e insisti em dizer que essa observação para o ponto de vista que me proponho tem uma importância que eu desejaria acentuar particularmente. Isso porque a índole do esforço que desenvolve esse trabalho me parece singularmente merecedora de consideração. Em Cachoeiro do Itapemirim, uma cidade moderna e com melhoramentos que proporcionam o melhor conforto aos seus habitantes, com esgotos, calçamento, iluminação elétrica e até uma linha de bondes elétricos, com um centro social bastante adiantado, não senti no povo essa resistência a certa ordem de trabalhos, tão geral até hoje no Brasil e que herdamos dos tempos em que as famílias mandavam para o comércio os filhos que “não davam pra nada”. Ali essa tradição já não tem sentido, ou talvez, ainda não tenha sentido. Há alguns anos os moços da melhor sociedade entregavam-se sem constrangimento a profissões como a de alfaiate ou tipógrafo. Havia mesmo para eles um certo tom de nobreza nesses ofícios, por isso que não dependiam de um esforço material excessivo. Mas, de um modo geral, nenhuma profissão era *tabu* mesmo para os que dispunham de maiores recursos. [...] (HOLANDA, 1989, p. 89-92).

Também nesse início da atuação como jornalista é fundamental salientar a oportunidade de outra marcante e mais famosa estada, a alemã (1929-1930). Sérgio Buarque foi convidado por Assis Chateaubriand para ser correspondente nos países bálticos e na Alemanha, onde permaneceu quase todo tempo, e, desse modo, pode imergir na cultura alemã, como notaram e anotaram tantas vezes seus memorialistas (BARBOSA in HOLANDA, 1989; DIAS, 1985; CANDIDO in HOLANDA, 1995)<sup>38</sup>. Esse mergulho foi marcado pelo trabalho de tradutor na revista *Duco* e de filmes alemães, como o *Anjo Azul*; no encontro com Thomas Mann e no contato de amizade com Theodor Däubler; e, sobretudo, nas lições assistemáticas na Universidade de Berlim, com o mestre de tradição historicista Friedrich Meinecke, que resultaram no manuscrito *Teoria da América*, base inicial de *Raízes do Brasil*<sup>39</sup>.

Mas, para além da oportunidade de viagens e do impacto existencial das estadas, o trabalho de jornalista traz outra questão à formação intelectual do autor de *Raízes do Brasil*. É a partir de sua atuação como jornalista, especialmente como correspondente dos Diários Associados na Alemanha, que Sérgio Buarque passa a refinar também outra habilidade, fundamental à prática do ofício do historiador: o exercício da narrativa articuladora e construtora do fato. Nesse sentido, é importante notar que suas reportagens da Alemanha se encontram numa articulação reflexiva de investigação e crônica, que constituem campos partilhados, embora com especificidade de uso, tanto do jornalismo quanto da historiografia<sup>40</sup>. Esse exercício expresso nos artigos propiciará uma maturação narrativa que se manifestará claramente, a partir dos Anos Trinta, numa incursão no conto, no escopo histórico de *Raízes do Brasil* e nos subsequentes trabalhos historiográficos do autor.

---

<sup>38</sup> Ver também, muito especialmente: “Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda”, de Maria Amélia Buarque de Holanda in HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**, edição comemorativa dos 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 421- 446; E ainda: depoimento de Sérgio Buarque de Holanda ao MIS, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2; e, **Sérgio Buarque de Holanda Vida e Obra**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Arquivo do Estado: Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1988.

<sup>39</sup> “Teoria da América” era o título do manuscrito, nunca publicado, de aproximadamente 400 páginas, que Sérgio Buarque trouxe da Alemanha, e que serviu de base para *Corpo e Alma do Brasil* e *Raízes do Brasil*. Ver especialmente: Depoimento de Sérgio Buarque de Holanda ao MIS, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2.

<sup>40</sup> O conjunto dos artigos jornalísticos, do e sobre o período da estada alemã, se encontra publicado na já citada coletânea, organizada por Francisco de Assis Barbosa, **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. Dividida em três partes, cada uma com textos introdutórios de Francisco de Assis Barbosa, Antonio Candido e Manuel Bandeira, respectivamente. A respeito da questão aqui levantada, ver as partes II e III.

Portanto, a formação autodidata de pensador social, do autor de *Raízes do Brasil*, estava basicamente concluída, quando desembarca de volta à capital do país, em janeiro de 1931. Ou como afirma um de seus mais respeitados memorialistas:

Com a viagem à **Alemanha**, encerra-se para Sérgio uma **etapa** da mocidade, a **de seu aprendizado**. Daí para adiante, a vida terá outro sentido. O trabalho de correspondente no exterior ainda é uma tarefa circunstancial, sem o caráter da permanência. (...) É um intelectual em disponibilidade, sem a preocupação de estabilizar-se numa profissão que lhe assegurasse o futuro e pudesse realizar uma obra como escritor. (...) a prática intelectual e até o jornalismo eram para ele consideradas um bico, não constituindo ainda uma profissão estável (BARBOSA in HOLANDA, 1989, p. 31).

A bagagem que levava – a problematização do legado histórico em um novo regime de historicidade – voltava enriquecida, agora, pelo exercício de uma escrita narrativa e pela aquisição de referenciais teóricos nos novos paradigmas das ciências sociais, emergentes no início do século XX. É com esse cabedal intelectual que o jovem modernista irá se reposicionar nos círculos intelectuais da capital do país, no momento em que a geração modernista se institucionaliza, em meio às profundas transformações modernizadoras do Brasil, sob a diretriz do “governo revolucionário” da primeira “Era Vargas”.

## 6. O ensaio do ensaio

O famoso “manuscrito de quatrocentas páginas” *Teoria da América*, que Sérgio Buarque trouxera da Alemanha, inspirado nas lições da Universidade Alexander Von Humboldt, jamais veio a público; mas, em março de 1935, publica na Revista *Espelho* o texto *Corpo e Alma do Brasil, ensaio de psicologia social*, espécie de ‘prévia’ resumida de *Raízes do Brasil*<sup>41</sup>. Aqui se inicia, no autor, a materialização do encontro do novo regime de historicidade do presentismo modernista com o novo regime de verdade das ciências sociais, emergente no início do século XX, que, no caso brasileiro, articula-se à reestruturação institucional da produção e difusão de pensamento social a partir dos Anos Trinta.

---

<sup>41</sup> O ensaio *Corpo e alma do Brasil, ensaio de psicologia social* foi publicado no Rio de Janeiro pela revista *Espelho*, nº 1, pp. 14-16, 52-53, março de 1935. Mas as referências textuais aqui utilizadas são de sua publicação como anexo da edição comemorativa do 70º aniversário de *Raízes do Brasil*: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 399- 420.

De fato, nesse texto, muito mais do que em *Raízes do Brasil*, a, anteriormente referida, idéia de “transição” de Moreira Leite adquire muito sentido: é um ensaio típico de elaboração de opinião intelectual para um público culto, caracterizado pela primazia do postulado generalizante de uma “ideologia do caráter nacional”, e que se inicia com a apresentação da tese:

O SR. RIBEIRO COUTO teve uma fórmula feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – **daremos ao mundo o “homem cordial”**. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do **caráter nacional** (HOLANDA, 2006, p. 399, Grifos não originais).

E, mais adiante, complementa:

No “homem cordial” a vida em sociedade é de certo modo uma libertação do verdadeiro pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os demais reduz o indivíduo à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – é precisamente a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi um pouco a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: “Vosso mau amor de vós mesmos fez de vosso isolamento um cativoiro” (IDEM, p. 400).

Nessa tese já se encontram as parcelas conceituais centrais paradigmáticas, em revisão no debate das ciências sociais da entrada do Século XX: indivíduo e sociedade, razão e emoção, civilização e nação. Mas as parcelas tipológicas de fundamentação weberiana, que tão acentuadamente são salientadas nas leituras de *Raízes do Brasil*, estão ausentes nesse texto de 1935. O tratamento teórico se dá claramente sob o signo de uma plasticidade da elaboração face ao representado, perspectiva que orientara tanto as vertentes modernistas, caras ao autor, quanto intervieram diretamente no *Methodenstreit*, acessado nas lições de Berlim. Nesse sentido, a citação de Nietzsche, na tese central e iniciadora do texto, indica a articulação orientadora de todo o trabalho: a busca da **autenticidade** da existência de um pensamento presente e inovador – sentido do moderno – que deve respeitar a **força plástica** do vivido nas elaborações do conhecer. O que se traduz com muita concisão na própria metáfora orgânica título do texto.

Já o subtítulo, de ‘ensaio de psicologia social’, indica o novo regime de verdade em que pretende se inscrever o trabalho: um novo campo epistêmico que procura no

social, e não no biológico, os seus fundamentos<sup>42</sup>. Daí o ponto de partida problematizador estabelecido na questão dos valores com a noção de ‘homem cordial’:

O desconhecimento de outra **forma de convívio**, que não seja a ditada por uma **ética** de fundo **emocional**, representa um aspecto da vida social brasileira que poucos estrangeiros compreendem com facilidade. E é tão **fundamental entre nós** essa maneira de ser, que ela não desaparece sequer nas esferas de atividade que, por sua natureza, devem alimentar-se da competição e da rivalidade (IDEM, p. 402. Grifos não originais).

E também mostra as articulações do novo regime de verdade emergente no debate contemporâneo brasileiro, ao fazer referência à questão do catolicismo brasileiro em *Casa-Grande e Senzala*, para corroborar sua tese:

Gilberto Freyre, que tão bem se ocupou dessa “liturgia antes social que religiosa”, e cuja obra representa o ensaio mais sério e mais completo que já se tentou sobre a formação social do Brasil, fala-nos dos anjos e dos santos, que só falta tornarem-se carne e descer dos altares nos dias de festa para se divertirem com o povo, nos bois entrando pelas igrejas para serem benzidos pelos padres; nas mães ninando os filhos com as mesmas cantigas de louvar o menino Deus, etc. (IDEM).

Logo que concluídas as caracterização e definição da “psicologia social do ‘homem cordial’ ”, é formulado o problema a ser respondido e superado:

No Brasil é o próprio rigorismo do rito que se afrouxa e se humaniza. [...] Normalmente nossa reação ao meio social não é de defesa. A vida íntima no brasileiro não é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a personalidade, ajustando-a como uma peça consciente ao ambiente social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de formas e de gestos que encontra em seu meio, ainda quando obedeçam ao mais rigoroso formalismo. [...] Nossa assimilação desses gestos e formas, por isso mesmo que não são necessários, tem caráter puramente mecânico. Não há aqui, entre parêntesis, um elemento precioso para a explicação do rastaquerismo, o vício específico dos sul-americanos? (IDEM, p. 403).

A primeira consequência, enunciada pelo autor, desse ajustamento mais emocional que racional ao **processo civilizador**<sup>43</sup>, seria o estatismo, ou seja: a

---

<sup>42</sup> O anti-naturalismo e o anti-positivismo do modernista se encontra aqui com o paradigma da duplicidade epistemológica da ciência, emergente nas ciências sociais de então; e que corresponde a um dos aspectos característicos do novo regime de verdade.

precedência do Estado de estruturação formalista para controle de uma nação indisciplinada, como o haveria criado o Império Brasileiro, inspirado por seus ‘pais ibéricos’, a partir da Independência. Por conseguinte, a herança civilizacional ibérica – já citada nos argumentos de definição do ‘homem cordial’ – assume claramente o caráter negativo de legado histórico arcaico, responsável que seria por tal ambiguidade característica da formação político-social brasileira, como ficará mais claro, por que ponto de partida, em *Raízes do Brasil* (IDEM, p. 403-406).

De todo modo, *Corpo e Alma do Brasil* é, indubitavelmente, um texto centrado no combate político, que aparece de outro modo em *Raízes do Brasil*, livro no qual as questões sociais, culturais e históricas dividem mais as preocupações, ainda que articuladas ao ‘sentido’ político da ‘revolução brasileira’. Portanto, esse texto de 1935 é muito mais explícito e incisivo quanto ao combate contemporâneo no qual se insere. Os subtítulos que pontuam a reflexão mostram-no sobejamente: “Psicologia de nosso ‘homem cordial’ ”; “Origens do estatismo brasileiro”; “Horror ao despotismo e violência”; “Atitude livresca de Alberto Torres”; “Povo de advogados, negação do pragmatismo”; “Complexo de inferioridade e os maus governos”; “Sentimentos se chocam com as construções políticas liberais”; “Contraste entre o ideal humanitário e a realidade”; “O ponto vulnerável da nossa organização social”; “Os intelectuais neurastênicos e o nosso integralismo”; “O personalismo sempre prevalece às idéias”; “Somos apenas um povo endomingado, uma periferia sem um centro”.

À tal ‘atitude livresca’, aludida como exemplar em Alberto Torres, soma-se a idéia de ‘povo de advogados’, para caracterizar o que Sérgio Buarque chamaria de ‘bacharelismo’ em *Raízes do Brasil*, questão que ocupa, em seu pensamento social, lugar análogo ao da censura ao ‘beletismo’, na sua crítica literária. Desse artificialismo cultural e político, expressões de um ‘complexo de inferioridade’ e do ‘vício do rastaquerismo’, é que nasceriam nossas soluções formalmente exemplares das doutrinas européias. Por conseguinte, a prática política arcaica da tríade do mandonismo: personalismo, autoritarismo e paternalismo se fundiriam em roupagem atualizada, às vezes muito ‘avançada’ em sua fachada. Nesse mote, não só são desautorizados os

---

<sup>43</sup> Os exemplos comparativos de padrão civilizado utilizados por Sérgio Buarque nesse texto são: o britânico, como ideal, porque equilibrado; o japonês, algo excessivo; e o da Rússia czarista, pouco desenvolvido, equivalente ao do Brasil, mas com a presença de uma maior rigidez política. Essa classificação, muito interessante por atentar para além do referencial europeu ocidental, finda ser uma reafirmação valorativa da mesma Europa como padrão a ser atingido, ainda que abra espaço a outras matrizes culturais. O eurocentrismo modernista da miscigenação brasileira indica, assim, a matriz histórica da escala valor da qual parte para avaliar avanços e recuos da sociedade e da história do Brasil.

velhos projetos da tradição oligárquica liberal, derrotada em 1930, mas também os emergentes projetos de fascistas, comunistas e das re-atualizações do velho centralismo unitarista de matriz caudilhista ou positivista, vertente hegemônica no “governo revolucionário” de Vargas, já consagrada na outorga da Constituição de 1934, e logo plenamente vitoriosa no Golpe do Estado Novo (1937).

Diante dos impasses de um governo provisório, liderado por um caudilho e seus interventores como resposta à crise do liberalismo, emerge já nesse texto uma das mais originais, fortes e perenes reflexões de Sérgio Buarque de Holanda:

**A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido.** Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodar-se como pode aos seus preceitos que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia européia, e isso somente porque esses preceitos pareciam os mais acertados para os tempos e eram exaltados nos livros e nos discursos. O pecado original dessa atitude livresca nunca mais se apagou de nossa vida pública. Pusemo-nos a viver fervorosamente contra nós mesmos a vida pelo espírito e não pelo sangue. Perdemos toda capacidade de experiência real (IDEM, p. 407).

Reafirmado um ano e meio depois, em *Raízes do Brasil*, esse postulado será perene na produção intelectual e na intervenção política de Sérgio Buarque de Holanda. Tanto que, quatro décadas depois – não sem certas revisões – o mote da “democracia como mal-entendido no Brasil” produzirá sua obra-prima de história política, *Do Império à República* (1972), e também sua intervenção pública na militância contra mais uma ditadura brasileira, a do Regime Militar (1964-1985)<sup>44</sup>.

De todo modo, a conclusão geral do ensaio se coloca no mesmo diapasão das transformações modernizadoras em curso. Ao fechar o texto de *Corpo e alma do Brasil* com a sentença de que “hoje somos apenas um povo endomingado, uma periferia sem centro” (IDEM, p. 420), assumia em consonância com o novo regime a necessidade de reinventar o país, criando-lhe referências novas e centrais, sistematizadoras ou

---

<sup>44</sup> A questão dos posicionamentos político-ideológicos de Sérgio Buarque de Holanda é das mais interessantes: o jovem monarquista do início dos Anos Vinte; o vanguardista simpático ao comunismo no fim dessa mesma década; o democrata indefinido dos Anos Trinta participante da ANL, capaz de criticar tanto os totalitarismos quanto os liberalismos; e por fim, o social democrata da maturidade, dos Anos Quarenta em diante, integrante da “esquerda democrática”, fundador do PSB (1946), Vice-presidente do CEBRADE e fundador do Partido dos Trabalhadores (1980). Além dos textos de seus memorialistas que fazem referências a esses posicionamentos político-ideológicos, há uma tese de doutorado que discute os posicionamentos diferentes durante os Anos Vinte e Trinta, a respeito ver: CARVALHO, M. V. C. **Outros lados:** Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940). Tese de Doutorado, Departamento de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003.

orgânicas, ainda que divirja da força plástica dessa mudança institucional oficial com posicionamentos críticos ao novo regime.

## 7. Um livro e duas edições fundadoras

O ano de 1936 marca a publicação da primeira edição de *Raízes do Brasil*, mas o texto dessa edição – hoje uma raridade – foi bastante modificado para a segunda edição. De fato, o ano de 1948 deveria ser anotado como ano de co-fundação da obra. Ou como alerta o próprio autor no prefácio dessa segunda edição:

[...] este livro sai consideravelmente modificado na presente versão. Reproduzi-lo em sua forma originária, sem qualquer retoque, seria reeditar opiniões e pensamentos que em muitos pontos deixaram de satisfazer-me. Se por vezes tive receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo – não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância (HOLANDA, 1995, p. 25)<sup>45</sup>.

Já na terceira edição (1956) – que não possui um prefácio e sim uma simples nota – está dito que, “com algumas alterações que não lhe afetam essencialmente o conteúdo, mantém-se, na presente, o texto da segunda edição” (IDEM, p. 27)<sup>46</sup>. Nesse sentido, as, já referidas, primeiras traduções da obra – para o italiano, em 1954, e para o espanhol, em 1955, – e as, também já referidas, edições prefaciadas por Antonio Candido – a quarta pela UNB, em 1963, e a quinta, de volta, pela José Olympio, em 1969 – confirmam a consolidação referencial do texto, com a configuração da edição brasileira de 1948<sup>47</sup>. Por conseguinte, o texto que irá reverberar no processo de canonização da obra é muito mais o da segunda edição do que o da primeira.

Essas modificações do texto de *Raízes do Brasil*, entre as referidas edições de 1936 e 1948, se expressam já nas ditas “mudanças simplesmente exteriores ou formais”, indicadas pelo autor:

Dois capítulos, o 3 e o 4, que na primeira edição traziam um título comum – “O passado agrário” –, passaram a chamar-se,

<sup>45</sup> Esse prefácio está assinado pelo autor: São Paulo, junho de 1947.

<sup>46</sup> Essa nota está assinada pelo autor: São Paulo, outubro de 1955. Modificações de mesmo escopo serão feitas pelo autor até a quinta edição, 1969. Mas, no fundamental, não alteram o sentido das questões aqui levantadas.

<sup>47</sup> Traduções italiana e espanhola, respectivamente: HOLANDA, S. B. de. **Alle radici del Brasile**. Milano: Fratelli Bocca editori, 1954; e Id. **Raíces del Brasil**. Mexico – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1955.

respectivamente, “Herança rural” e “O semeador e o ladrilhador”, denominações estas que melhor se ajustam aos conteúdos, pelo menos aos conteúdos atuais, dos mesmos capítulos. As notas complementares, ou destinadas a esclarecimento de passagens do texto, foram dispostas, de preferência, no pé das respectivas páginas. Somente as mais extensas, e que, de algum modo, podem ser lidas independentemente, ficaram para o fim dos capítulos correspondentes (IDEM, p. 25-26).

Dessa maneira, identificam-se dois tipos de alterações: um de nomeação de capítulos e outro de localização de notas e referências bibliográficas. Quanto ao primeiro, o caráter substancial é inegável, já que a re-qualificação de um passado analisado, como legado e como tipos ideais, remete ao reforço de um enquadramento teórico, salientado na nova designação, e que se encontrava submerso na designação genérica anterior. Mas no que se refere ao segundo tipo de alterações, a situação é pouco clara quanto ao caráter substancial dessa nova resolução formal, devido à designação de notas a certos aportes de texto novos, mais precisamente, aquelas notas ditas “mais extensas e que, [...] podem ser lidas independentemente” (IDEM).

Contudo, os dois tipos de alteração do texto, entre essas duas primeiras edições, expressam duas questões do desenvolvimento intelectual de seu autor, que ocorrem sob o signo referencial da obra. Essas questões são referentes às resoluções autorais face às alterações no regime de verdade, resultante das modificações provocadas pela hegemonia do novo regime de historicidade, no Brasil das décadas de 1930 e 1940. Nesse sentido, ainda que umbilicalmente articuladas, uma questão – expressa na nomeação dos capítulos – remete diretamente aos referenciais teórico-metodológicos das ciências sociais emergentes, e a outra questão – expressa nas notas de final de capítulo – remete mais precisamente aos posicionamentos e escolhas profissionais\institucionais do autor.

O problema dos fundamentos teóricos de *Raízes do Brasil* é do tipo dos mais emaranhados e dos mais discutidos. Seu aporte weberiano assumido é óbvio, mas sua apropriação é, no mínimo, o suficientemente idiossincrática para alimentar debates intelectuais que aproximam o livro, uns mais outros menos, da matriz weberiana. Nesse sentido, Antonio Candido, o mais conhecido, e talvez o mais autorizado, intérprete da obra sergiana, expressa essa dificuldade no famoso prefácio, já citado, em que afirma uma apropriação da tipologia weberiana pela dialética de inspiração hegeliana e com um estilo que “faz lembrar Simmel” (CANDIDO in HOLANDA, 1995). Contudo, já noutro lugar, situa melhor essa dificuldade da questão do referencial teórico da obra:

[...] a estada berlinense foi uma oportunidade para abrir ao seu conhecimento um campo novo – o “Domínio alemão” [...]. Lá seguiu sem muita regularidade alguns cursos, inclusive de Meinecke. Leu Sombart, Toennies, Alfred e Max Weber; familiarizou-se com os historiadores da arte; mergulhou na obra de Rilke, de Stefan Georg e dos discípulos deste, como Gundolf e Bertram; [...] continuou lendo Goethe [...]. E no meio disso tudo imaginou um livro de interpretação de sua terra. [...]. De todos os livros de Sérgio, *Raízes do Brasil* é o único do qual se pode dizer que é meio “alemão” [...] (CANDIDO, In HOLANDA, 1989, p. 122-123).

Desdobrando esse raciocínio, Antonio Candido, mesmo assinalando certa descontinuidade com o restante da obra de seu autor, atribui ao livro *Raízes do Brasil* lugar inaugural do que seria a expressão de “uma corrente hermenêutica” (IDEM, p. 123 e ss.). E ainda que sua visão de hermenêutica como método seja questionável, finda por delimitar o lugar de uma discussão pertinente, mas insolúvel nos termos em que se estabeleceu: a procura do fundamento epistemológico autorizador europeu e estadunidense, num padrão de exigência acadêmico-universitária, que, na experiência brasileira, é posterior à obra; aliás, da qual a obra tornar-se-á um dos referenciais fundadores, no que se refere às interpretações de Brasil.

A pertinência do território delimitado por Candido está na remissão à amplitude do debate alemão e à apropriação idiossincrática que Sérgio Buarque procede. A referida amplitude é resultado das múltiplas resoluções teórico-metodológicas que emergiram na Alemanha a partir do *Methodenstreit*. Já a apropriação desse debate por Sérgio Buarque foi assistemática no que se refere ao *habitus* acadêmico, profundamente entrecruzada pelos referenciais do debate estético da cultura das vanguardas modernistas e do mundo da opinião das ideologias políticas, expresso na atuação como jornalista e nos debates em torno dos projetos de institucionalização do moderno no Brasil após a “Revolução de Trinta”. Ou, como situa o próprio autor no sexto capítulo, em que procura caracterizar os “Novos Tempos”:

Ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários que se limitem a ser homens de sua profissão [...]. As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso. [...] no Brasil, se fatores de ordem econômica e social – comuns a todos os países americanos – devem ter contribuído largamente para o prestígio das profissões liberais, convém não esquecer que o mesmo prestígio já as cercava tradicionalmente na mãe-pátria. Em quase todas as épocas da história portuguesa uma carta de bacharel valeu quase tanto como uma carta de recomendação nas pretensões a altos cargos públicos.

[...] no vício do bacharelismo ostenta-se também nossa tendência para exaltar acima de tudo a personalidade individual como valor próprio, superior às contingências. [...] Um amor pronunciado pelas formas fixas e pelas leis genéricas, que circunscrevem a realidade complexa e difícil dentro do âmbito dos nossos desejos, é dos aspectos mais constantes e significativos do caráter brasileiro. [...] O prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, [...]. Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria (HOLANDA, 1995, p. 156-158).

Nesse sentido, é de bom alvitre atentar para as seguidas reconfigurações do texto entre 1935 e 1948, ou seja, sua publicação inicial como ensaio de psicologia social, sua considerável reestruturação transformando-o em ensaio de sociologia histórica, e, por fim, uma re-escritura do ensaio de sociologia histórica. Muito mais que uma interdisciplinaridade programática – ademais, regularmente defendida e praticada pelo autor –, esse trânsito resulta da formação autodidata adequada à estrutura institucional produtora do saber sobre o social no Brasil até então, e da qual a obra é um marco de combate explícito, muito embora, não se esqueça, a partir e de dentro dessa mesma estrutura.

Destarte, é preciso reafirmar a primazia da configuração do texto como psicologia social com a designação de *Corpo e Alma do Brasil*, publicado em 1935<sup>48</sup>, no qual a caracterização da noção de “homem cordial” é o ponto de partida. A oposição ‘cordial/polido’ é comportamental: ainda que fale em caráter, ela é claramente definida como resultado de aprendizagem histórico-social de uma individuação integrante de um processo civilizador. Jorge Forbes aponta bem essa dimensão de crítica psicanalítica da reflexão proposta por Sérgio Buarque, através da analogia com a oposição lacaniana dos tipos altruísta/egoísta (FORBES, In HOLANDA, 1998, p. 328-337). Mas, claro que essa dimensão psicanalítica do texto da década de 1930 se estabeleceu originalmente de dentro de outro universo de diálogo. Aqui a remissão é de volta ao ‘domínio alemão’ e ao modernismo: as discussões do inconsciente a partir do desenvolvimento dos trabalhos de Freud e da emergência de uma psicologia social, de um lado, e, de outro, os impactos desse debate na expressão estética do modernismo, sobretudo no surrealismo.

---

<sup>48</sup> A mudança do título do livro de 1936 foi motivada não por uma ruptura de compreensão, mas pelo motivo de ter sido informado que outra obra já fora publicada com o mesmo título de *Corpo e Alma do Brasil*, daí a modificação para *Raízes do Brasil*. A respeito, ver: Depoimento de Sérgio Buarque de Holanda ao MIS, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2.

Portanto, o debate alemão do período, sobre o lugar do inconsciente, comporta os trabalhos de Freud, incluindo os textos ditos sociológicos, os arquétipos de Jung, o aparecimento da *Gestalt* e de uma psicologia social, com Wilhelm Wudt, autor de *Völkerpsychologie* (1900-1920), e também o irracionalismo da filosofia da vida de Ludwig Klages. Os intercruzamentos da psicanálise com os novos paradigmas das ciências sociais antecedem e acompanham, inclusive procuram explicar, o fenômeno da ascensão nazista<sup>49</sup>. Entretanto, por mais pertinente que seja a plausibilidade desses intercruzamentos no debate acessado por Sérgio Buarque no período – o impacto de Klages, por exemplo, é assumido (HOLANDA, 1979, p. 30) –, a referência terá de passar pela manifestação do surrealismo, expressão estética modernista que foi praticada pelo autor, concomitantemente ao desenrolar dos estudos que vão das anotações à elaboração do manuscrito *Teoria da América*.

Para além de uma familiaridade e assumida simpatia pelo surrealismo durante os anos da militância modernista, Sérgio Buarque é autor do elogiado conto surrealista *Viagem à Nápoles*, que data de 1931, ano de sua volta ao Brasil após a estada alemã, e trata de uma elaboração identitária, na qual as memórias de infância são tramadas numa inserção espaço-temporal imaginária, com remissões à província e ao mundo, em que o íntimo e o público se articulam em regras, desejos e medos nos quais o tradicional e o moderno se cruzam. Em suma, as questões do conto se articulam com as do ensaio de pensamento social, inclusive pela dimensão do questionamento psicológico, e apontam para mais um forte laço entre a formação estética do modernista e suas repercussões nas apropriações epistemológicas do pensador social Sérgio Buarque de Holanda, especialmente no que se refere ao par razão/emoção constitutivo das contradições de sua noção central: o ‘homem cordial’.

Em termos mais específicos do referencial de ciência social, o debate contemporâneo sobre *Raízes do Brasil* – negligenciado o lugar do ensaio de psicologia social – centraliza as preocupações em definir uma matriz teórico-metodológica que oscila entre os que defendem uma ‘chave interpretativa’ weberiana e aqueles que identificam um historicismo presentista. O problema não está na identificação de uma matriz pura e precisa, pois no próprio debate alemão a distinção não é assim tão

---

<sup>49</sup> De modos diferentes, tensionada no par antitético civilização- barbárie, essa questão é muito evidente em pensadores alemães da influente diáspora intelectual, ocorrida com a ascensão *nazi* a partir do início dos Anos Trinta. Basta lembrar aqui: *Psicologia das Massas e do Fascismo*, de Reich, e *O Processo Civilizador*, de Norbert Elias, dentre tantos outros exemplos.

delimitada, como bem o nota Susan Hekman, situando o núcleo epistêmico desse debate:

Apesar de “Wissen” se traduzir correctamente por “conhecimento”, que tipo de conhecimento supostamente incluirá tem sido tema de muito debate desde o início. “Wissen”, tal como foi empregue por certos filósofos e teóricos sociais alemães no século XIX, englobava supostamente um conhecimento diferente do estritamente científico e envolveu uma polémica por parte dos que o empregavam deste modo. Escritores como Weber, Dilthey e Simmel que usaram o termo *Wissenschaften* para descrever os produtos das ciências sociais fizeram-no para defender que, apesar de o conhecimento nas ciências sociais ser qualitativamente diferente do conhecimento naturais [sic], não era por isso menos válido. Isto era negado pelos seus opositores positivistas no debate então corrente sobre a natureza das ciências sociais, o *Methodenstreit*. Há assim uma ambigüidade [...]. Se o “conhecimento” deverá incluir os produtos das ciências sociais, se este “conhecimento” é distinto do conhecimento nas ciências naturais, e, posteriormente, se o conhecimento do senso comum dos agentes sociais é também “conhecimento”, não tem encontrado resposta desde o século XIX. (HEKMAN, 1990, p. 33- 34).

Desse modo, a referida ambivalência é parte do trabalho na configuração do ensaio, como sempre o identificou Antonio Candido em seus vários e citados comentários da obra. Nesse sentido, *Raízes do Brasil* finda por ser mais uma indicação do universo de articulações possíveis entre essas correntes do pensamento social. De fato, as referidas alterações de nomeação de capítulos, entre as duas primeiras edições, apontam para essa articulação.

O ‘homem cordial’, ponto de partida do ensaio de 1935, é em *Raízes do Brasil* o quinto capítulo e constitui o ponto nodal em que passado e presente se encontram e as expectativas de futuro se abrem, desse modo lhe seguem ‘Novos tempos’ e ‘Nossa Revolução’, respectivamente, que desdobram esse encontro e essa abertura. Esse conjunto é, no fundamental, aquele que permanece sem alterações entre as duas primeiras edições da obra. Já a fundamentação sócio-histórica que prepara e forma o ‘homem cordial’, nos capítulos anteriores, será bastante alterada entre as ditas edições de 1936 e 1948 e expressa as questões teórico-metodológicas e os desafios postos pela vivência de inserções institucionais/sociais com seus constrangimentos e suas demandas.

Publicado pela primeira vez em outubro de 1936, o livro do professor assistente de Henri Hauser na cadeira de história moderna econômica, partilha com o catedrático francês um posicionamento humanista e preocupações de valores e práticas sociais e

econômicas da história moderna, ao proceder a uma leitura do processo de colonização européia desta parte do Novo Mundo. Entretanto, afora esse campo por demais genérico, não há um influxo direto dos trabalhos do mestre francês no assistente brasileiro. De qualquer modo, os trabalhos de Sérgio Buarque na UDF, no Instituto Nacional do Livro, na Biblioteca Nacional, e a direção do Museu Paulista, separam e articulam as duas edições de *Raízes do Brasil*. Nesse percurso institucional, que inclui a mudança de volta para São Paulo, após mais de vinte anos na Capital Federal, ocorre o direcionamento do pensador social para a especialização na pesquisa histórica. Nesse caminho, *Raízes do Brasil* será um guia e ponto de partida para as pesquisas de seu autor, tanto ou mais quanto o será para as gerações seguintes – como bem o assinalou Candido ao certificar-lhe o estatuto de clássico. Esse lugar seminal está inscrito no próprio livro, através das alterações no texto original, com a feição que adquire a partir da edição de 1948.

Nesse sentido, a formação sócio-histórica do ‘homem cordial’ seria resultado de uma ação civilizacional européia não-típica e periférica, que partiu de uma das ‘Fronteiras da Europa’, e que desenvolveu uma colonização a ser compreendida pelo gradiente entre os pólos ‘Trabalho & Aventura’, como apresentam os dois primeiros capítulos da obra. Daí que na América Portuguesa havia se constituído, com suas peculiaridades, um longo, pesado e persistente ‘Passado Agrário’, como foram nomeados os terceiro e quarto capítulos na primeira edição. Não sendo por acaso que foi justo esse percurso histórico o alvo das mudanças para a segunda edição. A alteração da nomeação, já assinalada, requalifica o dito passado agrário designando: o terceiro capítulo como ‘Herança rural’, assinalando o sentido presente do passado como um legado; e o quarto capítulo como ‘O semeador e o ladrilhador’, salientado mais um par tipológico como chave de compreensão. Portanto, o historicismo presentista e a inspiração weberiana foram reforçados na estruturação central do livro com o início das pesquisas históricas de seu autor.

Já as alterações chamadas de notas longas, no prefácio acima citado, vão além e incorporam a pesquisa histórica ao ensaio. De fato, elas são aporte de texto novo resultante dos estudos de pesquisa histórica, que se tornara o foco do investimento intelectual profissional de Sérgio Buarque de Holanda, a partir da primeira edição do livro. Curiosamente, essas notas estão apostas aos capítulos nomeados pelas parselhas tipológicas. Ao capítulo ‘Trabalho & Aventura’, foi acrescida a nota ‘persistência da lavoura de tipo predatório’, em que apresenta um dos resultados iniciais das pesquisas

de história econômica, com a preocupação do desenvolvimento das técnicas no Brasil, que caracterizam um dos eixos de seus estudos historiográficos iniciais, do qual o livro *Caminhos e Fronteiras* (1957) tornar-se-á a expressão mais acabada.

Em mesmo sentido, ainda mais texto foi somado ao capítulo ‘O semeador e o ladrilhador’, no qual foram acrescentadas quatro das ditas notas longas: ‘vida intelectual na América espanhola e no Brasil’, ‘A língua geral em São Paulo’, ‘Aversão às virtudes econômicas’ e ‘Natureza e arte’. A qualidade desse aporte é ainda mais clara no reforço do sentido histórico face à tipológica designação do capítulo. Esse aporte provém de suas pesquisas históricas focadas em mentalidades, sobre valores, idéias e doutrinas no período colonial, eixo historiográfico que encontrará sua expressão mais acabada na tese à Cátedra de Civilização Brasileira da USP, *Visão do Paraíso* (1958). De fato, esses eixos de pesquisa histórica que aparecem na edição de 1948, expressos nessas alterações todas do livro, indicam o lugar seminal do ensaio para a compreensão do trabalho do historiador Sérgio Buarque de Holanda. Por conseguinte, é mais que pertinente afirmar *Raízes do Brasil* como um grande programa historiográfico, especialmente para o seu autor, que se dedicará a produzir uma vasta historiografia a partir das questões aí formuladas originariamente.

## **8. O ‘homem cordial’, uma polêmica sintomática**

O processo de consolidação referencial da obra baseia e se articula, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento institucional e intelectual do historiador. Nesse sentido, a edição de 1936 foi discretamente recebida, não provocou maiores debates pró ou contra, como já o anotou Antonio Candido. Mas, diferentemente, a edição de 1948 foi acompanhada de debates que reverberaram no processo de consolidação referencial da obra: a famosa ‘polêmica do homem cordial’. Essa querela, acendida por Cassiano Ricardo e respondida por Sérgio Buarque de Holanda, deu-se em torno de um conceito central da obra, que muito se prestou a mal-entendidos, pelo uso coloquial de palavras ou expressões derivadas como: cordiais saudações e cordato, por exemplo, que remetem à bondade e à formalidade.

Embora as objeções de Cassiano Ricardo tenham já sido feitas à época da primeira edição (1936), aparentemente não repercutiram muito, de início. Entretanto, a questão se reacendeu, e com muito mais força, em torno da publicação da segunda edição (1948), quando, inclusive, mereceu resposta publicada por Sérgio Buarque, em que salientou o uso conceitual do ‘cordial’, que não deveria ser reduzido e plenamente compreendido por seus significados vulgares<sup>50</sup>. Contudo, a polêmica continuou a repercutir o suficiente para se integrar como anexo da edição seguinte, a terceira (1956); e, de fato, terá repercussões mais além. O “mal-entendido” seguiu a reverberar, especialmente o da redução de “cordial” ao significado vulgar como “bondade”, que será, ao longo dos anos, muito usado de maneira mais ou menos engenhosa contra a obra, a exemplo de Dante Moreira Leite, como acima citado.

Entretanto, prender-se aos termos do conteúdo da polêmica – que tem sua pertinência – é encobrir muito da questão que estava em jogo. A resposta de Sérgio Buarque e a iniciativa de publicar os textos da polêmica, na edição seguinte de seu livro, indicam a existência de uma margem significativa de mal-entendido, no conteúdo da querela. Nesse debate, muito do que está em jogo, é o lugar de destaque referencial, que o intelectual Sérgio Buarque de Holanda passara a ocupar a partir da queda do Governo Vargas. Primeiro, na linha de frente do Congresso de Escritores e, depois, na direção do Museu Paulista, ocupando um lugar de frente na renovação do debate intelectual paulista, com publicações regulares no *Digesto Econômico*, revista da Associação Comercial de São Paulo, e no prestigioso jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo<sup>51</sup>. A edição de 1948 de *Raízes do Brasil* vinha modificada com esses sinais da ascensão intelectual de Sérgio Buarque como referencial paulista de renovação, especialmente, através dos estudos históricos. Já Cassiano Ricardo, em função de sua adesão ao Estado-Novo, estava posto de lado do circuito da ‘província’ que se projetava – não sem fundamento – como o novo centro do país<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Na edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, estão publicados, em anexo, alguns dos textos importantes para se entender a polêmica da noção d’o *homem cordial*: a) Variações sobre o “homem cordial” (1948), artigo de Cassiano Ricardo; b) Carta a Cassiano Ricardo (1948), de autoria de Sérgio Buarque de Holanda; c) El hombre cordial, producto americano (1931), artigo de Rui Ribeiro Couto do qual Sérgio Buarque de Holanda retirou a noção em questão; e d) Corpo e Alma do Brasil (1935), ensaio de psicologia social, em que Sérgio Buarque de Holanda inicia o texto citando Ribeiro Couto e apresentando pela primeira vez sua tese do “homem cordial”. (HOLANDA, 2006, p. 365- 420).

<sup>51</sup> Sobre os eixos temáticos do desenvolvimento do trabalho historiográfico de SBH, quando na direção do Museu Paulista, ver especialmente: GUIMARÃES in MONTEIRO; e EUGÊNIO, 2008, p. 49.

<sup>52</sup> Cassiano Ricardo só foi reabilitado nos Anos Sessenta, quando foi admitido na Academia Paulista de Letras, período em que o recrudescimento da radicalização ideológica re-atualizou os ideólogos e

Ao fim e ao cabo, como também a querela com Cassiano Ricardo sinaliza, será sob o signo problematizador de *Raízes do Brasil*, contratado como historiador oficial do estado de São Paulo, em 1946, com a prestigiosa incumbência de dirigir a Casa das Tradições Paulistas – o monumental palácio que serve de sede ao Museu do Ipiranga –, que Sérgio Buarque de Holanda consolidará seu caminho como um dos grandes referenciais na instituição da história social no Brasil, estabelecendo como foco de investimento intelectual um recorte espacial e temporal de pesquisa histórica: o Planalto de Piratininga e sua rede expansiva da colonização do país.

## CAPÍTULO II

### O CENTRO PARA UMA PERIFERIA SEM CENTRO, ou a moderna história da tradição mameluca

*Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira.*

*Anthony Giddens*

Paulista no século XX é traço marcante na trajetória existencial do homem e fundamental no fazer da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Como um gentílico, remete ao espaço de nascimento. Como espaço originário de habitar o mundo, remete à rede de sociabilidades de iniciação intelectual, com seus legados, que constituem os jogos especulares de identidade. Como afeto, expresso em reconhecida paixão – não rompida com uma saída forçada e reafirmada em sua plenitude na opção de uma volta –, marca o campo e o enfoque de escolha intelectual/profissional pelos estudos históricos.

Nesse sentido, Maria Odila da Silva Dias já assinalou uma inicial fase paulista da historiografia de Sérgio Buarque, de *Monções a Caminhos e Fronteiras* (DIAS in HOLANDA, 1985, p. 25-32). Entretanto, sem contar os estudos antecedentes e as muitas reescrituras e modificações dos textos dessa ‘fase’, a preocupação com São Paulo prossegue em toda a carreira do historiador (WEGNER, 2000). Trabalhos como *São Paulo; Vale do Paraíba, Velhas fazendas e O Extremo-Oeste* são produções que pontuam a carreira do historiador dos Anos Sessenta aos Oitenta; o último, inclusive, inacabado, foi publicação póstuma do trabalho que vinha executando no final de sua vida. Portanto, mais que uma fase, São Paulo é o lugar, o centro e o objeto que situa, dá sentido e delimita o fazer do historiador Sérgio Buarque de Holanda.

O ‘embaixador do modernismo paulista na capital federal’ dos Anos Vinte, ativo e famoso crítico literário até o final dos Anos Cinquenta, tornar-se-á o historiador moderno das tradições paulistas já a partir dos Anos Quarenta. Nesse sentido, a passagem dos Anos Trinta aos Quarenta foi decisiva no longo trânsito intelectual e profissional de Sérgio Buarque de Holanda. Nesse período de profundas reestruturações, deixará a atividade de jornalista junto a agências de notícias, intensificará a atividade da crítica literária, e começará a se efetivar na direção do universo das ciências sócio-históricas.

Por conseguinte, o que se pretende neste capítulo, é o apontamento de uma perspectiva para a compreensão da obra do historiador, a partir de um de seus mais característicos e sólidos traços: sua ligação com São Paulo. Esse traço central de permanência, sempre renovada, nas vivências do intelectual Sérgio Buarque de Holanda, se compõe de três momentos, ou movimentos complementares: 1) o da formação básica do jovem Sérgio (1902-1921), 2) o da residência no Rio de Janeiro (1921-1946) e 3) o do retorno a São Paulo (1946-1982) (GUIMARÃES, In MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008, p. 37-38). Mas, para o que aqui se pretende, a atenção será voltada para o período iniciado no final do segundo momento e início do terceiro. O que significa situar a produção historiográfica iniciada nos estertores dos Anos Trinta e primeira metade dos Anos Quarenta.

### 1. A institucionalização de um intelectual modernista

Na Década de 1930, os programas de mudança, sob o eixo estético e cultural do modernismo, matizaram-se muito em função das transformações na política e na economia brasileiras, além da redescoberta do regionalismo pela ‘segunda geração modernista’. A sedução radical, comunistas de um lado e integralistas do outro, se vê fortalecida em meio à geração inquieta do modernismo, face à nova pactação que se apresenta como Revolução, e que veio substituir o liberalismo federativo oligárquico, impactado pela Crise de 1929, pelo intervencionismo unitarista e centralista, que logo mostrará sua face ditatorial e seu poder de cooptação dos intelectuais, fossem eles velhos acomodados ou jovens inquietos.

Portanto, o binômio nascido da crise oligárquica – **moderno versus arcaico** – redefine-se e torna-se o eixo propulsor das transformações empresadas pela intervenção do Estado. Os regionalismos se acendem em busca da superação dos “arcaísmos” ou de um melhor lugar para suas tradições locais no moderno “revolucionário” pacto nacional. O relativo alijamento inicial da elite paulista da composição central desse novo poder de Estado, aliado aos procedimentos antiliberais dos novos dirigentes, levaram à Revolução Constitucionalista (1932). Mas os graves combates militares da revolta paulista – uma guerra civil com laivos separatistas –, ao cabo de alguns meses, findam em um acordo de paz.

Mesmo derrotada, a Revolta dos Paulistas não resultou no apartamento da “terra dos bandeirantes”, mas sim numa maior participação no novo pacto do Estado nacional brasileiro, embora permaneçam tensões pela perda da anterior centralidade paulista. De qualquer modo, logo que apaziguado o conflito de 1932, São Paulo procura reestruturar-se como pólo econômico modernizador, e com as barreiras à imigração, passará a alimentar-se dos excedentes de mão de obra das ‘áreas tradicionais’, especialmente de seu ‘interior’, de Minas e do ‘Nordeste’, em sintonia com as políticas do novo regime de “valorização do trabalhador nacional”. Portanto, a projeção modernizadora, empresada pelo pacto unitarista da Era Vargas, ao substituir o federalismo oligárquico, remetia, indubitavelmente, a uma redefinição das tradições locais/regionais, inclusive no debate intelectual sobre a sociedade, em suas várias dimensões.

A resposta radical de Sérgio Buarque de Holanda, face a essa radicalização geral, é reflexivamente ir às *Raízes do Brasil* (CANDIDO in BARBOSA, 1989. p. 125-127). Nesse clássico moderno do pensamento social brasileiro, empreende análises sócio-históricas de combate às teses autoritárias de Alberto Torres, Oliveira Viana e ao caudilhismo modernizante da Era Vargas. Entretanto, além de um libelo democrático, *Raízes do Brasil* é um ensaio na linha das reflexões modernistas sobre a sociedade. Sua originalidade como gênero, para além das teses defendidas e da força das imagens veiculadas, reside na erudição e no amplo programa historiográfico contidos em tão curta obra. De fato, ao expressar novos regimes de historicidade e de referenciais das novas ciências sociais, o livro procede a uma profunda reelaboração memorial, estabelecendo, através de um conjunto de problematizações, um novo programa de investigação, cujo cumprimento seguirá, mas não será esgotado, nas obras historiográficas do autor – principal núcleo de suas reflexões a partir dos Anos Quarenta – e nas obras de seus diversos colaboradores.

Entretanto, a definição pela historiografia se dará lentamente, na carreira intelectual de Sérgio Buarque, como perceptível em sua institucionalização profissional. De fato, as atividades de jornalista que se iniciaram nos Anos Vinte com as experiências amadoras nas revistas de vanguarda *Klaxon* e *Estética*, profissionalizadas a partir do trabalho do “Dr. Progresso” no interior capixaba, passando pelos Diários Associados e pelas agências de notícias Havas, Agência Brasileira, *United Press*, se encerraram na *Associated Press*, onde foi redator-chefe de 1937 a 39. Ao mesmo tempo, o ano de 1936 pode ser tomado como marco inicial de uma carreira intelectual de pensador social moderno, que se institucionaliza nos moldes tradicionais, tornando-se professor

assistente de Henry Hauser na cadeira de História Econômica e de Trousseau em História da Literatura, na Universidade do Distrito Federal, por indicação de Prudente de Moraes Neto.

Essa direção da carreira parecia se consolidar, a partir de 1937, quando, após a partida dos professores franceses, Sérgio Buarque assume as cadeiras de História da América e de Cultura Luso-Brasileira. No entanto, as reestruturações do Estado-Novo, concentrando ainda mais o poder de intervenção do Ministério da Educação, sob o comando de Gustavo Capanema, ampliando os espaços de ação do Estado central no universo das produções artísticas, culturais e educacionais, produzem uma reorganização de quadros e instituições. Em 1937, por exemplo, Sérgio Buarque passou também a participar da Comissão de Teatro do Ministério, a convite do próprio Capanema. Mas, no ano de 1939, devido à reação católica contra o projeto laico capitaneado por Anysio Teixeira, a UDF será fechada, em favor da Universidade do Brasil, já reestruturada e controlada pelo Ministério da Educação do governo central; Sérgio Buarque será, então, realocado no recém-criado Instituto Nacional do Livro (INL), a convite de seu diretor Augusto Meyer.

O INL foi uma das instituições culturais mais importantes da Era Vargas, criado pelo Estado-Novo, e tinha o ambicioso objetivo de:

- a) Organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua nacional, revendo-lhe as sucessivas edições;
- b) Editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) Promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) Incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo território nacional. (Catálogo das Publicações do INL, 1937-1973. Apud OITICICA, 1997, p. 06).

Esse lugar institucional propiciará a Sérgio Buarque, dentre outras muitas articulações, a famosa visita aos Estados Unidos, em 1941, a convite do Departamento de Estado norte-americano, como parte das ações de aproximação dos Aliados com o Brasil, durante a II Guerra Mundial.

O périplo de Sérgio Buarque pelas instituições de cultura intelectual, na capital do país, durante o Governo Vargas, se completaria em 1944, quando se transferiu para um dos mais tradicionais lugares de memória: a referencial Biblioteca Nacional, então

sob direção geral de Rodolfo Garcia, onde chefiou a chamada ‘divisão de consultas’ – a divisão arquivística – até 1946, ano da volta para São Paulo. Essa institucionalização profissional será também acompanhada de outro redirecionamento intelectual. Logo após a atividade de jornalista ser abandonada, em 1939, a atividade de crítico literário – eventual após a fase militante modernista – irá se intensificar e só será encerrada, em 1959, logo após ser confirmado na Cátedra de Civilização Brasileira da USP<sup>53</sup>. De fato, a partir de 1940, assume uma coluna regular no jornal *Diário de Notícias*, em substituição a Mário de Andrade, do que resultará, inclusive, um de seus mais referenciados livros, a coletânea *Cobra de Vidro* (1944)<sup>54</sup>. Sem dúvida, será essa atividade de crítico literário a grande responsável pela importante notoriedade intelectual e política que terá Sérgio Buarque durante o processo de queda do Estado-Novo<sup>55</sup>.

Essa associação entre literatura e política se expressa emblematicamente na participação na linha de frente do 1º Congresso de Escritores, em que Sérgio Buarque foi um dos signatários da famosa Declaração de Princípios, o manifesto contra a Ditadura de Vargas, e, inclusive, tendo sido eleito Presidente da secção carioca da Associação Brasileira de Escritores, que promovera o evento. Nessa mesma época, foi um dos fundadores da ‘Esquerda democrática’, associação política que se tornaria o Partido Socialista Brasileiro: “foi o tempo dos boatos. Boatos na hora do almoço, no restaurante da ABI. Boatos o dia inteiro nos cafés próximos à Biblioteca Nacional. Em agosto de 45, caía Getúlio.” (HOLANDA In HOLANDA, 2006, p.438). Essa militância política mais direta mantém-se até a consolidação da chamada Redemocratização, quando foi eleito, por dois mandatos consecutivos (1947-50), presidente da seccional paulista da Associação Brasileira dos Escritores e, formalmente, candidatou-se a vereador por São Paulo, em 1947, para viabilizar legalmente a chapa do recém-criado PSB.

---

<sup>53</sup> A respeito dos artigos de crítica literária, nessa fase de retorno a São Paulo, ver a coletânea organizada por Antônio Arnoni Prado: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Espírito e a Letra* (1948-1959). Vol. II, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>54</sup> Além da atividade de crítico com a coluna no *Diário de Notícias* e a coletânea **Cobra de Vidro**, também é digna de nota uma segunda versão de seu elogiado conto surrealista, **Viagem à Nápoles**, publicado, então, na **Revista do Brasil**. Rio de Janeiro: ano IV, n. 34, abr.1941.

<sup>55</sup> A atividade de crítica literária, além de garantir permanente visibilidade no debate intelectual, visava a uma necessária complementação financeira na formação e manutenção de uma família numerosa, com 07 filhos, segundo muito frisou, em depoimento pessoal ao presente autor, Dona Maria Amélia Buarque de Holanda (Rio de Janeiro, 08/02/2002).

## 2. O novo historiógrafo paulista

Esse deslocamento do eixo reflexivo e profissional o levou de volta a São Paulo, em 1946, para assumir a direção do Museu do Ipiranga. De fato, a eminência política adquirida na atuação do Congresso de Escritores, somada à experiência institucional na direção da divisão de pesquisa da Biblioteca Nacional, credenciavam-no à direção de um lugar de memória tão tradicional e eminente para os paulistas. Mas, isso só foi possível na medida de sua articulação com um novo eixo de investimento da reflexão e produção intelectuais, a historiografia. Nesse sentido, duas questões se entrecruzam: 1) o desenvolvimento da consciência do apuro metodológico necessário ao saber sobre o social e 2) o significado de São Paulo para o entendimento da modernização brasileira em curso (GUIMARÃES, In MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008, p.46).

A consciência da necessidade de apuro metodológico o levará a desconfiar das generalizações ensaísticas – como deixará claro mais tarde, em entrevistas e depoimentos sobre o sucesso e as polêmicas de *Raízes do Brasil*<sup>56</sup>. Entretanto, nesse momento, ela se expressa em meio às condições vigentes da produção e difusão do saber sobre o social, que no Brasil guardava a fluidez entre filosofia, ciência e arte aos moldes herdados do século XIX, e que se encontrava em reestruturação institucional e epistemológica nessa Era Vargas. Essa consciência, que se expressa em *Raízes do Brasil* sob a rubrica da crítica ao *bacharelismo*, amadurece a partir das suas experiências acadêmicas na Universidade do Distrito Federal, no trabalho do INL e na Biblioteca Nacional. Essas experiências institucionais o colocaram diante de variadas problematizações e da imensidão dos acervos, desnudando-lhe a vastidão de territórios das pesquisas sobre o social e o apuro por elas requerido. O que clarificava, dessa maneira, a enormidade do esforço intelectual a ser empreendido, desafiando-o, assim, aos cortes temáticos, espaciais e temporais.

Nesse sentido, sua formação autodidata começou a se organizar na direção da sistematicidade disciplinar através: a) do ensino de história nos quatro anos letivos vividos na UDF, sob a rubrica da emergente história social e econômica; b) da viagem aos Estados Unidos, em 1941, que, além das relações intelectuais e universitárias, o pôs em contato com a famosa Biblioteca do Congresso, que o impactou pela organização

---

<sup>56</sup> A primeira autocrítica explícita, nesse sentido, se encontra na Palestra “Elementos básicos da nacionalidade”, proferida na Escola Superior de Guerra, em 1967. Ver: HOLANDA, In MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008, p. 617-637.

para uso pragmático do conhecimento sobre múltiplas áreas de conhecimento e sobre as diversas partes do mundo<sup>57</sup>; e c) da direção da secção arquivística da Biblioteca Nacional, que lhe permitiu mapear e dimensionar as fontes da história do Brasil<sup>58</sup>.

A par desse apuro metodológico, guiado pelo novo questionário elaborado em *Raízes do Brasil*, e instado pelas disputas de memória e do seu contato com a memória arquivada, começa se desenhar a definição de um foco espacial e temporal: o Planalto de Piratininga com sua rede expansiva da colonização. O primeiro passo indicador é dado em “Caminhos e Fronteiras”, artigo de 1939, publicado na *Revista do Brasil* – homônimo do famoso livro de 1957 –, em que procura mapear as linhas gerais que dariam sentido à singularidade brasileira resultante do ‘transplante de uma civilização adventícia’ (REVISTA DO BRASIL, II, n.9, 1939). Mais dois trabalhos compõem essa preparação inicial: “Colônias de parceria”, estudo de economia e mentalidades no processo de quebra de um dos pilares da colonização, artigo publicado em 1940, na *Revista do Brasil*, resultado direto da tradução do diário de Thomas Davatz (IDEM, III, n.29 e n.30, 1940)<sup>59</sup>, e “Capelas antigas de São Paulo”, artigo de 1941, no qual se atem aos monumentos, testemunhos de uma das maiores forças fundadoras (REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, N. 5, 1941). Esses estudos preliminares mapeiam as linhas gerais do tempo-espaço da formação da nação pela civilização a partir de um centro: São Paulo.

Após tal preparação, a jornada intelectual, para o entendimento dos caminhos históricos que levariam São Paulo a se tornar o principal núcleo modernizador do Brasil, foi realmente iniciada pelas *Monções* (1945):

A **história das monções** do Cuiabá é, **de certa forma**, um **prolongamento** da história **das bandeiras paulistas**, em sua **expansão para o Brasil Central**. Desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses, preando índios ou assolando povoações de castelhanos. (HOLANDA, 2000, p.43)

<sup>57</sup> A partir do INL, estabelece fortes laços com Lewis Hanke, historiador norte-americano e, então, Director of Hispanic Foundation of Library of Congress (1939-1951). A respeito, ver especialmente: WEGNER, 2000, p. 72-78.

<sup>58</sup> Esse enfronhar-se nos círculos centrais da Memória Nacional também se expressa e se confirma com a publicação, em co-autoria com Otávio Tarquínio de Souza, do livro didático da 3ª série do Ciclo Ginasial, de acordo com o programa oficial do Estado-Novo: **História do Brasil**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. Também é importante anotar o quão central em suas pesquisas, polêmicas e publicações historiográficas, foi seu profundo conhecimento da documentação existente na Biblioteca Nacional, como bem expresso, especialmente em *Caminhos e Fronteiras*, *Visão do Paraíso* e *Tentativas de Mitologia*.

<sup>59</sup> Depois publicado também, para o que fora encomendado, como prefácio de sua tradução: DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**: 1850. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

O livro publicado pela Casa do Estudante do Brasil, feito para um concurso norte-americano, é um ensaio claramente histórico em termos teórico-metodológicos, e foi lançado, por desejo do autor, na pequenina e, até então, esquecida Porto Feliz – porto paulista donde saíam e aonde chegavam os barcos do comércio monçoeiro com Cuiabá<sup>60</sup>.

De fato, o impacto do ensaio historiográfico logo se desdobra em reconhecimento: as, até então negligenciadas, *Monções* são incorporadas no importante Curso de Bandeirologia, tornando-se, nesse reconhecimento, o elo que faltava na articulação de três fenômenos históricos, emblemáticos de eminência, da tradição paulista: a primazia colonizadora vicentina, as bandeiras do fim do século XVI ao início do XVIII e a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX. As ‘monções do Cuiabá’, assim, estabeleciam, numa linha imaginária do tempo, a solução de continuidade da “força expansiva dos paulistas”, mantida pelas monções através do século XVIII e primeira metade do XIX<sup>61</sup>. Mas, curiosamente, ‘São Paulo a terra dos Andradas’, palco e inspiração da Independência, como monumentalizado no próprio Museu do Ipiranga, continuará esquecida, talvez em razão dos ‘temores republicanos’ ainda muito fortes, então<sup>62</sup>.

Não é de se estranhar, portanto, que em 1946, mesmo com toda segurança e consagração obtidas na Capital Federal, Sérgio Buarque de Holanda mude-se, de volta, para São Paulo<sup>63</sup>. Todavia, entre o lançamento de *Monções*, em 1945, e a direção do Museu Paulista, publicada em janeiro de 1947<sup>64</sup>, é preciso atentar para o referido Curso de Bandeirologia. Nele, uma passagem se anuncia e um vínculo se evidencia. A passagem anunciada é a de um envelhecido a um novo modo de legitimação científica

---

<sup>60</sup> O impacto desse lançamento do livro, em Porto Feliz, pode ser bem ilustrado pela criação, de iniciativa de SBH, do Museu das Monções e pela encenação anual, promovida pelos habitantes locais, do movimento monçoeiro, que se iniciou a partir da rememoração promovida pelo livro.

<sup>61</sup> A publicação de *Monções* propiciou-lhe pleitear o cargo de diretor do Museu Paulista (o Museu do Ipiranga), assumido em 1946 em sucessão a Taunay. O reconhecimento da importância desse trabalho é dado também pela incorporação do tema no referido Curso de Bandeirologia. Ver: TAUNAY et Alli, (conferências) *Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

<sup>62</sup> Esse esquecimento está por ser estudado, e deve passar pelo tratamento da perda do lugar de eminência do velho ‘lagamar vicentino’ face à ascendência do ‘oeste histórico’ cafeeiro, inclusive com a implantação da rede ferroviária, que altera também ‘o Caminho do Mar’. As relações das terras da marinha santista com o planalto paulista mudam substancialmente com o crescimento da cafeicultura na província de São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, é importante atentar para o desenvolvimento do federalismo republicano ‘perrepista’, distinto e, em questões fundamentais, contrário à elaboração do monarquismo unitarista dos Andradas.

<sup>63</sup> Segundo salientou Dona Maria Amélia, que sempre foi a responsável pela administração financeira da família, em depoimento a este autor (Rio de Janeiro, 08/02/2002): apesar da queda nos rendimentos, casado e já com 04 filhos, Sérgio Buarque aceita o convite para a direção do Museu Paulista.

<sup>64</sup> Ver ofício de nomeação na Coleção SBH-Siarq/Unicamp: SBH. Vp. 042. P1.

para tradições históricas de São Paulo, afirmadoras da primazia paulista na trama da História do Brasil; e o vínculo evidenciado é o do papel do Estado no estabelecimento de um novo regime de historicidade, lugar central do ordenamento da demanda identitária fundadora das disputas de memória. O que se explicitaria na iminente sucessão de Affonso Taunay por Sérgio Buarque de Holanda na direção do Museu do Ipiranga, no cargo de historiógrafo oficial do Estado de São Paulo.

### 3. Uma tradição tensionada

Publicada pelo Departamento Estadual de Informações (DEI), a série de conferências, que constituíram o Curso de Bandeirologia, segue uma ordem sintomática das mudanças: abertura com o texto de Taunay e fechamento com o texto de Sérgio Buarque. Esta ordem, aparentemente, é diferente da ordem das conferências propriamente ditas, como o indica o crédito dos autores, em que Taunay é também o primeiro, mas Sérgio Buarque é o terceiro dentre os seis conferencistas nomeados. Os demais são Virgílio Correa Filho, Alfredo Ellis Junior, Affonso Arinos de Mello Franco e Joaquim Ribeiro<sup>65</sup>. De qualquer modo, a inscrição do Curso no registro editorial enquadra a compreensão que reverberará concomitante à gestão do novo historiógrafo oficial do Estado de São Paulo na Casa das Tradições Paulistas: modernizar a trama memorial identitária da província que desponta como e se pretende o centro modernizador do país.

Essa modernização é ordenada por uma demanda política do Estado Nacional que se reestrutura sob o influxo das bases implantadas na Era Vargas, mas, agora, sob a tarefa de uma ‘redemocratização’, que logo mostrará seus imensos limites sob a égide do patrimonialismo populista. A ação estatal instituinte da ordem é de pronto enunciada por Affonso Taunay – o então Diretor do Museu Paulista –, que, para além e através das formalidades de ocasião, afirma em suas palavras iniciais da conferência de abertura do evento:

Obedecendo à orientação do espírito de apaixonado pelas cousas de cultura e especialmente pelas que tocam a São Paulo e o Brasil houve por bem **o Snr. Interventor Federal determinar a realização** desta série de conferências sobre o bandeirantismo de S. Paulo.

---

<sup>65</sup> O Curso de Bandeirologia foi programado para coincidir com a celebração do Descobrimento do Brasil, tendo a palestra inaugural sido marcada para o dia 22/04/1946.

Continua vivaz **em seu espírito de tradicionalista** a mesma tendência de que há longos anos vem dando provas, seguidas e valiosas, com documentos refertos de arguta probidade historica.[...].

Encontrou o Embaixador Macedo Soares [Interventor Federal] no **Dr. Honório de Sylos** [Diretor Geral do DEI] o mais prestante e competente colaborador para esta **demonstração de tradicionalismo** incumbindo-o da organização desta série de palestras obedientes a **programa organizado** com o critério de quem sabe escolher bem os assuntos porque os conhece muito bem (TAUNAY et Alli, 1946, p.07-08. Grifos não originais).

Também a própria edição do Curso de Bandeirologia, que documenta o ritual, expressa, não só nos discursos dos conferencistas, mas também no *layout* da editoração, os conteúdos e fundamentos dessa tradição comemorada/rememorada. A capa predominantemente verde alude à cor da bandeira nacional como representação das matas dos sertões desbravados pelos bandeirantes, ao que se associa, na editoração interna, um tratamento tricolor ao modo da bandeira estadual paulista – vermelho e preto sobre o fundo branco da página –, como se vê nos créditos gerais e na entrada do texto de cada conferência. Os desenhos arrematam a edição inteira, cruzando imagens dos ícones genéricos da colonização – igrejas, fazendas, caravelas, por exemplo – com os ícones da tradição paulista oligárquica: figuras de bandeirantes altivas, bem vestidas com seus ‘característicos’ chapéus largos e botas longas, liderando expedições terrestres e fluviais, como já o instituíra a referencial iconografia de Benedito Calixto (MARINS, 2007), aqui reatualizada por Belmonte. De fato, a parte mais tradicionalista aristocrática dos discursos reforça e é reforçada por essas imagens dos desenhos de Belmonte.

Entretanto, nessa comemoração/rememoração da tradição, em que tanto as demandas político-oficiais quanto as elaborações eruditas se encontram em mutação, as tensões em torno dos significados desse passado, em seus conteúdos e usos, vêm necessariamente à tona, e mesmo os desenhos de Belmonte não passam incólumes à tensão reelaboradora. Curiosamente, embora não por acaso, é em uma inserção de desenho de página inteira, interposto ao texto da conferência de Taunay, que primeiro se evidencia essa tensão de significado da tradição. A imagem retrata uma cena cuja simplicidade da ação toma significado pelo tratamento de perspectiva e figuração. A partir de uma das margens de um rio, quase ao rés do chão, a partir de um olhar de baixo para cima, abre-se uma composição grandiosa, sutilmente apartada do observador por um galho seco de arbusto, que no primeiro plano ressalta um distanciamento da cena, em que, sob águas plácidas, uma canoa navega. Vê-se apenas a parte dianteira da

canoa e, no ângulo inferior aberto pela elevação da proa, divisa-se a outra margem do rio, o que, pelo recurso de profundidade de perspectiva, aumenta ainda mais o tamanho da canoa, que abriga, em poses altivas, três figuras que olham à frente em direção ao destino do barco e se destacam pelo fundo branco de uma imensa nuvem que começa a se desfazer na direção em que seguem: um bandeirante na dianteira, ereto, bem-vestido e paramentado, apoiado em seu rifle ao modo de um cajado ou cetro e que olha para o horizonte à frente, seguido de dois índios seminus em posições inferiores no mesmo plano, um agachado sugerindo guia de navegação fluvial e outro, com o bastão de barqueiro a cuidar do remo da embarcação. Entre eles se divisam os volumes de uma carga, assim sugerida. Contudo, a legenda dessa imagem emblemática é dúbia e literalmente reticente: “embora o Tietê tenha servido eventualmente de via de penetração...” (TAUNAY e Alli, 1946, p.17)<sup>66</sup>.

O que primeiro se evidencia nessa articulação entre imagem e legenda do desenho referido, é o resultado da erudição, com o aprofundamento dos estudos históricos sustentados pelo culto das tradições paulistas, agora impactado pela emergência de uma ciência social problematizadora e seu novo questionário, o que, no entanto, não deveria alterar seu significado maior: altivez, autonomia, liderança, grandeza de perspectiva e empreendedorismo. Características, essas, reivindicadas pela tradição e fundadoras das pretensões de primazia paulista no conjunto da nação. De fato, a tradição paulista já vinha tensionada desde a República Velha, com a efetivação da liderança paulista no pacto oligárquico. Essa tensão só aumentou com a Revolução de Trinta, afinal tal liderança paulista no pacto federativo nacional fora quebrada. A Revolução Constitucionalista intentara restabelecê-la sob novas bases, mas fora derrotada. Desse modo, a crise oligárquica pusera em pauta a reconfiguração social, regional e epistemológica da trama memorial dos paulistas.

De fato, os reordenamentos memoriais dessa tradição possuíam já uma longa história. A elaboração inicial dessa memória histórica da tradição de São Paulo data da segunda metade do século XVIII (ABUD, 1986). Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus são os cronistas, autores referenciais, desse nativismo de cunho aristocrático,

---

<sup>66</sup> Essa afirmação, contrária ao postulado central da conferência de Taunay em que foi interposta, é quase literalmente uma afirmação de Sérgio Buarque em sua palestra sobre as monções, na qual diz: “Não é por acaso se a técnica do transporte fluvial encontrou em São Paulo, sua fase de maior desenvolvimento sobretudo no Século XVIII, com a decadência das bandeiras. **Embora** muito antes disso **o Tietê tenha servido eventualmente de via de penetração**, a verdade é que seu percurso só se generalizou e se enriqueceu de novos instrumentos quando foi necessário um sistema de comunicações regulares com o centro do continente.” (TAUNAY et Alli, 1946, p. 129).

que oscila na acentuação entre uma origem filo-ibérica, no culto genealógico nobiliárquico do primeiro, e a admissão cabocla, na elaboração do mameluco, do segundo. Tal duplicidade, constitutiva da identidade do nativismo paulista, possui os mesmos fundamentos que permitiram ao romantismo brasileiro elaborar, ao longo do século XIX, em articulação com as outras memórias históricas provinciais, uma trama identitária para a nação brasileira durante o Império, especialmente através do IHGB. Nesse sentido, é significativo ver o lugar que ocupa o núcleo colonizador São Vicente/São Paulo na trama da *História Geral do Brasil* (1854-57), de Francisco Adolpho de Varnhagen.

Entretanto, assim como para as outras províncias, um novo arranjo simbólico das tradições locais/provinciais de São Paulo entrou em pauta com a crise monárquica do jovem Estado-nação independente, a partir da década de 1870:

Agora [...] a figura mítica do paulista não era traçada a partir do passado; tratava-se de provar de maneira *científica*, com base em dados estatísticos que refletissem a operosidade e o arrojo dele no mundo dos negócios, mostrando que nada ficava a dever aos antepassados. Além do passado e do presente, a imagem encerrava também uma projeção para o futuro; a Província de São Paulo não poderia dar de si tudo quanto se esperava enquanto se mantivesse atrelada a regiões incultas, ou atrasadas, sendo indispensável, para o seu pleno desenvolvimento, que se separasse destas. A pregação republicana, fruto do enriquecimento dos fazendeiros do chamado oeste paulista, que encerrava como uma das metas principais o ideal de uma federação nacional, chegou nalguns de seus próceres até os extremos do separatismo. (QUEIROZ, 1992, p.82. Grifo original).

Portanto, as elaborações dessa nova trama se darão sob signo intelectual dos cientismos positivistas e naturalistas e sob o impacto da pauta republicana, imigrantista e federalista.

De qualquer modo, até então, essas elaborações memoriais, com seus usos e abusos em torno da apropriação dos feitos das bandeiras, referem-se à designação de paulistas e não de bandeirantes. A sinonímia entre estes termos, com peso na última designação, será resultado de certa rememoração que parte desta última demanda e se efetiva no início do XX (IDEM). A pintura de Domingos Jorge Velho, de autoria de Benedito Calixto (1903), sob encomenda oficial para compor o acervo memorial do Museu Paulista, inicia a concretização, em imagem, dessa elaboração do paulista-bandeirante. Essa encomenda resultara da afirmação da originalidade paulista na trama da história nacional, cujo símbolo expansionista, ao qual se deveria a grandeza

territorial brasileira – o bandeirante –, seria filho da primazia civilizadora da colonização vicentina. Sentido, esse, que foi o mote básico da intervenção paulista nas comemorações do IV Centenário do Descobrimento (1900), primeira grande efeméride histórico-memorial da federalista e oligárquica Primeira República<sup>67</sup>.

Já em termos historiográficos mais estritos, tal elaboração, como situa, em 1951, o próprio Sérgio Buarque de Holanda, se adensa e se corporifica melhor a partir da:

[...] impressão, por iniciativa de Washington Luiz – ele próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas –, das séries de *Atas* da Câmara de Santo André e de São Paulo, iniciadas, estas, em 1914, e ainda hoje em curso de publicação, assim como a do *Registro geral* da Câmara de São Paulo (iniciada em 1917), dos *Inventários e testamentos* (iniciada em 1920) e das *Sesmarias* (iniciada em 1921).

À impressão desses valiosos documentários deve-se o surto de estudos sobre o passado paulista, especialmente sobre a expansão geográfica do Brasil colonial. Sem os *Inventários e testamentos* não teria sido possível um trabalho como o de Alcântara Machado sobre a *Vida e morte do bandeirante* [...]. E sem os textos municipais mal se conceberiam os valiosos estudos de Afonso D'E. Taunay sobre São Paulo no Século XVI, prolongados depois em sua história da vila e da cidade de São Paulo. [...] permitiu, além disso, os numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luiz, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Júnior, Américo de Moura, Carvalho Franco, Cassiano Ricardo, Aureliano Leite, Nuto Sant'Ana e muito especialmente Afonso D'E. Taunay, cuja opulenta *História geral das bandeiras* começou a publicar-se em 1924 e só se completou neste ano de 1951, abrangendo ao todo onze copiosos volumes. (HOLANDA, In MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008, p. 604).

Dáí conclui:

A elaboração metódica da história das bandeiras paulistas pode dizer-se que só se tornou realidade neste meio século, e isso graças especialmente aos textos exumados dos arquivos paulistas e ainda a publicações estrangeiras, como a dos documentos sobre o Paraguai jesuítico impressos na Espanha pelo padre Pablo Pastells e os manuscritos do arquivo de Sevilha divulgados, por iniciativa de Taunay, em vários tomos dos *Anais* do Museu Paulista. (IDEM).

Por conseguinte, o mito de origem dos paulistas, as bandeiras, reelaborado pelo republicanismo federalista oligárquico, estabeleceu uma figura emblemática poderosa, que condensava o sentido de uma eminência oriunda de um passado com lições de

---

<sup>67</sup> Esse uso memorial foi o motivo da escolha de Domingos Jorge Velho, dentre tantos outros grandes nomes bandeirantes, pois, além das ações bandeirantes a partir do Planalto de Piratininga, ele foi decisivo na derrota do Quilombo dos Palmares e na Guerra dos Bárbaros, contando já, por isso, com sua inscrição nas memórias de outras tradições provinciais que compunham as tramas da História Nacional.

valores de uma projeção de futuro, que o então presente da República oligárquica, a partir das demandas simbólicas políticas, erigiu em lugares de memória, especialmente a partir de dois centros elaboradores: o Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o primeiro com prioritária tarefa comemorativa/monumental e o segundo, com o objetivo rememorativo/cientificador, ambos sob os auspícios e ou patrocínio do poder público estadual. Daí o aludido papel estratégico do historiador e último presidente da República Velha (1926-30), Washington Luiz, quando no exercício da prefeitura da Cidade (1914-1919) e da presidência do Estado de São Paulo (1920-1924)<sup>68</sup>.

De fato, durante a República Velha, especialmente após os impactos da Guerra Mundial e das Jornadas de Greve de 1917 e de 1919, o Bandeirante torna-se um emblema que congrega valores de um passado, a serem ensinados e encarnados pelas gerações presentes e futuras, resposta a uma tensão de ameaça identitária de uma elite, na efetivação de sua liderança na federação oligárquica, vivenciada pelo crescimento econômico e urbano acompanhado do perene afluxo imigrantista, com especial destaque para a presença majoritária dos italianos. Assim, uma dupla tensão se ordena nessa elaboração simbólico/identitária: o postulado da liderança no pacto nacional e o postulado da liderança da elite local na congregação dos grupos sociais emergentes, especialmente alimentados pelo imenso contingente de imigrantes.

Portanto, não é de se estranhar que a efervescente década de 1920 seja também o tempo da emergência das elaborações memoriais mais eminentes e perenes da grandeza das Bandeiras e dos Bandeirantes, tanto no plano monumental quanto no historiográfico. Além da aprovação do Monumento às Bandeiras, o conjunto iconográfico ornamental do Museu Paulista é do período (MARINS, 2007). E, como já se referira acima Sérgio Buarque, também é a época das elaborações eruditas mais conhecidas, dentre as quais se destacam: *Raça de Gigantes* (1926), de Alfredo Ellis Junior, e *Vida e Morte do Bandeirante* (1928), de José de Alcântara Machado; ambos os autores, membros de famílias tradicionais representando os novos pólos da interpretação

---

<sup>68</sup> A administração do historiador Washington Luiz deixará, também, outros legados ao culto bandeirante, muito visíveis em São Paulo: a) as linhas gerais do projeto viário, com as rodovias consagradas a Anhanguera, Raposo Tavares, Fernão Dias, por exemplo; e b), também o “Monumento às Bandeiras”, de Victor Brecheret, iniciado em 1920, com o prêmio de maquete ganhadora do concurso promovido pelo governo paulista, embora sua conclusão efetiva só ocorra em 1953, já como parte das comemorações do IV Centenário. Também é interessante anotar, aqui, que Washington Luiz (1869-1957), já um ancião aposentado da carreira pública, foi visitante frequente da casa de Sérgio Buarque de Holanda, para longas conversas, nos primeiros tempos de sua volta a São Paulo, segundo informou Dona Maria Amélia Buarque de Holanda, em entrevista ao presente autor (Rio de Janeiro, 08/02/2002).

da figura do bandeirante; o primeiro, mais naturalizador da origem de eminência de uma elite euro-americana, e o segundo, mais atento às rusticidade e simplicidade capazes de identificação com os demais grupos sociais. Mas não se deve esquecer, ser esse também o tempo do início da monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924-1950), do erudito Afonso D'Escragnolle Taunay, que, além do mais, congregou a direção do Museu Paulista (1917-1946) e a participação, como um dos mais importantes membros, no IHGSP, sendo, por esse conjunto, o principal artífice da cientificação e guardião dessa tradição. De qualquer modo, mesmo considerando tais leituras um pouco mais ou um pouco menos elitistas, há uma unidade nessa rememoração: o sentido de ensinamento dos valores de liderança da elite paulista que seriam legado dos feitos bandeirantes.

Em assim sendo, toda essa elaboração memorial carrega em si uma primeira ambivalência, que se poderia chamar de interna, tensionada entre a glorificação de uma elite local, através de um passado tradicional de travo aristocrático, e o ensinamento presente de valores de empreendedorismo aos grupos emergentes, com vistas à garantia de um progressivo projeto de futuro. Antônio de Alcântara Machado – escritor e filho do autor de *Vida e Morte do Bandeirante* – no prólogo, a que chamou de “editorial”, do seu livro de contos e uma das obras-primas do modernismo paulista, intitulado *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), traduziu bem essa tensão memorial/identitária ao afirmar:

Do consórcio da gente imigrante com o ambiente, do consórcio da gente imigrante com o indígena nasceram os novos mamalucos.  
 Nasceram os intalianinhos.[sic]  
 O Gaetaninho.  
 A Carmela.  
 Brasileiros e paulistas. Até Bandeirantes.  
 E o colosso continuou rolando.  
 No começo a arrogância indígena perguntou meio zangada:  
*Carcamano pé-de-chumbo*  
*Calcanhar de frigideira*  
*Quem te deu a confiança*  
*De casar com brasileira?*  
 O pé-de-chumbo poderia responder [...]. Mas não disse nada.  
 Adaptou-se. Trabalhou. Integrou-se. Prosperou.  
 E o negro violeiro cantou assim:  
*Italiano grita*  
*Brasileiro fala*  
*Viva o Brasil*  
*E a bandeira da Itália!*  
*Brás, Bexiga e Barra Funda* [...], tenta fixar tão somente alguns aspectos da vida trabalhadeira, íntima e quotidiana desses novos mestiços nacionais e nacionalistas. [...]. (MACHADO, 1927).

E mais adiante complementa:

O aspecto étnico-social dessa novíssima raça de gigantes encontrará amanhã o seu historiador. E será então analisado e pesado num livro.

*Brás, Bexiga e Barra Funda* não é um livro.

Inscrevendo em sua coluna de honra os nomes de alguns ítalo-brasileiros ilustres este jornal rende uma homenagem à força e às virtudes da nova fornada mamaluca. São nomes de literatos, jornalistas, cientistas, políticos, esportistas, artistas e industriais. Todos eles figuram entre os que impulsionam e nobilitam neste momento a vida espiritual e material de São Paulo. [...]. (IDEM).

Esse vaticínio só iria se cumprir, em parte, duas décadas depois, quando o companheiro da vanguarda modernista de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda, assume a Casa das Tradições Paulistas.

Entretanto, a liderança oligárquica tradicional continuará dirigindo e ordenando a produção memorial identitária paulista por um bom tempo ainda, apesar e com a referida tensão. Assim, é dessa elaboração memorial a figura do Bandeirante que terá largo uso na Revolução Constitucionalista de 1932, um dos momentos-mores do uso agregador interno desse ícone memorial paulista<sup>69</sup>. Ao mesmo tempo, esse uso evidencia também uma segunda, mas não menos importante, ambivalência dessa longa elaboração memorial da elite paulista: a primazia nacional. Nesse sentido, o “espírito empreendedor e rebelde dos bandeirantes” servia tanto para justificar a liderança na federação, quanto autorizaria a rebelião, e até uma separação, face à “usurpação” de um poder central, que não reconhecesse a justeza do sentido histórico dessa ascendência. De fato, a existência do separatismo paulista, ainda que não exatamente hegemônico no Movimento de 32, será muito bem usado pelo Governo Provisório de Vargas para isolar, combater e vencer a Revolta Constitucionalista<sup>70</sup>.

De qualquer modo, a derrota de 32 levará a uma reorganização do projeto de liderança paulista, o que incluiu tanto uma afirmação unitarista quanto uma modernização institucional, dentro da qual a criação da USP será uma das mais exitosas, no que se refere ao estabelecimento de um novo regime de verdade no Brasil. Dentro

---

<sup>69</sup> O outro grande momento será o IV Centenário (1954), que inclui, dentre outras ações pertinentes ao uso memorial do bandeirante, a inauguração do moderno, grandioso, famoso e já referido “Monumento às Bandeiras” (MARINS, 1999).

<sup>70</sup> De fato, liderada por São Paulo, a Revolução Constitucionalista fora planejada com apoios iniciais em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Contudo, em sua eclosão, as únicas forças de fora de São Paulo, que efetivamente se rebelaram, foram as de “Maracajú”, que pleiteavam também a separação estadual sul-matogrossense. O que reforçou, ainda mais, a imagem de separatismo da revolta.

disso, o lugar das tradições históricas paulistas será assegurado, especialmente com a criação da sintomática Cátedra da Civilização Brasileira, sob a regência do onipresente Afonso D'Escragolle Taunay. O postulado da identidade por primazia entre a história paulista e a nacional, no momento em que o país montava as bases de sua modernização, assim se concretizava num lugar institucional poderoso e inovador, com grandes consequências nas futuras tramas que contarão a História Nacional.

Claro que, após a vitória de 32, as pressões e cooptações do centralismo estatal da Era Vargas também produz apropriações da tradição histórica paulista. Nesse sentido, *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* (1940), de Cassiano Ricardo, é exemplar. Nesta obra, de mais um dos egressos das vanguardas modernistas de São Paulo, toda tradição colonizadora bandeirante é acentuada no que de produtora de unidade nacional poderia ter, em conformidade com os cânones centralistas do nacionalismo oficial do Governo Vargas<sup>71</sup>. Portanto, seja através do centralismo ditatorial do Estado-Novo ou do federalismo liberal em crise de redefinição, o fundamento político da unidade nacional como legado bandeirante tornar-se-á um poderoso cânon das histórias do nascente Brasil moderno, que se cristalizará na medida do crescimento econômico Paulista, a partir de então, “a Terra do Trabalho”.

#### 4. A tradição revolvida

Destarte, o Curso de Bandeirologia idealizado pelo Poder Público e realizado pelo Museu Paulista, em 1946, apresenta-se como um momento de inflexão. Com a queda de Vargas e a iminente aposentadoria do grande guardião, Taunay, a Casa das Tradições Paulistas comemora o passado, repassando as lembranças autorizadas para orientar o novo tempo que se abre com a chamada Redemocratização.

Dessa maneira, a celebração de um *saber científico das Bandeiras*, em 1946, é, acima de tudo, um ato dedicado à promoção das versões oficiais agora aceites como

---

<sup>71</sup> Além de seguir os princípios dos ideólogos corifeus do Regime, Alberto Torres e Oliveira Vianna, o livro é claramente uma expressão da famosa e importante campanha “Marcha para o Oeste”, lançada por Getúlio Vargas na mensagem presidencial de fim de ano, em 31 de dezembro de 1937, através da Rádio Nacional. A campanha, com intuito estratégico e ideal planejador projetista de ação civilizadora do Centro-Oeste e penetração amazônica, começa a se efetivar com a fundação de Ceres-GO, primeira colônia agrícola, em 1941; e a formação da desbravadora Expedição Roncador-Xingu, em 1943, sob a liderança do egresso da Coluna Prestes, João Alberto Lins de Barros. Com a Campanha, a “interiorização do Brasil” entra em pauta e o sertanismo se redefine nas ações dos famosos Irmãos Villas Bôas e nos debates intelectuais, como a obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda, e nas ações da modernização da área, da qual a construção de Brasília, no Planalto Central, é a mais espetacular.

referenciais aos usos memoriais no novo período que se abre ao Estado de São Paulo e ao país. Momento de reestruturação pós-guerra e pós-ditadura, sob a égide de uma nova Constituição, promulgada nesse mesmo ano, que, sob um liberalismo federalista redefinido e reanimado pela vitória dos Aliados e pela queda do Estado-Novo, consagrava o referencial estadunidense, inclusive na designação do nome oficial de República dos Estados Unidos do Brasil. Em suma, momento de afirmar a liderança paulista no novo pacto federativo, em redefinição institucional modernizante, legada pela Era Vargas. Nesse sentido, as presenças falam mas as ausências também muito dizem. Dentre estas últimas, destacam-se dois nomes representativos de duas importantes vertentes “esquecidas” nessa comemoração/rememoração das glórias do passado paulista: o marxismo de Caio Prado Junior e o unitarismo de Cassiano Ricardo.

De fato, a rigor, Caio Prado não possui obras dedicadas ao bandeirantismo, mas já publicara duas de suas mais lidas, importantes e inovadoras obras, *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), sobretudo a última, com pertinentes e importantes enquadramentos interpretativos da ação bandeirante<sup>72</sup>. Em que pesassem a seu favor o pertencimento a uma das famílias “quatrocentonas” mais ricas e eminentes de então e sua leitura condizente com a emergente, e já incorporada à USP, história econômico-social, sua orientação marxista o põe fora do círculo oficial das elaborações memoriais de sua terra, pelo menos até que a emergência de novas gerações de cientistas sociais uspianos, a partir dos Anos Cinquenta e Sessenta, comece a incorporá-lo como autor referencial moderno. Claro que ‘luta de classes’ e ‘revolução socialista’, mesmo que defendidas por um eminente membro da elite local, não cabiam no culto memorial bandeirante da nova terra da indústria e do trabalho. Assim, não é de se estranhar que nem sequer uma referência direta, seja de seu nome ou de sua obra, se encontre no Curso de Bandeirologia.

O caso de Cassiano Ricardo, autor do livro já referido *Marcha para Oeste*, é diferente: mesmo tendo produzido um trabalho laudatório das tradições de seu estado, pesa contra ele a adesão ao unitarismo varguista do Estado-Novo, agravado pelo não pertencimento aos lugares de memória elaboradores da fundamentação autorizada da grandeza paulista. Essa junção o tornará figura *non grata* nas instituições locais, durante quase todo período da Era do Populismo. O anti-varguismo paulista se revestia, então,

---

<sup>72</sup> Ver especialmente: o capítulo dedicado ao povoamento, as considerações sobre a mão de obra no período colonial e, também, o lugar da mineração e da produção interna, em **Formação do Brasil Contemporâneo**.

de uma pretendida aura ‘democrática’, legada pelo ‘espírito rebelde e autônomo’ bandeirante e com o ‘batismo de fogo’ da Revolução Constitucionalista. Em São Paulo, face ao Governo Central da Era Vargas, o pacto pós-derrota de 32 comportara, apesar dos bríos da elite local, um misto um tanto impreciso de atitudes de *composição com e adesão a*, devido às condições políticas de então. Contudo, o clima mudou muito com a crise e a queda do Estado-Novo, quando muitos dos adesistas mais notórios, como de fato era o caso de Cassiano Ricardo, foram postos de lado em nome do tal ‘espírito democrático’ original dos paulistas.

Por conseguinte, expurgado – à esquerda e à direita – das leituras mais ‘ameaçadoras’ aos interesses dominantes locais, o *saber científico das bandeiras* expõe seus postulados e revela seus fundamentos, delimitando o campo de sua reatualização para os usos memoriais. A definição temática e a composição dos conferencistas dessa rememoração assentam as bases do universo autorizado nessa comemoração dos feitos paulistas. A abertura coube ao eminente e onipresente Afonso Taunay, versando sobre “O bandeirantismo e os primeiros caminhos do Brasil”, seguido de “O bandeirismo na formação das cidades”, de Virgílio Corrêa Filho, “O bandeirismo na economia do século 17”, de Alfredo Ellis Junior, “A sociedade bandeirante das minas”, de Afonso Arinos de Melo Franco, “Problemas fundamentais do folclore dos bandeirantes”, de Joaquim Ribeiro e “As monções”, de Sérgio Buarque de Hollanda<sup>73</sup>. O Curso, então, apresenta um quadro atualizador interdisciplinar, que procura consolidar o já feito e pautar o por fazer. Daí os diálogos específicos e sintomáticos da história das bandeiras com a geografia, a economia, a sociologia e a antropologia, concomitante às mudanças epistemológicas, em curso, nessas e demais ciências humanas ou sociais.

Contudo, além dos expurgos e em que pesem os pontos fundadores de confluência, não há univocidade. O questionário presente é portador de tensões e disputas várias que o Curso de Bandeirologia circunscreve em um campo de disputas autorizadas e disputas de autorização. Disputas que se configuram, basicamente, em uma divisão entre: tradicionalistas e modernos. Todavia, a divergência entre eles não se estabelece em uma oposição puramente polar, mas sim num situar-se de ênfase e gradação entre os polos da tradição e da novidade. Assim, pode-se afirmar, nesse

---

<sup>73</sup> A sequência apresentada corresponde a da publicação, que parece não ter sido a mesma das palestras, com a única diferença, sendo justo a de Sérgio Buarque, que, em vez de fechar o Curso, teria pronunciado a 3ª palestra, como já anteriormente referido.

diálogo, a existência da disputa, em diversas gradações, entre os que pretendem uma reatualização da tradição e aqueles que propugnam uma modernização da tradição.

## 5. Tradição reatualizada, tradição recontada

Na abertura do Curso de Bandeirologia, a que já classificara de ‘demonstração de tradicionalismo’, o diretor do Museu Paulista – anfitrião e copromotor do evento –, também catedrático da Civilização Brasileira da USP, Afonso D’Escragolle Taunay, versando sobre *O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil*, em retórica do contraste, afirmava:

Cabe-me a honra de inaugurar este como que volumoso curso. É o primeiro realizado em S. Paulo e no Brasil fixando largos e variados aspectos de fenómeno historico que não encontra paridade nos fastos de qualquer nação. E apenas, talvez, quando muito apagado simile no transbordamento da Russia alem dos Urais na imensa e quase deserta Siberia de fins do seculo XVI, conquistada com a unica expedição de Ermak, não é exagero dizer-lo. O alargamento dos Estados Unidos, do Atlantico ao Pacifico ocorreu em atrazo de quasi dois seculos em relação ao nosso transtordesilhamento e operou-se já na era das armas de repetição, convem lembra-lo. [...] sua área varrida de mais de dez milhões de quilometros quadrados recobre o Brasil atual e ainda grande superficie da America espanhola.[...]

Só se justifica a fixação de minha precedencia dentre o grupo dos escolhidos para a sequencia das nossas palestras pela prioridade cronologica dentre os meus eminentes contemporaneos que versaram e versam os assuntos do sertanismo. [E, mais adiante, aduzia o chiste de: se julgar] o principe dos conferencistas do Brasil, a saber, o principe dos conferencistas pessimos. [Por isso] e por motivo de prudencia [iria restringir-se] a falar de certos e gloriosos caminhos bandeirantes (TAUNAY et alli, 1946, p. 08).

Claro que a grandeza do legado da tradição das bandeiras paulistas, “que transbordaram dos limites do Brasil” (IDEM) – e assim fundaram a grandeza territorial do Estado-Nação –, precisava ser acentuada em ocasião de sua comemoração. As comparações feitas acima eram, nesse sentido, bastante eloquentes, mas um guardião-mor tão digno não poderia se esquecer de, através da afirmação de sua humildade, acentuar o caráter sacrossanto daquilo que guarda e sobre o que irá abrir o culto. Afinal, é do reconhecimento geral dessa humildade, associada à propugnada e reivindicada

‘prudência’, que provem a fonte de sua própria esotérica autoridade epistêmica, como irá logo marcar:

Ainda muito está por se fazer a historia dos caminhos do Brasil, muito embora alguns tentamens dignos de nota e grande nota se hajam realizado, a começar pelo mestre que apontou a importancia da exegese deste capitulo importantissimo de nossos fastos: Capistrano de Abreu (IDEM, p. 08-09).

Tal citação, por conseguinte, se inscreve no postulado de reafirmação e reatualização, tanto do referencial epistêmico do cientismo naturalista/positivista quanto de uma trama federativo-oligárquica da história nacional, que serviam já, há tempos, ao postulado da primazia paulista<sup>74</sup>.

Dessa maneira, Taunay, com argúcia, inicia o seu tratamento do tema indicando aquilo que já vem emergindo como afirmação da cientificidade na historiografia dos institutos históricos, a saber, o cuidado metódico da crítica de precisão – ou de veracidade –, a partir do que afirma:

Os estudiosos, que se detiveram a pesquisar os assuntos atinentes a este capítulo primacial da expansão geografica do Brasil, de sobra sabem quão escassos, senão quasi sempre insignificantes, mesmos, são os informes, de ordem topografica, acêrca da imensa maioria dos trajetos das jornadas bandeirantes.

Rarissimo, que os interpretadores conscienciosos dos elementos hauridos da documentação existente, consigam, sair do plano conjectural, quando intentam reconstituir itinerários até das expedições maiores e relativamente recentes, realizadas em eras em que o país já possuía assás vultosos, nucleos civilizados e jornadas sobre as quais existe material documentário até certo ponto considerável (IDEM, p.09).

Daí destaca, como exemplar, o caso da exitosa e muito documentada bandeira goiana do segundo Anhanguera (1722-25), sobre a qual “várias reconstituições se tentaram [...] algumas delas inspiradas por notável critério, como, a de Calogeras. Apresentam, no entanto, formais divergências que parecem insanáveis” (IDEM)<sup>75</sup>. E assim conclui, em questionamento retórico:

---

<sup>74</sup> Em **Capítulos da História Colonial**, Capistrano Abreu já consolidara, em sua abordagem histórico-geográfica, o postulado de duas matrizes primervas do povoamento e civilização do Brasil: S. Vicente/S. Paulo, ao centro-sul, e Pernambuco, ao Norte.

<sup>75</sup> João Pandiá Calógeras (1870-1934) renomado engenheiro, político e historiador, ligado ao IHGB, discípulo de Capistrano de Abreu, com longa carreira no governo central da república oligárquica – além de cargos eletivos, foi ministro das pastas da Agricultura (1914-1915), da Fazenda (1915-1917) e da Guerra (1919-1922) –, idealizador da criação de uma instituição de pensamento estratégico, que veio a se concretizar com a criação da Escola Superior e Guerra. Publicou obras sobre diversos assuntos, geralmente com enfoque histórico, quando não propriamente historiográficas, dentre as quais se

Se isto acontece com a exegese de papeis da primeira metade do século XVIII, [...] que esperar da precisão dos documentos dos séculos anteriores ? Como não se os considerar meros fornecedores de elementos conjecturais ? (IDEM, p. 09-10).

Desse modo, segundo Taunay, a um verdadeiro historiador das bandeiras seria mister atenção tanto às variações da toponímia atual e de antanho quanto às imprecisões e fantasias dos conhecimentos topográficos dos séculos passados, para se evitar equívocos interpretativos. Dentro desses últimos, destaca as armadilhas da paronímia, como haveria sido o caso do “ilustre e infeliz Orville Derby a propósito da grande bandeira de Nicoláu Barreto, em 1603” (IDEM, p. 11). Em que:

Toda a sua argumentação erudita, e trabalhosamente coligida, parece-nos sobremodo expugnável depois das novidades por Alfredo Ellis encontradas na documentação municipal de S. Paulo e de onde deduziu lógicas conclusões diametralmente opostas às do sábio geólogo. Fazem crer com outra solidez de aspeto, que Nicoláu Barreto se encaminhou de S. Paulo para sudoeste, em direção às margens do Pequery e do Paraná, quando Derby contemporaneamente o fazia marchar para noroeste em direção ao Alto São Francisco. (IDEM, p. 12).

E, em sua defesa metódica, acrescenta:

Objeção de valor idêntico às que Ellis pôde aduzir para o caso da entrada de 1603, poderão, de momento para outro, surgir, do recesso dos arquivos inexplorados, destruindo as hipóteses penosamente engendradas, na meditação e no trabalho, por eruditos de alto valor (IDEM).

A partir do que conclui, afirmando que essa prudência metódica o levou, inclusive, a não traçar ‘itinerários de sertanistas’ em sua obra histórico-geográfica *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, “mesmo, [aqueles] decorrente[s] de pesquisas próprias, levadas a cabo para a *História Geral das Bandeiras Paulistas*” (IDEM, p. 12).

Mas Taunay vai mais longe em seu postulado epistêmico: além de salientar novamente o lugar de seu discípulo predileto – Alfredo Ellis –, delimita um dado conjunto de autoridades na reatualização da tradição das bandeiras:

O aprofundamento do exame das peças arquivais, que desde alguns anos se avoluma constantemente, revelou os feitos, por vezes

---

destacam: *As Minas do Brasil e sua Legislação* (1904-1905), *Os Jesuítas e o Ensino* (1911), *Rio Branco e a Política Exterior* (1916), *A Política Exterior do Império* (1927-1933) e *Formação Histórica do Brasil* (1930).

memoráveis, de sertanistas ainda fazia pouco desconhecidos. Não se demonstrou ainda, por exemplo, a veracidade da versão lendária da chegada de Antonio Raposo Tavares ao litoral do Grande Oceano, mas idéia muito mais exata se faz agora da magnitude da empreza prodigiosa do homeriada de 1648-1651, graças à adução, e estudos dos papeis revelados por Washington Luis, Pablo Pastells, **Alfredo Ellis**, João Lucio d’Azevedo (ao publicar longa e preciosa carta inédita de Antonio Vieira, sobre o espantoso périplo do senhor de Quitauína) e Paulo Prado.

Assim se ampliaram notavelmente os depoimentos relativos ao bandeirantismo com as acuradas e magníficas pesquisas de **Alfredo Ellis**, e Carvalho Franco, na documentação municipal e estadual de S. Paulo, a extensa e preciosa busca no Arquivo Nacional, de Basílio de Magalhães, as descobertas tão valiosas de Borges de Barros, Braz do Amaral, Feu de Carvalho, Francisco Negrão, Wenceslau de Almeida nos acervos estaduais da Bahia, Minas Gerais, Paraná Alagôas; Alberto Lamego e Studart, em arquivos ultramarinos; Oliveira Viana, quanto às lutas do Sul, **pesquisas** a que se juntaram **as que**, guiado por Pastells, **realisei** no Arquivo General de Indias em Sevilha, e as recentes de Serafim Leite, Teschauer, Rodolfo Garcia, Aurélio Porto, Lucas Boiteux, **Virgilio Correia**, Pedro Calmon Ernesto Ennes, Artur Cesar Ferreira Reis, Urbino Viana, Luiz Gonzaga Jaeger, Borges Fortes, Jonathas do Rego Monteiro, Osvaldo Cabral, Luis Castanho de Almeida, em arquivos nacionaes europeus e americanos, **etc. etc.**

De Portugal imenso ainda ha a esperar como a cada passo nos demonstram os resultados das buscas maiores e menores. Tal o caso por exemplo de Ernesto Ennes reunindo preciosissimo material sobre a campanha de Palmares, o de Artur da Mota Alves fornecendo copias ao Museu Paulista e no Instituto Historico de S. Paulo, de Almeida Prado na lúcida exegese sobre os primeiros povoadores e **assim por deante** (IDEM, p. 13. Grifos não originais.).

Entre tantas nomeações de autorização do saber sobre as tradições bandeirantes, Taunay só dá lugar, dentre os integrantes do Curso a que abre, além de a si mesmo, ao enaltecido discípulo paulista Alfredo Ellis e ao cuiabano, ilustre integrante do IHGB, Virgilio Corrêa – de quem grafou equivocadamente o sobrenome. Desse modo, aos demais palestrantes do Curso, restaria um desautorizado e indefinido lugar “assim por deante”, entre o “etc. etc.” e o nada. Silêncio gritante, exclusão sintomática, ainda mais no caso de Sérgio Buarque de Holanda, que, além de autor do ensaio *Monções*, publicado no ano anterior, era seu ex-aluno, filho de grande amigo, e começara a carreira de publicista sob seu patrocínio. Portanto, o Curso de Bandeirologia, em sua abertura pelo diretor da Casa e, então, mais eminente historiador de São Paulo e suas tradições, enuncia uma disputa, literalmente traçada, nos ditos e não-ditos da autoridade tradicional, que circunscreve a três os autorizados reatualizadores da tradição, e, por conseguinte, exclui do campo de autoridade os demais três integrantes do mesmo Curso.

A partir daí, o grão-artífice científicador da tradição paulista trama uma narrativa que, ao traçar um dado itinerário, vai da origem ao presente. Assim, tempo e espaço serão articulados por um determinismo científicista e uma grandiloquência retórica, ao longo de um enredo viário historicista, em que o eminente historiador das bandeiras pontuará os temas e limites interpretativos que postula para a então requerida atualização da tradição paulista. E assim inicia sua história:

[...] vou particularisar procurando evocar os grandes, os notabilíssimos fastos do mais glorioso dos caminhos bandeirantes de São Paulo, o da via balisada pela lagamar santista, as cumiadas da Paranabiacaba, a vila do campo de Piratininga, a da Senhora da Candelaria do outú guassú a penedia de Araraitaguaba, d'hai deixando de ser terrestre para ser fluvial pelo Avanhandava e Itapura os cursos do Paraná e do Pardo, do Taquari do Paraguai e do S. Lourenço até atingir a vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (IDEM, p.14).

Nesse logo percurso espacial e temporal a ser contado, o sentido (*telos*) da primazia paulista será afirmado, delimitando todo seu alcance. Assim, os personagens serão seguidamente destacados: o primeiro, claro, o Caminho do Mar, o *arché* da expansão bandeirante – ducto umbilical da matriz lusitana para a ‘civilização brasileira’, origem de todos os caminhos paulistas –, ou como diz Taunay, em sua retórica ufanista:

Qual o primeiro caminho bandeirante que se haja tornado estrada batida e continuamente percorrida?

Certamente o Caminho do Mar, o mais glorioso pela ancienidade e importância das vias de penetração do Brasil.

E completava:

Que assunto magnífico a tentar a atenção dos monografistas essa história [...] ainda por fazer!

Estrada de índios que desciam das cumiadas da Serra de onde se avista o mar, ás praias do Lagamar Vicentino, via habitual do homem de ferro que da Costa se mudou para a Borda do Campo, Serra-acima e foi o principal tronco da gente de cruza-luzo-americana que alargaria o Brasil ao sopé dos Andes anulando os dispostos e ajustes das bulas e tratados internacionais; via dos povoadores Martim-afonsinos marchando pra Santo André; dos evangelizadores que fundaram a humilima Vila do Campo, consagrada ao converso da Estrada de Damasco e hoje quase duas vezes milionar; caminho dos que acudiam do planalto ao litoral ao ouvirem o rebate do inimigo corsário em Santos e S. Vicente; das condutas dos senhores governadores e outros ministros de Sua Magestade, com as suas longas teorias de pobres índios cargueiros os mesmos que ao mar levavam o açúcar branco e batido, a marmelada e a farinha de trigo, seria mais tarde perlustrada

pelas longas teorias das tropas de mulas cangalheiras dos campos de Curitiba, Lages e do Rio Grande de S. Pedro transportadoras do açúcar e depois do grão etiope que opulentaria a Província dando-lhe o alicerce básico da primazia econômica do Brasil hodierno.

De agríssima via para cavalos, e mulas de carga, passaria o caminho empedrado da *calçada do Lorena* à estrada carroçável da Maioridade até que, por vários decênios jovesse completamente abandonada, anulada pela superioridade insuperável da viação férrea.

Mas renasceria de modo magnífico, na era da veiculação autônoma mecânica, sob a inspiração progressista de Washington Luis, para chegar à grandiosidade assumida pela atual via Anchieta (IDEM, p. 15).

Portanto, a linha temporal do progresso já se desenha claramente de saída, mas a jornada narrativa a que Taunay conduz seus ouvintes e leitores só começou. Assim, após acrescentar um longo receituário de rememoração para pesquisas, conclui a primeira parte de sua narrativa, apresentando o ‘filho herdeiro’ do Caminho do Mar como seu protagonista maior:

Eis, em muito largos traços, o que me ocorre sugerir ao futuro historiador do Caminho do Mar. trecho [sic] inicial e capital dessa gloriosa via bandeirante. E julgo que não é desacertado recordar nesta rápida palestra, com certa extensão, uma série das características da existência dessa via de penetração gloriosa que ligava o litoral Atlântico a outro caminho tão notável quanto ela, mas de extensão incomparavelmente maior e leito de natureza totalmente diverso: **o Tietê, primeiro dos caminhos brasileiros que andaram**, se me é permitido aduzir a famosa comparação pascaliana, [sic]

Assim, **o Caminho do Mar, prolongado no curso do rio das Entradas** foi como que a primeira lança enristada pelo bandeirantismo de S. Paulo, contra a linha de demarcação tordesilhana de 1494 e a forçadora do imenso recuo do meridiano famoso (IDEM, p. 18. Grifos não originais).

Ao que acrescentaria mais adiante, com toda uma carga de significação projetiva:

Pelos índios do Planalto com certeza imemorialmente navegado, pelas águas do velho rio de – Anhembi, desceram os exploradores das primeiras décadas da descoberta e do povoamento do Campo de Piratininga.

Quando, à margem da “água grande” do Y-etê de Piratininga, na antiga varzea de Guarepe, se puzeram, pela primeira vez, a meditar acerca do curso provável daquelas massas, nascendo tão perto do mar e singularmente correndo para o interior das terras, que teria ocorrido à mente dos primeiros povoadores ? Onde iria ter o misterioso caudal ?

Acaso às terras dos monstruosos coruqueans ou dos minúsculos guaiasis ? Dos inumeráveis matuiús, gigantes de pés voltados para traz ?

Acaso atravessaria as florestas de árvores de vidro e árvores de fogo, povoadas de abantesmas e animais monstruosos?

Ou antes: não se dirigiria às paragens prodigiosas de Parima e do Eldorado? ou aos lagos encantados de Manôa e de Eupana? Acaso não se lançaria também naquela vasta colação de águas lacustres situada segundo os grandes geógrafos do tempo no centro do Brasil e a que atravessavam o Amazonas, o Maranhão, o São Francisco e o Rio de Janeiro?

**Quanto sonho de conquista, de perscrutação da Selva, de desvendamento do mistério americano, não evocaria esse fluir do rio das Anhumas?** (IDEM, p. 19-20. Grifos não originais).

Desse modo, ainda que Taunay não deixe de registrar que, durante o que chamou de “ciclo das entradas”, foram utilizadas “as velhas veredas indiáticas, existentes desde tempos imemoriais” (IDEM, p. 18), considera que:

No conjunto das **vias de penetração do Brasil meridional ignoto e selvagem**, nenhuma de tão longínqua significação histórica se reveste quanto a que ao **Tiête** tão notável realce empresta.

Está o nome do **grande rio** indestrutivelmente ligado à **historia da construção territorial do nosso imenso ocidente**.

Muito mais antiga por **civilizados**, a navegação frequente de suas águas de que a do São Francisco e do Amazonas, ninguém o ignora.

Inçado de **dificuldades**, entrecortado pelas itaipavas e saltos, como que a **Providencia** propositalmente lhe tornara penoso o vencimento do dilatado curso **para manter exercitadas as qualidades de resistência e a capacidade de sofrimento dos seus navegadores rudes** (IDEM, p. 19. Grifos não originais).

De fato, o postulado da navegação pelos rios como a via principal de penetração e colonização estava estabelecido pelo cientismo naturalista, especialmente a partir do referenciado trabalho de Capistrano de Abreu. Portanto, assim autorizado e baseado nos referenciais de certas expedições oficiais ou notórias, de certos grandes nomes do passado, a conclusão de Taunay não poderia ser outra: “Pelas águas do Tietê cada vez mais freqüentes, descem as bandeiras cativadoras de índios e pesquisadoras de ouro” (IDEM, p. 21).

Por conseguinte, o sentido projetivo da conquista haveria se realizado e se naturalizado nos paulistas, desde os primórdios, através da e na corrente das águas do aborígine Anhembi e civilizado Tietê. Esse postulado naturalista é justo um dos pontos da discórdia nas disputas de autorização em curso. A já referida legenda do desenho de Belmonte, inserto na publicação dessa conferência de Taunay, o mostra. E, não por acaso, são os, já iniciados, trabalhos historiográficos de Sérgio Buarque que mais

incisivamente questionam essa “verdade” estabelecida da historiografia do cientismo naturalista/positivista dos institutos históricos<sup>76</sup>. Por isso, nessa parte da narrativa, dedicada à “grande era das bandeiras, [iniciada em fins do sec XVI e] abrangendo lapso de século e meio” (IDEM, p.18), Taunay trata de citar documentos oficiais sobre expedições e registro cartográfico do Tietê, obtidos em parte nas pesquisas no Arquivo General de Indias, em Sevilha (IDEM, p.20). E mais, ao concluir esse período – a que também chama de “éra cruel dos descimentos” (IDEM, p. 22) –, fará questão de dar sentido de continuidade da navegação pelas águas do “rio das entradas”, afirmando que nelas “navegaram muitos devassadores da selva matogrossense e escaladores dos Andes”, à medida em que “avoluma-se o movimento para o Oeste misterioso com o decorrer dos anos seiscentistas” (IDEM, p. 21). Desse modo, prepara o curso para o subsequente período monçoeiro.

Entretanto, nessa jornada espaço-temporal pelo Tietê, haverá uma primeira parada, demandada por um desvio compulsório:

Rebôa de repente, estrepitoso grito de descoberta (...): Ouro !  
Ouro!

A esta notícia, que desce das serranias dos sertões dos Cataguás esvazia-se a Capitania vicentina.

Descobre-se o primeiro El-Dorado brasileiro, depois território das Minas de São Paulo. Fazem-se mineradores os grandes descedores dos índios e o amago do Brasil é atingido pelas bandeiras, na ância do metal.

Acodem os ultramarinos aos milhares, para compartilhar das descobertas dos paulistas. Dá-se o primeiro grande e fatal embate da corrente nacionalista com a prepotência reinól.

Em massa abandonam os filhos de São Paulo, as minas de sua Capitania, aos emboabas, apoiados na parcialidade dos compatriotas, detentores da autoridade (IDEM, p. 22).

O grão-artífice demonstra, aqui, toda sua destreza narrativa. Em primeiro lugar, por proceder, em tamanha síntese, a um enaltecimento a partir do que seria uma derrota, na memória da tradição dos fastos paulistas, acentuado o caráter pioneiro, tanto da descoberta do ouro quanto da manifestação nativista, ao mesmo tempo em que, se não elimina completamente, minimiza o caráter bandeirante do desenvolvimento da sociedade mineira, tema no mesmo Curso da palestra de Afonso Arinos – um dos

---

<sup>76</sup> De fato, em seu livro *O Bandeirismo e o Recuo do Meridiano* (1922), Alfredo Ellis aponta já para o uso dos caminhos terrestres, como o anota Sérgio Buarque de Holanda no livro *Monções*, mas essa questão tomará realmente vulto e consistência com a revisão do sertanismo promovida pela obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda.

esquecidos em seu longo prólogo de autoridades do saber das tradições bandeirantes. Em segundo lugar, por rapidamente concluir essa verdadeira sublimação, já consagrada na trama tradicional da história, com a imediata volta ao leito seminal:

É imensa, porém, a terra do Brasil e os paulistas, acostumados a fazer mais do que promete a força humana, hão de descobrir novos El-Dorados.

Surge, em 1719, a notícia do encontro do segundo deles, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros ilustres.

As novas da “fertilidade” das minas do Cuiabá alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores, a passarinhar, atiram com os grãos amarelos, para poupar chumbo! As notícias aos mais calmos estarrecem...

Dá-se colossal *rush* pelas águas do Rio das Entradas [...] (IDEM, p. 22).

De fato, a sublimação se completa com a afirmação da legitimidade de filiação paulista do Mato Grosso:

Não tardam porém as providencias régias para a organização das novas **terras doadas à monarquia lusitana, pelo bandeirantismo.**

Vai Rodrigo Cesar de Menezes, primeiro Capitão-general de S. Paulo, a Cuiabá, instituir os primórdios daquilo que, em 1748, servirá ao estabelecimento da nova capitania matogrossense.

**Base de todo este novo surto de exploração** constitui-se o remansoso local da penedia onde, vinham as araras amolar os ferreos e aduncos bicos, essa, **Araraitaguaba, de tão prestigiosa rememoração [...]**

Enceta-se então **a era dos monções regulares** [sic] instigadas pela fama das “grandezas do Cuiabá”.

Nada faz diminuir **o afluxo dos imigrantes !** Nem as mais sinistras notícias do extermínio de expedições inteiras pelos terríveis canoeiros e cavaleiros, paiaguás e guaicurús.

Nem o anuncio das pestes, das carneiradas, e das temerosas fomes, em **território onde, desvairados pela ância do ouro,** nenhum mineiro planta, onde, mais uma vez se realiza o que **a mitlogia grega,** de simbolismo sempre poderoso, concretiza na **imagem de Midas, morrendo de inanição, à margem do Pactolo.**

Continua a afluir gente e **este povoamento de Mato-Grosso é, talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista.**

Que distancia imensa a vencer ! E que viagem temerosa esta de Araraitaguaba às margens do Coxipó !

Caem em declínio as minas de Cuiabá e escasseiam as monções, mas nem por isto recuaram as quinas, chantadas pelos paulistas, às margens do Paraguai e do Guaporé (IDEM, p. 22-23. Grifos não originais).

Na passagem acima, o terreno foi preparado para o cuiabano Virgílio Corrêa discorrer sobre o povoamento bandeirante, mas será minado para o “folklore dos bandeirantes” de Joaquim Ribeiro e para “as monções” de Sérgio Buarque de Holanda:

Para o **terceiro quartel do século XVIII**, transforma a tirania régia o **Rio das Entradas** numa *via scelerata da capitania de São Paulo*. Leva a Pombal o conhecimento imperfeito das coisas do Brasil a criar, num dos sítios mais insalubres do Universo, em fronteira ainda hoje guardada pelo deserto e a selva, a sinistra praça de guerra de Iguatemi, a que se impõe por escárneo, o nome de Nossa Senhora dos Prazeres. [...].

Épocas houve em que, em dois meses, morreram trezentas pessoas das mil ali desterradas. [...], até que, em 1777, e providencialmente, os castelhanos se apossam daquele conjunto de miseráveis faxinas de terra pomposamente apelidadas de praça forte.

A antiga Araraitaguaba é em fins do século elevada à categoria de vila, mudando-se-lhe o nome indígena, áspero e longo, por outro luso, eufônico e de bom agouro.

Prosseguem os embarques para o Cuiabá agora mais restritos. E **a navegação gloriosa, já trisecular**, vai-se aos poucos extinguindo.

**Tão velha e tão ilustre que se adorna das lendas e dos fatos sobrenaturais**, próprio das coisas velhas. Tem a **sua nau catarineta**, como a **sua fauna monstruosa** e registro nas páginas dos **agiológicos** (IDEM, p. 24-25. Grifo original em itálico, os demais não originais).

Assim, as monções, nesse contínuo, perdem seu caráter original e, ainda que gloriosas, são restringidas, em importância, a um momento inicial. Originalidade e longevidade, essas, pleiteadas pelo ensaio historiográfico de Sérgio Buarque e motivo de sua palestra, então, a se realizar. Ao mesmo tempo, as monções são associadas ao folclore bandeirante, que é, por sua vez, também reduzido: de um lado, a um repertório de contos e a um besteiário de navegadores, ligados às projeções do Eldorado – descobridoras e desbravadoras do Novo Mundo –, das quais o “Rio das Entradas” seria um dos mais célebres caudais; e, por outro lado, a uma canônica legitimação dos mistérios católicos dos milagres, cientificados pela crítica positiva documental. Ao fim e ao cabo, após exemplificações desses seus argumentos, Taunay conclui que “nada falta ao acervo tradicional das monções para que se lhe não possa aduzir a contribuição agiológica [sic] e folclórica que tamanho relevo possui” (IDEM, p. 26).

Mas a jornada não chegara ainda ao seu destino, faltava o último trecho, em que o seminal Rio paulista leva ao presente:

[...] o Tietê, como que querendo galardoar os epigonos daqueles de quem tantos sacrifícios exigira, veio oferecer compensação magnífica às agruras impostas aos seus antepassados.

Dos seus desníveis violentos e do volume das águas revoltas nascem enormes fontes de energia captadas para o trabalho moderno. Desde muito coopera o velho Rio das Entradas para o desenvolvimento do maior centro industrial da nossa América.

Serviçal obrigado, e recalcitrante, das entradas e das bandeiras, com a lança do seu álveo, outróra enristado para Oeste contra o domínio castelhano, continua a servir à grandeza de São Paulo e do Brasil, na nova arrancada que o café veio trazer à marcha do progresso e da civilização, preparando o advento e o surto da nova etapa notabilíssima, a fase industrial (IDEM).

E, mais à frente, Taunay complementa:

Aos filhos dos bandeirantes oferece as energias do seu desnível o rio das Entradas.

Mais um título arrebatou: é hoje o Rio da Paz, do Progresso, da Civilização sub-partindo o potencial de suas forças numa obra de conforto de incontáveis lares brasileiros, de produção útil em milhares de oficinas.

A glória do passado reúne a utilidade do presente a caminho das conquistas inevitáveis de esplendoroso futuro (IDEM, p. 27).

Por conseguinte, o culto da tradição é tributo obrigatório ao sentido original ao que se deve a atual eminência e base de qualquer projeto de futuro. Em suma, respeito ao sentido histórico como garantia da contínua ascendência, sob a égide da tradição, como então enunciada. De fato, Taunay procurara, em seu historicismo, articular em uma linha narrativa, que convergia à sua capital, todos os fenômenos históricos importantes paulistas na formação da “civilização brasileira”, através dos caminhos bandeirantes<sup>77</sup>. Daí a óbvia finalização reafirmadora do mito original e seus protagonistas: “assim percorrendo os dois ramos articulados e gloriosos do Caminho do Mar e da rota das Monções as bandeiras de S. Paulo obrigaram o meridiano de Tordesilhas a um recuo de quasi vinte graus” (IDEM, p. 28).

## 6. Tradição reatualizada, tradição renovada

Seguindo nas sendas indicadas pelo Guardiã-mor, as palestras de Virgílio Corrêa e de Alfredo Ellis delimitam a abrangência renovadora da *ciência das bandeiras* nos cânones tradicionalistas estabelecidos: o primeiro, no diálogo da história com a

<sup>77</sup> À exceção de referência a “São Paulo, terra dos Andradas”, como já anteriormente anotado, apesar do conhecido monarquismo de Taunay.

geografia humana e, o segundo, no diálogo da história com a economia. Desse modo, o tradicionalismo da historiografia dos institutos históricos demonstrava sua capacidade de renovação, procurando legitimar seus postulados memoriais sob os referenciais das emergentes ciências humanas ou sociais. De fato, o estabelecimento de ciências sociais acadêmicas (universitárias) mal começara no país, e só se iniciava, então, a disputa pela hegemonia nas novas instituições e fóruns do saber científico, entre os renovadores do estabelecido e os egressos dos círculos alternativos modernistas. De tal embate é o Curso de Bandeirologia um acontecimento exemplar, embora *sui generis*.

A palestra seguinte à lição magna de Taunay não poderia ter sido mais apropriada no culto renovado do tradicionalismo, aplicado ao caso do saber sobre o bandeirantismo. Virgílio Corrêa, autor de *Mato Grosso* (1922) e das *Monografias Cuiabanas* (1925), logo diz ao que veio: “Rendi-me à atração exercida pelo assunto, e mais ainda, pela Terra de Bandeirantes, antigos e modernos, a quem me seria assim propiciado o ensejo de testemunhar a minha admiração, de raízes atávicas seguramente” (CORRÊA in TAUNAY et Alli, 1946, p. 31). Eminentemente defensor da primazia de Cuiabá no Mato Grosso, sua presença no Curso de Bandeirologia servia tanto para afirmar a ação civilizadora paulista quanto para afastar o fantasma da acusação de separatismo de 1932, muito associado ao apoio paulista à formação do Estado de Maracajú no sul matogrossense<sup>78</sup>. Cumpria, assim, a função de defender um unitarismo nacional caudatário da eminência paulista bandeirante, mas sob uma ótica renovada.

Essa peculiar junção do velho e do novo é de pronto enunciada na base epistêmica de partida:

Para boa compreensão do tema referente ao “Bandeirantismo na formação das Cidades”, faz-se mister, de início, caracterizar as duas expressões aparentemente contraditórias e irreconciliáveis, que, todavia, se associam, harmônicas, na indicação do título de pronunciado teor geográfico.

---

<sup>78</sup> Em seus agradecimentos iniciais Virgílio Corrêa indica bem a rede política e institucional de compromissos que dá sentido a sua intervenção e que demanda o Curso de Bandeirologia: “[...] em feliz hora promovido “sob o **alto patrocínio** do Exmo. Senhor Embaixador **José Carlos de Macedo Soares**.

A **invocação do nome de tamanho prestígio**, mais cultural do que político, apesar da circunstância de governar superiormente na atualidade o Estado de São Paulo, em meio das inquietações modernas, transbordantes do Velho Mundo para o continente americano, cujos problemas se caracterizam por feições peculiares, concorreu para afastar qualquer motivo de escusa.

**Não caberia** em verdade **razão alguma de deserção** em iniciativa de tal espécie que se desenvolva sob **os auspícios do Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, a quem os arquivos revelaram as passadas épicas dos ancestrais, cuja investida anulou inexequíveis arranjos diplomáticos.” (IDEM, p. 32. Grifos não originais).

Uma, nomeia a manifestação máxima da energia racial, revelada por tendências de indomável individualismo.

Deriva, outra, do espírito gregario que facilita a lucrativa utilização das riquezas naturais.

É mais, aquela, do domínio histórico-social, enquanto a segunda se inclui na alçada ampla da geografia, a um de cujos ramos cabe estudar, consoante ensinou Demangeon, “as relações dos agrupamentos humanos com o meio geográfico”. (1)

Na primeira espelha-se o mesmo ímpeto aventureiro, que levou o minúsculo Portugal a descerrar os horizontes da era moderna, [...] (IDEM, p. 32)<sup>79</sup>.

Aliar o naturalismo/positivismo com os princípios das ciências humanas emergentes do início do século XX é, sem dúvida, a grande característica epistêmica dos renovadores da tradição.

Nesse sentido, a estratégia de Virgílio Corrêa, nessa palestra, será a de atribuir um fundamento específico a cada disciplina e, então, proceder a um diálogo interdisciplinar a partir disso. Nele, o naturalismo de cunho raciológico seria atributo da história, enquanto o tratamento da ocupação humana do espaço, daí desdobrado, deveria seguir os novos princípios. Portanto, o autor não vê contradição em postular um caráter racial e, ao mesmo tempo, citar um dos próceres da nova geografia francesa, Albert Demangeon, aliado dos “novos historiadores” e co-fundador dos *Annales*. A retórica bacharelesca demonstra, assim, toda flexibilidade de seu maneirismo, e deixará suas marcas nas emergentes novas instituições e fóruns do saber científico.

Contudo, apreciações atuais de coerência epistêmica não devem obliterar a coerência contemporânea do discurso, que situado em seu tempo-espaço, mostra-se bem articulado, partindo da determinação histórica historicista para depois enunciar um discurso geográfico dito atualizado. Assim, pontua o tratamento do tema em itens que apontam certa seqüência bem ordenada: a herança colonial, revides coloniais, bandeiras – mais históricos –, geografia bandeirante, formação das cidades, bandeirantes e curraleiros, Cuiabá, Vila Bôa de Goiás, cidades irmãs, contrastes expressivos – mais geográficos. Entretanto, a retórica bacharelesca e ufanista dá o tom maior do texto. Por conseguinte, as crenças do determinismo do naturalismo histórico, tributário do republicanismo federativo oligárquico brasileiro, reinam soberanas como determinações básicas, das quais derivam, como acomodações ou acréscimos, as novas questões.

---

<sup>79</sup> Essa nota “(1)” da citação é original, e registra, ao fim do texto, na página 51: “(1) – Demangeon (Albert) Problèmes de Géographie Humaine – 1942.”

No tratamento do bandeirantismo, a referência direta citada é a de Taunay, em sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, embora, de fato, não o reproduza simplesmente. Os raciocínios e postulados de Virgílio Corrêa têm seus próprios méritos no dissertar o tema. A confluência existente deve-se ao tradicionalismo defendido, que se baseia nos fundamentos em comum da tradição, como é o caso da tensão de um caráter brasileiro forjado no amálgama e em gradações, entre o filo-ibérico e o mameluco:

No Brasil, os descendentes dos audazes navegantes imitavam-lhes as viagens incomparáveis, embora de maneira diversa. [...] [vide] a capacidade organizadora dos caudilhos, a quem a história nomeou de bandeirantes, [...] paulistas aqui nascidos, ou aclimatados ao sol montezino, estimulante de ousadias.

Embeberam-se do sadio ar do planalto, que lhes enfunava os corações fogosos, arrebatando-os para as entrepezas gigantescas.

Não fora em vão que os fundadores do germe urbano da Paulicéia, [...] plantaram carinhosamente, [...] as sementes da civilização regional á vista do rio, que fluía em rumo dos ínvios sertões, como permanente convite para as arrancadas, ao som das correntes.

Peninsulares transplantados, mamelucos resultantes do cruzamento da índia com o branco, mestiços de várias tonalidades, todos se abraçavam nos fecundos anseios dos empreendedores de algaras, de cuja realização participavam de boa mente.

E assim penetraram, pelos seus feitos inegaláveis, na História da Formação do Brasil.

Atuavam como gentes de tarefas sobrehumanas, impelidos pela predestinação, quando não os guiassem interesses económicos imediatos. (IDEM, p. 35).

Ou ainda:

Não dispunham de astrolábios, nem instrumento algum de observação, que o substituisse, mas o tino herdado por ventura do índio, com o qual aprenderam os invasores de suas terras a servir-se das balizas naturais, proporcionada pelos picos e serras, pelos rios, pela vegetação, bastava para lhes nortear as explorações assombrosas. [...]

Formavam, porém a escola do bandeirantismo, como D. Henrique, em Sagres, [...] com a sua técnica especial, a tempera da personalidade, a resistência física sobranceira aos obstáculos por ventura encontrados, e especialmente a decisão de vencê-los [...] (IDEM, p. 37-38).

A partir desse *background* histórico naturalista do conhecimento desbravador do território, Virgílio anota o papel de povoamento como resultado direto do bandeirantismo de mineração, já que o caráter ‘devassador’ do apresamento, embora

desenvolva conhecimento territorial, seria despovoador em função da própria atividade. Sobre esse povoamento bandeirante pleiteia, então, um caráter próprio não planejado, mas interiorizador por natureza. Aqui parece responder a Sérgio Buarque em *Raízes do Brasil*, anotado o contraste com as planejadas cidades administrativas do litoral (p. 38-42), sem se esquecer de registrar a exceção do caso de Laguna, com propósitos defensivos<sup>80</sup>.

Também postula o caráter bandeirante do povoamento decorrente da atividade pecuária, sobretudo, através da atividade tropeira. Por fim, dá grande destaque às duas primeiras capitais do Oeste brasileiro – Cuiabá e Goiás, frutos maiores, então, desse povoamento. Comparação que visa ao enaltecimento de sua amada Cuiabá, sobre a qual finaliza afirmando:

O seu passado, embebido de tradições bandeirantes, harmoniza-se às maravilhas com o ritmo atual de vida, não obstante faltar-lhe ainda a articulação ferroviária, de que dispõem todas as capitais não servidas por vias fluviais de fácil acesso

A sua sobrevivência por mais de dois séculos, a despeito de todas as adversidades, evidencia que não se enganaram os destemerosos representantes do bandeirantismo paulista ao plantarem no centro geométrico da América do Sul o arraial [...]

A audácia afigurava-se maior da marca.

Mas o acerto da escolha garantir-lhe-ia a expansão futura, como prova cabal da força criadora daqueles rudes sertanejos, cujos descendentes, aprimorados pela cultura, aqui se reúnem para ouvir um parente afastado, nascido na própria localidade, em que se imortalizou Pascoal Moreira Cabral com a sua gente (IDEM, p. 50).

Já Alfredo Ellis Junior aponta para outro modo de renovação epistêmica possível no caminho reatualizador da tradição. Discípulo predileto de Taunay e seu assistente na cátedra de Civilização Brasileira da USP, também membro do IHGSP, foi o responsável pelo tema que procede ao diálogo da história com a economia – um dos carros-chefes da renovação epistemológica da disciplina. Nesse diálogo, o autor de *Raça de Gigantes* fará uma peculiar e sintomática defesa da autoridade científica especializada que tanto reforça a já referida propugnação de seu Mestre Catedrático quanto indica melhor o caminho renovador no trato da tradição bandeirante. Assim, ao discorrer sobre “O bandeirismo na economia do século 17”, apresenta um dado modo de articulação dos

---

<sup>80</sup> Nesse debate sobre a formação das cidades no Brasil, emerge uma tensão redefinida pelos modernismos: de um lado, o filioberismo do enaltecimento do legado lusitano como matriz civilizacional, geralmente defendido pelos tradicionalistas, *versus* a lusofobia, re-significada pelos modernistas, como crítica de herança arcaica, sobre esse mesmo legado.

postulados do cientismo naturalista-positivista com o questionário emergente das ciências sociais/humanas.

Nesse sentido, já no prólogo de sua palestra, Alfredo Ellis marca posição:

[...] sou hoje um servidor exclusivo do conhecimento do passado de minha terra e de minha gente.

[...] dessa terra abençoada, na qual viveram, sofreram, se mortificaram, escreveram sublimes epopéias, muitos dos meus maiores, [...] nosso maravilhoso Planalto. [...] terra augusta, que foi regada em abundância pelas lágrimas de nossa gente, pelo suor laborioso de nossos pais, pelo sangue de nossos avoengos.

Sim, essa gente prodigiosa cuja “raça de gigantes” foi protagonista de tantos capítulos homéricos que se escalam tumultuosamente na nossa evolução pelos séculos.

Sem embargo desse entusiasmo[...].

O Evangelho da honestidade científica que me empolga, me faz consagrar a verdade histórica como uma sublime idolatria.

É pois, no mais elevado e sacrossanto altar que coloco a reconstituição verídica dos capítulos do passado. Fira quem ferir, seja qual for o resultado.

[...] não se poderia exigir para um historiador a qualidade super-humana de um rigoroso indiferentismo ! É do homem e da mais íntima essência humana tomar interesse em assunto que cuida. Mas, o que pode e se deve determinar de modo imperioso é que quem queira ser historiador, proceda como um apóstolo da verdade, respeitando tudo o que a ela conduza (ELLIS in TAUNAY et Alli, 1946, p. 55-56).

Mas o paulista apaixonado, autor de *A Nossa Guerra* (1933) e de *Confederação ou Separação* (1933), vai além dos volteios da retórica bacharelesca, ufanista e defensora de uma fé científica – traço já presente nos cientismos naturalista/positivista em terras brasileiras, inclusive em suas elaborações memoriais historiográficas –, ele apresenta, como ponto de partida, uma conceptualização atualizada do saber histórico:

Não podemos restringir o conceito de História a uma simples Cronologia, isto é, a um relato de acontecimentos mais ou menos episódicos, recheado de nomes, de datas, de batalhas, de alvarás, de leis, de cartas régias, de titulares, de monarcas, de generais, etc. [...]

*História não é isso, que se resume em mera reportagem ! [...]*

Também, não se pode confundir História com a exaltação do patriotismo, como a vemos transfigurada, [...] em um declamar enamorado e contínuo de civismo, terapeuta cocainizante a que recorrem os povos faltos de outros recursos mais eficientes.

A História de um povo não é uma bíblia cívica que se embebeda apaixonadamente com o espírito de um “*me ufanismo*” laudatório e menos verdadeiro, completamente cego à verdade.

A História também não pode unicamente, se resumir na parte política e superficial da vida de um povo. Os acontecimentos políticos

são meras conseqüências de fenômenos mais profundos, que precisam ser analisados.

Com isso, temos que a História é uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para êsse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano (IDEM, p. 56-57. Grifos originais).

Até aqui, a um leitor atual mais desavisado, Alfredo Ellis poderia parecer um *annaliste*, inclusive no tom incisivo ao modo de Lucien Febvre em seus *Combates da História*; em mesmo sentido, também, poderia parecer sua concepção alargada das fontes, que chega a nove itens classificatórios, mas, dentre os quais, se encontram: “analogia e razão natural das cousas”; “ensinamentos, outros ramos científicos...”; “ensinamentos de autoridades e de mestres reconhecidos”; e, “tradição oral, transmitida em famílias, etc., e por pessoas idôneas” (IDEM, p.58). Portanto, falta-lhe o mais fundamental traço da *nouvelle histoire*: a ênfase presentista da *histoire-problème* e sobre o respeito à sobredeterminação do presente pelo passado. De fato, os princípios de uma “nova história” estão, aqui, submetidos a uma concepção de fontes legada pelos institutos históricos. Ou se se quiser, a interdisciplinaridade lida como licença epistêmica à taxionomia herdada da fluidez entre ciência, filosofia e arte que, em arranjos diferentes no romantismo e no cientismo, se manteve na historiografia brasileira desde o século anterior.

No entanto, tal ‘ecletismo’ está longe da incoerência ou de resoluções por articulação retórica bacharelesca – como no caso anterior de Virgílio Corrêa. Alfredo Ellis é um acadêmico atualizado, tão cria do IHGSP quanto da USP, e logo diz em qual matriz contemporânea da cientificidade se inscreve, e em que se autoriza, para reatualizar a tradição de sua terra e de sua gente:

[...] uma **interpretação lógica**, de acôrdo com o bom senso e com a razão natural das cousas, sendo consideradas as situações especiais.

São fatores causais da História: (1)

- a) *o interno ou biológico, ou individual*, que cada um traz perfilado na sua feitura física, psíquica, fisiológica, moral, glandular, sentimental, etc., não só herdada dos seus maiores, como adquirida.
- b) *o externo, mesológico, ou ambiental*, que é tudo que envolve o indivíduo. Êste fator externo, pode ser geográfico ou natural e social ou artificial (IDEM, p. 58).

Esse naturalismo lógico é, sem dúvida, continuador do naturalismo-positivismo da Geração de Setenta. Nesse sentido, está próximo, nos fundamentos, da renovação

epistêmica da sociologia de um Oliveira Vianna, embora não corrobore muitos dos seus postulados principais e se atenha a outros diálogos disciplinares<sup>81</sup>. E, assim como o de Oliveira Vianna, não se trata de um tradicionalismo epistemologicamente atávico, é contemporâneo das repercussões da historiografia de Arnold Toynbee e tem inegável parentesco com a reação neopositivista às inovações nas ciências sociais, que no mundo acadêmico anglo-saxão darão fundamento à chamada filosofia analítica da história<sup>82</sup>. Por conseguinte, a leitura econômico-social que defende, parte de um dado ponto arquimediano com que procura calcular a história:

### A PRODUÇÃO

O objetivo final dos agrupamentos humanos é o *lucro*. Tudo, na História, gira em torno do que até hoje é o objetivo de tôdas as nossas ações.

Não há nada na vida humana, que não se faça sem o fito do *lucro*, o que nos habilita a continuar a nossa vida individual e proporciona meios para a perpetuação de nossa espécie.

O lucro agora, como no passado, só pode ser obtido pela produção [...],

[que] ontem como hoje, se tem efetivado de acôrdo com a equação algébrica, em que se sintetiza o valor de cada agrupamento humano, ou o vulto de cada capítulo histórico [...]:

Produção T (*ecologia*) M ( *Mão de Obra*) C (*capital*) t (*transporte*)  
+ c (*consumo*)

Cada um dos termos dessa equação representa um fator com que conta o agrupamento humano, fazendo com que aumente ou diminua o seu valor econômico e, portanto, a sua projeção no cenário

---

<sup>81</sup> Oliveira Vianna e Alfredo Ellis são integrantes da geração que elabora uma redefinição do naturalismo raciológico, especialmente entre os Anos Vinte e Trinta, sempre à procura de fundamentos de uma pretendida eugenia autenticamente brasileira, ao modo dos “verde-amarelistas” do modernismo, grupo ao qual Alfredo Ellis pertenceu, sendo inclusive um dos signatários do “Manifesto Nhengaçu Verde Amarelo ou da Escola da Anta” (1929). Entretanto, as resoluções e postulados a que chegam possuem significativas diferenças, que os colocam muitas vezes em lados opostos, especialmente no campo político, em que o unitarismo de tradição “saquarema” fluminense/carioca de Oliveira Viana se choca com o federalismo paulista do “perrepista” Alfredo Ellis. Daí suas interpretações diferentes, a partir de um mesmo paradigma, do fenômeno das bandeiras e da figura do bandeirante: de um lado, Oliveira Viana – em *Populações Meridionais do Brasil* (1920) – postula a eugenia ariana formuladora de uma aristocracia de caudilhos turbulentos e anárquicos responsável pelo “latifúndio em marcha” colonizador do sul do Brasil; do outro lado, Alfredo Ellis Jr. – em *Raça de Gigantes*, a civilização no planalto paulista (1926) – postula o mestiço eugênico caracterizador do mameluco planaltino, vivendo em propriedades de médio e pequeno porte, de espírito autônomo e “democrático”. Ver especialmente: FERRETTI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). In **Revista Estudos Históricos**. Vol. 21, n. 41, Rio de Janeiro, 2008, p. 59-78.

<sup>82</sup> Quanto à manutenção da vigência dos fundamentos positivistas e naturalistas, também é importante anotar que, neste mesmo ano do Curso de Bandeirologia, é publicada em São Paulo a tradução do famoso manual universitário da Escola Metódica Francesa: LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introdução aos Estudos Históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

da História, com conseqüências em número maior ou menor (IDEM, p. 59).

De tal princípio econômico, condizente com a tradição liberal oligárquica paulista, parte Alfredo Ellis para a “APLICAÇÃO DA TÊSE À HISTÓRIA BRASILEIRA” (IDEM, p. 59), que, óbvio, só poderia resultar na vanguarda industrial de São Paulo. Essa moderna vestimenta da ancestral ação empreendedora da Terra dos Bandeirantes, cujos percalços sua interpretação lógica pretende reconstruir, seguindo o princípio da “teoria dos ciclos econômicos”, como fundamento historicista, baseado em indicadores quantitativos demográficos e tributários. A partir do que passa a defender uma contraposição regional, fundadora de duas tradições brasileiras: uma decadente, herdeira de uma opulência colonial, e outra progressista, legada por uma modéstia colonial, daí estabelece uma oposição fundadora: “para S. Vicente, a miséria; para o Nordeste, a riqueza! Êsse foi o binômio fatal que deveria presidir tôda a História do Brasil.” (IDEM, p. 60). E acrescenta: mesmo marginalizada no “ciclo do pau-brasil”, por causa do ‘fator ecológico’,

[...] S. Vicente, logo em 1532, com Martim Afonso, conheceu a plantação da cana de açúcar. Foi a primeira região no Brasil a plantar a preciosa gramínea. O Nordeste, só mais tarde, com Duarte Coelho, imitou S. Vicente.

Entretanto, a produção do açúcar teve desenvolvimento no Nordeste e se atrofiou em São Vicente. Por que ? [...]

É que se travou, entre essas duas regiões brasileiras, [...] uma luta econômica que eu chamo de primeira batalha do açúcar.

Foi uma batalha surda, anônima, sem os ecos rimbombantes das batalhas militares, [...] mas com conseqüências imensas para o futuro. [...] S. Vicente perdeu essa batalha, que até agora tem passado mas ou menos incólume aos olhos dos que têm escrito sobre o passado brasileiro (IDEM, p. 60- 61).

E mais adiante, em nota da conclusão desse item – “o açúcar” – aduz:

A conseqüência mais importante do resultado dessa primeira batalha do açúcar, foi ter obrigado, imperiosamente, muitos moradores do litoral vicentino a irem colonizar o Planalto. A fundação de S. Paulo, e, mesmo a elevação de Sto. André á categoria de vila, teve lugar logo depois da decisão da primeira batalha do açúcar.[...]

[...] para que êsses moradores do litoral se transplantassem para o Planalto, enfrentando a bravia travessia da serra marítima é que eles deveriam ter a os obrigar uma causa imperiosa.

Os moradores das outras capitanias, não tendo essa causa a os obrigar a se internar, continuaram a “arranhar o litoral”, como, em 1627, nos disse Frei Vicente.

Na Baía, não povoaram além do Recôncavo. No Nordeste, não povoaram além da estreita faixa litorânea.

[...].

Onde não havia obstáculo sério, o morador não avançou! Foi avançar apenas onde havia o impecilho gigante da serra marítima! (IDEM, p.62).

Entretanto, tal contraposição não se apresenta em polaridade de oposição, mas numa articulação que explicaria o *thelos* da, então, presente ascendência econômica paulista:

O Nordeste, apesar de vencedor na primeira batalha do açúcar, exerceu uma poderosíssima e decisiva influência na Capitania vicentina, a orientando obrigatoriamente nas sendas políticas, sociais, étnicas, econômicas, etc, que ela trilhou, de modo que, os quadros que esta capitania exibiu na sua História aparente, são meras manifestações exteriores de fenômenos inacessíveis, ocultos e de causas recessivas que o historiador, verdadeiramente digno dêsse título deve descobrir (IDEM, p. 63).

A resposta a tal enigma, claro, deveria ser obtida a partir do cálculo da “equação algébrica acima referida, aplicada à produção do açúcar, nesse opulento Nordeste” (IDEM, p.63); e, dentro da qual, o “X” da questão seria o da mão de obra, cujo abastecimento do “nordeste açucareiro” demandaria à capitania de São Vicente.

A partir do cálculo especulativo desse seu teorema, com dados pontuais de crônicas e documentos oficiais dos séculos XVI e XVII, e baseado na *História Econômica do Brasil* (1937), de Roberto Simonsen, conclui Alfredo Ellis:

Daí o bandeirantismo apresador na capitania vicentina, que, não tendo outra fonte de riqueza, esteve diante da imperiosa necessidade de apresiar índios. Era a necessidade de “*primo vivere*” que obrigava o apresamento.

Com êsse raciocínio lógico e claro, temos que o bandeirantismo de apresamento, com duas das suas principais causas de ordem econômica perfeitamente salientadas e visíveis, não foi um fenômeno voluntário, isto é, dependente da vontade dos realizadores, mas um ato predeterminado pela economia da terra e pela economia alheia, as quais obrigavam aos vicentinos ao apresamento, se quisessem se manter vivos e civilizados.

Com isso se evidencia a natureza econômica da nossa grande epopéia! (IDEM, p.65).

Portanto, estaria posta, e deveria ser cientificamente provada, a determinação do progressismo econômico da tradição civilizacional paulista, em conformidade com o novo papel de liderança nacional em que o Estado e sua capital procuram se consolidar. Mas agora, é claro, com as posições iniciais do período colonial já invertidas nessa

articulação matricial da História do Brasil: a pujança industrial ascendente de São Paulo alimentada pela mão de obra do Nordeste decadente.

Nesse debate do Apresamento, muitas vezes acusado de ser uma prática cruel, o autor de *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano* (1922) e assistente de Taunay na USP, volta à questão da autoridade do saber histórico, reafirmando a exclusividade da especialização e indicando os seus lugares para o historiador, e assim afirma:

Infelizmente ninguém procurou pesquisar nessa direção ! [a da causa econômica determinante que ele então apontava]

É que, os que se referem ao bandeirantismo, o fazem apenas repetindo o que está estafadamente sabido ! Não se dão ao trabalho de realizar nenhuma pesquisa original própria. Repetem o que os outros fizeram!

É natural; não são profissionais e como meros curiosos, nunca viram um arquivo e não lhes sobra tempo para reflexão em assuntos pertinentes ao bandeirantismo apresador e os seus espíritos estão engolfados em outros quadrantes da atividade humana. Com isso a tarefa de esclarecer a magna epopéia ficaria unicamente afeita aos profissionais que, por dever de ofício, não cuidam de outros misteres e vivem junto à poeira dos arquivos, ou encerrados em bibliotecas, ou ainda debruçados em suas cátedras.

Por êsses bisonhos quererem dar palpites, é que ainda se fala em bandeirantismo como se tivesse sido um rendilhado de absurdos “tabús” em desconexo capítulo de aventuras inconcebíveis e incongruentes. É preciso que se compreenda, porém, que se apresamento houve é porque havia causas a determina-lo.

Após discorrer sobre os fatores componentes da equação que elucidaria a causação determinante do ‘bandeirismo apresador planaltino’, na qual a geografia e a biologia desempenham importante papel de constantes da lógica econômica, e ilustrado por elaboração de dados e quadro estatísticos econômicos e demográficos, Ellis afirma que:

356.720 [...] teria sido o total aproximado dos apresados pela indústria bélica paulista. [O que seria corroborado por] Simonsen [que] calcula em mais de 300.000 índios os apresados, total êsse que é pouco inferior[...].

Mas essa situação de relativa euforia econômica só deveria ter tido lugar na primeira metade do século XVII [...]. De fato com a aclamação de D. João IV, o Planalto perdia as facilidades que tinha, em penetrar pelo território hispano-americano, onde estava situada [sic] as reduções jesuíticas.

Fronteiras foram erguidas com aquele ato desastroso dos lusitanófilos planaltinos [Juramento de fidelidade da Câmara de São Paulo à Coroa portuguesa, em 1641]. A região, assim, teve dificultado o acesso às fontes abastecedoras de matéria prima para a indústria bélica paulista que, com isso, iniciava o seu declínio [...].

Concomitantemente com essa causa diáfana, temos que, as províncias jesuíticas destruídas, iam diminuindo os centros abastecedores da indústria bélica do apresamento, e os fazendo mais distantes do Planalto (IDEM, p.70-71).

A tais “causas internas”, haveria que se somar as “causas externas”:

[...] em 1654, se dava a restauração do Nordeste, e, com a expulsão do flamengo, se dava a recuperação da liberdade lusa da navegação com a África, e daí, a importação de africanos. Com êsse evento, contrário aos interesses paulistanos, perdiam os bandeirantes apresadores, o monopólio do fornecimento de braços ao Nordeste. Isso é de tal evidência que dispensa qualquer comentário.

Daí, a indiferença do Planalto pela *Restauração do Nordeste*, cousa que, verdadeiramente estranha [sic], já havia sido notada pelo egrégio mestre Prof. Taunay, na sua “*Hist. Seiscentista da Villa de S. Paulo*”.

[Outra causa externa seria] a do declínio da produção Açucareira do Nordeste, duramente atingida pelo resultado infeliz para o Nordeste da segunda batalha do açúcar, que, graças ao nacionalismo de Cromwell e de Colbert, dera a vitória às Antilhas anglo-franco-holandesas. Essa batalha, fez diminuir a procura de braços no Nordeste e o Planalto foi sofrer as consequências disso, na sua indústria de apresamento (IDEM, p. 71).

Daí Alfredo Ellis retira conclusão sintética e bastante ilustrativa de seu olhar reatualizador da tradição:

[...] o bandeirismo de prêa, que teve vigência dominadora e exclusiva na primeira metade do seiscentismo, foi um fenômeno essencialmente econômico e nada teve de português, nem de aventura ou de idealismo. Pelo contrário, foi um fenômeno essencialmente nacional, ou crioulo, e absolutamente de fundo econômico. Durante meio século, no seiscentismo, só achamos bandeiras de prêa; esta foi a única atividade do morador do Planalto. As buscas mineradoras, só tiveram lugar depois (IDEM, p. 72)<sup>83</sup>.

Portanto, a “raça de gigantes”, movida pelo instinto de sobrevivência civilizadora, produzira um fenômeno que, segundo os princípios emergentes da nova cientificidade do social, exigia uma atenção conceitualizadora:

---

<sup>83</sup> Esse texto é preâmbulo de uma curiosa nota de pé de página que de tão extensa, mesmo em tipo reduzido, toma um terço da página 72 e mais de três quartos da página 73. Nela se inclui, ainda, um quadro geral do fenômeno do bandeirismo paulista, feito em chaves explanativas, ao gosto dos *sholars* atentos aos esquemas da “objetividade”, muito bem organizado no que diz respeito à eficiência requerida pela tarefa cognitiva de memorização. Nessa chave se expõem divergências com os outros dois reatualizadores, Taunay e Virgílio Corrêa, mas, no fundamental, o sentido geral do legado tradicional, que os une, é mantido.

[...] a palavra "*bandeirismo*", faz com que tudo surja sem a separação, que se faz mister imperioso. Mesmo as pessoas tidas como esclarecidas e que escrevem sobre o mesmo, militam em horrível confusão e intoxicam os incautos, que não estão a par das minúcias desse capítulo da História Planaltina (IDEM).

Desse modo, Alfredo Ellis passa, através da preocupação conceitual, a elaborar uma taxionomia do bandeirismo, que, além do apresador, teria tido "outras, distintas e inconfundíveis" formas: o colonizador, o pesquisador e o sedentário minerador<sup>84</sup>.

No que se refere ao "bandeirismo colonizador", Ellis faz eco com Oliveira Viana, ao caracterizá-lo como movimento de afazendamento de pastoreio, comandado por patriarcas com suas famílias e séquitos responsáveis pelo povoamento do país, inclusive identificando exemplos desse deslocamento para os sertões de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia e do próprio interior paulista (IDEM, p. 73-74). Quanto ao bandeirismo pesquisador, segundo o define, teria um caráter oficial, fomentado a partir do Alvará régio de 18 de março de 1664, que cedia propriedade aos descobridores de minas. Por conseguinte, se caracterizaria mais por "entradas", organizadas em pequenos grupos, com autorização oficial do Estado, e ocorrera por toda a Colônia, e não só a partir do Planalto.

Contudo, seria do sucesso da forma pesquisadora de bandeirismo, especialmente mais espetacular entre os paulistas, que haveria nascido a forma sedentária e mineradora, caracterizada pelo emprego expedicionário regular da "monção":

[...] povoadora [...] para pontos de fixação junto às lavras, [ocupando] largas zonas em torno delas, não só se entregando à atividade mineradora, mas, também, às correlatas.

Foram essas, as lavras que colonizaram os pontos descobertos pela forma anterior de bandeirismo e fizeram recuar o Meridiano para os sopés andinos.

Graças a êle, Goiás e Mato Grosso hoje são do Brasil. Assim, quase toda a ação dessa forma de bandeirismo se deu em regiões de além Meridiano, mas, Minas Gerais foi povoada por ela e Minas Gerais está aquém da linha meridiana (IDEM, p. 75)<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> Aqui se apresenta uma das divergências significativas no grupo reatualizador da tradição: o lugar do apresamento, que em Virgílio Corrêa é diminuído, por ser despovoado, e em Alfredo Ellis é enaltecido, como força originária.

<sup>85</sup> Esse lugar de Minas Gerais na interpretação de Alfredo Ellis difere tanto daquele atribuído por Taunay quanto do atribuído por Afonso Arinos, que, de modos diversos, marcam uma descontinuidade entre a instalação das minas e o subsequente desenvolvimento da sociedade mineira. De fato, coerente com sua taxionomia do bandeirismo, Alfredo Ellis submete o processo histórico mineiro à ação originária bandeirante paulista.

Ao cabo, a questão a ser reafirmada é a da legitimidade e importância fundacional da atividade do apresamento, como iniciadora do empreendedorismo econômico paulista e responsável pela grandeza e pela articulação territorial brasileira:

[...] não foi apenas a mineração [...] que ficamos devendo o Recúo do Meridiano.

O Bandeirismo “*Apresador*” também agiu em terras espanholas e também a êle devemos as nossas fronteiras, bem como o fato de não sermos paraguaios [...]

O jesuíta só pode ser vencido graças ao Bandeirismo Apresador [...]. As demais formas, só vieram depois, quando os jesuítas viviam bem com os paulistas. Mas [...] se é certo que o Brasil muito deve a êle, na conquista de suas fronteiras sulinas e nas do sudoeste, que foram recuadas, bem como na defesa de seu patrimônio paulista e fluminense, muitíssimo mais deve, pelo seu Nordeste, pois, se não fosse êle, êsse mal-sinado bandeirismo apresador, a indústria agrícola açucareira não teria podido existir e se desenvolver [...].

Sem ele, não teríamos produção de açúcar, e, por conseguinte, não haveria Brasil.

Pode-se, pois, repetir, em relação ao Bandeirismo de prêa, as palavras de Churchill:

“ – Nunca na História do Brasil, tantos deveram tanto a tão poucos” (IDEM, p. 75-76).

Portanto, o tradicionalismo paulista, longe de um reacionarismo, enuncia sua vontade de atualidade e sua crença no progresso, como os fundamentos oriundos do passado e legitimadores da primazia nacional. A perda da liderança política, fundada na força da cafeicultura dos terratenentes da Primeira República, fora definitivamente trocada pela defesa do empreendedorismo econômico, fundamento do desenvolvimento industrial da, agora, “terra do trabalho”. O novo questionário, já então hegemônico, demanda o acolhimento de novos princípios, que, no entanto, não descartam possibilidades de articulação com os velhos. E assim bem o demonstra o Curso de Bandeirologia nessas elaborações dos reatualizadores da tradição, mas também, de modo diverso, nas elaborações dos modernizadores.

## **7. Tradição modernizada, tradição reavaliada**

Contudo, a distinção entre os modernizadores e os reatualizadores da tradição, mesmo com fundamentais pontos em comum, é clara e começa a se verificar na postura adotada no ritual do evento, mais especificamente no modo da abertura das palestras. Enquanto Afonso Arinos, Joaquim Ribeiro e Sérgio Buarque iniciam seus textos

diretamente sobre o tema que irão tratar, Afonso Taunay, Virgílio Côrrea e Alfredo Ellis Junior começaram com agradecimentos personalizados da autoridade estatal patrocinadora. Se, no caso de Taunay, isso deve ser também creditado à exigência do lugar ocupado, responsável pela abertura do Curso como diretor da instituição anfitriã e co-patrocinadora, os outros dois não teriam tal obrigação. De fato, mesmo o agradecimento de Taunay vai além das exigências formais inter-institucionais, tanto na extensão quanto no conteúdo laudatório e personalizado das autoridades referenciadas<sup>86</sup>.

A questão aqui colocada não é a de simples “boas maneiras”, mas a de mudança das regras de sociabilidade como índice da mudança de regimes de verdade e de historicidade. A bem da verdade, Afonso Arinos, enquanto apresenta sua abordagem do tema, logo à abertura do texto, chega a registrar que o “curso de Bandeirologia [fora], em boa hora, organizado pelo govêrno de São Paulo” (ARINOS in TAUNAY et Alli, 1946, p.79), mas não vai além disso. Já Joaquim Ribeiro e Sérgio Buarque nem esse registro da demanda política fazem, simplesmente partem direto ao tema. O que não quer dizer que eles não devam ter agradecido aos responsáveis institucionais pelo convite, é bem provável que sim, afinal, assim manda a “boa educação” que todos eles tiveram, no entanto, tais referências não foram inscritas em seus textos.

Essa postura indica um tratamento mais impessoal dado ao saber erudito, tendendo a separar as esferas da sociabilidade intelectual institucional dos postulados de que se trata. Ou se se quiser, trata-se de proceder a certa distinção entre o público e o privado, o pessoal e o impessoal, a ciência e a *doxa*, que muito se confundem na tradição das inscrições da sociabilidade intelectual das elites brasileiras, até então. Distinção essa cara aos modernizadores e um dos pontos fortes do prestígio do autor de *Raízes do Brasil*, com sua famosa crítica ao patrimonialismo, muito expresso nas vênias, laudações e rebuscados do bacharelismo, do que os já referidos reatualizadores da tradição seriam exemplares da encarnação contemporânea, especialmente nesse personalismo dos agradecimentos. Todavia, outros e fundamentais traços do bacharelismo permaneceram compartilhados por ambos os grupos, aqui identificados.

---

<sup>86</sup> Os agradecimentos de Taunay e de Virgílio Corrêa já foram acima tratados, quanto aos de Alfredo Ellis registram:

“Foi a grande generosidade do meu querido amigo Honório de Sylos [Diretor Geral do DEI] que me foi tirar da minha modesta profissão de mestre escola, em que eu estava arquivado por entre velhos documentos, relatando capítulos do passado a dezenas de jovens que se renovam a cada ano.

Porisso [sic], vim, com minhas tôscas palavras, enfadar a êste augusto e seletto auditório.” (ELLIS in TAUNAY et Alli, 1946, p. 55).

Mas a caracterização desses modernizadores não se resume, obviamente, a esse traço de regras de sociabilidade intelectual. A questão fundamental em disputa é mesmo a da interpretação do passado pelo presente, através de um novo questionário balizado nos fundamentos das ciências sociais emergentes. Nesse sentido, o tema e a perspectiva adotada, por cada um, para o seu trato, indicam o terreno comum, mas apontam também distinções dentro desse grupo, aqui chamado de modernizador da tradição. Afonso Arinos, versando sobre “A Sociedade Bandeirante das Minas”, estabelece um diálogo da história com a sociologia; Joaquim Ribeiro, tratando dos “ Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes”, apresenta um verdadeiro panorama interdisciplinar; já Sérgio Buarque apresenta “As Monções” a partir de um novo questionamento da tradição paulista, sob a perspectiva presentista de uma história econômico-social, ao mesmo tempo, muito atual e própria.

Ao discorrer sobre “A Sociedade Bandeirante das Minas”, o mineiro Afonso Arinos indica de saída as bases de sua perspectiva epistêmica e memorial:

O tema [...] deve ser considerado sob dois aspectos: o sociológico e o histórico.

Trata-se, em suma, de caracterizar, através de fatos históricos, o processo de fixação, no território mineiro, da bandeira, esta patrulha avançada da sociedade brasileira da época colonial (IDEM, p.79).

Por conseguinte, sob o signo da “vanguarda”, num campo não bem definido entre uma sociologia histórica e uma história social, abordará uma das articulações mais importantes e tensas da primazia paulista na formação da nação brasileira. O novo questionário, que inclui a perene e onipresente noção de civilização – em mais um período de redefinição –, mostra muito de sua ambiguidade e dívida para com a tradição bacharelesca. De fato, Afonso Arinos era um dos intelectuais modernistas, em busca de uma redefinição liberal, mais profícuos no campo do direito e da política, com suas abordagens sociológicas e etnológicas e seu pendor teorizador que, inclusive, dentre tantas outras iniciativas intelectuais, já publicara sobre *O Conceito de Civilização Brasileira* (1936).

De qualquer modo, a pauta sociológica de Afonso Arinos, no Curso de Bandeirologia, está submetida a um modelo de temporalidade progressiva da história da civilização, de extração liberal anglo-francesa, lida com sensibilidade miscigenadora

modernista e filo-americana. Desse modo, o futuro autor da famosa Lei Contra a Discriminação Racial (1951), começa por afirmar:

Na América atlântica, as culturas expansionistas não encontraram em nações diversas e hostis a principal dificuldade oposta à sua marcha de penetração, mas sim, no deserto. A história da fixação da civilização no interior de países como o Brasil, Argentina ou Estados Unidos, antes de ser o relato das lutas entre povos mais fortes contra outros mais fracos, é a narrativa da conquista do território imenso pelo ousado pioneiro. Luta do homem contra o deserto, da qual a palavra “sertão”, segundo alguns filólogos, ficou como lembrança do nosso idioma agreste, a que Mario de Andrade chamou certa vez “língua do *ão*” (IDEM, p. 80).

Os ecos do modelo americano de Turner, e seu conceito de *wilderness*, ressoam no olhar a história brasileira, especialmente entre liberais da cepa do udenista Afonso Arinos, sobretudo nessa conjuntura de reelaboração federalista do pós-guerra e queda do Estado-Novo.

O postulado da miscigenação não negava o conflito étnico, mas o deslocava para um lugar ancilar no processo civilizador:

Não podemos, é certo, ao apreciarmos o passado brasileiro, subestimar as lutas entre brancos e índios, que ensangüentaram o período de desembarque da civilização européia no nosso litoral. [...] Mas estas **guerras entre cristãos e bárbaros** só constituiriam o **ponto culminante do processo civilizador** no decorrer do **século dezesseis e, mesmo assim, não de todo êle.**

**No século dezessete, a civilização européia, já representada pelo bandeirante, mestiço de cultura quando não de sangue, envolve-se, é verdade, em dois graves choques, corpo a corpo, com povos hostis. Refiro-me à destruição dos quilombos de negros, principalmente o de Palmares, e ao extermínio das tribos índias alçadas, que tomou o nome de “Guerra dos Bárbaros”.**

Dáí conclui:

Mas **seria temerário afirmar que êstes episódios hajam se aproximado sequer, em importância, no processo evolutivo da civilização, da expansão geográfica bandeirante, à qual devemos a criação das condições que tornaram possível, após o descobrimento das minas de ouro, a fixação precoce de uma sociedade civilizada em pleno coração da América do Sul** (IDEM, p.80).

Portanto, a mineração aurífera seria o grande marco civilizador em que se realiza:

[...] o velho sonho que, persistentemente, atraía às miragens brasileiras nautas ousados, como Américo Vespuccio, e capitães de guerra como d. Francisco de Souza.

O ouro surgiu numa imensa área, dispersa e bruta, guardada por montanhas e rios, por índios e feras, guardada principalmente por longitudes invioladas. Surgiu primeiro em São Paulo; a princípio no Sul, na comarca que muito mais tarde veio a constituir a província do Paraná, depois ao Norte, na zona que desde cedo se transformou na nova unidade administrativa das Minas Gerais; surgiu em Goiás e Mato Grosso, como Minas separadas na primeira metade do século XVIII, da maternal capitania de São Paulo (IDEM, p. 80-81).

Em assim sendo, como Virgílio Corrêa, o papel de Afonso Arinos no Curso de Bandeirologia era o de apontar filiações da expansão paulista. Mas diferente de Corrêa, apesar do bacharelismo em comum, apartava-se das determinações biológicas, partindo do primado do social. Nesse sentido, também, irá diferir das conceptualizações dos tradicionalistas paulistas, Taunay e Alfredo Ellis, teorizando a necessidade de se identificar dois momentos distintos do processo civilizador brasileiro, movido pelo ouro:

[...] o encerramento do ciclo da escravidão do índio e a abertura do ciclo da exploração do ouro não representaram apenas uma mudança de atividade econômica. Corresponderam, também, a uma transformação do tipo de organização social, que sobre as atividades econômicas se baseia (IDEM, p.81).

Nesse sentido, Arinos defende que haveria uma sucessão de estágios progressivos: um período inicial, caracterizado pela ação desbravadora das bandeiras, a que chama de “sociedade-bandeira”, que serviram de instrumento para o segundo estágio, o do estabelecimento pioneiro, marcado pela anarquia e ausência de instituições plenas do poder de Estado, chamado de “sociedade bandeirante”:

[...] período compreendido entre o ano de 1696, que, com os descobertos do Ribeirão do Carmo, marca o início da grande marcha de povoadores para as Gerais, e o ano de 1720, no qual, por ordem régia de 2 de Dezembro, foi desmembrada a Capitania de Minas da de São Paulo, principiando a sua vida autônoma.

[...] Escolhemos o ano da fundação da capitania de Minas Gerais porque êle coincide com o esmagamento, pelo Conde de Assumar, da revolta de Felipe dos Santos, que deve ser encarada como o derradeiro espetáculo, em Minas, da desordem política própria da sociedade bandeirante (IDEM, p. 84).

Nesse percurso, a caracterização do que haveria sido a “sociedade” do Planalto de Piratininga, do qual saíam as bandeiras apresadoras de índios e descobridoras de minérios, mantém seu caráter pioneiro e seminal, mas fica bem aquém da pompa e do garbo pleiteados pelos reatualizadores da tradição. Afonso Arinos procura descaracterizar a solidez identitária do historicismo naturalista-positivista, com um outro historicismo: o da história da civilização, lida em chave paradigmática político-institucional; ou se se quiser, centrada nas relações entre sociedade e Estado, campo comum tanto da formulação originária do conceito liberal universalizante de civilização – na filosofia política –, quanto parte desdobrada do paradigma relacional indivíduo-sociedade, fundador das ciências sociais modernas.

O Bacharel em direito, aqui, apresenta toda sua erudição a serviço de um questionário modernizador da tradição histórica, centrando numa das relações fundadoras do núcleo hegemônico do Estado Nacional: Minas - São Paulo. Assim, sob o balizamento de estágios civilizacionais sociais sucessivos, passa a uma história da origem: “a bandeira de Fernão Dias” – “verdadeiro patriarca da sociedade mineira” – e “os primeiros núcleos” (IDEM, p. 84-90). A partir dessa origem, tematiza os fundamentos do desenvolvimento civilizacional da sociedade mineira, através de uma história da “formação das instituições sociais”: com destaque para a Igreja, governo e administração (IDEM, p. 90-104). Nesse contexto situa o ponto mais tenso da relação entre as tradições mineiras e paulistas: a Guerra dos Emboabas, como resultado de um período de “intensa anarquia e falta de autoridade” (IDEM, p. 97). Portanto, trata do conflito como expressão das resistências de “forças do barbarismo” face à necessidade de consolidação de “instituições da sociedade e padrões policiados de vida” (IDEM, p. 99 e passim)<sup>87</sup>.

Por fim, conclui Afonso Arinos sua linha evolutiva, que articula estágio e ciclo em sucessão ascendente, identificando a herança paulista e enaltecendo a grandeza mineira:

---

<sup>87</sup> A descrição mais concisa que dá das partes da contenda, diz: “Era Manuel Nunes um dos potentados da capitania, quando nela começou a se agravar a tensão existente entre paulistas, de um lado, e reinóis e nortistas, do outro. Esta tensão se devia ao fato de se julgarem prejudicados os paulistas, na qualidade de descobridores primeiros das Minas, com a formidável imigração de aventureiros vindos do Reino e de outras capitanias, principalmente Baía e Pernambuco, os quais lhe faziam concorrência. Na verdade, os paulistas eram mais audazes sertanistas do que eficientes mineradores e, devido ao seu ânimo inquieto, instável e boêmio, pouco afeito ao trabalho pertinaz e regular, a competição de estranhos lhes era nociva (IDEM, p. 96).

Encerrado o ciclo da sociedade bandeirante, a civilização da capitania mineira marcha para uma ascensão que só se interrompe quando a base econômica, que era o ouro, entra em declínio.

Surpreendemos em botão, neste período, a grande flor de cultura que iria desabrochar depois. [...].

Eugenio Freire de Andrade, superintendente das Casas de Fundição do ouro, chegara em 1720 acompanhado, diz uma carta do Governador Geral, “de petrechos, materiais e oficiais que pertencem àquela fábrica” [...].

Estava constituída a base sobre a qual o Brasil levantaria, no coração de seu território, a grande civilização mediterrânica partida das rudes bandeiras. Civilização, talvez a mais alta do Continente Americano naquele século, tão alta como o próprio Reino não conheceu na mesma época e que nós podemos resumir em duas grandes figuras de homem e de artista, que ainda hoje enchem nossa comovida admiração: o poeta Dirceu, Tomaz Antonio Gonzaga, e o escultor Aleijadinho, Antonio Francisco Lisboa (IDEM, p.104).

Ao tratar dos “Problemas Fundamentais do Folklore dos Bandeirantes”, Joaquim Ribeiro<sup>88</sup>, um dos mais renomados folcloristas brasileiros, ao lado de Mário de Andrade e Câmara Cascudo, traça um curioso e sintomático quadro problematizador interdisciplinar, em que a nova pauta das ciências sociais carrega muitos dos conceitos e princípios da cultura bacharelesca, vigentes até então. O estilo, bem diferente dos demais conferencistas, com períodos muito curtos e subitens concisos, preenchidos por um jogo retórico de perguntas e respostas, evidencia uma preocupação pedagógica de quem quer comunicar bem um tema novo e pouco explorado. Mas também finda por inventariar os problemas e as abordagens disciplinares até então estabelecidas, de modo a justificar a inclusão desses novos temas e perspectiva.

De fato, na introdução de sua palestra, Joaquim Ribeiro procura logo explicar a novidade de seu olhar, e, ao fazê-lo, evidencia tanto os princípios epistêmicos quanto as demandas políticas em pauta. Já de saída, põe a questão temporal modernizadora:

O bandeirismo não é apenas uma questão do passado. É, sobretudo, uma tentação para a pesquisa e para a interpretação retrospectiva.

Não há erudito e estudioso de nossa vida histórica que não tenha se voltado, com interesse e amor, para o período das bandeiras.

---

<sup>88</sup> Joaquim Ribeiro (1907- 1964), intelectual humanista com produção nas áreas de história, folclore, estética, literatura, teatro e educação. Autor do argumento de “Sinfonia Amazônica”, primeiro desenho animado brasileiro, e das peças teatrais “Aruanda”, “Yemanjá” e “Deuses de Ferro”. Foi técnico de educação do Ministério, professor da Escola Dramática Municipal do Rio de Janeiro e do Colégio Pedro II. Filho do escritor e historiador João Ribeiro, foi, assumidamente, influenciado pela referência intelectual de seu pai, também professor do Colégio Pedro II e autor de uma História do Brasil inspirada na *Kulturgeschichte*.

Todos reconhecem a importância dessa fase distante.

Todos proclamam o papel decisivo desse movimento que determinou, nos principais rumos, os horizontes de nossa grandeza territorial [...].

O historiador, o geógrafo e o sociólogo jamais deixaram de estudar esse tema, deveras, encantador (RIBEIRO in TAUNAY et Alli, 1946, p. 107).

E logo insere seu questionamento:

É estranho, todavia, que, nesse campo do bandeirismo, não haja surgido há mais tempo o desejado folklorista.

Qual a razão dessa indiferença pelo folclore das bandeiras?

Qual o motivo desse descaso quanto às tradições populares dos bandeirantes?

Qual a causa desse esquecimento sobre tão curioso aspecto da vida sertanista? (IDEM, p. 108).

Em seguida responde:

Durante muito tempo, durante muitos séculos, imperaram **fortes preconceitos contra os estudos populares**.

Achava-se, desarrazoadamente, que os fatos folclóricos, humildes e insignificantes, não mereciam a atenção da ciência.

Para que perder tempo com essas tradições, esses mitos, essas superstições, esses usos e costumes dos [sic] massas populares? [...].

Ora, esse **ponto de vista**, além de **desarrazoado**, era profundamente **reacionário** e incompatível com os objetivos da ciência.

A ciência estuda a realidade tal como se apresenta, sem restrições e sem preconceitos contra este ou aquele aspecto.

Se existe o mito, a superstição, o uso e o costume do povo cumpre a ciência explicar esses dados imediatos da realidade [...].

**Com o advento da Democracia**, porém, o novo estado de coisas permitiu que tais preconceitos fossem afastados, e **o Folklore surgiu, como** uma das novas ciências.

[...] é, na verdade, **uma ciência de vanguarda** (IDEM. Grifos não originais).

Nesse sentido, conclui que, como no caso dos estudos do bandeirismo, historiadores, geógrafos e sociólogos já haviam produzido muito, caberia aos “fatos folclóricos” guiar “novas interpretações” (IDEM, p. 109). Portanto, daí emerge um novo questionário em que os novos princípios das ciências sociais dariam forma, mas no qual os velhos conceitos marcam uma forte presença. Nesse diapasão, promove sucessivos deslocamentos de questões estabelecidas que mudam significativamente o lugar da tradição dos paulistas. É desse modo que Joaquim Ribeiro coloca, em seqüência: “o problema antropológico”, “o problema sociológico”, “o problema geográfico”, “o

problema lingüístico”, “o problema histórico” e “o problema de psicologia social” (IDEM, p.109-123) para, então, concluir com uma apreciação da relação presente-passado, do que seria e de como submergiu o que chama de “mundo bandeirante” (IDEM, p. 123-124).

Já no primeiro problema colocado, o “antropológico”, em que critica a idéia de uma ‘raça bandeirante’, a ambiguidade entre os novos e os velhos paradigmas se apresenta, mais precisamente, no tratamento da miscigenação. Nela, a idéia da aculturação, cara a uma antropologia social, aparece como resultado de uma base raciológica, postulado de uma antropologia física, ou em suas próprias palavras:

Paulo Prado, que com tanta subtileza escreve sobre o passado de São Paulo, não teve rebuços, quando incisivamente indagou:

“Houve realmente uma raça bandeirante?”

A pergunta, por certo, indicia uma dúvida.

A verdade, porém, é que não ha fundamento objetivo para sustentar-se a existência de uma “raça bandeirante”, expressão, sem dúvida, muito apreciada pelos literatos, mas que não passa de méra licença semântica.

O fato verídico, incontestável, histórico e comprovado é a existência de intensa *mestiçagem* entre elementos *ibéricos* e elementos *ameríndios*, localizados no planalto paulista.

O fato antropológico predominante, portanto, foi o mestiço, o *mameluco*, como foi chamado o filho de branco com a índia da terra.

Essa mestiçagem racial determinou, conseqüentemente, aculturações de tradições, usos e costumes das duas raças em contacto (IDEM, p. 109. Grifos originais).

Portanto, não seria uma ‘raça bandeirante’, mas a existência, resultante da mestiçagem e aculturação, de um ‘caráter mameluco’, o que definiria a mobilidade dos paulistas da época das bandeiras. O que incluiria, inclusive, o desenvolvimento de tipos físicos ‘longilíneos’ adaptados ao planalto, com argumentos claramente baseados no determinismo naturalista geográfico e raciológico, chegando até ao diagnóstico de ‘esquisoidia’ do mameluco planaltino, a partir de descrição de frei Gaspar da Madre de Deus. Nesse contexto, também responde negativamente à tese de Gilberto Freyre de que o expansionismo bandeirante seria expressão de um nomadismo das populações do Planalto, como prolongamento do migracionismo arábico-semita, de quem descenderiam os paulistas (IDEM, p. 110-111). Para, então, concluir o primeiro problema e preparar o segundo:

A hipótese de uma raça bandeirante é destituída de qualquer sentido objetivo.

A tese do largo influxo de sangue semita na população bandeirante também o é.

O que podemos sustentar é a predominância de determinado *biótipo* no planalto e forte influxo ameríndio através do tipo mestiço mameluco.

Fora daí é conjectura sem base.

Do campo *natural* passemos para o campo *historico-social*.

Enfrentemos, agora, o problema sociológico do bandeirante (IDEM, p. 111-112. Grifos originais).

Essa divisão entre antropologia física e social, com precedência da primeira, terá longa sobrevida. Os pioneiros trabalhos de Boas, Malinovski, Mead, Mauss e Lévi-Strauss levarão muito tempo ainda para sobrepujar o peso da herança naturalista no saber antropológico ou etnológico, mesmo nos meios acadêmicos especializados. Contudo, no caso em questão, o debate se dá por fora do saber antropológico especializado. De fato, é devedor da noção de “folclore”, elaborada pelo Romantismo como expressão vital de um *Volksgeist*, mas que ingressa no debate intelectual brasileiro pelo cientismo naturalista-positivista, através da “Escola do Recife”, principalmente pela enorme repercussão do trabalho de Sílvio Romero. A noção sobrevive e adquire até uma importância maior nos debates modernistas, especialmente associada à procura de identificação dos fundamentos “autênticos” do nacional e do regional, dentro do que se tornaram grandes referenciais as pesquisas etnomusicológicas de Mário de Andrade, durante o Governo Vargas. Os “estudos folcloristas”, então, centrados na aliança autêntico-popular, tomam maior expressão na Era do Populismo, daí em diante com os trabalhos de Câmara Cascudo e do próprio Joaquim Ribeiro, que, além das várias pesquisas e publicações, também será militante (conselheiro) da Campanha da Defesa do Folclore na Era da Redemocratização (1946-1964).

Portanto, assim escanteada, ou melhor, escamoteada a questão racial, pela afirmação da miscigenação como a fonte do nacional-popular, o problema sociológico emerge com a crítica ao postulado de Oliveira Vianna da idéia da “bandeira como “um fragmento do latifúndio”” (IDEM, p. 112), apontando os estudos de Alcântara Machado, Alfredo Ellis e Afonso Taunay como provas de que “o latifúndio, só aparece no planalto paulista, como nota predominantemente de organização social, posteriormente ao declínio do nomadismo das bandeiras” (IDEM).

Daí se perguntar: “a que se deve, pois, o prestígio da nobreza paulista?” (IDEM), a partir do que elabora uma reatualização modernizadora própria, fundada na positividade da miscigenação, aduzindo argumentos à afirmação do patriarcalismo

como fundamento social, postulado que se firmava cada vez mais como chave compreensiva do Brasil colonial, a partir de *Casa Grande e Senzala* (1933):

De um lado, o elemento europeu, lusitano, românico, patriarcal: a instituição do “pátrio poder” no sentido clássico.

E do outro, o elemento americano, aborígine tribal: o “caciquismo” [...].

O chefe bandeirante exercia poder absoluto não só sobre os membros legítimos da família como ainda sobre os bastardos, a escravaria e os apaniguados. Todos os filhos, legítimos ou naturais, tanto quanto os escravos e apaniguados eram considerados “*allieni júris*” (IDEM, p. 113).

E mais à frente, já afirmado também o caráter bélico militarizado das bandeiras, que “impunha[m] disciplina autoritária”, sob a liderança desses patriarcas planaltinos, conclui: “era a lei do sertão [...] o sertão definia o tipo social conquistador” (IDEM, p. 116). Portanto, descaracterizava o tal “espírito democrático original” dos paulistas, como postulado pela elite da terra dos bandeirantes nesse momento de redemocratização do país. E, mais uma vez, a ambivalência natural/social se mostra, ao preparar o terreno para a caracterização da expansão bandeirante paulista.

Nesse sentido, no problema geográfico, Joaquim Ribeiro, sem desprezar as autoridades locais do saber, promove uma curiosa e provocativa circunscrição culturalista daquilo que de mais nacional e amplo fundava o pleito de grandeza e primazia da tradição paulista:

Afonso de Taunay, Basílio de Magalhães e Alfredo Ellis têm estudado, com segurança, esse capítulo do bandeirismo.

É curioso observar, entretanto, que a nenhum desses estudiosos tenha passado na mente a necessidade de um batismo para o domínio espacial dos bandeirantes.

A verdade é que esse batismo não é rebarbativo nem ocioso. Representa, aliás, uma necessidade.

Assim é que tomado por imagem o vocábulo “România” dado, ao mundo românico, acho que podemos chamar de “Paulistânia” toda a essa enorme região brasileira, devassada pelas bandeiras.

Faltava, sem dúvida, no estudo do bandeirismo, este neologismo que propús – Paulistânia – para designar o espaço vital dos antigos paulistas.

O progresso das pesquisas histórico-geográficas sobre o assunto exigia e impunha esse batismo, perfeitamente justificável.

Os bandeirantes *paulistanizaram* grande parte do Brasil e, em virtude disso, só é possível compreender-se o folclore atual da região da “Paulistânia” mediante a restauração do folclore antigo das bandeiras (IDEM, p. 116).

A caracterização de tal Paulistânia, embora abarcasse inúmeras manifestações culturais dispersas e modificadas, encontraria sua delimitação mais nítida no “problema lingüístico”:

[...] através da patente unidade da linguagem popular e dialetal dos Estados de S. Paulo, Minas, Goiás, parte de Mato-Grosso.

A existência dessa unidade lingüística, rica de formas arcaicas e de peculiaridades da linguagem dos antigos paulistas, nos levaram a levantar a hipótese de um *dialeto histórico – o dialeto dos bandeirantes* – que é a chave da nossa dialetologia regional (IDEM, p.117. Grifos originais).

E contrapondo-se à consagrada tese, de Teodoro Sampaio<sup>89</sup>, do tupi como língua das bandeiras, baseia-se no que chama de sobrevivências quinhentistas do “dialeto caipira”, “tais como: *trusquia, arremediado, coutia, direito, sojigar, ermão*, etc.” (IDEM). Para então afirmar que:

[...] a linguagem popular era a portuguesa. O que houve é que a população do planalto, estando, durante um grande período, insulada, conservou, com intensidade, o ar de *arcaicidade* e logrou, sem dúvida, leve matiz dialetal.

Vários fatos dialetais na verdade, só poderão ser explicados, historicamente, mediante a restauração da linguagem dos bandeirantes (IDEM, p. 118. Grifo original).

Do que o maior exemplo seria o característico uso do “se” sujeito, que, contrariando as teses filológicas de possíveis galicismo ou italianismo, vai encontrar no uso testamental bandeirante (IDEM, p. 118-119)<sup>90</sup>.

<sup>89</sup> Teodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), engenheiro, geógrafo e historiador, um dos fundadores do IHGSP e da Escola Politécnica de São Paulo; filho de escrava com um padre, ascendeu socialmente durante a conjuntura de abolição da escravatura no Império, através da educação e da sociabilidade propiciadas por seu pai. Seu talento de engenheiro granjeou-lhe a nomeação pelo Imperador para a “Comissão Hidráulica” (1879) e também o levou a São Paulo, a convite de Orville Derby, onde participou do Levantamento Geológico do Estado (1886), foi engenheiro chefe da Companhia Cantareira (1890) e diretor e engenheiro chefe do Saneamento do Estado (1898-1903). Baiano de nascimento, Teodoro Sampaio foi um dos mais destacados adventícios – assim como Taunay (SC), Washington Luiz (RJ), Cristóvam Buarque de Holanda (PE), dentre outros – que incorporados à elite local, durante o processo de crescimento econômico da cafeeira paulista, ajudaram a montar as bases técnicas, simbólicas e institucionais das pretensões hegemônicas do Estado de São Paulo.

<sup>90</sup> Toda essa tese da língua no Planalto de Piratininga no período Colonial, defendida por Joaquim Ribeiro, também é contradita pelo trabalho de Sérgio Buarque de Holanda que, na senda de Teodoro Sampaio, afirma em seu livro *Monções*: “[...] a lentidão com que, no planalto paulista, se vão impor costumes, técnicas ou tradições vindos da metrópole – é sabido que, em São Paulo, a própria língua portuguesa só suplantou inteiramente a geral, da terra, durante o século XVIII – terá profundas conseqüências” (HOLANDA, 2000, p. 16). Essa observação foi desenvolvida melhor em um estudo historiográfico: “A língua Geral em São Paulo”, publicado primeiro, nesse ano de 1946, no *Jonal O*

Em “o problema histórico”, Joaquim Ribeiro tece a articulação dos dois programas: o de uma história econômico-social e de um modernismo nacional-popular, intervindo no debate sobre o surgimento das cidades brasileiras. Desse modo, promove um deslocamento de uma tradição rural terratenente na afirmação de uma história feita pelo coletivo anônimo, por isso diz:

É estudando os fatos populares e coletivos que poderemos compreender, em toda extensão, o passado da “Paulistânia”.

E, nesse ponto, é mister frisar que o bandeirismo não é apenas a *história rural* da enorme região do Brasil.

As bandeiras exerceram decisivo papel na formação de *núcleos urbanos* [...].

Na região do expansionismo bandeirante, [...]. A maior parte das povoações, arraiais, vilas e cidades nasceu dos pousos – *as rancharias* – dos primeiros desbravadores e mais, tarde, com o advento da descoberta do ouro, dos *núcleos de mineração*.

O forte, a fortaleza, o posto militar tanto quanto a capela, a igreja vieram posteriormente á rancharia e ao núcleo de mineração [...]

Cabe, portanto, ao *fator econômico* a explicação da origem histórica das cidades na zona do bandeirismo.

A esta conclusão chegamos com a ajuda da análise da vida material do bandeirante [...]. (IDEM, p. 119-120. Grifos originais).

Após discorrer dessa maneira, do natural ao social, sobre a base material, o eminente folclorista irá por “o problema de psicologia social”, nos seguintes termos:

Qual a contribuição da vida espiritual do bandeirante na sua projeção histórica?

Por ventura, os bandeirantes, através de suas tradições, não contribuíram para a nossa formação espiritual?

Em que o folclore das bandeiras póde servir de documentação objetiva para a definição e caracterização de nossa psicologia étnica?

E delimitando ainda mais: em que contribue para o esclarecimento da psicologia dos paulistas? (IDEM, p. 120).

E, como resposta a essas questões gerais levantadas, contrapõe sua perspectiva, de autor de *O Folclore dos Bandeirantes*, à tese, de Ronald de Carvalho, da “pobreza imaginativa do brasileiro”:

[...] Aí está o lendário bandeirante para desmentir. Aí está o lendário das bandeiras para contestar tudo isso, com o deslumbramento de um sertão feérico, povoado de “serras resplandescentes”, de “lagoas

douradas”, de “campos de pedras preciosas”, de “batatais de ouro”, de “serpentes aladas”, de “onças de olhos que luzem a meia-légua”, de “borboletas que se transformam em beija-flores”, de “ervas misteriosas que tornam o ferro mais fragil que uma folha”, de “cometas infeccionando os ares”, etc. [...]

O lendário bandeirante serve, categoricamente, de desmentido ao que afirmou o saudoso autor da “Pequena história da literatura brasileira.” (IDEM, p. 121).

Já no que diz respeito à questão específica do caráter étnico dos paulistas, afirma o legado bandeirante de três características: bairrismo, orgulho/altivez e sagrado respeito à palavra dada. Sobre o bairrismo, desmentindo a versão de antimetropolitanismo pré-nacionalista e indicando a permanência de tensões dos fantasmas do separatismo e de 32, diz:

Conquistadores dos sertões e descobridores das minas, os antigos paulistas jamais admitiram a concorrência [sic] de estranhos. [...]

#### EMBOABA

tinha, primitivamente, amplo significado e era dirigido contra qualquer forasteiro, viesse de Portugal ou de outras regiões do Brasil [...] Historicamente, o seu significado abrangia todos os intrusos, que vinham disputar a posse das minas [...].

É evidente que essa guerra civil dos tempos coloniais veio acentuar ainda mais o sentimento bairrista no homem do planalto.

Essa vivência histórica explica a permanência vigorosa e inextirpável desse sentimento na alma paulista.

É uma consequência do passado.

O antigo apodo popular, registrado no folklóre das bandeiras, é o ponto inicial do bairrismo, que floresce em nossos dias (IDEM, p. 121-122).

Quanto ao orgulho/altivez, acentua sua articulação com o bairrismo e nesse sentido salienta:

Esse “complexo de superioridade” dos paulistas de velha cêpa, dos paulistas de quatrocentos anos é outra sobrevivência da era das bandeiras [...]

O “heróe” bandeirante, cercado de lendas, passou a ser considerado um simbolo de nobiliarquia regional.

Os Lemes, os Camargos, os Pires, os Laras, os Buenos, os Raposos, os Almeidas e tantos outros [...]. Numerosas tradições dessas famílias, antigas na terra, explicam a formação desse “complexo de superioridade”, que é, hoje uma nota bem acentuada no caráter paulista.

O folklóre dos bandeirantes, reconstituindo essas “estórias” dos antigos heróes, eivadas de verdade e de fantasia, de realidade e de lenda, ilustra os fundamentos psicológicos de tão forte e arraigado sentimento coletivo (IDEM, p. 122-123)

Mas não só de arrogância, da herança aristocrática, viveria a tradição bandeirante na psicologia moderna dos paulistas. No que se refere ao último legado, o respeito à “palavra dada”, afirma Ribeiro que:

Essa rigidez honesta da moral bandeirante ficou perpetuada na frase proverbial.

“Não se canse, que sou paulista” isto é, “não me desdigo por nenhum caso”, conforme registrou, em 1859, Pina Manique no “Ensaio Fraseológico”, provando assim que ainda no século passado, em Portugal, repercutia a fama do caráter bandeirante.

Creio que aí, nesta tradição, que é um traço psicológico, está o “punctus saliens” da ética paulista.

Repugna aos homens de São Paulo a técnica do maquiavelismo deplorável dos despistamentos, das traições, das afirmativas dúbias e das falsas promessas.

A probidade paulista desconhece tais vícios (IDEM, p. 123).

Por fim, numa conclusão geral de sua conferência, Joaquim Ribeiro, seguindo seu tom pedagógico, desdobra seus postulados em dois subitens, “o mundo bandeirante” e “a submersão do mundo bandeirante”, nos quais volta à relação passado-presente:

Todos esses dados retrospectivos, a que aludo, retratam perfeitamente, nos traços gerais, o mundo bandeirante e apontam as suas sobrevivências na tradição contemporânea.

Por certo, a maior parte desse mundo bandeirante submergiu no passado.

Dele só nos restam vestígios evanescentes, elos esparsos, sobrevivências fugidias, mas expressivas. [...]

Essa submersão do mundo bandeirante tem também as suas causas. [...]

O bandeirante desapareceu no momento em que o paulista abandonou o *nomadismo* e iniciou a *vida sedentária*.

O bandeirante desapareceu no momento em que o paulista substituiu a atividade coletora e extrativa pela atividade agrícola, fundando a monocultura do café, que o levou ainda a trocar a pequena propriedade pelo latifúndio.

O bandeirante desapareceu no momento em que o trabalho servil militarizado cedeu lugar ao trabalho servil agrícola, isto é, quando a “bandeira” foi derrotada pela “fazenda”.

Enfim, o bandeirante desapareceu no momento em que o sangue mameluco, ameríndio, se diluiu, contaminado pelo sangue negro-africano de escravos trazidos de fóra [...]

De fato, hoje, o mundo bandeirante é para nós outros um espécie de continente submerso. E, como a Atlântida da lenda antiga, ainda povôa a nossa mente de mistério e de fantasia, de beleza e de emoção (IDEM, p. 123-124. Grifos originais).

Presentismo e culturalismo se fundem nesse avaliar o passado paulista, nada mais moderno, mas as bases raciológica e do determinismo geográfico não foram de todo negadas, portanto, o tributo aos velhos princípios continua a vigorar em meio às interpretações do passado nas ‘novas vanguardas’.

## 8. Tradição modernizada, tradição re-significada

A mais radical leitura modernizadora da tradição paulista, apresentada no Curso de Bandeirologia, sem dúvida, é a de Sérgio Buarque de Holanda. Muito argutamente, “As Monções” promoviam, ao mesmo tempo, um deslocamento e uma nova articulação para a compreensão do passado paulista. No prólogo do livro, publicado no ano anterior, o autor explicita:

[...] não tive o propósito de tentar uma história sistemática e rigorosamente cronológica das monções setecentistas. Nem era minha intenção separá-las de um estudo onde, em quadro mais amplo, se analisassem aspectos significativos da implantação e expansão, em terra brasileira, de uma civilização adventícia. Aqueles aspectos, precisamente, em que tal civilização, colocada perante contingências do meio, pôde aceitar, assimilar e produzir novas formas de vida, revelando-se até certo ponto criadora e não somente conservadora de um legado tradicional nascido em clima estranho (HOLANDA, 2000, p. 13).

Portanto, a abordagem adotada se coloca claramente como anti-tradicionalista e no campo da moderna e crescente hegemonia de uma história social e econômica.

De fato, o autor elabora, nesse ensaio, uma “nova história” produzida sob o signo interpretativo de *Raízes do Brasil*. Nesse sentido, em “Os caminhos do sertão” – espécie de introdução do ensaio – inicia já afirmando o problema da adaptação de uma civilização adventícia na América Portuguesa:

Durante os primeiros tempos da colonização do Brasil, os sítios povoados, conquistados à mata e ao índio, não passam geralmente de manchas dispersas, ao longo do litoral, mal plantadas na terra e quase independentes dela. Acomodando-se à arribada de navios, mais do que ao acesso interior, esses núcleos voltam-se inteiramente para o outro lado do oceano.

Em tais paragens, tratam os portugueses de provocar um ambiente que se adapte à sua rotina, às suas conveniências mercantis, à sua experiência africana e asiática (IDEM, p. 15).

Mas como exige o presentismo modernista sempre atualizado, a novidade do ensaio, no que se refere às leituras brasileiras, está, de um lado, na incorporação da formulação básica de Caio Prado Junior sobre o sentido agroexportador colonial, e de outro, na contraposição entre o Planalto de Piratininga e o Nordeste, em resposta às interpretações de Gilberto Freyre<sup>91</sup>, consoante a antítese que vem então se estabelecendo, e também apresentada por Alfredo Ellis, ainda que sob outro signo epistêmico. Daí afirmar que:

O processo evolui graças à introdução da cana-de-açúcar, destinada a produzir para mercados estrangeiros. A lavoura de açúcar tem seu complemento no engenho, ambos – lavoura e engenho – chamam o negro. Incapazes de ajustar-se a esse processo, os antigos naturais da terra são rapidamente sacrificados. Aqueles que não perecem, vítimas das armas e também das moléstias trazidas pelo conquistador, vão procurar refúgio no sertão distante.

Vencida porém a escabrosidade da Serra do Mar, sobretudo na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma um colorido diferente. Não existe aqui a coesão externa, o equilíbrio aparente, embora muitas vezes fictício, dos núcleos formados no litoral nordestino, nas terras do massapê gordo, onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor do engenho. A sociedade constituída no planalto da Capitania de Martim Afonso mantém-se, por longo tempo ainda, numa situação de instabilidade ou de imaturidade, que deixa margem ao maior intercuro dos adventícios com a população nativa. Sua vocação estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários (IDEM, p. 15-16).

Nesse tratamento emerge, também, a miscigenação, não somente como fundação seminal, mas sobretudo como realidade completamente social, na qual o meio natural torna-se, então, apenas um espaço condicionador a ser domado pela cultura, cujas táticas e estratégias, sejam de matriz européia ou indígena, quando não da fusão de ambas, se fazem pelo crivo das necessidades e dificuldades da vivência no Novo Mundo:

[...] A mobilidade dos paulistas estava condicionada. [...] Distanciados dos centros de consumo, incapacitados, por isso, de importar em apreciável escala os negros africanos, eles deverão contentar-se com o braço indígena – os “negros” da terra; para obtê-lo é que são forçados a correr sertões inóspitos e ignorados.

---

<sup>91</sup> Sérgio Buarque chegou a afirmar que o seu livro *Monções* fora inicialmente motivado pelo intuito de resposta ao livro *Sobrados e Mocambos* (1936) de Gilberto Freyre. Ver: Depoimento de Sérgio Buarque de Holanda ao MIS, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2.

[...] Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitâneas, a ação colonizadora realiza-se aqui por um processo de contínua adaptação a condições específicas do ambiente americano. Por isso mesmo não se enrija logo em formas inflexíveis. Retrocede, ao contrário, a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra (IDEM, p.16).

Dáí nasce uma das suas mais poderosas metáforas, que, inclusive, irá presidir o eixo compreensivo de seu trabalho historiográfico subsequente:

Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que lhe eram familiares no Velho Mundo. **Com a consistência do couro**, não a do ferro ou do bronze, **dobrando-se, ajustando-se a todas as asperezas do meio**.

É inevitável que, **nesse processo de adaptação**, o indígena se torne seu principal iniciador e guia. Ao contato dele, os colonos, atraídos para o sertão cheio de promessas, abandonam, ao cabo, todas as comodidades da vida civilizada (IDEM).

Partindo de tais princípios civilizacionais, a sua história das monções enfoca duas questões, fundamentais e articuladas, em que o presente modernizador pergunta ao passado colonial: o desenvolvimento técnico e os percalços da emergência de uma racionalidade moderna. Para tanto, constrói o ensaio em seis itens ou capítulos: 1º “os caminhos do sertão”, o mais curto, em que apresenta seus fundamentos – como acima já visto – e situa os antecedentes viários das monções; 2º “o transporte fluvial”, em que acentua a originalidade e o estabelecimento da rota monçoeira na experiência dos paulistas; 3º “ouro”, no qual apresenta, no caso mato-grossense, a articulação das bandeiras pesquisadoras de minérios e o desenvolvimento de um núcleo colonial minerador; 4º “sertanistas e mareantes”, em que despe a pompa do idealizado bandeirante desbravador/colonizador, situando os tipos sociais, nomeados no título, como protagonistas da empreitada monçoeira; 5º “as estradas móveis”, em que volta aos desafios da navegação fluvial para identificar o processo civilizador do extremo ocidental articulado às monções; e 6º “comércio de Cuiabá”, em que conclui discorrendo sobre a qualidade e o volume das atividades mercantis desenvolvidas: abastecimento, rotas, produção local e importação, que consolidaram o núcleo civilizador mato-grossense.

Nesse ensaio, claramente de abordagem culturalista e econômico-social, emergem três pontos fundamentais de divergência com postulados da historiografia

tradicional paulista, dois mais pontuais articulados por um terceiro mais geral, a saber: a questão da navegação fluvial e o imaginário do Eldorado re-significados por uma crítica da linha de continuidade temporal do bandeirismo. No caso da questão da navegação fluvial, trata-se de um debate já estabelecido nos círculos do tradicionalismo paulista. Daí que, logo após citar Sarmiento sobre o “desdém” do gaúcho argentino pelo rio, diz:

Entre nós, o rio também deve ter parecido, em muitas ocasiões, um impecilho, comparável ao das florestas espessas, ao dos pantanais e ao das montanhas. Para as pilhagens do Guairá, poucas vezes se recorreu ao Tietê e ao Paraná. A via predileta era a terrestre, e o Paranapanema só ocasionalmente serviu para a navegação. (3) Nas Minas Gerais, transposta a garganta do Embaú, os rios corriam quase sempre em sentido transversal ao das estradas. Por vezes, o mesmo curso d'água chegava a interpor-se em diversos pontos à passagem do caminhante. Outro tanto sucedia com relação ao caminho das minas dos Goias, que corresponde grosseiramente ao traçado da atual Estrada de Ferro Mojiana (IDEM, p. 20-21).

E, na citada nota de pé de página, aduzia:

Ao Sr. Alfredo Ellis Junior cabe, aparentemente, o mérito de ter sido o primeiro a mostrar o quanto é ilusória a crença de que as vias fluviais tiveram uma ação decisiva sobre esse movimento. Em seu livro *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, à página 44, diz-se, sem exagero, o seguinte: “Outro grande erro, do qual não têm escapado mesmo muitos historiadores de certo renome, consiste na suposição de que o movimento expansionista das bandeiras se deu pelas vias fluviais. O Tietê, o velho Anhembi, que à primeira vista parece ter sido o grande caudal que determinou o bandeirismo, foi desconhecido de grande parte do movimento” (IDEM, p. 21).

Contudo, o que era apenas um debate pontual, fruto dos avanços da erudição, no mesmo campo de significação tradicionalista, toma outro sentido na leitura de Sérgio Buarque<sup>92</sup>. Na palestra do Curso de Bandeirologia, no ano seguinte à publicação do ensaio, sobre as mesmas “Monções”, não cita Alfredo Ellis<sup>93</sup>, mas ao procurar distinguir as monções das bandeiras, afirmava:

O emprego de locomoções diversas, mas também, e principalmente, o complexo de atitudes e condutas determinados por

<sup>92</sup> Essa questão, na leitura historiográfica de Alfredo Ellis, se punha em xeque a centralidade da navegação do Tietê para o movimento entradista, não comprometia a continuidade temporal do bandeirismo, tão mais cara ao tradicionalismo e ao ufanismo paulista, dos quais continuava um expoente; bastando, aqui, lembrar sua relação com o próprio Taunay e a sua já acima referida palestra, em que reatualiza a continuidade do bandeirismo sob o artifício de uma taxionomia.

<sup>93</sup> Essa ausência de citação pode ser tomada como cuidado face ao grupo instalado com relação às disputas de autorização.

cada um desses meios, fará compreender melhor a distinção essencial entre a primitiva bandeira e as chamadas monções de povoado. Naquela os rios constituem efetivamente obstáculos à marcha e as embarcações, em geral simples canoas de casca ou toscas jangadas, são apenas recurso ocasional do sertanista, utilizável onde a marcha a pé se tornou impossível. Nas monções ao contrário, a navegação, disciplinadora dos movimentos, é que se torna regra comum, e a marcha a pé, ou a cavalo, ou em carruagem (na fazenda Camapoã, por exemplo), constitui exceção a essa regra.

Não é por acaso se a técnica do transporte fluvial encontrou, em São Paulo, sua fase de maior desenvolvimento sobretudo no século XVIII, com a decadência das bandeiras. **Embora muito antes disso o Tietê tenha servido eventualmente de via de penetração**, a verdade é que seu percurso só se generalizou e se enriqueceu de novos instrumentos quando foi necessário um sistema de comunicações regulares com o centro do continente (HOLANDA in TAUNAY et alli, 1946, p. 129. Grifos não originais).

Portanto, negava duplamente o postulado historicista do guardião-mor Taunay: as monções não seriam apenas mais um capítulo do bandeirismo e a navegação do Tietê não fora central até o início daquelas.

De fato, essa questão temporal no trato do passado paulista torna-se central em sua intervenção no Curso de Bandeirologia. Daí afirmar, em suas palavras iniciais, carregadas de uma fina e precisa ironia para com os postulados e fundamentos epistêmicos tradicionalistas:

Na história do bandeirismo, tomado em sentido restrito, é lícito omitir-se, sem perda essencial, o capítulo das Monções. Estas principiam a aparecer quando aquele já estava em declínio, e aparecem servidas por instrumentos diferentes, guiadas por métodos próprios e movidas até certo ponto por uma nova raça de homens.

Contudo, [com relação aos] vários movimentos tendentes, em parte, à dilatação das nossas fronteiras externas e sobretudo ao conhecimento, desbravamento e aproveitamento do nosso território, cabe-lhe um lugar definido, [...] que não pode ser pequeno nem irrelevante.

As monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista e que se revelara mais remotamente nas bandeiras. Força que depois impeliria pelos caminhos do sul os tropeiros de gado, e que, já em nossos dias, iria determinar o avanço progressivo da civilização do café. Em todas essas formas, tomadas no seu conjunto, o historiador de hoje já pode reconhecer, a olho nú, uma só constelação (IDEM, p. 127-128).

Desse modo, haveria uma vinculação originária das monções com as bandeiras, mas não uma solução direta de continuidade entre os dois movimentos. Por isso, assim justifica “a intrusão do tema, e também do orador”, no Curso:

[...] O descobrimento das minas do Coxipó-Mirim, que marca o ponto de partida para a história das monções precedeu de alguns anos uma das grandes empresas bandeirantes, [...] a jornada aos Goiazes do segundo Anhanguera. Empresa bandeirante também é, de resto, e com iguais títulos, a própria expedição de Pascoal Moreira Cabral, e por ela precisamente, como pela de Fernando Dias Falcão, as monções se entroncam na história das bandeiras e passam a constituir, de certo modo, seu prolongamento (IDEM, p. 128).

Mas, em que pese também o recrutamento da “mesma gente rude”, num e noutro caso, não se deveria esconder:

[...] a funda transformação que se ia operando aos poucos na mentalidade desses novos sertanistas [os monçoeiros]. É inevitável pensar que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens [...] (IDEM, p. 128-129).

Ou, ainda mais precisamente:

O resultado foi que, sem renunciar à existência móvel do bandeirante, os que participam do comércio de Cuiabá e Mato Grosso têm ambições mais metódicas. Um ritmo que já não é o da simples energia individual livre de expandir-se regula toda a sua atividade. A própria vida há de sujeitar-se neles a limites novos, a novas opressões. Aos freios divinos e naturais, os únicos, em realidade, que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora, acrescentam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e judiciárias, as normas de vida social e política, as imposições frequentemente caprichosas dos governantes (IDEM, p.129).

Por conseguinte, em direção contrária ao contínuo lusófilo de Taunay, ao progressismo econômico com travo raciológico de Ellis Júnior e numa apropriação original da rusticidade do mameluco bandeirante de Alcântara Machado, Sérgio Buarque apresenta o processo de adaptação de um transplante civilizacional, assim como já o apontara em *Raízes do Brasil*, mas agora focado na experiência específica das Monções, dentro da qual haveria emergido uma sistematicidade e um disciplinamento metódicos a serem avaliados. Nesse sentido, ainda que trate de avanços (progressão) e recuos (regressão), não elabora uma continuidade linear temporal (ver também: HOLANDA, 2000, passim), tanto com relação ao passado quanto ao futuro do passado e do presente. De fato, salienta muitas quebras, rupturas e discontinuidades nesse processo civilizador, mas também indica sinais de continuidades e possíveis

retomadas, que dariam sentido à pretensão paulista de centro orgânico da modernidade brasileira.

Partindo de tal presentismo problematizador sobre a tal “força expansiva dos paulistas”, é que a narrativa das monções, na palestra do Curso de Bandeirologia, se inicia pela pergunta: “De que maneira e em que época principia a emergir, em seus traços peculiares e tão definidos, essa nova fase do sertanismo paulista ?” (IDEM, p. 129). A resposta, então, começa pelos sentidos históricos da designação de “monções”, dada à vivência histórica enfocada, ao modo canônico da tradição filológica da historiografia crítica. O que permite, de saída, se apartar da lusofilia tradicional, ao apreciar aproximações e diferenciações da expansão paulista face à portuguesa, na qual a primeira se incluiria, mas não de maneira reflexa (ver: IDEM, p. 130-131 e 142-143). Daí a comparação da periodicidade, da duração e do esforço empreendedor, que originaram a designação homônima, no segundo decênio do Século XVIII, do movimento paulista com os antecedentes do Oriente. A partir daí, começa uma apreciação do processo de instauração: desbravamento da área e descoberta das minas, seguidos da montagem e da sua exploração – em que se estruturam as rotas e todo o complexo monçoeiro ligando Porto Feliz a Cuiabá.

Nesse percurso, como na caracterização da exploração colonial brasileira em *Raízes do Brasil*, evidencia o sentido “extrativista” e aventureiro das atividades de apresamento e mineração, indicadas, inclusive, pela precariedade do plantio abastecedor. Aqui emerge o outro ponto de divergência com o tradicionalismo paulista: a aura sacrossanta dos heróis bandeirantes em busca do Eldorado. O que é desconstruído no mostrar: a força rude dos sertanismo bandeirante apresador e minerador, o acaso dos achados dessas minas, o improvisado aventureiro do estabelecimento inicial da exploração mineira e da rota viária, e a formulação das lendas, que longe da amplitude imaginativa, prendiam-se a um imaginário legado pelo cotidiano dos perigos do caminho. Em suma, o heroísmo é profundamente humanizado e descentrado dos protagonistas individuais consagrados pelas memória e historiografia tradicionais. A força empreendedora, desses protagonistas consagrados, mostrava tanto virtudes quanto vilanias, articuladas aos processos sociais bem mais amplos que davam sentido às suas ações individuais. Assim, o tipo social do “bandeirante” é sobrepujado pelo do “sertanista”, do qual se torna uma das manifestações. Nesse sentido, o bandeirante é circunscrito ao período anterior às monções, e a “força expansiva dos paulistas” transforma-se numa grande produtora de sertanismos, dentre os quais as monções, também, seriam uma das manifestações.

Destarte, extrativismo, aventura e precariedade iriam gerar a criação do complexo monçoeiro na experiência colonial, que, assim, se resume em suas palavras finais e conclusivas do ensaio, publicado um ano antes: “passados os tempos iniciais de uma exploração perdulária, as lavras se iam tornando pouco rendosas e já não compensavam sacrifícios nem heroísmos” (HOLANDA, 2000, p.115). Contudo, apesar de se tratar de mais um processo motivado pelo caráter extrativo e perdulário aristocrático, que presidira a colonização portuguesa da América, essa montagem do complexo monçoeiro, para a exploração mineradora do Extremo Ocidente brasileiro, traria lições de inventividade originais de empreendedorismo, a serem avaliadas no processo civilizador.

Nesse avaliar do complexo monçoeiro, encontra-se um jogo de distinção do amálgama civilizador paulista: da matriz européia viriam o estabelecimento de rotas fixas com apoios, a formação de comboios para defesa, a prática de toldar e de outras proteções contra as chuvas, além do uso do mosquiteiro para proteção dos passageiros; mas,

[...] a técnica da navegação fluvial adotada durante a época das monções conservou praticamente intacta a tradição indígena. No fabrico das canôas, na escolha do material de construção, no próprio sistema de navegação, pode-se dizer que foi nula a influência européia (HOLANDA in TAUNAY et Alli, 1946, p.138).

Portanto, construção naval e mareagem foram contributos indígenas nesse mameluco empreendimento monçoeiro, que, em seu auge, comportara “frotas que chegaram a abranger, por vezes, trezentas ou quatrocentas canôas” (IDEM, p. 141).

Por conseguinte, as monções, ainda que presididas pelo afã extrativo explorador, incluindo com destaque a exploração madeireira para a construção naval paulista, forçaram o estabelecimento de práticas metódicas estabilizadoras, num entrecruzamento de “avanços” e “retrocessos” de estágios civilizacionais, requeridos à adaptação em terras do Novo Mundo, para fazer face aos desafios dos perigos (saltos, doenças, chuvas e ataques indígenas), que pontuavam o caminho que ligava o centro civilizador paulista a esses sertões longínquos do ouro de Cuiabá.

Ao mesmo tempo, esse complexo monçoeiro, para além de sua dimensão técnico-comercial – centro dessa avaliação –, havia sido, também, uma ação colonizadora. Afinal, as monções foram responsáveis, não só pelo simples fornecimento e escoamento das minas de Cuiabá, mas pelo povoamento e fundamentos de fixação civilizada ao longo do imenso percurso, através do transplante de mudas, do transporte

das gentes, do gado, de agentes e de materiais da administração e exploração mineradora, etc. (IDEM, p. 141-142). Dessa maneira, apesar das muitas dificuldades advindas da grande distância dos centros civilizados:

[...] puderam, entretanto, os moradores de Cuiabá criar um centro de povoamento estavel e duradouro. E até mesmo transformar esse centro em fulcro de um novo sistema de colonização, que já em 1734 alcançava a bacia amazônica nas margens do Guaporé, com o descobrimento, pelos irmãos Pais de Barros, das minas chamadas do Mato Grosso (IDEM, p. 142).

No entanto, se nesse estudo histórico de Sérgio Buarque sobre as monções, a questão temporal perpassa muito evidentemente todo o tratamento, na conclusão da palestra do Curso de Bandeirologia torna-se o problema central. Ou como, ordenando sua reflexão conclusiva da conferência, questiona o próprio autor: “em que sentido caberia dizer que foi fecundo para a civilização brasileira do presente, e mesmo do futuro, esse surpreendente movimento colonizador de nosso Extremo Ocidente?” (IDEM). E, logo começa por responder, criticando a aplicação de leis evolucionistas – ao modo das abordagens tradicionalistas –, inclusive as baseadas na eminente e contemporânea releitura do organicismo cíclico:

Poderíamos tentar procurar na história das monções algum apoio para a doutrina desenvolvida pelo engenhoso historiador Arnold Toynbee, de que o desbravamento de um solo novo, sobretudo em território ultramarino, tem efeito intrínseco estimulante sobre os colonos, provocando novas e enérgicas formas de existência social. [...] semelhante lei teria governado todos os movimentos de expansão ultramarina, antigos e modernos, inclusive a colonização da América pelos europeus.

[...] o resultado que se possa tirar da aplicação da doutrina de Arnold Toynbee é, no caso, pouco sugestivo. A colonização paulista do Cuiabá e Mato Grosso é como uma réplica, em escala reduzida, do que foi a colonização portuguesa [sic] do Brasil. São Paulo deu o que podia dar, e certamente não era muito, uma vez que lhe faltava em braços e em recursos materiais o que lhe sobrava em energias (IDEM, p. 142- 143).

Ou seja, um empreendimento de caráter aristocrático extrativo e perdulário, em que:

O trabalho dos homens estava inteiramente mobilizado para a busca do ouro. Nisto a obra de que as monções foram parte conspícua, pode equiparar-se grosseiramente a um monstruoso e desordenado empreendimento capitalista. Capitalista no sentido mais lato e,

naturalmente, menos rigoroso que pode admitir a palavra. Todos os gestos, todos os atos são determinados, nesse caso, pelo gosto da pecúnia e visam um objetivo preciso e previsto. Tão absorvente, por sua vez, é esse objetivo, que relega para um plano inferior o que não lhe possa servir imediatamente.

Assim, no sistema de comunicações adotado, os únicos progressos reais que aos poucos se introduziram, foram iniciativa dos próprios indivíduos que se aventuraram a tais viagens, e nasceram de sua experiência direta, sem qualquer outro auxílio ou estímulo. (IDEM, p.144).

Nesse sentido, passa a comparar as grandes perdas regulares dos comboios, que chegavam à metade da frota – lembrando inclusive o episódio da epidemia de tifo que dizimou a última expedição, em 1838 –, com o resultado geral da extração de cinco mil arrobas de ouro, entre 1719 e 1822 –, segundo as estimativas de Calógeras; para, então, fazer a pergunta finalizadora desse seu balanço avaliador temporal: “compensaria tal riqueza tudo quanto exigiram as monções dos desbravadores do Brasil Central?” (IDEM, p. 144-145).

A resposta afirmativa, em uma fundamentação histórico-social diversa do tradicionalismo bandeirante paulista, até então hegemônico, baseia-se na identificação primeira de dois benefícios:

[...] para a unidade de nosso país. À experiência dos práticos, pilotos e proeiros das canoas das monções deve-se, em parte apreciável, a abertura das comunicações regulares entre Mato Grosso e o Pará, que viriam criar uma linha de comércio para aqueles sertões. Essa via constitui, em realidade, um prolongamento, na direção do Extremo Norte, do velho caminho fluvial que avança do sul, do planalto paulista.

A função histórica dessa estrada de mais de dez mil quilômetros de comprimento, que abraça todo o Brasil, supera mesmo a de quaisquer outras linhas de circulação natural de nosso território, sem exclusão do próprio São Francisco, por muitos denominado o “rio da unidade nacional”.

Outro resultado permanente está em que as monções puderam corroborar de modo admirável a obra iniciada pelas bandeiras, assegurando-nos a posse plena e tranquila de uma área de milhões de quilômetros quadrados. [...] expostas à cobiça do castelhano (IDEM, p. 145).

Daí conclui, na defesa de um historicismo presentista:

Um terceiro benefício ainda poderá ter ficado dessas audaciosas peregrinações em busca do metal precioso. Elas nos oferecem uma lição de prudente sabedoria. Lição para o presente e também para o futuro, mas que pertence igualmente à História, na parte em que a

História é mestra da vida. O primeiro passo para a integração no mundo de nossa cultura de todo o imenso território que constitui o coração deste continente sul-americano, nasceu da aventura e pode-se dizer que foi, todo ele, uma teimosa e magnífica aventura. Era então inevitável que assim sucedesse.

O que resta fazer, porém, para completar esse esforço, não poderá ser obra de aventura. Exigirá, provavelmente, o trabalho atento de algumas gerações de homens pacientes, metódicos e modestos. Nascerá das nossas legítimas necessidades e das nossas possibilidades efetivas, não de projetos espetaculares, bons apenas para a declamação e a lisonja. Significará uma luta penosa e de resultados talvez remotos, mas que há de ser realizado, porque somente com sua realização nos mostraremos verdadeiramente dignos do esplêndido legado das bandeiras e das monções (IDEM, p. 145- 146).

Nesse sentido, a tal “força expansiva dos paulistas”, da qual as monções seriam apenas um capítulo, passa a ser tratada como uma história de avaliação do desenvolvimento técnico e do estabelecimento de uma mentalidade moderna, da “racionalidade com respeito a fins”. Portanto, não é de se estranhar que seja no aprofundamento do estudo das monções, que adquira corpo e sentido a famosa parêntese antitética “trabalho e aventura”, que, inclusive, irá renomear um dos capítulos da edição revista e refundadora do seu livro clássico, *Raízes do Brasil*, em 1948. A tarefa, nesse momento, era rever a herança colonial que fundamentava os tradicionalismos. As *Monções* são o primeiro grande sucesso da articulação entre os princípios do ensaio sociológico inovador – *Raízes do Brasil* – e a dedicação ao ofício do historiador, na sua luta para re-significar um passado arcaico, do qual era mister se libertar, na direção da modernidade. De fato, a partir desse sucesso, Sérgio Buarque se instala na Casa das Tradições Paulistas, sucedendo a Taunay como historiógrafo oficial de sua terra natal, de onde, re-significando a tradição, começa a produzir a sua moderna “Nova História” do Brasil.

### CAPÍTULO III

#### DO MIRANTE DE PIRATININGA: regressões e projeções na colonização portuguesa do Novo Mundo ou a moderna nova história paulista da civilização do Brasil

*Investigação histórica moderna não é somente investigação, mas também mediação da tradição.*

*Hans-Georg Gadamer*

A partir do batismo no ofício – com a nomeação para historiógrafo do Estado de São Paulo, em 1947, dirigindo o Museu Paulista –, a maturação e a consagração de Sérgio Buarque de Holanda como historiador ocorreriam nos dez anos seguintes. O livro *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1957, e a tese para a cátedra de Civilização Brasileira, *Visão do Paraíso*, defendida em 1958, são o corolário desse movimento de maturação e reconhecimento. A subsequente direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, de 1960 a 1972, foi um desdobramento de tal consagração na cátedra quase homônima, e resultaria numa obra-prima de historiografia política, inicialmente não prevista, *Do Império à República* (1972), o volume 5 do tomo II da coleção. Depois, viriam as obras que podem ser chamadas de outonais, não pela qualidade da reflexão que propõem, mas pelo tipo de atividade intelectual que exigiram do catedrático aposentado: comentários críticos, reescrituras e balanços de produção e ofício. Mesmo a obra de pesquisa histórica, que vinha executando nessa última década de vida, e que ficara inacabada – publicada postumamente como o livro *O Extremo Oeste* (1986) – tratava do aprofundamento e ampliação das questões já apontadas em *Monções* (1945).

Desse modo, no que concerne ao presente capítulo, o enfoque se direciona às obras referenciais do historiador maduro, portanto, de *Caminhos e Fronteiras* a *Do Império à República*, passando pela tese à cátedra, *Visão do Paraíso*, e pela direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*. Ou noutras palavras, o enfoque, aqui apresentado, trata do núcleo fundamental da obra historiográfica sergiana, que, iniciada pela re-significação presentista da tradição paulista, finda, a partir desta, instaurando uma reforma da trama da ‘História geral do Brasil’, de dentro da qual emerge uma obra-

prima, ao mesmo tempo tradicional e inovadora, da história política brasileira e sobre o Brasil. Nesse sentido, o lugar de maior expoente historiográfico brasileiro que, no século XIX, coubera a Varnhagen e, na primeira metade do século XX, fora dividido com Capistrano de Abreu, teve um novo ocupante, na segunda metade do século XX Sérgio Buarque de Holanda, a partir de uma modernizadora reforma da trama geral da História do Brasil<sup>94</sup>.

## 1. Do Museu à Cátedra

A cidade de São Paulo encontrada por Sérgio Buarque de Holanda, nessa volta nos Anos Quarenta, já não era mais a mesma de sua infância e adolescência. Trocara o modelo europeu de urbanismo pela verticalização norte-americana, com crescentes aportes do modernismo arquitetônico brasileiro. As muitas colônias de imigrantes, com maior peso para a italiana, estão já bastante integradas e formam uma influente camada média urbana e, crescentemente, começam a compor a elite paulista<sup>95</sup>. As levas de migrantes nacionais, com destaque para mineiros e nordestinos, asseguram a mão de obra necessária ao desenvolvimento econômico e consolidam o ideário da terra das oportunidades e do trabalho. O estado e sua capital vão se tornando a ponta de lança econômica da modernização brasileira e disputam com o Rio de Janeiro a hegemonia cultural do Brasil moderno.

Nesse momento, como resultante das reestruturações pós-revolta de 32, uma projetiva modernizante nova configuração da eminência de São Paulo começa a ganhar mais corpo, em termos culturais, a partir da Queda de Vargas, sob a interventoria de

---

<sup>94</sup> Esse lugar pode ser atestado por vários indicadores, mas é suficiente destacar aqui a inserção de foto, a única de um historiador, em que Sérgio Buarque de Holanda consulta o que parece ser um arquivo catalográfico, em um dos maiores fenômenos de sucesso editorial de vulgarização histórica no Brasil, e, ainda hoje, muito referenciado nos cursos universitários brasileiros: **O Que é História**, de autoria de Vavy Pacheco Borges, para a famosa Coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense, com primeira edição em 1980. A legenda da foto, inserida no contexto da discussão do ofício do historiador, afirma em exemplaridade: “o historiador Sérgio Buarque de Holanda em plena atividade de pesquisa.” (BORGES, 1988, p. 57).

<sup>95</sup> Um importante novo afluxo imigrante também ocorre no final da Segunda Grande Guerra e nos primeiros anos do Pós-Guerra, mas trata-se de um fenômeno diferente dos aportes anteriores ao Período Vargas, além de bem menos massivo, não se deve à captação de mão de obra e de colonos agrícolas, mas sim ao acolhimento de refugiados da destruição europeia e japonesa, que procuram nas colônias imigrantes, já instaladas há algumas gerações, um abrigo, muitas vezes familiar, para reconstruírem suas vidas.

Macêdo Soares (1945 -1947)<sup>96</sup>, com a renovação das instituições existentes, como no caso do Museu Paulista. Esse movimento continuou num crescente nos anos seguintes, com significativas contribuições da iniciativa privada, inclusive na criação de novas e modernas instituições de vanguarda da cultura erudita e de massa: Museu de Arte de São Paulo (MASP, 1947), Museu de Arte Moderna (MAM, 1948), Teatro Brasileiro de Comédia (TBC, 1948), Companhia Cinematográfica Vera Cruz (1949), Televisão Tupi (1950), Bienal Internacional de São Paulo (1951), por exemplo. O que, somado à consolidação da USP, *pari passu* ao crescimento industrial e urbano, tornaram o estado e sua capital referenciais de modernidade nos planos nacional e internacional. A comemoração do IV Centenário da Cidade foi o grande evento emblemático dessa renovada eminência paulista, tendo sido celebrado em grande estilo com a 2ª Bienal, estendida até 1954, e a inauguração, nesse mesmo ano, do ‘complexo monumental’ Parque do Ibirapuera, projetado por Oscar Niemeyer e Burle Marx.

De dentro dessa nova configuração da eminência paulista é que emerge e se consagra o historiador Sérgio Buarque de Holanda. Refletir esse lugar contemporâneo de pujança modernizadora paulista, através da história da formação brasileira, torna-se o foco da obra sergiana. A direção do Museu Paulista (1946-1956) significou o lugar institucional que lhe garantiu os laços e o tempo necessários à empreitada, e no qual refina os procedimentos do ofício do historiador e as concepções do campo do saber histórico, ao mesmo tempo em que se dedica à compreensão do lugar de São Paulo na formação brasileira. Nesse sentido, tanto sua intervenção no Curso de Bandeirologia quanto sua reorientação modernizadora implementada na Casa das Tradições Paulistas – para a qual “consegue a ampliação das atividades [...], criando as seções de história, de etnologia, de numismática e de lingüística” (HOLANDA in HOLANDA, 2006, p. 438) – já estabelecem as linhas inovadoras, que lhe valeram o convite do áulico e, então

---

<sup>96</sup> José Carlos de Macêdo Soares (1883-1968), formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1905), intelectual, político e diplomata muito atuante entre o final da República Velha e os Anos Cinquenta. Começou sua longa vida pública pela presidência da Associação Comercial de São Paulo (1923). Foi negociador destacado para a resolução do conflito militar, resultante do levante tenentista de São Paulo (1924). De volta ao país, após exílio: apoiou a Aliança Liberal e fez parte do primeiro secretariado paulista no Governo Provisório de Vargas (1930-1931); foi deputado constituinte por São Paulo (1933); ministro das Relações Exteriores (1934-1937); primeiro presidente do IBGE e ministro da Justiça, responsável pela “macedada” (1937) – anistia e libertação de todos os presos da ‘Revolução de 32’, por despacho ministerial –; Presidente da Academia Brasileira de Letras (1942-1944); Interventor em São Paulo (1945-1948); Ministro das Relações Exteriores na presidência de Nereu Ramos, em 1955, e mantido no cargo por Juscelino Kubitschek, em seu primeiro ano de governo, após o que se retira da vida pública.

Interventor Federal do Estado de São Paulo, José Carlos de Macêdo Soares, tanto para o Curso como para a direção do Museu do Ipiranga.

Entre a publicação do livro *Monções* e a nomeação para o Museu Paulista, Sérgio Buarque, então Diretor da Secção de Consultas da Biblioteca Nacional e Presidente da Associação Brasileira de Escritores (secção RJ) e famoso crítico literário, começa a publicar também estudos historiográficos no prestigioso e tradicional jornal *O Estado de São Paulo*<sup>97</sup>. Após sua confirmação no Museu do Ipiranga, em 1947, é eleito Presidente da Associação Brasileira de Escritores (secção SP) e, já como historiógrafo oficial do Estado, suas publicações de estudos históricos deslancham, entre os anos de 1947 e 1948, quando se integra à lista de eminentes colaboradores regulares da revista da Associação Comercial de São Paulo, *Digesto Econômico*, criada em 1945 com o intuito de qualificar o debate intelectual do empreendedorismo<sup>98</sup>. Nesses primeiros anos de sua existência, a Revista contou com a participação de vários intelectuais em ascensão, além de Sérgio Buarque, nela escreveram Afonso Arinos, José Honório Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, dentre muitos outros.

O ano de 1948 consolida esse posicionamento referencial de Sérgio Buarque de Holanda na moderna rede de sociabilidade intelectual paulista. Além da refundadora segunda edição de *Raízes do Brasil* – seguida da sintomática “polêmica do Homem Cordial” – passa também a integrar as modernas instituições universitárias paulistas:

---

<sup>97</sup> O entendimento histórico do espaço paulista constitui, de maneira muito evidente, o eixo nuclear da obra, nesses anos de direção do Museu Paulista. De fato, já no período compreendido entre 1946 e 1948, os resultados de uma série de estudos temáticos diversos sobre São Paulo vêm à luz através do jornal **O Estado de S. Paulo**: *Cooperação e trabalho livre, Economia colonial, A língua geral em São Paulo, Um aspecto da iconografia bandeirante, Sobre um aspecto da iconografia bandeirante, O fio e a teia, Relíquias das monções e A pré-história das Bandeiras*. Ver: **O Estado de S. Paulo**, 6 abr.1946; **O Estado de S. Paulo**, 21 e 27 abr.1946; **O Estado de S. Paulo**, 11, 18 maio e 13 jul.1946; **O Estado de S. Paulo**, 13 jan.1948 e 18 jan.1948; **O Estado de S. Paulo**, 28/jan/1948; **O Estado de S. Paulo**, 5 e 8/fev, 7 e 24/mar/1948; **O Estado de S. Paulo**, 6 e 22 jun.1948; **O Estado de S. Paulo**, 4, 6, 10, 11, 18, 20, 24 e 31 jul.1948; respectivamente. Os dois primeiros artigos são mais de enquadramento geral, mas estão aqui agrupados por terem iniciado a colaboração e servirem ao entendimento da especificidade paulista diante do conjunto da colonização portuguesa.

<sup>98</sup> Uma série de estudos, dedicados à história econômica paulista, foi publicada na revista **Digesto Econômico**: *Mentalidade capitalista e personalismo, A pesca em nossa economia colonial, O arroz em São Paulo na era colonial, O algodão em São Paulo nos séculos XVI e XVII, Lanifícios seiscentistas em São Paulo, Fiação e tecelagem em São Paulo na era colonial, Redes e redeiras de São Paulo, A fábrica de ferro de Santo Amaro, Ainda a siderurgia de Santo Amaro, A mais antiga fábrica de tecidos de São Paulo e Fiação doméstica em São Paulo*. Ver: **Digesto Econômico**, São Paulo, ano III, n.28, mar.1947; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano III, n.29, abr.1947; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano III, n. 31, jun.1947; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano III, n. 35, out.1947; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano III, n. 36, nov.1947; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano IV, dez.1947; **Digesto Econômico**, 28/out, 14 e 16 nov.1947; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano IV, n. 38, jan.1948; **Digesto Econômico**, ano IV, n. 39, fev.1948; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano IV, n. 41, abr.1948; **Digesto Econômico**, São Paulo, ano IV, n. 47, out.1948; respectivamente.

torna-se professor de história social e econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo; e ingressa diretamente na USP, através do assento no Conselho Universitário, como representante eleito pelas instituições complementares, das quais o Museu Paulista fazia parte; nesse mesmo ano, tem o texto *Expansão paulista em fins do século XVI e princípios do século XVII* (1948) publicado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP.

A partir de 1949, o historiógrafo do estado de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Escritores-Secção SP<sup>99</sup>, chamado pela diplomacia brasileira e convidado pessoalmente por Braudel, a pedido de Lucien Febvre, para ir à Sorbonne, inicia uma importante carreira internacional com viagens à Itália, França e Estados Unidos. Na França, profere palestra na Sorbonne e integra comitês da UNESCO, dos quais resultam os textos *Problemas de democracia mundial* (1949), *A democracia e a tradição humanista* (1949) e *Au Brésil colonial: les civilisations du miel* (1950)<sup>100</sup>. Nos Estados Unidos, participa do I Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em Washington<sup>101</sup>. Na Itália, primeiro faz algumas pesquisas, em 1949, e depois volta, como adido cultural, para assumir a criação da cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Roma (1952-1954). Nessa última estada europeia, além das pesquisas e publicações na Itália – incluindo a publicação da tradução italiana de *Raízes do Brasil* –, visita outras instituições européias; e participa como um, dentre os oito, conferencistas do IX Rencontres Internationales de Genève (1954), que teve como tema *Le Nouveau Monde et l'Europe*, dentro do qual apresentou a palestra *Le Brésil dans la vie américaine*. Esse evento europeu, realizado em setembro, teve como estrela maior Lucien Febvre, e também contara com uma curiosa “extensão”, realizada no mês anterior no Brasil, como parte das comemorações do IV Centenário da capital paulista: o *Premières Rencontres Intellectuelles de São Paulo*<sup>102</sup>.

<sup>99</sup> Será reeleito em 1950 e permanece até a viagem para a Itália.

<sup>100</sup> **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 jul.1949; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26/jul.1949; respectivamente, sendo os dois por demanda da UNESCO; e **Annales. Économies – Sociétés – Civilisations**. Paris, 5<sup>ème</sup> année, n. 1, janvier-mars 1950.

<sup>101</sup> O texto resultante do colóquio é publicado no Brasil só em 1953.

<sup>102</sup> Os textos desses encontros foram publicados em dois tomos, a conferência acima citada de SBH se encontra no primeiro tomo, ver: **Le Nouveau Monde et l'Europe**. Deux entretiens internationaux organisés en 1954 avec le concours de l'UNESCO (Premier entretien privé – L'art dans le Nouveau Monde, 9<sup>èmes</sup> rencontres internationales de Genève. Premières rencontres intellectuelles de São Paulo organisées avec le concours de UNESCO). Neuchâtel: Éditions de la Baconnière, 1954; e **Le Nouveau Monde et l'Europe**. Deux entretiens internationaux organisés en 1954 avec le concours de l'UNESCO (Second entretien privé – Situation de l'Amérique du Sud. Le 6 septembre 1954, 9<sup>èmes</sup> rencontres internationales de Genève. Premières rencontres intellectuelles de São Paulo organisées avec le concours de UNESCO). Neuchâtel: Éditions de la Baconnière, 1954.

De volta ao Brasil, em 1955, reassume a direção do Museu Paulista e torna-se vice-presidente do MAM-SP (1955-61), e conseqüentemente, passa também a integrar a equipe de responsáveis pela Bienal de São Paulo. No ano seguinte, 1956, tem o livro *Raízes do Brasil* publicado em espanhol e volta a lecionar História do Brasil, mas, desta feita, na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, e prepara um de seus mais importantes livros de história, *Caminhos e Fronteiras* – publicado no ano seguinte. Nesse ano de 1957, com a vacância da cátedra de Civilização Brasileira da USP, pela aposentadoria de Alfredo Ellis Jr., Sérgio Buarque inicia um processo complicado, mas intelectualmente riquíssimo, de passagem do Museu Paulista àquela, que se completaria em 1958. Desse processo, resulta uma importante produção intelectual: uma dissertação e uma tese. Embora a primeira fique esquecida, sem nunca ter sido publicada pelo autor, a segunda torna-se um de seus mais importantes e referenciados trabalhos historiográficos, *Visão do Paraíso* (1958/1959)<sup>103</sup>.

De fato, nessa passagem, todo labor de historiador, que se desenhara desde o fim dos Anos Trinta e o começo dos Anos Quarenta, será ordenado, por exigências acadêmicas, em que o debate intelectual não se aparta do conflito de interesses institucionais. A cátedra de Civilização Brasileira poderia parecer, à primeira vista, um corriqueiro coroamento de tão sólida obra intelectual, dedicada ao entendimento do Brasil e ao lugar de São Paulo nessa história. No entanto, mesmo com todas as credenciais, inclusive acadêmicas de Sérgio Buarque de Holanda – obtidas nas experiências de docência universitária no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Roma; conferências internacionais sobre história na Sorbonne, em Washington, Veneza e Genebra; e publicação nos *Annales* – foi-lhe requisitado o título universitário de mestre como pré-requisito para se efetivar na cátedra.

As razões de tal procedimento podem, em parte, ser creditadas ao ritual acadêmico universitário. Contudo, as universidades brasileiras estavam, então, num processo de estruturação, incluindo a USP, com apenas duas décadas de existência. Isso significava uma corriqueira recorrência de arregimentação docente *ad hoc*, especialmente na conhecida figura do *notório saber*. Desse modo, inúmeras cátedras das áreas de letras, filosofia e ciências humanas ocupadas por engenheiros, bacharéis em direito e médicos sem pós-graduação – ainda por serem montadas – eram regulares. Portanto, um historiógrafo oficial do Estado de São Paulo, diretor do Museu Paulista,

---

<sup>103</sup> A primeira data é a da tiragem limitada, editada para a defesa da Cátedra; a segunda é a da publicação de tiragem comercial, ambas pela Livraria José Olympio Editora.

com experiência, dentro e fora do país, de docência universitária em História, não seria exatamente o perfil de um iniciante e, menos ainda, estranho à área.

Duas questões entrecruzadas explicam esse procedimento da Universidade. A primeira se refere a certo sentimento crescente nas novas gerações de historiadores, especialmente forte entre os formados pela própria USP – ávidos por regras de ascensão profissional mais voltadas para méritos acadêmicos –, em favor da autoridade da especialização profissional universitária, de modo a substituir, ou pelo menos amainar, a arregimentação intelectual por laços de sociabilidade da elite tradicional, herdada do século XIX na tradição dos institutos históricos. O que era tão condizente com o ideal de universidade que pautava a consolidação da USP, com seu espelhamento nas instituições européias e estadunidenses, quanto ia ao encontro de um dos mais centrais e importantes postulados de *Raízes do Brasil*, a crítica ao patrimonialismo. A segunda questão se refere à composição das cátedras de História da, então, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – mais conhecida pelo nome da rua de sua sede, “A Maria Antônia”. Havia então, e se manteria até o fim do regime de Cátedras – com repercussões para além dele – um conflito territorial de interesse intelectual/institucional entre as cátedras de Civilização Brasileira – originada na tradição do IHGSP – e de História Moderna e Contemporânea – estruturada por Fernand Braudel. Elas partilhavam basicamente o mesmo recorte temporal, mas possuíam orientações diversas e, ao mesmo tempo, disputavam territórios de saber ou, mais precisamente, a abordagem da História do Brasil.

De qualquer modo, o resultado foi que Sérgio Buarque de Holanda aquiesceu ao ritual acadêmico requerido. Desse modo, em um curto espaço de tempo, produziu duas obras historiográficas que representam duas dimensões de seu labor de historiador até então: de um lado, *Caminhos e Fronteiras* (1957), mais centrada nos estudos do espaço, cultura e economia; do outro, sua tese à cátedra, *Visão do Paraíso* (1958), mais voltada ao imaginário, à literatura e às mentalidades. De fato, essas obras condensam esses anos de mergulho na História: uma mais focada em São Paulo e seu raio de influência e outra, mais abrangente do fenômeno da colonização portuguesa na América, ainda que tais dimensões de perspectiva se façam presentes, com pesos diversos, em ambas. Afinal, o entendimento histórico do espaço paulista na formação brasileira constituíra, de maneira muito evidente, o eixo nuclear da obra do historiador, nesses anos de direção do Museu do Ipiranga, em que institucionaliza a re-significação da tradição de São Paulo pelo questionário da modernidade brasileira.

## 1.2 Uma “Nova História” paulista

Nessa compreensão e nesse fazer uma nova história, de Sérgio Buarque de Holanda, três dimensões se entrecruzam: 1) estudos do processo histórico vivido, 2) trânsito disciplinar e 3) reflexão institucional e de ofício. No caso da história paulista, além dos muitos trabalhos já anteriormente citados, entre 1949 e 1957, mais publicações significativas, embora menos numerosas, vêm à luz: *Índios e mamelucos na expansão paulista* (1949), *Bandeiras e monções* (1950), *Piratininga: 1532-1560* (1954) e *A pré-história das monções* (1956/57)<sup>104</sup>. Mas para uma melhor articulação do tempo e do espaço, essa obra histórica segue um aberto diálogo com diversas disciplinas, de modo a construir um quadro o mais amplo possível. A par de uma “história total”, como preconizado pelos *Annales*, mas a partir de matrizes próprias, firmadas no modernismo brasileiro e no historicismo alemão, o autor empreende pesquisas históricas que, segundo os problemas a responder, transitam pela geografia, a filosofia, a economia, a política, a sociologia, a antropologia, a literatura e a lingüística.

Esse presente vivido, compreensível a partir de um passado aprisionador, do qual se faz mister libertar na busca de uma plenitude moderna, demanda uma apreensão que articule o refinamento disciplinar, apropriando-se de seus arsenais conceituais e técnicos específicos, com uma conceptualização temporal do presentismo futurista. Não sendo de se estranhar, portanto, que a atenção focal à história paulista se faça acompanhar de um variado universo de estudos mais amplos que lhe dão sentido. Assim como as projeções modernas do presente vivido só ganhariam sentido consciente no revolver das tradições que as antecedem.

Tal compreensão de história e de ciência se traduz em prática reflexiva no trabalho. E, para além e para o bem dos estudos paulistas, a atenção se desdobra em diversas direções. Nesse sentido, o longo período colonial, com suas marcas e pesada herança instituintes das tradições do “arcaísmo” brasileiro, como já apontado em *Raízes do Brasil*, torna-se o enquadramento histórico genérico centrado nas práticas econômicas e culturais, ou estudos de “cultura material”. Daí sobressaem: *Mel e cera no*

---

<sup>104</sup> Esses estudos aprofundam e completam o revolver das tradições paulistas, incluindo sua contribuição ao IV Centenário da Capital, Ver: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, tomo 13, 1948/1949; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 jul.1951, **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 jul.1951, e, **Folha de Minas**, Belo Horizonte, 29 jul.1951; *in. IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Municipal, 1954 e **Folha da Manhã – Edição comemorativa do IV Centenário**, São Paulo, 24 e 25 jan.1954; **O Estado de S. Paulo**, 29 dez.1956, 4 e 12 jan.1957, respectivamente.

*Brasil colonial* (1946), *Período Colonial* (1949), *Algumas técnicas rurais no Brasil Colonial* (1951/52), *As Técnicas rurais no Brasil durante o século XVIII* (1953)<sup>105</sup>. Mas há também outros trabalhos que atentam para a necessidade, inclusive heurística, do saber antropológico para os estudos históricos: *O problema das culturas* (1940), o prefácio e a tradução do testemunho *Memórias de um colono no Brasil (1850)* (1941), seguido da tradução de *Ethnologia sul-americana: círculos culturaes e estratos culturaes na América do Sul* (1942) e do resultante estudo *A ponte* (1950), entremeados por *Sociedade Tupinambá* (1949), e seguidos do artigo *Estudos etnológicos* (1951), e, ainda, das traduções de *Alcova de um parto entre os Baikiris* e *Tatuagem de unha de dedo de um índio Yamarikumá* (1952)<sup>106</sup>.

A longa trajetória pela crítica literária, inclusive com atenção à filologia, também foi posta ao serviço da história nesse trânsito disciplinar: *Literatura colonial* (1947), *Sobre história da literatura* (1948), *Literatura jesuítica* (1949), *Do mirante do Padre Cardim* (1950), *Teatro jesuítico* (1951), *O barroco* (1951), *Sobre o barroco* (1951), *Limites do barroco* (1951), *Em torno de Vieira* (1952), *Ainda o barroco* (1952), *História e geopolítica* (1952), *A Ilha Brasil* (1952), *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial* (v. I, 1952/ v. II, 1953), *Domínio rococó* (1953), *Metastásio e o Brasil* (1953), *Imagens dos setecentos* (1953), *Uma epopéia americana* (1953), *Árcades e românticos* (1956), *Epopéia rococó* (1957)<sup>107</sup>.

<sup>105</sup> Ver: **Província de São Pedro**, Porto Alegre, n.4, mar.1946; In. MORAES, Rubens Borba de. & BERRIEN, William. **Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949; **Anhembi**, São Paulo, ano I, vol. III, n. 8 jul.1951, vol. IV, n. 10 set.1951, e, ano II, Vol. V, n. 14, jan.1952; In. **Atas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros Brasileiros** (Washington 15-20/10/1950). Nashville: Vanderbilt Press, 1953; respectivamente.

<sup>106</sup> Ver: **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 out e 10 nov.1940; DAVATZ, Thomas. São Paulo: Livraria Martins, 1941; SCHMIDT, Wilhelm. Não está faltando nome da obra aqui? São Paulo: Nacional, 1942; **Folha da Manhã**, São Paulo, 26 set e 13 out.1950; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, caderno vida literária, 30 out. e 20 nov.1949; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 01 jul.1951 e **Folha da Manhã**, São Paulo, 04 jul.1951; KRAUSE, Fritz. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, vol. VI, 1952; **Id. Revista do Museu Paulista**, São Paulo, vol. VI, 1952, respectivamente.

<sup>107</sup> A partir de 1950, deixa a coluna regular de crítica literária no *Diário de Notícias* e assume outra coluna regular nos jornais *Diário Carioca* e *Folha da Manhã* (atual *Folha de São Paulo*). Quanto aos referidos textos, ver: **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 10 out.1947; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26 dez.1948; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 2, 9 e 16 jan.1949, e **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 e 8 fev. e 1, 5, 13 e 27 mar.1949; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 fev.1950; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 set e 7 out.1951, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 26 set. e 12 out.1951; **Folha da Manhã**, São Paulo, 16 dez.1951; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 16 dez.1951; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 e 30 dez.1951, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 1 e 8 jan.1952; **Folha da Manhã**, São Paulo, 15 jan.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 27 jan.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 29 jan.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro 13 abr.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 16 abr.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 22 e 29 jun e 6 jul.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 24 jun. e 1 e 10.jul. 1952; **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Instituto Nacional do Livro, 1952-1953, 2 vols.; **Folha da Manhã**, São Paulo, 5 set.1953, e **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 set.1953; **Folha da Manhã**, São Paulo, 6 set.1953, e **Diário**

Nesse refinado fazer histórico presentista, seja no olhar o material ou o imaterial, Holanda empreende um revolver do passado para dele “se libertar”, procurando entender as tradições segundo suas formulações diferenciadas, com uma constante reflexão sobre o ofício e seus constrangimentos institucionais, conceituais e conceptuais, como exposto em: *Inatualidade de Cairu* (1946), *Tradicionalistas e iconoclastas* (1946), *Revista do Museu Paulista* (1947), *Tradição e transição* (1948), *Tradições populares* (1949), *Tradicionalistas e restauradores* (1950), *Ofício de historiador* (1950), *Apologia da História* (1950), *Erudição e imaginação* (1950), *Para uma nova história* (1950), *Crítica e história* (1950), *Mimesis* (1950), *O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos* (1951), *Tentativa de mitologia* (1952), *A lenda negra* (1952), *O senso do passado* (1952) e *Museu Paulista* (1952)<sup>108</sup>.

Tal engajamento moderno no fazer do historiador se faz acompanhar de um posicionamento que, sem negar as contribuições, se coloca, abertamente, contra as teses autoritárias reatualizadas de Oliveira Viana, como o demonstra em *Cultura e instituições políticas* (1950). Nesse mesmo sentido de reconhecimento das contribuições, posiciona-se criticamente face aos seus contemporâneos do modernismo, *Em torno da ‘Semana’ e Depois da ‘Semana’* (1952); também se posiciona frente aos seus correlatos membros da tríade-mor dos “clássicos modernos brasileiros”: de um lado, critica a moderna nostalgia freyriana em *Sociedade patriarcal* (1951), do outro, se diferencia das formulações marxistas de Caio Prado Jr. em *Verdade e ideologia* (1952)<sup>109</sup>. Nesses posicionamentos reflexivos que, sem dúvida, remetem ao rever as

---

**Carioca**, Rio de Janeiro, 13 set.1953; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11 out.1953, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 11 out.1953; **Folha da Manhã**, São Paulo, 17, 24 e 29 dez.1953, e **Diário Carioca**, 20 e 27 dez.1953 e 3 jan.1954; **O Estado de S. Paulo** – suplemento literário, São Paulo, 20 out.1956; **O Estado de S. Paulo** – suplemento literário, São Paulo, 26 out.1957, respectivamente.

<sup>108</sup> Ver: **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14 mar.1946, e **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 mar.1946; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar.1946 e **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 abr.1946; **Revista do Museu paulista - nova série**, São Paulo, 1947; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10,17 e 24 out.1948 e **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. e 5 e 12 dez.1948; **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 fev.1949; **Folha da Manhã**, São Paulo, 12 dez.1950; **Folha da Manhã**, São Paulo, 18 jul.1950; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 23 jul.1950; **Folha da Manhã**, São Paulo, 26 jul.1950; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 10 dez.1950; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 26 nov.1950, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 28 nov.1950; **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 jul.1951, também com publicação em espanhol: **Ficción**, Buenos Aires, 11, enero-febrero/1958; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 15 jun.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 19 jun.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 6 abr.1952, **Folha da Manhã**, São Paulo, 9 abr.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 jul.1952; **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 217, out-dez.1952, respectivamente.

<sup>109</sup> Ver: **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 8,15, 22 e 29 jan.1950; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 17 fev.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 20 fev.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 24 fev. e 2 e 9 mar.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 26 fev. e 4 e13 mar.1952; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 4,11 e 18 nov.1951, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 10,13 e 23 nov.1951; **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 11,18 e 25 maio.1952, e **Folha da Manhã**, São Paulo, 13, 20 e 29 maio.1952, respectivamente.

tradições ibéricas brasileiras, como já o apontara em *Raízes do Brasil*, sua atitude *progressista* e crítica do “personalismo ibérico”, incluindo suas versões totalitárias contemporâneas, é reafirmada em *Sérgio Buarque de Holanda também protesta* (1952) – artigo contra a missão salazarista em visita ao Brasil<sup>110</sup>.

Esse mergulho no passado colonial luso-brasileiro a partir de São Paulo, que caracteriza a formação do historiador Sérgio Buarque de Holanda, responde à pauta contemporânea da modernização brasileira do acerto de contas com a herança de um passado, visto como “arcaico” ou “tradicional”, e muito identificado como um legado civilizacional da colonização portuguesa. Nesse sentido, no debate intelectual à época, e não só no campo historiográfico, é notória a preocupação com o Período Colonial da História do Brasil, em detrimento dos Períodos Imperial e Republicano. Tratava-se de discutir as origens face aos desafios da modernização que se aprofundava com a hegemonia crescente do desenvolvimentismo. O ideal da sociedade industrial e urbana da produção e consumo de massas e potência técnico-científica, com suas fábricas, chaminés, eletrodomésticos, automóveis, vias expressas, viadutos e arranha-céus. As teorias do desenvolvimento, ou melhor, no caso brasileiro e latino-americano, as teorias do subdesenvolvimento e as propostas do planejamento econômico-social de sua superação. Portanto, tratava-se mais uma vez de refundar a nação pela civilização, agora através de uma avaliação científica de permanências e mudanças, uma disputa política e intelectual que tendia a uma divisão genérica: “progressistas” *versus* “conservadores”.

Em assim sendo, a historiografia de Sérgio Buarque de Holanda, marcada pela atualidade presentista, olha o passado a partir de uma avaliação dos fundamentos da nação pela civilização, procurando identificar os óbices para uma projeção moderna, em chave compreensiva baseada nas novas ciências sociais, como apresentara já em *Raízes do Brasil*. E que o mergulho no ofício do historiador levava a um consistente diálogo com o programa da *nova história* francesa. De qualquer modo, longe de reproduzir fórmulas prontas, como a atenção à singularidade que o historismo alemão o ensinara, a historiografia daí resultante é profundamente original. Essa originalidade se evidencia fundamentalmente na dimensão temporal do seu questionamento presentista das origens, expresso claramente em suas duas obras sínteses que vêm a público nesse final da Década de 1950: *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> Quanto ao texto referido sobre a missão salazarista, ver: **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 13 abr.1952.

<sup>111</sup> O caráter sintético desses trabalhos historiográficos, visível pelos artigos acima referidos, é afirmado pelo próprio autor, tanto em *Caminhos e Fronteiras*, em que inventaria a origem dos textos que o

### 1.3. Legado colonial: regressão originária

O primeiro capítulo do livro *Caminhos e Fronteiras* (1957), “Veredas de pé posto”, se inicia com uma imagem emblemática:

Alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa. Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam [o observador atual; porém,] recordam-nos [...], a singular importância dessas estradas para a região de Piratininga, cujos destinos aparecem assim representados como em um panorama simbólico (HOLANDA, 1995, p. 19).

Assim, deixa logo claro que o livro trata de organizar a re-significação da tradição paulista que, iniciada pelo autor, em 1939, com o artigo homônimo na *Revista do Brasil*, se institucionaliza a partir do impacto de *Monções* (1945). E, de fato, Sérgio Buarque abre o prefácio do primeiro direto com a reprodução dos cinco primeiros parágrafos do último, em que apresenta a “origem paulista” como o outro ramo da colonização portuguesa do Novo Mundo. Ou, como afirma nessa autocitação: “na região de Piratininga, a paisagem colonial já toma colorido diferente”, daquela do latifúndio/ cana-de-açúcar/ escravidão negreira “dos núcleos formados no litoral nordestino, [...] onde a riqueza agrária pode exprimir-se na sólida habitação do senhor de engenho.” (HOLANDA, 1995, p.09).

A preocupação com a singularidade diferenciadora da nucleação civilizacional piratiningana está também bem expressa na própria titulação desse livro de 1957:

Se o aceno ao caminho, “que convida ao movimento”, quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto à marinha –, o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de “fronteira”. [...] entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos

---

compõem na introdução da obra, quanto em *Visão do Paraíso*, em que a exiguidade do tempo para a escrita, três meses, seria impossível sem a longa antecedência da profunda pesquisa em que se pautou, como, também, registra: depoimento de SBH ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2.

enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. (HOLANDA, 1995, p. 12-13)<sup>112</sup>.

Nesse sentido, no planalto da Capitania de São Vicente, as agruras do meio, marcado acentuadamente pelas dificuldades de comunicação com o mar, apresentaram um desafio próprio à aclimatação do colonizador, diferente daquele que permitiu o rápido sedentarismo estabelecido nas “terras da marinha”. A singular “mobilidade dos paulistas”, voltada para os “sertões inóspitos e ignorados”, estaria, assim, condicionada pelo distanciamento do sistema mercantil da colonização portuguesa, como apontara já em *Monções* e que registra na autocitação inicial do prefácio de *Caminhos e Fronteiras*: “distante dos centros de consumo, impossibilitados, por isso, de atrair em grande escala os negros africanos, deverão eles contentar-se com o braço indígena, com os “negros” da terra” (HOLANDA, 1995, p. 10). Mas tal condicionamento econômico e geográfico só se torna significativo quando captado em sua dimensão temporal, ou como afirma: “em toda parte é idêntico o objetivo dos portugueses. **Diverge** unicamente, ditado pelas circunstâncias locais, **o compasso** que, num e noutro caso, regula **a marcha** para esse objetivo” (IDEM. Grifos não originais).

Portanto, a questão decisiva da singularidade da “força expansiva dos paulistas” estaria na “lentidão” com que se deu o processo civilizador no Planalto de Piratininga, o que, inclusive, haveria dado uma “margem maior ao intercuro dos adventícios com a população nativa” (HOLANDA, 1995, p.09). Ou mais precisamente, como conclui sua longa autocitação:

Desenvolvendo-se com mais liberdade e abandono do que em outras capitânicas, **a ação colonizadora** realiza-se, aqui [São Paulo], **por uma contínua adaptação** a condições específicas **do meio americano**. Por isso mesmo não se enrija logo em formas inflexíveis. **Retrocede**, ao contrário, **a padrões primitivos e rudes**: espécie de **tributo** pago **para um melhor conhecimento** e para a **posse final da terra**. **Só aos poucos**, embora **com extraordinária consistência**, **consegue o europeu implantar** num país estranho **algumas formas de vida** que trazia **do Velho Mundo**. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se

---

<sup>112</sup> Na sequência do texto, anota que essa acepção de “fronteira” é a mesma do seu uso no início da colonização portuguesa do Brasil, portanto, ainda que similar, deveria ser compreendida como independente do significado que adquiriu com a historiografia de Jackson Turner. Portanto, assinala uma distinção com leituras memoriais que tendem a submeter à história do Brasil ao modelo estadunidense da “Conquista do Oeste”, como elaborado primeiro pela historiografia de Turner e, depois, consagrado nos usos memoriais, pela força do cinema americano, especialmente, a partir do sucesso de “No Tempo a Diligências” (1939), clássico do *Far-West*, de John Ford.

a todas as asperezas do meio (HOLANDA, 1995, p.10. Grifos não originais).

E completa esse raciocínio, iniciando texto novo em que diz: “as palavras acima, transcritas de outra obra do autor, bem poderiam servir de introdução ao presente estudo” (IDEM).

Portanto, *Caminhos e Fronteiras* trata do encontro com o selvagem, esse outro “bárbaro” que, como “primitivo”, estabelece um “patamar inicial de evolução para o moderno”. Uma regressão do colonizador quase ao “estado de natureza” do selvagem, que permitiu a civilização do Novo Mundo, como um novo ramo de ascensão de estágios sucessivos. Nesse sentido, segundo o próprio autor, o livro foi montado em “uma sequência natural” (HOLANDA, 1995, p.12), referente ao “compasso” evolutivo paulista, dividindo-se em três secções. A primeira, que ocupa metade do livro, “Índios e mamalucos”, trata dos processos originais, a partir das:

[...] situações surgidas do **contato entre uma população adventícia e os antigos naturais da terra com a subseqüente adoção**, por aquela, **de certos padrões de conduta** e, ainda mais, de **utensílios e técnicas próprios dos últimos**. A acentuação maior dos aspectos **da vida material** não se funda, aqui, em preferências particulares do autor por esses aspectos, mas em sua convicção de que **neles o colono e seu descendente imediato se mostraram** muito mais acessíveis a manifestações **divergentes da tradição europeia do que**, por exemplo, **no que se refere às instituições e sobretudo à vida social e familiar em que procuram reter**, tanto quanto possível, **seu legado ancestral**.

**O lento processo de recuperação desse legado, após a sua diluição durante os primeiros tempos** – diluição e recuperação que constituem, em suma, **a matéria deste livro** –, é tratado nas partes subseqüentes. Na **segunda**, dedicada às **técnicas rurais** [título da secção], há naturalmente mais lugar para a herança indígena do que na **última** [secção intitulada: o fio e a teia], onde se abordam atividades que tendem a acomodar-se aos meios urbanos e se tornam, neste caso, cada vez mais dóceis aos influxos externos. (IDEM. Grifos não originais).

Portanto, apresenta-se uma abordagem progressiva que vai do contato com o selvagem à sua incorporação em uma vida rural rústica, e desta à sociedade urbana, da qual se estabelece a modernidade. Linha evolutiva em que se mostraria o ritmo da marcha civilizacional paulista, de exemplar aclimatação, responsável pela conquista da grandeza territorial brasileira. Ou, noutras palavras, do encontro do colonizador com o selvagem, através da miscigenação, emerge uma sociedade rural rústica, que se vai

estabelecendo pelas terras do vasto sertão. Desse novo e próprio patamar de rusticidade rural brasileira, é que se estabeleceriam as bases e os desafios à modernização urbana. Nessa linha progressiva, emerge São Paulo como força exemplar, em contraste com a tradição de opulência aristocrática “decadente” dos outros núcleos fundadores da colônia portuguesa da América, especialmente os litorâneos da agro-exportação, terras de “casa-grande e senzala”.

Por conseguinte, já no tratamento das “situações” do encontro do colono europeu com os índios, na primeira fase desse processo civilizador, o presentismo progressista da nova história, com seu avaliar permanências e mudanças, já se mostra de pronto no ponto fundador dos caminhos paulistas. Dessa maneira, logo no primeiro capítulo, afirma-se: “para o sertanista branco ou mamaluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar prestimoso e necessário quanto fora para o indígena” (HOLANDA, 1995, p.19); para, mais à frente, acrescentar que a “destreza com que sabiam conduzir-se os naturais da terra, mesmo em sítios ínvios, herdaram-na os velhos sertanistas e guardam-na até hoje nossos roceiros” (HOLANDA, 1995, p. 20).

Também apresenta de pronto a crítica às leituras dos determinismos geográfico e raciológico, lembrando o quanto a “influência indígena” do “sistema de viação” das “veredas de pé posto”:

[...] viria animar, senão tornar possíveis, as grandes empresas bandeirantes. [e desdobrando esse raciocínio mais amplamente, afirma:] Sabemos **como era manifesta nesses conquistadores a marca do chamado selvagem**, da raça conquistada. Em seu caso ela **não representa uma herança desprezível e que deva ser dissipada ou oculta, não é um traço negativo e que cumpre superar**; constitui, **ao contrário, elemento fecundo e positivo**, capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra. **O retrocesso a condições mais primitivas, a cada novo contato com a selva e o habitante da selva, é uma etapa necessária nesse feliz processo de aclimação**. Sem ela não poderíamos conceber facilmente muitos daqueles sertanejos audazes, que chegaram a aclamar um rei de sua casta e dos quais dizia certo governador português que formavam uma república de per si, desdenhosos das leis humanas e divinas.

**Deve-se admitir que nessas épocas iniciais** a compreensão justa das realidades, as maiores probabilidades de determinar e criar o futuro, **o verdadeiro manancial de energias ativas**, não estavam nos costumes naturalmente mais policiados e sem dúvida mais suaves, que se iam implantando no litoral, e nem mesmo na indignação piedosa jesuíta contra os escravizadores de índios. **Estaria antes nos instintos obscuros, nas inclinações** muitas vezes **grosseiras, nos interesses** freqüentemente **imorais que animavam o bandeirante devassador dos sertões**. E estavam certamente **nessa incorporação necessária de numerosos traços da vida do gentio, enquanto não fosse possível**

**uma comunidade civil e bem composta, segundo os moldes europeus** (HOLANDA, 1995, p. 21-22. Grifos não originais).

Nesse sentido, a importância fundacional indígena se faz acompanhar de um olhar mais atualizado no debate etnológico, não só no reconhecimento da diversidade étnica (HOLANDA, 1995, *passim*), mas também na preocupação de certo respeito à alteridade. O que deixa marcado, já nesse início do livro, nas suas conclusões sobre a habilidade cartográfica indígena – saber essencial à devassa dos sertões –; por isso, logo após pontuar diversos testemunhos de viajantes e etnógrafos, afirma:

[...] há em alguns desses desenhos indício de um aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquema em que tudo visa o útil. Para tanto é indispensável a existência de uma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda correntes acerca da “mentalidade primitiva”. O desenho chega a libertar-se, muitas vezes, da pura imagem visual (HOLANDA, 1995, p. 24).

E mais adiante completa:

Entre povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação assumem um significado comparável ao dos roteiros e a aranzéis, tão abundantemente empregados durante a colonização pelos brancos. Em lugar de ser simples escravo das suas aptidões naturais, dos cinco sentidos, que tinham excepcionalmente apurados, o índio tornava-se, assim, o senhor de um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais penosas e hostis. Podia disciplinar metodicamente muitas daquelas aptidões; criar e recriar mil e um recursos adequados a cada situação nova, sujeitar-se, onde fosse necessário, a comportamentos que lhe garantissem meios de subsistência. Dentro dos limites que lhe permitiam a técnica, dentro do sistema de avanços e recuos, de liberdades e submissões em que se agitava, também podia desenvolver ao máximo um poder inventivo orientado para o bem do grupo, como se deve esperar de homens para quem o viver era antes e acima de tudo conviver. (HOLANDA, 1995, p. 24-25).

De fato, a preocupação com a cultura material é o eixo compreensivo conceitual/temático em *Caminhos e Fronteiras*. Daí que, nessa primeira secção do livro, dedicada a demonstrar o lugar originário de índios e mamelucos no processo de aclimação da colonização europeia do Novo Mundo, logo que apresentado o sistema viário inicial, segue apontando os fundamentos básicos do *modus vivendi* para a devassa dos sertões. Nesse sentido, mostra, com tratamento erudito exemplar, a identificação dos problemas, conhecimentos e estratégias de sobrevivência nos diversos biomas das

selvas da América portuguesa: os diferentes acessos e os modos de abastecimento d'água; técnicas de extração e “cultivo” de abelhas para os usos da cera e do mel; métodos de caça e pesca; uso de animais e plantas para fins medicinal e de alimentação; métodos de prevenção, tratamento e cura de ferimentos, envenenamentos e doenças; métodos e armas de combate.

Nessa sequência evolutiva, um novo patamar seria estabelecido, como resultado de tal “retrocesso” inicial aclimatador. E disso tratam: “Do peão ao tropeiro” e “Frotas de comércio”, os dois últimos capítulos da primeira secção, apontando para os indicadores principais de estabilização civilizacional, no século XVIII, do núcleo colonizador paulista, como fruto da mobilidade dos caminhos bandeirantes, que garantira a posse das terras de além Tordesilhas. Ou como afirma Sérgio Buarque de Holanda:

[...] a **marcha a pé** foi o modo de **locomção** verdadeiramente característico **da expansão bandeirante**. A própria **navegação fluvial** não figura, nesse movimento, salvo como **exceção à regra**. A **locomção animal**, por outro lado, seria **extremamente difícil e penosa** nas brenhas e lugares acidentados. [...]

**Só pelo século XVIII** é que **as primeiras cavalgadas** começam a **afluir** esporadicamente **para o sertão remoto** e, ainda assim, **onde houvesse terras já desbravadas e povoadas**. Todas as tentativas no sentido de incluir esses animais no aparato regular das expedições de descobrimento viram-se condenadas ao malogro. [...]

**A capacidade e o costume de vencer a pé longas distâncias**, que só se explicam pela afinidade com os indígenas, **puderam assegurar aos paulistas algumas vantagens inestimáveis**. Explicando a pouca eficiência dos castelhanos para se medirem com os *portugueses de San Pablo*, já Montoya dizia, em memorial de 1643, que os primeiros eram “bons atiradores de escopetas, mas nada exercitados em caminhos; porque são bons ginetes e a pé não dão um passo.” (HOLANDA, 1995, p. 125. Grifos não originais).

Desse modo, a criação e o comércio de equinos, que se desenvolve a partir da década de 1730 em São Paulo, indica a sedimentação da sociedade rústica resultante da ocupação bandeirante, fundamentada por dois processos correlatos: de um lado, a “abertura do caminho por terra que de Curitiba ia dar nas campinas do Viamão e à colônia do Sacramento” (HOLANDA, 1995, p. 129), por demanda do abastecimento das Minas Gerais, e que faria a riqueza sorocabana; e, de outro lado, com o fim do apresamento, inicia-se o processo de decréscimo dos índios cargueiros, de emprego generalizado e especialmente importantes ao transporte do “caminho do mar”, que são:

[...] substituídos, cada vez mais, pelos cavaleiros e muars. O que representaria, sem dúvida, progresso notável na rapidez dos negócios, além de poupar trabalhadores, em um momento em que a mão-de-obra indígena era menos abundante, e em que os negros, excessivamente dispendiosos, ficavam geralmente reservados às fainas agrícolas (HOLANDA, 1995, p. 130).

Essa nova etapa do processo civilizador é, então, assim descrita pelo autor:

Com as feiras de animais de Sorocaba, assinala-se, distintamente, uma **significativa evolução** da economia e da sociedade **paulista**. Os grossos cabedais que nelas se apuram, tendem a suscitar uma nova mentalidade da população. **O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro**. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. **Aqui como nas monções do Cuiabá, uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas**. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa **dose de previdência virtude** eminentemente **burguesa e popular**. Tudo isso vai afetar diretamente uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e avessa no íntimo à mercancia, tanto quanto às artes mecânicas. **Não haverá aqui, entre parêntese, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo se ter adaptado, antes de outras regiões brasileiras, a certos padrões do moderno capitalismo?** (HOLANDA, 1995, p. 132-133. Grifos não originais).

Contudo, nesse avaliar permanências e mudanças evolutivas, pondera

Há na **figura do tropeiro** paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do correntino, uma **dignidade sobranceira e senhoril**, aquela mesma dignidade que os antigos costumavam atribuir ao ócio mais do que ao negócio. Muitos dos seus traços revelam nele a **herança, ainda bem viva, de tempos passados, inconciliável com a moral capitalista**. A dispensa muito frequente de outra garantia nas transações, além da **palavra empenhada**, que se atesta no **gesto simbólico** de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se antes com a **noção feudal de lealdade** do que com o conceito moderno de honestidade comercial. Também **falta**, aqui, esse **ascetismo racionalizante**, que parece **inseparável do ideal burguês**, ao menos **em suas origens**. **O amor ao luxo e aos prazeres domina, em pouco tempo, esses indivíduos rústicos**, que ajaezam suas cavalgaduras com ricos arreios de metal precioso ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros. Sorocaba vive mais intensamente nos tempos da feira do que muita capital de província. [...]

Ninguém duvida que a ocupação a que se entregavam tais homens fosse, em todos os sentidos, produtiva e útil à coletividade. Mas o espírito em que a conduziam tendia a mascarar de qualquer forma essa feição utilitária, e em realidade era menos de bufarinheiros do que de **barões**. A ostentação de capacidade financeira vale aqui quase por uma demonstração de força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, **o tropeiro ainda pertence à família bandeirante** (HOLANDA, 1995, p. 133-134. Grifos não originais).

Tal patamar ou estágio evolutivo rústico aristocrático também se expressava no coetâneo desenvolvimento da navegação fluvial que ligava São Paulo às minas de Cuiabá, como já afirmara no livro *Monções* e sintetizara na palestra do Curso de Bandeirologia. Nesse sentido, o capítulo “Frotas de comércio”, de *Caminhos e Fronteiras*, é uma quase reprodução do discurso da palestra, apresentada no Museu Paulista onze anos antes, apenas com alguns ajustes que não alteram seus fundamentos e postulados estabelecidos (HOLANDA, 1995, p. 135-152). Portanto, continuam a representar uma evolução para um novo estágio a partir da expansão bandeirante, no qual a força expansiva dos paulistas substituía, em sua mobilidade, os caminhos de marcha a pé pelos da navegação. O que significava o estabelecimento de um empreendimento regular e mais metódico, resultado da cultura técnica aclimatada da miscigenação mameluca, produzindo o assentamento ao longo do caminho e estabelecendo um núcleo civilizacional permanente no coração do continente. E, assim como na sociedade e economia tropeiras, fora também um empreendimento de homens rústicos, alimentados por um afã extrativista e perdulário, mais condizente com o ideal aristocrático, do que com a racionalidade técnica e o ideal planejador modernos.

Identificado esse novo patamar ou estágio civilizacional, a partir de uma maior estabilização sedentarizadora nos caminhos abertos pela expansão bandeirante, cumpria identificar o lugar dos selvagens e dos civilizados na dinâmica do processo, a partir da centralidade orgânica do núcleo piratininguense. Ou, como afirma logo ao início de “Tradição e transição”, o primeiro capítulo seção “Técnicas rurais”:

**O recurso a numerosas técnicas primitivas, em parte ainda persistentes, de aproveitamento do solo americano, resultou, sem dúvida, dos contatos mais ou menos íntimos que manteve o colonizador europeu com os antigos naturais da terra nos tempos que se seguiram à conquista.** Em todo o continente foram assíduos esses contatos, e não deixaram de exercer sua ação transformadora, mesmo onde o branco se mostrou, aparentemente, mais recalcitrante.

É certo que variaram de intensidade nas diferentes áreas coloniais, e que sua influência há de ter variado em grau correspondente. [...]

Em alguns lugares do mundo americano sabemos, entretanto, que, ao menos em parte, **esses casos puderam ser quase regra**. E que o foram **na América portuguesa, inclusive, onde, e enquanto, o “negro” da terra não cedeu lugar ao negro da África nas fainas agrárias e domésticas**. Em São Paulo, por exemplo, e nas terras descobertas e povoadas por paulistas, que constituem de preferência o objeto do presente estudo, **atestam** numerosos documentos a **permanência geral do bilingüismo tupi-português durante todo o século XVII** (HOLANDA, 1995, p. 155).

Desse índice-mor da lenta e profunda miscigenação aclimatadora paulista, já incluído como anexo na refundadora edição de 1948 de *Raízes do Brasil*, estabelece Holanda a ponte com as técnicas rurais a partir de outro indicador civilizacional, o impacto metalúrgico:

**Da intimidade das relações entre brancos e índios, o vocabulário brasileiro guarda** vestígios ainda hoje. Entre outros, sobressaem, em particular, **os termos técnicos relacionados à vida rural**, e que, só por si, já assinalariam o grau apreciável de contribuição indígena em tal domínio. [...]

[...] **mesmo no vocabulário relativo às artes sedentárias, o idioma dos antigos naturais da terra deixou vinco profundo**. Não há dúvida que **a introdução de ferramentas europeias pôde afetar os primitivos métodos de lavoura**, mas raramente os afetou no sentido de sua radical transformação. **O machado, a foice, a enxada importados ajudaram a fazer mais eficazes, por isso, em geral, mais desastrosos, aqueles métodos, afeiçoando-se a ele e substituindo os antigos instrumentos de pau e pedra**, assim como o anzol de ferro viera substituir, na pescaria, os espinhos tortos a que se referira Gabriel Soares em seu tratado quinhentista (HOLANDA, 1995, p. 156-157).

Nessa dimensão de impacto civilizacional, clássica definidora de fases evolutivas, em que a “idade dos metais” chegara aos índios na América portuguesa, pelo encontro com o colono europeu, o núcleo paulista seria pioneiro e exemplar, devido: de um lado, ao “papel considerável que, no próprio trato com o gentio, em particular nos “resgates”, chegavam a adquirir os instrumentos de ferro”; e, por outro lado, a “necessidade de se abastecerem os brancos e mamalucos de objetos indispensáveis aos misteres agrários, em terras de tão escassa comunicação com a metrópole europeia” (IDEM). Por conseguinte, não seria de se estranhar que “o primeiro engenho de fundir ferro que se erigiu em terras americanas – os de Jamestown, na Virgínia, são posteriores a 1607 – tenha sido o de Araçoiaba, perto da atual Sorocaba, e data de fins do século

XVI” (IDEM). E, logo depois, também “o segundo engenho principiou a funcionar [...] no ano de 1607 [...] a apenas duas ou três léguas de São Paulo, no sítio de Ibirapuera, do lado esquerdo do rio Pinheiros” (IDEM). O que “explicaria o desenvolvimento considerável que, na vila de São Paulo, desde seus inícios, pudera alcançar o ofício de ferreiro” (IDEM), que, assim, fora alimentado em seu nascimento tanto pelo “ferro do reino” como pela incipiente siderurgia local<sup>113</sup>.

Entretanto, reafirma o autor que esse aporte tecnológico europeu não se desdobraria em prevalência de suas técnicas rurais:

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas [de ferro] chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade **o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre singular perseverança, assegurando-se vitória plena**, a ponto de ser **adotado pelos adventícios**. Os quais após a primeira geração na colônia, pareciam não raro, ignorantes dos hábitos de seus ancestrais, **ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo e misoneísmo a toda prova**. Isso foi especialmente verdadeiro com relação aos produtos vegetais importados, que não trocava pelos nativos, mesmo onde tudo parecia favorecer uma receptividade maior. [Embora] com relação aos animais domésticos trazidos pelo europeu, [os indígenas] mostram-se [...] mais transigentes, sempre que encontraram facilidades e vantagem em criá-los e servirem-se deles (HOLANDA, 1995, p.168. Grifos não originais).

No caso da criação de animais, em que os índios haveriam sido mais receptivos, exemplifica: a bem sucedida assimilação dos cavalos pelas tribos Guaicurus e a rápida disseminação da criação de porcos e aves domésticas entre os vários grupos – que, muitas vezes, por trocas intertribais, antecederiam ao contato direto com os europeus. Mas, nesses exemplos, salientam-se os usos e valores diversos do europeu que os indígenas davam ao aproveitamento desses animais. E aqui aparece clara a tese fundamental ordenadora das segunda e terceira secções do livro:

À aceitação de um elemento importado não correspondeu, [entre os indígenas], uma indiscriminada aceitação das formas adventícias tradicionais de aproveitamento desse elemento. Ao passo que **o europeu, transigiu, em tudo, com os processos indígenas, sem se dar sequer o cuidado de aperfeiçoá-los**.

---

<sup>113</sup> O engenho de ferro de Sato Amaro ficou ativo pouco tempo, devido à baixa qualidade do ferro existente, em 1629 estava parado.

**Dois exemplos** são, a esse respeito, bastante significativos [...]. O **primeiro** refere-se à **viação fluvial**, onde, mesmo ao tempo do comércio regular e intenso despertado pelos descobrimentos das minas de Cuiabá e em Mato Grosso, que durante o século XVIII prolongou e, por assim dizer, rematou a obra dos bandeirantes na formação da atual silhueta geográfica do Brasil, dependeu de uma estrita fidelidade a práticas dos antigos naturais da terra. Tão característica foi a dependência que o declínio daquele comércio – e isso já nos primeiros decênios do século passado – se relaciona em grande parte com a diminuição, nas beiradas do Tietê e seus tributários, das perobas e ximbaúvas apropriadas ao fabrico das canoas de madeira inteiriça. [...]

O **outro exemplo** [...] encontra-se nos **métodos de tecelagem de redes** [...]. O europeu recém-chegado adotou imediatamente o costume de dormir e descansar em redes, e em toda a capitania de São Paulo representaram elas, por longo tempo, as verdadeiras camas da terra. Ainda em princípio do século passado, pareceu esse uso, ao naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, um traço distintivo dos paulistas, em confronto com os mineiros, que tinham sido atingidos mais em cheio pelas influências ultramarinas.

Os métodos de tecelagem de tais redes são os mesmos de que ainda se servem hoje as tecedeiras de Sorocaba e de Mato Grosso. Utilizam teares verticais – e não horizontais como os de fazer pano e tecem de baixo pra cima. **O mesmo sistema, com poucas variantes, é praticado até nossos dias entre numerosas tribos do continente americano.** (HOLANDA, 1995, 170-171. Grifos não originais).

Daf conclui:

Pode-se dizer que, com poucas exceções, **onde o europeu adotou entre nós algum produto indígena associado a métodos plenamente desenvolvidos, adotou também esses métodos**, abstendo-se de modificá-los. Quando se tratasse de **artigos já conhecidos no velho mundo**, como era o **caso do algodão**, **limitava-se em geral a aperfeiçoá-los em alguns pontos, sem contudo alterá-los substancialmente** (HOLANDA, 1995, 171-172. Grifos não originais).

Portanto, a segunda secção segue, sempre com a exemplar erudição do autor, apurando os casos mais emblemáticos da preponderância indígena: 1) a incipiente produção do europeu trigo devida à predileção de tradição indígena pela farinha de mandioca, farinha de milho e, sobretudo, milho moído; 2) a pequena difusão dos mais complexos moinho e azenha, em contraste com a difusão do rústico monjolo, típica das áreas da expansão paulista – “uma civilização do milho”. Esses exemplos procuram identificar os produtos e métodos que foram mais adequados às necessidades de abastecimento da mobilidade paulista nessa longa fase de aclimação civilizacional e que marcam o território da expansão colonizadora paulista.

No último capítulo dessa secção, redireciona-se o foco de sua atenção do ‘conservantismo’ indígena para uma “acomodação” própria dos portugueses, ao tratar do caso do emprego do arado, que se apresentaria como emblemático da dificuldade de aperfeiçoamento metódico dos colonizadores lusitanos. As tentativas iniciais do emprego desse instrumento agrícola, em várias partes da Colônia, produziram resultados contraproducentes, porque usaram um tipo de arado grande e pesado, inadequado aos solos tropicais<sup>114</sup>. Por isso, seu uso foi simplesmente abandonado pelos colonizadores e mesmo condenado pelo senso comum. Tal incúria, inclusive, fizera com que fosse desconsiderada a sugestão do Morgado de Mateus, em 1766, para que se testasse um arado leve, similar ao que depois seria difundido pelos imigrantes do sul dos Estados Unidos, que chegaram a São Paulo devido à Guerra da Secessão. Daí conclui Sérgio Buarque:

Aproveitada, [a sugestão do Morgado de Mateus] poderia ter sido como consequência, uma radical transformação de nossa paisagem rural, criando uma raça de verdadeiros lavradores, apegados ao solo e não de simples *mineradores*, só ocupados em beneficiar-se dele, enquanto prestativo. Mas as idéias de d. Luís Antônio não encontram adeptos solícitos [...]. Exatamente um século mais tarde, quando se estabeleceram aqui algumas famílias de lavradores norte-americanos, [...] passariam por introdutores de uma inovação que, segundo as notícias da época, eram de molde a revolucionar profundamente nossos métodos de lavoura (HOLANDA, 1995, p. 208-209. Grifo original).

A última secção de *Caminhos e Fronteiras*, intitulada muito apropriadamente de “o fio e a teia”, apresenta mais um indicador tecnológico de estágios civilizacionais: a tecelagem. Nesse sentido, trata-se de como essa atividade – símbolo da revolução industrial moderna – passou, em São Paulo, da produção artesanal da indústria caseira para a fabril manufatureira e, depois, mecanizada. Para apresentar essa linha evolutiva, Sérgio Buarque começa pela base da cadeia produtiva: as duas matérias-primas necessárias, o algodão, de largo uso – com o qual, inclusive, se enchiam os famosos gibões estofados dos sertanistas – e a lã, necessária aos rigores inverniais e friagens típicas do planalto piratiningano.

No caso da lavoura de algodão, inicialmente muito modesta, “segue a expansão do povoamento no planalto e cresce com ela. Quase todos os sítios de roça têm seu

---

<sup>114</sup> Faz eco com Pierre Gourou no artigo “Qu’est-ce que le monde tropical?” publicado nos *Annales: Economie, Sociétés, Civilisations* (Paris: avril-juin., 1949).

pequeno algodão, tão pequeno, em certos casos, que um deles [...] não conta mais de quatro árvores e vem citado no inventário.” (HOLANDA, 1995, p. 214). Entretanto, a partir da segunda metade do século XVII, a cultura algodoeira começa a crescer, embora nunca chegue ao volume das capitanias grandes produtoras. Essa produção, de qualquer modo, alimentara uma indústria caseira de tecelagem de panos e que viera com os colonos europeus e na qual prevalecem suas técnicas. Contudo, como o ofício de tecelão figurava entre os mais humildes dentro da tradição de travo medieval dos portugueses, também aqui há miscigenação, especialmente nas suas relações de produção:

É que, destinando-se os panos de algodão a vestir escravos e índios administrados, a eles, não aos brancos, devia caber normalmente a manufatura. Em muitos casos, sobretudo nos distritos rurais, trabalhavam em proveito de terceiros, dos seus senhores, e assim se explica como, entre donos de teares numerosos, figurassem em São Paulo, alguns homens abastados da capitania (HOLANDA, 1995, p. 217).

De qualquer modo, a acomodação dos colonos europeus e o ‘convivantismo’ indígena, em uma sociedade rústica, como a de São Paulo no período colonial, fizeram com que no desenvolvimento técnico dessa tecelagem, os aperfeiçoamentos, além de poucos, se dessem muito lentamente, pois “faltando aqui recursos e estímulos para uma produção em maior escala, os métodos primitivos podiam sustentar-se mais obstinadamente contra quaisquer inovações” (HOLANDA, 1995, p. 238). Somente no século XIX é que:

**O progresso desterrou de São Paulo essa velha indústria, companheira dos primeiros colonizadores portugueses.** [...] as tentativas realizadas, já no segundo decênio do século passado, para a **modernização dos métodos** de produção, se deveram principalmente ao **bafejo oficial – em São Paulo, a primeira “fábrica” de tecidos** instala-se no próprio palácio do governo – e, talvez por muito dispendiosas ou complexas, não chegaram a repercutir sobre a manufatura privada. [...] que ainda por algum tempo, e sobretudo na roça, se conservou relativamente próspera (HOLANDA, 1995, p. 221-222. Grifos não originais).

E, mais à frente, complementa:

Não obstante os sucessivos malogros de empreendimentos dessa natureza, não há dúvida que **marcaram**, ao menos **nos meios**

**urbanos, o primeiro golpe decisivo contra a tradição dos teares caseiros**, que ainda por volta do ano de 1800, trabalhando com o algodão da terra, davam tecido suficiente para vestir todos os escravos entre pretos e pardos da capitania, além de dois terços dos mais habitantes, e nos decênios imediatos continuaria a ocupar numerosos moradores da cidade de São Paulo. **A concorrência dos tecidos importados, a instalação, bem mais tarde, das primeiras fábricas com máquinas movidas a vapor** – com a de Manuel Lopes de Oliveira fundada em 1851 em Sorocaba e a de São Luís de Itu –, **por fim o próprio desaparecimento do braço escravo, iriam completar essa obra antitradicionalista no interior da província** (HOLANDA, 1995, p. 243-244. Grifos não originais).

No último capítulo do livro, Sérgio Buarque fará o arremate temporal da trama de *Caminhos e Fronteiras*. De fato, as linhas temporais de “Redes e redeiras” são entrecruzadas num ir e vir do passado colonial – a importância da rede na sociedade paulista até o século XIX – ao presente do autor – o testemunho das artesãs sorocabanas e cuiabanas. Nessa trama, as redes e redeiras são mostradas com emblemas materiais da tradição da sociedade rústica mameluca, no que de mais indígena teve, sofrendo apenas leves ajustes dos adventícios, basicamente, nas apropriações do uso generalizado no período colonial (cama, assento, transporte, veículo de *status*). Nesse sentido, baseado em descrições acerca dos **teares verticais** indígenas e de sua técnica de tecelagem de redes, feitas por Gândavo e por Jean de Léry, à época dos primeiros contatos, afirma:

[...] como parece certo, a técnica difundida [...] entre os colonos, e que em São Paulo gerou uma indústria bastante próspera até princípio do século passado, procede em última análise, das antigas tecedeiras tamoias e tupiniquins. E [...] também pertence, muito provavelmente, a atual indústria caseira de redes do Nordeste – especialmente do Ceará – e também a da Amazônia, cujos produtos, ao tempo da expedição de Spix e Martius, chegavam a constituir importante ramo de comércio com as Antilhas (HOLANDA, 1995, p. 251-252).

Quanto às observações probatórias contemporâneas, que realizou para esse estudo, indica precisamente que:

[...] limitaram-se [...] à antiga **área da expansão paulista**, ou melhor, a dois centros, dentro dessa área, **onde se conservam, até os dias de hoje, sobrevivências** dessa indústria. Em um desses centros – Sorocaba – as sobrevivências resumem-se atualmente em escasso vestígio, que a invasão das máquinas ainda não pode apagar de todo. As velhas e raras tecedeiras que até hoje preservam a tradição das célebres redes sorocabanas, tão cultivada no século passado, encontram-se, na sua quase absoluta totalidade, além das fronteiras da agitação cosmopolita e industrial. [Apenas uma tecedeira fazia seu

trabalho na cidade, o que representava] sem dúvida uma espécie de pitoresco anacronismo.

Em Cuiabá, a tecelagem de redes não é hoje, mais do que em Sorocaba, mister citadino. Para encontrá-la em pleno florescimento, precisei ir, em 1946, ao Coxipó-Mirim e também à Várzea Grande, [...]

Em compensação a rede de algodão não representa em Cuiabá simples divertimento. Seu uso, na cidade como na roça, estende-se às mais diversas camadas da população, porque, como antigamente em São Paulo, é, ali, a verdadeira cama da terra. A atividade das redeiras alimenta-se assim constantemente da procura obrigatória do produto. E nada, por enquanto, parece tender a modificar essa situação, em terra onde a sesta é habitual e as noites são continuamente quentes (HOLANDA, 1995, p. 252-253).

Nesse contraste entre Sorocaba e Cuiabá, além das demandas diversas, percebe uma diferença entre os teares, mais rústico na primeira e mais trabalhado na segunda, muito embora isso não altere no fundamental o pertencimento de ambos à mesma linhagem técnica indígena, que, como tradição cultural do passado, defendera, no início do livro, ‘não se deveria menosprezar nem se envergonhar’; mas, quando elementos dessa mesma tradição cultural indígena, como as referidas redes e redeiras, são identificados no presente, chama de “uma espécie de sobrevivência atrofica” (HOLANDA, 1995, p. 244).

Ao fim e ao cabo, o progressismo moderno do presentismo futurista continuava, como nos debates europeus do período da colonização, a elaborar o selvagem como primitivo – em “estado de natureza” –, mas, aqui incorporado e, agora, como retrocesso inicial aclimatador da civilização. Portanto, reafirma que o primitivo, mesmo que fundador original da civilização do Novo Mundo, deveria ficar no seu lugar: o começo – a seminal miscigenação mameluca aclimatadora<sup>115</sup>. A sua permanência contemporânea colocava o incômodo problema do índio – que está ao mesmo tempo dentro e fora da sociedade e da história brasileiras – como um passado presente, obstante do progresso.

Na década de 1950, as concepções atualizadas de civilização não quebraram com a ideia valorativa progressiva do tempo social histórico, mas procuram, no caso brasileiro, tratar com positividade a miscigenação. Daí emerge o tratamento da cultura

---

<sup>115</sup> A ausência de tratamento dos africanos nessa elaboração – são raras e de pequena importância as referências a eles em *Caminhos e Fronteiras* –, será mais tarde, admitida como uma falha de abordagem. Afinal, a presença do escravo africano nas terras vicentinas e paulistas, embora só se torne fortemente massiva no século XIX com a cafeicultura, já ocorria desde os primeiros tempos do tráfico negreiro, ainda que inicialmente, e durante bom tempo, seu emprego fosse preterido em favor dos “negros da terra” fornecidos pelo apresamento. Ver: Sérgio Buarque de Holanda, depoimento ao Museu da Imagem e do Som de São Paulo, em 02/06/1981: MIS-SP, Setor Audiovisual, Arquivo de Áudio, série *Estudos Brasileiros*, fitas 116.1-2.

indígena como fundamental na origem, mas uma sobrevivência pitoresca na atualidade – a exemplo dessa historiografia de Sérgio Buarque –; ou, também, como reserva étnica aborígene a ser tutelada para uma inexorável integração – a exemplo da coetânea política indigenista que vai emergindo com o sertanismo pacifista dos paulistas irmãos Vilas-Boas. Mas, para Sérgio Buarque de Holanda, faltava ainda completar o diagnóstico da herança colonial, mostrando em que estágio civilizacional – do qual irá inicialmente retroceder quase ao “estado de natureza” – chegara o europeu ao encontro com o selvagem, nessas terras do Novo Mundo.

#### 1.4. Legado colonial: limitação projetiva

A tese de Sérgio Buarque de Holanda à cátedra de Civilização Brasileira, intitulada de *Visão do Paraíso*, os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil, possui duas versões da primeira edição, uma apresentada para a defesa e outra, logo em seguida, com algumas correções pontuais, publicada para a venda. A primeira é de 1958 e a segunda, de 1959. A diferença entre elas, no entanto, não caracterizou sequer uma nova edição. Uma modificação maior seria feita em 1968, na segunda edição, que foi aumentada, embora sem alterações substanciais quanto à tese defendida. Nesse sentido, justificando o prefácio dessa última edição, o próprio autor esclarece: “julguei que uma explicação preliminar ajudaria a desfazer enganos de interpretação surgidos desde que foi publicado pela primeira vez” (HOLANDA, 1994, p. IX). E, logo abaixo, completa, apontando sua diferença da filosófica e idealista ‘história das ideias’:

Não se quis, com efeito, mostrar o processo de elaboração, ao longo dos séculos, de um mito venerando, senão na medida em que, o descobrimento da América, pareceu ele ganhar mais corpo até ir projetar-se no ritmo da história. Nem se teve em mira explorar todas as virtualidades dessa espécie de secularização de um tema sobrenatural, e que levaram certo autor a perguntar ultimamente se os motivos edênicos não poderiam dar margem a uma ampla teoria, onde toda a história encontraria sua explicação [...]<sup>116</sup>

Sem querer pôr em tela de juízo os argumentos em que se funda a hipótese, devo salientar que este livro tem ambições menos especulativas e pretensões mais comedidas. O que nele se tencionou mostrar é até onde, em torno da imagem do Éden, tal como se achou difundida na era dos descobrimentos marítimos, se podem organizar

<sup>116</sup> Ao final desse parágrafo, dá a referência do autor aludido: “Charles L. SANFORD, *The Quest for Paradise. Europe and American Moral Imagination*, III, 1961, p. 34, 56 e *passim*.”

num esquema altamente fecundo muitos dos fatores que presidiram a ocupação pelo europeu do Novo Mundo, mas em particular da América hispânica, e ainda assim enquanto abrangessem e de certa forma explicassem o nosso passado brasileiro. Em tais condições bem poderia servir estudo semelhante com [sic] introdução à abordagem de alguns fundamentos da própria história do Brasil, e de outro – em que não se tocou nestas páginas –, como contribuição para a boa inteligência de aspectos de nossa formação nacional ainda atuantes nos dias de hoje (IDEM).

De qualquer modo, os aumentos dessa segunda edição foram todos no sentido de esclarecer e reforçar os argumentos da tese original. Nem as articulações com as pesquisas que, então, já encaminhava sobre o Estado Nacional, para a coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, entraram nesse aumento de texto da edição de 1968. Os esclarecimentos ficaram no prefácio e o texto da tese, propriamente, recebeu reforços de argumentos e de referências comprobatórias. Em verdade, esse prefácio cumpre muito o papel de incluir, o que não constava na primeira edição, uma apresentação das concepções teórico-metodológicas do trabalho:

Não pretende esta ser uma história “total”: ainda que fazendo cair o acento sobre as idéias ou mitos, não fica excluída, entretanto uma consideração, ao menos implícita, de seu complemento ou suporte “material”, daquilo em suma que, na linguagem marxista, se poderia chamar de infra-estrutura. Mas até mesmo entre os teóricos marxistas vem sendo de há muito tempo denunciado o tratamento primário e simplificador das relações entre base e superestrutura, que consiste em apresentá-las sob a forma de uma influência unilateral, eliminadas, assim, quaisquer possibilidades de ação recíproca [...]. Ao lado da interação da base material e da estrutura ideológica, e como decorrência dela, não [sic] falta quem aponte para a circunstância de que, sendo as idéias fruto de modos de produção ocorridos em determinada sociedade, bem podem deslocar-se para outras áreas onde não preexistiam condições perfeitamente idênticas, e não lhe sucederá anteciparem nelas, e estimularem, os processos materiais de mudança social.<sup>117</sup> Ora, assim como essas ideias se movem no espaço, há de acontecer que também se movam no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho.

O tema deste livro é a biografia de uma dessas ideias migratórias tal como se desenvolveu a partir das origens religiosas ou míticas [...], até vir implantar-se no espaço latino-americano, mormente no Brasil (IDEM, p. XVIII).

---

<sup>117</sup> No original: nota “14. Adam SCHAFF, “*The Marxist Theory of Social Development*”, *Le Développement Social*, Paris-Haia, 1965, pág 78.”

Marcada a posição teórica face ao primado estrutural econômico e chamando a atenção à sensibilidade temporal da experiência histórica, Holanda aponta a perspectiva metodológica de:

[...] recurso à Tópica, no sentido que adquiriu esse conceito, tomado à velha retórica, desde as modernas e fecundas pesquisas filológicas de E. R. Curtius,<sup>118</sup> onde, conservando-se como princípio heurístico, pôde transcender aos poucos o cunho sistemático e puramente normativo que outrora a distinguia, para fertilizar [sic], por sua vez, os estudos propriamente históricos.

Entre os *topoi* inseparáveis das descrições medievais do Éden, oriundos em geral da elaboração que receberam de Lactâncio ou de quem fosse o autor do poema latino *Phoenix*, redigido em fins do III ou começos do IV século de nossa era, destaque-se, para citar um exemplo, o da perene primavera e invariável temperança do ar, que prevaleceria naquele horto sagrado. Sob a forma que duzentos anos depois de Lactâncio lhe dará Santo Isidoro de Sevilha – a do *non ibi frigus non aestus* – atravessa a imagem toda Idade Média e chega a alcançar os tempos modernos. É de notar como, até mesmo a ordem [...] o *non frigus* primeiro, depois o *non aestus*, mantém-se durante todo esse tempo com poucas exceções [...]. Entre os textos de navegantes e cronistas [...] o mais antigo é a relação que deu Cristóvão Colombo de sua primeira viagem [...] falando do clima ameno de Cuba, “ni frio ni caliente”, segue à risca o padrão canônico. [...] na *História de las Indias*, que principiou a escrever em 1527, [...] frei Bartolomeu de Las Casas fala textualmente na boa e salubre vivenda dos homens naquele sítio sagrado, onde não deveria haver calor, nem os afligia o frio. (IDEM, p. XVIII-XIX. Grifos originais).

E desdobra as apropriações, no caso brasileiro, desse “*clichê*” em Gândavo, Cardim, Anchieta e Nóbrega, exemplificando, através desse *topos*, os usos situados dos *topoi*, que assim adquiriam sua função heurística histórica.

Por fim, nesse longo prefácio-introdução, completa a delimitação temporal e temática de seu enfoque, afirmando:

Não só a supremacia crescente do saber racional ou empírico, mas também um maior caudal de conhecimentos acerca das antigas *terrae incognitae* [no séc. XVIII], fazem desbotar-se ou alterar uma fantasia, herdeira das tradições milenares, que se infundiu nas almas dos navegantes e de quantos homens largaram a Europa na demanda de um mundo melhor, ao contato com os bons ares e boas terras do novo continente. E que mesmo passado o deslumbramento inicial, ainda se mantém longamente por força dos costumes e da inércia, conseguindo sobrepor-se tranquilamente aos primeiros desenganos.

<sup>118</sup> No original: nota “15. Ernest Robert CURTIUS, *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter*, Berna, 1948.”

Dedicou-se esse livro à tentativa de estudar essa espécie de fantasia e sua influência imediata sobre o esforço colonizador. Não se exclui, com isso, que através de possíveis avatares, continuasse ela a atuar sobre os destinos dos povos americanos, brasileiro inclusive, e nem que deixasse de haver ao seu lado, e desde o começo, ou quase, uma imagem negadora dessa mesma fantasia. [...] nada mostra [no entanto] que fossem aos mesmos extremos a que chegou a sua idealização. Ou melhor, não conseguiram cristalizar-se, salvo como opiniões individuais e sem muita força de contágio, em qualquer coisa que merecesse chamar-se um antiparaíso ou, se quiserem, uma visão do inferno, capaz de contrapor-se às inumeráveis visões edênicas que inspiraram as novas terras (IDEM, p. XXIII).

Nessa refinada obra, em que o saber filológico e o conhecimento da literatura são fundamentais a uma história cultural, o problema temporal dos estágios – ou estados civilizacionais – se coloca de pronto, como chave compreensiva básica, da qual todo tratamento do tema se desdobra, e assim afirma em suas palavras iniciais da tese:

O GOSTO DA MARAVILHA E DO MISTÉRIO, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a longa prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato das terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico, ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em demasia os seus cuidados, sem deixar margem a maiores surpresas, a verdade é que não os inquietam [sic], aqui, os extraordinários portentos, nem a esperança deles. E o próprio sonho de riquezas fabulosas, que no resto do hemisfério há de guiar tantas vezes os passos do conquistador europeu, é em seu caso constantemente cerceado por uma noção mais nítida, porventura, das limitações humanas e terrenas.

[...]

O que, ao primeiro relance, pode passar por uma característica “moderna” daqueles escritores e viajantes lusitanos – sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, animada quando muito, de algum interesse pragmático – não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante na sua época, ainda submisso a padrões longamente ultrapassados pelas tendências que governam o pensamento dos humanistas e, em verdade, de todo o Renascimento?

Nada fará melhor compreender tais homens, atentos, em regra geral, ao pormenor e ao episódico, avessos, quase sempre, a induções audaciosas e delirantes imaginações, do que lembrar, em contraste com o idealismo, com a fantasia e ainda com o senso de unidade dos renascentistas, o pedestre “realismo” e o particularismo próprios da arte medieval, principalmente de fins da Idade Média (IDEM, p. 01. Grifos originais).

Esse progressismo, de temporalidade não linear de Sérgio Buarque de Holanda, identifica centralmente, para o enquadramento geral da tese, o tal realismo “pedestre” decorrente da medievalidade portuguesa e alimentado pelo tradicionalismo marcante da cultura lusitana. Desse modo, a primazia da unificação do Reino e das descobertas nas navegações oceânicas, assim como também a famosa precisão do saber cartográfico, seriam marcas, não de uma propalada precocidade moderna dos portugueses, mas, antes sim, de uma limitação arcaizante, ainda que eficiente, à sua expansão. Em verdade, não só Portugal, mas os países ibéricos constituiriam a mais poderosa resistência ao humanismo renascentista na Europa do início dos tempos modernos. Sua expansão se dera por uma extensão da Reconquista animada pela reação católica, e não por um empreendimento moderno, como procura mostrar detalhadamente na visão do grande descobridor, Colombo. Mas, enquanto a Espanha, sobretudo Castela, face à colonização do Novo Mundo, prima por uma ação grandiosa e valente de pretensões imperiais, embora arcaicas, Portugal se notabiliza pela extensão pragmática mercantil ao modo do modelo mediterrânico medieval de feitorização.

Desse modo, o lugar das fantasias edênicas indicaria o arcaísmo de ambos e, ao mesmo tempo, suas diferenças. Entre os castelhanos, da Era das Descobertas e da Colonização, esses mitos são cintilantes e diretivos, a busca do *Eldorado*, por exemplo. Já entre os portugueses, mesmo que desde o início procurem por indícios de riquezas minerais, essas são tentativas tímidas que só tomam vulto a partir dos portentos dos achados de Castela, que coincidem com as dificuldades financeiras da Coroa lusitana em virtude da crise do comércio do Oriente<sup>119</sup>. Mesmo o milenarismo barroco das pregações do Quinto Império tem um sentido pragmático de reerguimento após o impacto da União Ibérica com Espanha, mas, logo que cumprido seu papel, será condenado e perseguido. Também, segundo Sérgio Buarque, a experiência dos portugueses no Brasil não dera qualquer contribuição para a elaboração apologética do “bom selvagem”, pois mesmo a defesa das reduções contra o extermínio e apresamento foi tímida, evoluindo de uma visão inicial do indígena como “papel em branco”, apto a receber a evangelização, para uma de “ferro a ser gravado”, através da disciplina dos ensinamentos e do trabalho, em cumplicidade com sua escravização.

---

<sup>119</sup> Também o muito difundido *topos* da temperança climática, “non frigus non eastus”, mantém nos escritos dos castelhanos, senão muito, como nas descrições de Colombo, certa aura do maravilhoso. Entretanto, em contraste, esmaeceria nos escritos dos portugueses, que o usam, em geral, como propaganda ligada a algum uso mais pragmático da terra.

Dessa maneira, identificados os portugueses em sua peculiar medievalidade realista, mercantil e centralizadora do poder da Coroa, o presentismo de Sérgio Buarque tira uma conclusão sintomática, que reafirma postulados centrais de *Raízes do Brasil* e articula o lugar originário apresentado em *Caminhos e Fronteiras*:

“Se vamos à essência de nossa formação”, diz um historiador brasileiro, “veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem aquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.”<sup>120</sup>

E esse mesmo objetivo pareceria apto a preservar indefinidamente a tendência para o povoamento sobretudo da faixa litorânea. Tendência que, além de Frei Vicente, frisaria o Alviano dos *Diálogos das Grandezas*, ao lamentar que a gente portuguesa fizesse tão curta a conquista, podendo-a fazer larga à maneira do castelhano, e chegava a admitir que merecessem seus compatriotas a fama de ruins colonizadores, pois, “em tanto tempo que habitam neste Brasil”, diz, “não se alargaram para o sertão para haverem de povoar nele dez léguas contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem de fazer açúcares”<sup>121</sup>. Ou ainda o autor do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, onde escreve, por volta de 1612, que “os brancos, nestas partes, vivem ao longo da costa, mais hospedes que povoadores”<sup>122</sup>. [...]

O tempo mudará tal situação, e no século XVII é um pouco a imagem do império espanhol, das Índias de Castela, que irá empolgar os portugueses. Se o alargamento da silhueta geográfica do Brasil se faz muitas vezes em contraste com a direção inicialmente impressa à atividade colonial lusitana, e sobretudo por obra de mamelucos e mazombos, não é menos certo que irá perder terreno paulatinamente entre reinóis, no próprio Reino, aquela visão singela e tranqüila da América Portuguesa que se espelhava nos escritos de seus primeiros cronistas. [...]

Teremos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo período colonial, e não a interromperá a Independência, sequer, ou a República (IDEM, p. 333-334).

De fato, *Visão do Paraíso* é um complemento de *Caminhos e Fronteiras* no debate das origens: outra face do encontro. Desse modo se complementa a visão que dá sentido à regressão fundadora, mais profunda entre os paulistas, porventura mais

<sup>120</sup> No original, nota: “44. Caio PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*, pág. 26.”

<sup>121</sup> No original, nota: “45. *Diálogos da Grandeza do Brasil*, pág. 28.”

<sup>122</sup> No original, nota: “46. Diogo de CAMPOS MORENO, *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, 1612, Recife, 1955, pág. 114.”

autenticamente brasileira, e, com certeza, mais distante do arcaísmo de travo medieval lusitano, limitador da capacidade imaginativa projetiva da modernidade.

### 1.5. Da Cátedra à aposentadoria

A cátedra de Civilização Brasileira da USP (1958-1969) será o novo lugar para o, agora incontestável, historiador Sérgio Buarque de Holanda recontar os caminhos das tradições paulistas e delimitar as fronteiras da modernidade brasileira. E, já como tal, em 1959, participa do 2º Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Salvador e, no ano seguinte, assume a importante direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (1960-1972). Em 1961, participa do I Simpósio de História, o da criação, da ANPUH, realizado na cidade paulista de Marília. Essa consagração acadêmica logo se desdobra, nesse mesmo ano de 1961: ingressa na Academia Paulista de Letras<sup>123</sup> e, também, recebe condecoração do governo francês, como *Officier de l'Ordre des Arts et des Lettres*.

Na cátedra uspiana, as relações interinstitucionais do intelectual Sérgio Buarque continuam e se aprofundam: em 1963, realiza curso e organização de seminário na Universidade do Chile<sup>124</sup>; em 1965, realiza conferências e seminários nas universidades de Columbia, Harvard e Los Angeles; entre 1966 e 1967, é professor-visitante nas universidades de Indiana (Bloomington) e de Stony Brook (New York State), é orientador de seminários em Yale, conferencista em Princeton, e do 6º Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, em Harvard e Columbia; também, participa, a convite da UNESCO, do Comitê de Estudos das Culturas Latino-Americanas, em 1967, em Lima, no Peru e, em 1968, em San José na Costa Rica. No país, em 1964, realiza curso na Universidade de Brasília; em 1967, profere conferência na Escola Superior de Guerra; e, em 1968, participa do Congresso Teuto-Brasileiro, no Recife.

A importância dessa experiência na cátedra foi imensa para ele. De um lado, significou o posto mais importante a que ambicionou, por se tratar do reconhecimento pleno de seu lugar no ofício do historiador em sua terra e com poder de formar alunos

---

<sup>123</sup> Embora refratário a esse tipo de institucionalização – nunca admitiu candidatura à Academia Brasileira – Sérgio Buarque parece haver aquiescido, nesse caso, por razões de amizade e proximidade com alguns dos mais ativos membros da Casa paulista.

<sup>124</sup> Dessa estada, resulta a publicação: **Tres lecciones inaugurales**. Buarque, Romano e Savelle. Santiago: Universidade do Chile, 1963.

no magistério e na pesquisa da história – para ele, seu mais importante legado<sup>125</sup>. Sua chegada à cátedra representou uma renovação e uma “terceira via” para a produção historiográfica uspiana, até então, marcada por duas vertentes: de um lado, os tradicionalistas paulistas, herdeiros da historiografia do Instituto Histórico; do outro, os “novos historiadores”, próximos aos postulados dos *Annales*, marcados pela presença dos professores franceses na USP, especialmente Braudel. A abertura de Sérgio Buarque de Holanda ao diálogo teórico-metodológico, que tanto o marcou, permitiu que mantivesse o respeito e influxo para além das correntes, inclusive as marxistas, que muito cresceram nos quadros intelectuais uspianos nas décadas de 1950 e, sobretudo, de 1960. Essa originalidade e autonomia de pensamento, lições de livre-pensar traduzidas em prática historiográfica por ele, bem se traduzem na criação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em 1962, lugar institucional cujo objetivo era fugir à prisão das cátedras, através da perspectiva interdisciplinar de produzir saber sobre o Brasil. Portanto, como um livre pensador, sua permanência na cátedra ficará inviável com o AI-5 e seu resultante movimento de “caça-às-bruxas”. De fato, sua aposentadoria em 1969, antecipada em três anos, deu-se em protesto pelas demissões e aposentadorias compulsórias promovidas na USP e demais universidades brasileiras.

Nesse período que vai da aposentadoria até sua morte, em 1982, a democracia, mais uma vez, levará o velho integrante da ANL dos Anos Trinta a um empenho militante. E agora, mais que nunca, o seu antigo mote da “democracia como um mal entendido no Brasil”, se mostra tão verdadeiro quanto atual, sendo afirmado por ele na publicação do livro *Do Império à República* (1972); nos atos públicos de que participou e nas importantes entrevistas que concedeu nas contendas contra a Ditadura Militar<sup>126</sup>. Nessa luta pela Abertura Política, participa como vice-presidente do Centro Brasil Democrático (CEBRADE) de São Paulo e torna-se um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

---

<sup>125</sup> Ver especialmente: entrevista dada a Richard Graham e publicada na **Hispanic American Historical Review**. Durham: Duke University Press, 62(1), february 1982. Também consultar depoimento ao MIS-SP, Arquivo de Audio, fitas 116, 1-2.

<sup>126</sup> Sua presença, não só de eminência intelectual, mas de ateu público confesso – e de muletas, em razão de uma perna quebrada –, na Catedral da Sé de São Paulo para a “missa” pela morte de Vladimir Herzog, celebrada por Dom Paulo Evaristo Arns, foi muito notada e ajudou a repercutir esse ato público, considerado, por muitos, o marco inicial da luta pela redemocratização brasileira. Esse papel – o de usar sua eminência intelectual para repercutir a luta democrática – também se vê em suas entrevistas concedidas a alguns dos mais lidos jornais e revistas nos Anos de 1970, início de 1980, como *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Isto É* e *Folha de São Paulo*, por exemplo. A respeito das entrevistas e fotos do período, consultar: Coleção SBH no Siarq-Unicamp.

No entanto, essa militância política não o leva a descurar-se do ofício de historiador, nem o aparta de suas preocupações centrais. Dentre as publicações destacáveis, estão: *Vale do Paraíba, Velhas Fazendas* (1973), texto que acompanha a publicação de gravuras de Tom Maia; *O atual e o inatual na obra de Leopold Von Ranke* (1974), artigo publicado primeiro na Revista de História e, depois, como introdução à coletânea sobre Ranke; uma edição bastante aumentada e reescrita de *Monções* (1976); e as coletâneas *Tentativas de Mitologia* (1979) e *Ranke* (1979). A morte o encontrará em meio à atividade produtiva no ano de 1982. Quatro anos mais tarde, vinha à luz o trabalho inacabado *O Extremo Oeste*, no qual retomava o tema da marcha paulista pelos sertões, municiado por nova documentação.

Portanto, sem qualquer desconsideração quanto à excelente qualidade desses últimos trabalhos, a obra historiográfica fundamental se completara na articulação institucional da cátedra de Civilização Brasileira com a direção da coleção editorial *História Geral da Civilização Brasileira*. Nessa articulação se opera uma reatualização dos objetivos que inspiraram a criação da cátedra uspiana – a primazia paulista na história do Brasil –, através do reordenamento da trama geral da História do Brasil. Contudo, tal articulação será impactada, tanto em termos institucionais quanto historiográficos, pelo Golpe Militar de 1964 e pelo subsequente endurecimento do regime, que se completaria com o AI-5 no final de 1968. A configuração dos volumes e o ritmo editorial das publicações apontam nessa direção.

A coleção proposta pela Difusão Europeia do Livro (Difel) – o modelo reduzido de dois de seus sucessos editoriais internacionais, previa inicialmente apenas três volumes – seria impensável fora da autoridade acadêmica universitária e de uma “nova história”. De fato, as ‘histórias das civilizações’ expressavam as preocupações nascidas de reordenamento mundial, através da tentativa de ampliação e pluralização do conceito de civilização, especialmente, após a 2ª Grande Guerra e com o deslanchar dos movimentos de descolonização. A mudança no título da famosa revista francesa de história, em 1946, para *Annales: Economie, Sociétés, Civilisations*, já apontava para esse movimento de novas preocupações acerca das tradições históricas, emergentes no pensamento social e político de então.

A ideia de ‘civilização brasileira’, no entanto, suscitava um problema delicado, o da amplitude, ou como afirma o próprio Sérgio Buarque:

Numa história da “civilização” espera-se que, ao lado de questões mais estritamente políticas e, se preciso, um pouco em detrimento delas [...], se desse igual ênfase a outros aspectos de nosso desenvolvimento.

A verdade, no entanto, está em que são de data recente e em número relativamente escasso, as pesquisas e análises monográficas que poderiam fornecer apoio seguro a muitas tentativas de síntese. (HOLANDA, 1989, p. 7-8).

Mas o ocupante da cátedra, que recebera precisamente essa designação e também era homônima da história que agora ele dirigia, precisava explicar o título, o que assim resolve:

Depois de tornar acessíveis a leitores de língua portuguesa a História Geral das Civilizações e a História Geral das Ciências, publicadas respectivamente sob a direção de Maurice Crouzet e de René Taton, a Difusão Européia do Livro quis ampliar sua iniciativa benemerita, incluindo, para aqueles leitores, na mesma coleção, com o mesmo formato, sob a mesma rubrica e se possível, obedecendo às mesmas normas, uma série especial dedicada à história do Brasil ou, segundo o plano anteriormente estabelecido, à história da “civilização” brasileira.

Da inclusão em conjunto maior resultou naturalmente um título que, em condições diversas, poderia passar por inadequado ou presunçoso. Se isso dispensa o diretor da série de tentar justificá-lo, não o desobriga de fornecer explicações sobre o plano geral da obra e sua elaboração, que, de qualquer modo, se encontram sob sua responsabilidade (IDEM, p. 7).

De todo modo, nesse empreendimento, outros conflitos delicados surgiram e precisaram ser resolvidos. Nesse sentido, chamando a atenção para a novidade do trabalho, registra Holanda:

[...] é mister dizer que o plano inicialmente previsto deveu sujeitar-se a sucessivas modificações, oriundas sobretudo de conselhos, relutâncias, recusas ou omissões de eventuais colaboradores. O que era aliás inevitável num trabalho coletivo, o primeiro, em realidade, que se dedicou à história do Brasil.

Impunha-se o aproveitamento dos vários pesquisadores que, em cátedras universitárias, ou em escritos de reconhecido mérito, se distinguiram ultimamente por seus trabalhos especializados, e que poderiam assim, utilizar ou transmitir conhecimentos atuais sobre cada tema proposto. Infelizmente só em parte pôde realizar-se esse intento (IDEM, p.7).

Ainda dentro das questões delicadas se encontram os problemas de coerência do ordenamento e de diferenças teóricas, que assim o organizador da coleção aponta:

Quanto à distribuição da matéria geral, pareceu ao organizador da coleção a vantagem de ser esta ordenada por assunto compensa largamente a possível conveniência de uma ordem cronológica extremamente rígida [de maneira a garantir a] continuidade e correlação dos diferentes aspectos.

[...]

A preocupação de mostrar a continuidade do processo histórico em seus diferentes ramos não há de ser levada ao ponto de impedir aquelas discrepâncias de interpretação julgadas inevitáveis em trabalho de equipe, ou ainda algumas possíveis redundâncias e repetições, que se explicam pela mesma razão. Em princípio, cada seção e, de fato, cada capítulo, deveria manter uma unidade e economia própria, o que pode redundar, para o todo, não em um prejuízo, mas talvez num enriquecimento, permitindo que os mesmos fatos sejam por vezes iluminados de mais de um ponto.

A Coleção fora de fato proposta pela Difel, mas a chancela universitária é o que dá a autoridade científica a essa história contada, “sob os auspícios da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP” (depois da reforma universitária: FFLCH). E, no que diz respeito à autoridade da direção de Sérgio Buarque, tanto por demanda da editora quanto pelo respeito da Universidade, era incontestável. Nesse sentido, a assistência oficial de Pedro Moacyr Campos é mesmo de coadjuvante institucional, interferindo muito pouco no plano intelectual. Embora isso tenha trazido certo ônus inicial para Sérgio Buarque, que teve de resolver a maior parte do grave problema, que ocorreu no volume de estreia, de não cumprimento da entrega de muitos textos, tornando-se o autor de seis e coautor de dois, quando planejara fazer apenas um. Já Pedro Moacyr foi autor de um texto e coautor de outro, nesse caso.

É inegável que o prestígio de Sérgio Buarque tenha garantido a extensão dos prazos e do tamanho da coleção que, sob sua direção, contou com dois volumes para o período colonial, seguido de cinco para o período imperial, perfazendo um total de sete, portanto, mais do dobro da proposta inicial, de três, da Difel. No que se refere à centralidade da autoridade universitária da USP, é de pronto muito patente. Nos dois volumes iniciais da Coleção, dedicados ao Período Colonial, e publicados no mesmo ano de 1960, majoritariamente, os textos são de uspianos, embora contem com a contribuição importante de autores de outras instituições.

Assim sendo, é inevitável registrar a ausência, dentre os autores, especialmente nesses dois volumes do período colonial, do catedrático uspiano de história moderna, Eduardo de Oliveira França, especialista no Período Felipino. Ao mesmo tempo,

registre-se a presença de dois historiadores não-universitários e sem identificação de referência institucional: Arthur César Ferreira Reis e J. F. de Almeida Prado. O que ajuda a compreender as diferentes naturezas das dificuldades – aludidas por Sérgio Buarque na introdução geral da Coleção – de se fundamentar, naquele momento, o trabalho historiográfico brasileiro em especialistas universitários, mesmo contando com a colaboração interdisciplinar de autores como: Florestan Fernandes, Antonio Candido e Olivério Mário Oliveira Pinto, presentes nesses volumes.

De fato, o ordenamento da Coleção nesse tomo I, designado de “A Época Colonial” – com dois volumes: o primeiro “Do descobrimento à expansão territorial” e o segundo “administração, economia, sociedade” – marcam um primeiro balanço na historiografia de Sérgio Buarque de Holanda, que, com exceções pontuais, dedicara-se ao tratamento do período colonial, até então. Mas a pluralidade de abordagens desse trabalho coletivo torna, no mínimo, um grande equívoco se pretender nele uma univocidade interpretativa, da parte do autor de *Monções, Caminhos e Fronteiras e Visão do Paraíso*. No entanto, o ordenamento temático, em que são enquadrados os diferentes textos, permite perceber as linhas de sentido defendidas pelo autor, em seus longos anos dedicados à pesquisa histórica do período colonial brasileiro. Assim, a centralidade orgânica paulista está apontada no volume de abertura, em que ao descobrimento se segue a expansão territorial, na qual se sobressaem os paulistas como os construtores da “silhueta geográfica brasileira”, e sobre a qual se estabeleceram, em suas variações regionais, as “administração, economia e sociedade”, de que trata o segundo volume.

Mas, o arremate final do balanço historiográfico de Sérgio Buarque, sobre o lugar de São Paulo no processo evolutivo colonial, será dado pelos dois primeiros volumes do tomo II – “O Brasil Monárquico”. Esses volumes tratam, de modos diferentes, da passagem da Colônia ao Império. Para o primeiro volume, “O processo de emancipação” (1963), Sérgio Buarque produziu o texto de abertura, que, não só pela localização, mas sobretudo pela abordagem, enquadra a compreensão geral, e articula os dois tomos, afinal trata de apresentar: “A herança colonial – sua desagregação” (HOLANDA, 1993, p. 09-39). Mas a conclusão se consuma no segundo volume – “Dispersão e unidade” (1964). Nele, o autor registra sua participação com uma afirmação, que, à primeira vista, poderia parecer redundante, anotando ser o responsável

por: “São Paulo e organização e direção de conjunto” (HOLANDA, 1995)<sup>127</sup>. Nesse copioso volume, que se abre com a história política da Regência e se fecha com a história política do início do Segundo Reinado, os livros que entremeiam, são dedicados às histórias provinciais, com foco nas mais tradicionais, dentre elas, seu texto sobre “São Paulo” se destaca, pelo relevo que é dado à província, e à cidade, no conjunto geral e pela abordagem, que completa uma narrativa moderna da história paulista até o início da expansão cafeeira. Desse modo, ao reordenar modernamente a trama geral da história do Brasil até a primeira metade do século XIX, Holanda cumpria, com méritos e qualidade, a tarefa de evidenciar a primazia paulista por centralidade orgânica civilizacional.

Entretanto, o ano de 1964 chegara e, com ele, o Golpe Militar. As ‘Reformas de Base’ da aliança nacional-popular de centro-esquerda mal começaram e foram interrompidas. Os corifeus do pensamento autoritário no Brasil voltam a ser reatualizados, incluindo-se os referenciais do moderno Estado Novo. Mas também, curiosamente, embora não por acaso, o Golpe recebeu o apoio de muitos ‘liberais notórios’ que, sob uma justificativa moralizadora, pensavam que os militares, logo após uma pretensa ‘limpeza da corrupção’, devolveriam o poder de Estado aos civis, o que não ocorreu<sup>128</sup>. Assim, inicialmente, afora líderes mais notórios da política populista e de esquerda da aliança nacional-popular, a repressão dirigiu-se basicamente aos setores populares organizados, intervindo nos sindicatos e perseguindo as Ligas Camponesas. Desse modo, as camadas médias urbanas e os meios intelectuais pouco sofreram nessa repressão inicial da Ditadura Militar. Porém, o quadro irá mudando substancialmente com a sucessão de Atos Institucionais até o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, para muitos ‘o Golpe dentro do Golpe’, quando a liberdade de expressão é completamente abolida e se iniciam os chamados ‘Anos de Chumbo’.

No primeiro momento, a atividade intelectual de Sérgio Buarque segue o curso das demandas acadêmicas, enquanto organiza o terceiro volume de “O Brasil Monárquico”. E, de fato, além do trabalho na USP, passa mais tempo fora do que dentro do país, em atividades acadêmicas nas universidades norte-americanas, entre 1965 e 1967. Neste último ano, inclusive, sai publicado o terceiro volume do tomo II da

---

<sup>127</sup> Esse registro não é anotado em nenhum outro dos volumes sob sua direção.

<sup>128</sup> Muitos membros do círculo de sociabilidade de Sérgio Buarque de Holanda, diferente dele que sempre foi contrário, se colocaram inicialmente favoráveis ao Golpe, dentre eles, a título de exemplo, estiveram: Prudente de Moraes Neto, Afonso Arinos de Mello Franco, o grupo empresarial ‘O Estado de São Paulo’, e outros muitos.

*História Geral da Civilização Brasileira*, “Reações e transações”, no qual publica sobre “as colônias de parceria”, voltado ao tema das técnicas e das relações sociais no processo de quebra de um dos pilares arcaicos da sociedade colonial, a passagem da mão de obra escrava para a livre na grande lavoura. Assunto que já abordara no estudo introdutório a sua tradução do diário de Thomas Davatz, em 1940, mas, desta feita, reordenado por uma compreensão mais madura da prática historiográfica. Ainda assim, o lugar de pioneirismo do paulista Senador Vergueiro não deixa de ser marcado – espécie de *archè* da moderna vanguarda paulista.

Ainda em 1967, já de volta ao país, recebe o convite e profere uma importante conferência na Escola Superior de Guerra: “Elementos básicos da nacionalidade – o Homem”, que chegou a ser publicada em folheto, editado pelo Estado-Maior das Forças Armadas. Nela, inicia uma autocrítica das generalizações que fez em *Raízes do Brasil* e, ao mesmo tempo, faz nova crítica dos mal-entendidos da ideia do *homem cordial*, que pareciam tomar novo fôlego com a reabilitação de pensadores autoritários, como Cassiano Ricardo, protagonista da ‘famosa polêmica’. Na verdade, faz um balanço da tradição política brasileira, criticando os nacionalismos arcaizantes e conservadorismos tutelares, além de usar de uma fina ironia, citando, ao longo do discurso, muitos observadores e pensadores estadunidenses. E finaliza numa afirmação clara de seu humanismo progressista e democrata:

[...] afirmei minha crença em que as gerações atuais se achariam aptas a dar rumos novos à nossa sociedade e à nossa vida política. Agora, [...] quero corrigir, ou melhor, esclarecer essa afirmação. O que acredito possível às gerações de hoje é que tenham plena consciência daquilo que nos falta ainda para que a democracia autêntica não permaneça apenas uma permanente e vaga aspiração. Reconhecer erros passados, denunciá-los francamente, tentar honestamente superá-los, em vez de os querer resguardados à força como sagrada relíquia de eras extintas, já é um modo de acertar, e isso está no nosso alcance. Por esse caminho, o homem brasileiro haverá de enfim realizar-se integralmente, e não pelos caminhos indicados por uma tênue minoria que, julgando representá-lo, em verdade o esmaga e o dissimula (HOLANDA in MONTEIRO;e EUGÊNIO, 2008, p. 636-637).

Em larga medida, em resposta à contestação crescente do movimento estudantil, que vai massivamente às ruas por todo o país, ocorre o recrudescimento da Ditadura. O que irá exigir do moderno historiador, catedrático da História da Civilização Brasileira, mais que um esperançoso discurso inteligente e sagaz. De fato, o AI-5 promove um processo de caça-às-bruxas que irá atingir de cheio a USP, assim como a inúmeras

outras instituições. Delatores e perseguidos estão entre os seus pares, já não há mais muito espaço para a crítica e o livre-pensar. É nesse clima que Sérgio Buarque irá pedir demissão, transformada em aposentadoria, mas manterá a direção da Coleção para cumprir o compromisso assumido, pois já começara a encaminhar o que estava previsto ser o último volume de “O Brasil Monárquico”. Contudo, em meio a cassações, exílios, censuras e intervenções do regime, não foi tranquilo e simples, para o diretor da Coleção, encerrar tal compromisso assumido. O volume IV, “Declínio e queda do Império”, veio a público em 1971, com o texto sobre a “Guerra do Paraguai” – episódio emblemático da eminência e orgulho dos militares brasileiros – escrito pelo General do Exército Antônio de Sousa Júnior, e sem nenhum texto do diretor da Coleção, que transformará o seu texto, inicialmente previsto, num outro volume.

Desse modo, em 1972, ano do sesquicentenário da Independência – a grande efeméride memorial-histórica da Ditadura Militar – Sérgio Buarque de Holanda irá encerrar, em grande estilo, sua direção da *História Geral da Civilização Brasileira*, com o 5º volume do tomo II, *Do Império à República*, texto integral de sua autoria, com colaboração de quadro cronológico de Suely Robles Reis de Queiroz e índice remissivo de Consuelo da Silva Dantas e Maria de Lourdes da Silva Dantas. Tratando do mesmo tema do volume anterior, nele constrói uma história política do Estado brasileiro do século XIX, em que as questões de gabinete, as demandas regionais e os embates ideológicos ganham vida e relevo no próprio constituir-se histórico vivido, ao mesmo tempo em que desnuda uma montagem elitista e excludente do Estado Nacional brasileiro. E, no momento em que se vivia um refluxo democrático sob um novo regime ditatorial, agora militar, demonstrava com profundidade histórica as falácias tutelares de civis e militares. Ao fim e ao cabo, a “democracia” continuava “um lamentável mal-entendido no Brasil” e essa obra historiográfica é um marco referencial fundamental no longo processo de desconstrução desse mal-entendido, ao aliar a capacidade crítica reflexiva com o engajamento do presente vivido na organização da experiência histórica.

## CAPÍTULO IV

### O MODERNO HISTORIADOR BRASILEIRO: ou as deglutições do historicismo, do pragmatismo e da nova história por um antropófago presentismo

*Se o presente histórico pode pretender pensar a si mesmo, apenas pode ser como ponto nodal do universal e do histórico.*

**Paul Ricoeur**

O presentismo autoconsciente de Sérgio Buarque de Holanda é fundamental no e para o entendimento de seu trabalho intelectual, acompanhando-o ao longo da longa carreira intelectual e, claro, dirigindo-o no ofício do historiador, ou em suas próprias palavras:

**Para a história e para o historiador**, o que acima de tudo importa é captar em sua própria **mobilidade e transitoriedade o curso dos tempos, sem** contudo **desdenhar**, é claro, o que possa haver de solidariedade ou de **continuidade entre as sucessivas gerações. Pretender** destacar qualquer **parte desse processo**, para erigi-la depois **em cânone perenemente válido**, é o mesmo que querer condenar as sociedades a uma **esclerose mortífera**. O passado nunca se repete. Essa a aflição do historiador, que há de sempre alertar contra as seduções do imobilismo e do estéril saudosismo a quem quer que procure acompanhar a procissão das eras, esforçando-se por dela retirar seu mais escondido significado. Direi mais, que a boa inteligência do passado é naturalmente vedada a todos quantos, por obstinação ou incapacidade, se mostrem indiferentes aos apelos, aos problemas, às exigências da hora presente.

Não é inútil frisar estas coisas simples, pois não parece a muitos evidente que **o conhecimento do passado – palavra esta que só pela força do hábito se usa no singular – é negado àqueles que se alheiam de seu tempo** (HOLANDA In MONTEIRO; e EUGÊNIO, 2008, p. 623).

Essa anti-tradicionista afirmação feita, em 1967, na palestra proferida na Escola Superior de Guerra, vem no desdobramento de uma outra – também citada –, e que fizera em *Raízes do Brasil*: “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação”; e, também, é logo sucedida pela referência ao presentismo dos historiadores Marc Bloch e Henri Pirenne. (IDEM, p.622-624).

Portanto, é a partir do vanguardismo modernista que Holanda formula a síntese de um posicionamento de ofício, evidenciando o quão a questão temporal é central para o historiador, tanto na sua relação com a sociedade quanto na elaboração do seu

conhecimento. Desse modo, seria a partir da “hora presente”, ou de “seu tempo”, que se colocariam os problemas da contraposição polar evolutiva do “curso dos tempos”: progresso *versus* retrocesso. Mas tal contraposição não seria simplesmente linear: a ruptura está contida na própria capacidade avaliadora e decisória do “tempo presente” face aos muitos passados, tomados como significativos no encaminhamento das perspectivas de ascendência ou decadência do futuro. Claramente, aqui, Sérgio Buarque enuncia os contornos de seu presentismo futurista, no qual se produziu todo seu trabalho de militante modernista, pensador social e historiador. E, de fato, ao apresentar desse modo o problema do historiador e da consciência histórica, ou, se se quiser, da historicidade, também se evidenciam tanto seu vanguardismo modernista quanto seus referenciais historicistas, pragmatistas e da *nouvelle histoire*.

### **1. Da multidisciplinaridade autodidata à interdisciplinaridade universitária**

Essa multiplicidade de referenciais teóricos, articulada no trabalho do historiador Sérgio Buarque, é, ao mesmo tempo, própria e exemplar. Própria porque resulta de uma trajetória intelectual de formação inicial autodidata. Exemplar porque essa mesma trajetória, elaborada pelo mais eminente historiador moderno brasileiro da segunda metade do século XX – e muito cioso da atualização –, evidencia a questão da idiosincrasia brasileira no desenvolvimento do ofício do historiador e das historiografias daí resultantes, em seus constrangimentos institucionais e em seus embates, debates e postulados intelectuais. Dentro dessa especificidade, a reflexão teórico-metodológica tem – ela própria – um lugar específico, posto que, entre os historiadores, tendeu a ser reduzida às justificativas utilitárias do estilo adotado e da pesquisa feita para suas historiografias. Por conseguinte, disseminou-se no ofício certa crença – um pouco ao modo do que Gaston Bachelard chamou de “filosofia noturna dos cientistas” – de que trabalhos de análise historiográfica seriam da competência de historiadores experientes e os de teoria da história, coisa de grandes pensadores. O resultado é que, com raras e honrosas exceções, pouco se produziu a esse respeito no Brasil até o início dos Anos Oitenta do século XX, período em que viveu Sérgio Buarque de Holanda<sup>129</sup>.

---

<sup>129</sup> Dentre as exceções, é obrigatório destacar: José Honório Rodrigues, com produção significativa de trabalhos, hoje clássicos, dedicados à história da história; alguns dos quais, inclusive, foram resenhados por Sérgio Buarque de Holanda em suas colunas jornalísticas de crítica. A tendência a esse tipo de

Nesse sentido, também Sérgio Buarque não fugiu muito à regra, produziu alguns trabalhos de reflexão teórico-metodológica, embora bastante significativos, que mostram sua autoconsciência do fazer do historiador e de seu lugar no mundo. Esses trabalhos de intelectual atento à atualidade, claro, seguem a pauta coetânea, e, assim, evidenciam o desenvolver da carreira do historiador, apontando suas escolhas dos referenciais, dos problemas e das abordagens que, então, se colocam; indicando os posicionamentos mais conscientes e públicos do seu fazer a história. Entretanto, esses textos, com enfoque mais específico, não se distribuem uniformemente na sua carreira e tendem a se concentrar em dois momentos: o primeiro, na passagem da década de 1940 à de 1950, quando dirigia o Museu do Ipiranga; e, o segundo, na década de 1970, já aposentado da cátedra uspiana e logo após encerrar seu compromisso de diretor da *História Geral da Civilização Brasileira*.

Esses primeiros textos de Sérgio Buarque, mais centrados na reflexão teórico-metodológica da história, virão a público como artigos de crítica literária e da cultura, nos Anos Quarenta e Cinquenta, especialmente, em suas colunas regulares no *Diário de Notícias* e na *Folha da Manhã*. O universo acadêmico universitário apenas começara a dar seus primeiros passos no país. Portanto, o reconhecimento social e profissional de Buarque, que também se articula com sua integração ao circuito das instituições culturais oficiais (INL, Biblioteca Nacional e Museu Paulista), advinha de sua inserção no ‘mundo das letras’ como escritor – categoria que então abrangia o jornalismo, a crítica literária, o pensamento social e a historiografia. Aliás, é importante lembrar que ele, nesse período, esteve na presidência da Associação Brasileira de Escritores, primeiro no Rio de Janeiro e depois em São Paulo. Esse vínculo literário da historiografia lhe será sempre evidente – o que não impediu nem contradisse seu consistente diálogo e mesmo defesa das correntes científicas da história.

Nesse sentido, na apresentação de *Tentativas de Mitologia* (1979) – coletânea em que organiza os artigos que considerava mais importantes nos seus posicionamentos de “crítico”, face aos embates e debates intelectuais desse período entre as décadas de 1940 e 1950 –, Sérgio Buarque afirma:

Deve-se [a] Fèbvre (sic) a observação, que outro autor de sua linhagem pôde resumir concisamente, ao afirmar que o perfeito historiador precisa ser um grande escritor: “le parfait historien doit

---

redução das reflexões teórico-metodológicas do conhecimento histórico não foi específica do Brasil, mas aqui, devido em grande parte à fluidez das relações entre ciência, filosofia e arte, nos círculos letrados estabelecidos desde o século XIX, ela tende à diluição nos debates sob o domínio da *doxa*.

être un grand écrivain”. Evidentemente não se trata de programa, pois não é bom historiador e menos ainda grande escritor, quem o queira ser e simplesmente porque assim o quer. Mas é fora de dúvida que, devendo lidar largamente com fenômenos particulares, para revivê-los em suas pulsações e em sua espessura, a fim de que se integrem em quadros amplos, onde ganhem nova dimensão e significado mais alto, precisa o historiador valer-se de recursos de expressão que não sejam os de mero relatório ou o de uma exposição científica. Se não for assim não alcançará o estatuto de historiador. Será quando muito, um antiquário, um cronista e na melhor hipótese, conforme a sábia observação de Sir Isaiah Berlin, um arqueólogo. Nenhum historiador sensato pode gabar-se de ter realizado na perfeição seu difícil mister mas nenhum historiador pode esquivar-se a um esforço nesse sentido. [...] não creio que possa haver uma história “pura” [...] (HOLANDA, 1979, p. 31).

É importante notar que, esse tratamento da dimensão literária da historiografia, já se dá ao final de sua longa carreira e, claro, já se encontra submetido à hegemonia da história como ciência social. Daí as referências de autoridade feitas aos nomes de Lucien Febvre – o grande combatente da “nova história” francesa – e de Isaiah Berlin – um heterodoxo da anglo-saxônica filosofia analítica da história.

Por conseguinte, esse entrecruzamento de literatura, de ciência social e de historiografia, em Sérgio Buarque, ocorre do encontro de sua formação autodidata multidisciplinar nos “estudos brasileiros” – bacharel em direito, jornalista e crítico literário da vanguarda modernista – com a orientação de um *habitus* acadêmico, a partir do contato com o trato universitário. Portanto, traduz uma via da passagem dos antigos moldes de produção e de legitimação do pensamento social brasileiro – marcado pelo domínio dos círculos de letrados das academias de ciências e letras e dos institutos históricos e geográficos – para os novos moldes com a instauração das inovadoras universidades. Ou, como afirma, o próprio autor, sobre sua experiência pessoal:

[...] os estudos históricos, desenvolvidos em parte durante prolongada estada em Berlim [...]. Estudos que havia apurado depois no Rio de Janeiro, durante estreito convívio que ali mantive com Henri Hauser, um dos mais notáveis historiadores do seu tempo, [...] na efêmera Universidade do Distrito Federal [...]. Esse convívio somado às obrigações que me competiam, de assistente junto à cadeira de História Moderna e Econômica [...] me haviam forçado a melhor arrumar, ampliando-os consideravelmente, meus conhecimentos nesse setor, e a tentar aplicar os critérios aprendidos ao campo dos estudos brasileiros, a que sempre me havia devotado, ainda que com uma curiosidade dispersiva e mal educada.

Com igual zelo eu me lançara a outras ciências sociais, e sobretudo à literatura e à filosofia, chegando mesmo a acumular acerca dessas especializações apreciável grau de informação e leituras. Se essa versatilidade de minhas preocupações, não justificava por si só o primeiro convite que recebi para professor universitário, o fato é que me encaminhou para a crítica literária [...], numa época em que a

imprensa diária não dispensava os rodapés de crítica. [...] boa parte [dos artigos então publicados] versa [...], sobre história e estudos brasileiros. Não eram as coisas que o público em média, por conseguinte os diretores de jornal, gostava de encontrar nos rodapés. Quando aceitei a incumbência de fazê-los, movido por necessidades mais imperiosas do que minha vontade ou vocação, o remédio era fazer o que se podia esperar sobretudo de um crítico literário, por pouco que a palavra “literário” não precisasse ser interpretada numa acepção demasiado estrita (IDEM, p. 14-15).

Muito embora já muito discutido, se faz importante anotar, aqui, aquilo que Sérgio Buarque aponta como marcos, logo após a fase de militância modernista, de sua iniciação nos “estudos históricos”: a estada berlinense (1929-1930) e o encontro com Hauser na Universidade do Distrito Federal (1936). Em Berlim, teve aulas avulsas com Meinecke e frequentou o círculo intelectual chamado *Georgekreis*, de onde vêm, curiosamente, tanto sua leitura do irracionalismo neoromântico de Klages quanto seu conhecimento do neokantismo de Weber<sup>130</sup>, referências fundamentais de sua estreia de “pensador social” no artigo *Corpo e Alma do Brasil* e no subsequente livro *Raízes do Brasil*; obras nas quais apresenta uma primeira interpretação geral ordenadora das suas preocupações que emergiram desde as contendas modernistas. Preocupações que ele coloca – nesse prefácio-depoimento – sob a rubrica geral de “estudos brasileiros”. No que se refere à convivência com Hauser na UDF, o que registra é o reconhecimento da necessidade de apuro metodológico do *habitus* acadêmico universitário, atualizado nos quadros amplos da emergente história econômico-social<sup>131</sup>, ou noutras palavras, a tomada de consciência da amplitude do saber sobre o social, a se construir no Brasil em novos moldes, como já diagnosticara, ainda que de modo difuso, na sua crítica do bacharelismo.

Já nos Anos Quarenta, Sérgio Buarque irá se estabelecer em importantes lugares de memória. O primeiro desses lugares foi a direção da divisão arquivística da Biblioteca Nacional (1944-1946), período em que publicou um livro didático de *História do Brasil* (1944), o ensaio historiográfico *Monções* (1945) e presidiu a Associação Brasileira de Escritores no Rio de Janeiro. Em seguida se transferiu para o Museu Paulista (1946-1957), assumindo sua direção na condição de historiógrafo do

<sup>130</sup> Foi por indicação de um dos *Georgekreis*, o historiador Ernest Kantorowicz, que Buarque leu e se encantou com Weber, ao mesmo tempo em que lia e se encantava também com Klages, outro dos *Georgekreis*.

<sup>131</sup> É sintomático que seus três primeiros estudos mais propriamente historiográficos tenham sido publicados ao final da curta passagem como professor de história na UDF (1936-1939), “Caminhos e fronteiras”, ainda em 1939, e depois, “Colônias de parceria” (1940) e “Capelas antigas de São Paulo” (1941).

Estado de São Paulo, e seus trabalhos historiográficos aí se avultam. Ao mesmo tempo, a atuação como crítico seguirá regular até 1959, e, nesse retorno a São Paulo, presidirá, por dois mandatos consecutivos (1947-1952) a Associação Brasileira de Escritores-SP. Também é o período em que reescreve *Raízes do Brasil* para a refundadora segunda edição de 1948. Portanto, o trabalho de historiador é acompanhado do de crítico, no momento em que um influxo de especialização modernizadora começa, e seu entendimento dessa necessidade o transforma, de dentro do núcleo econômico e cultural modernizador brasileiro (São Paulo), num dos próceres da mudança dos regimes de verdade e de historicidade, em curso.

No momento em que se dá o encontro da consciência acadêmica universitária, de necessidade de apuro metodológico, com as demandas institucionais modernizadoras do Estado Novo, Sérgio Buarque iria se aproximar, também, do mundo intelectual norte-americano. Ainda no posto do INL, é convidado a ir aos Estados Unidos, em 1941, onde o que mais o impactou, e que procurou reter, foi resultado da visita à Biblioteca do Congresso, em Washington DC: a amplitude e, sobretudo, a organização da instituição; ou seja, o pragmatismo ordenador da relação conhecimento-interesse como paradigma, ao mesmo tempo epistêmico e de gerenciamento institucional. Em termos propriamente historiográficos, o que reteve, dessa visita, foi fruto de um diálogo direto com Lewis Hanke – o então diretor da Biblioteca –, sobre o qual afirma:

Lembro-me [...] de certa conversa que, em 1941, mantive na Library of Congress, em Washington, com ilustre pesquisador norte-americano, bem versado em coisas da América Latina. Falava-se em dois ilustres historiadores brasileiros, meu interlocutor observou que, apesar de seus méritos eminentes, lhes faltava alguma coisa para que sua obra fosse inteiramente satisfatória.

“O mal dos *scholars* brasileiros” – dizia-me ele – “é que são, na sua quase totalidade, homens incompletos. Assim é que na obra de *a* (um dos dois historiadores) é profusa a documentação e perfeitamente nula a imaginação. Em *b*, ao contrário, a imaginação é devoradora e consome toda documentação. Que imenso historiador não teriam vocês, no dia em que pudessem associar *a* e *b* numa só pessoa!”(HOLANDA in COSTA, 2004, p.131-132).

Para, em seguida, concluir:

Parece-me ainda [ano de 1950] que tinha razão quem assim falava. Apenas entendo que, dispomos de material documentário pobre ou pouco acessível e de uma imaginação ainda mal-educada, esse historiador ideal, erudito e ao mesmo tempo compreensivo, investigador e também pensador, cheio de humildade e cheio de discernimento, não poderíamos improvisá-lo de súbito. É necessário, por isso, que apesar das divergências de método, de esforço, de

geração saibam considerar-se uns aos outros com rigor crítico, sim, mas sem rancor dogmático (IDEM, p. 132)<sup>132</sup>.

Portanto, o seu pragmatismo se encontra na busca modernizadora das instituições e procedimentos de produção intelectual, no campo amplo da formação metódica e metodológica. Aqui, como no caso do encontro com Hauser, trata-se também do desenvolvimento da consciência da necessidade de apuro metodológico, desdobrada da sua crítica ao “bacharelismo”. Claro que sua simpatia pela sociologia weberiana – muito influente nos EUA –, seu presentismo vanguardista e seu posicionamento social-democrata permitiam um amplo campo de convergência com o pensamento norte-americano; mas não há propriamente adesão referencial teórica a nenhuma de suas “escolas intelectuais”<sup>133</sup>. Muito embora seja inegável e importante anotar seus frequentes diálogos institucionais, temáticos e conceituais com o universo intelectual estadunidense, daí por diante.

Ao cabo, estabelecera, então, como tarefa, proceder à criação de referenciais institucionais, teóricos e metodológicos novos em substituição àqueles da tradição intelectual brasileira a que chamou de “bacharelesca”. Contudo, isso se dava, em larga medida, por dentro das velhas instituições, sociabilidades e parâmetros. Ou dito de outro modo, não era apenas inventar o novo, tratava-se de renovar o estabelecido em termos institucionais e intelectuais. Desse modo, o escritor Sérgio Buarque de Holanda, ao mesmo tempo em que caminhou na direção da cientificação da história, manteve-se “crítico literário”, inclusive, usando desse lugar também para refletir sobre o conhecimento histórico. Ou em seus próprios termos:

[...] o nome de crítica literária, segundo os usos da época, não obrigava o autor dos rodapés a cuidar unicamente das chamadas belas-letras, mas forçava-o ao contrário, a certa versatilidade, que tende cada vez mais a perder terreno, com a crescente complexidade das diferentes disciplinas. É verdade que as desvantagens da versatilidade se fazem menos sensíveis no caso particular dos estudos históricos do que se pode esperar, e nem cabe reiterar aqui tudo quanto escreveu Lucien Fèbvre (sic), renovador de tais estudos, contra o espírito de especialização da historiografia (HOLANDA, 1979, p. 31).

Daí conclui:

<sup>132</sup> É importante anotar que, essa citação da conversa está em um dos seus artigos de crítica, dedicados à discussão do conhecimento histórico, publicado em 1950, com o sugestivo título de: “Para uma nova história”.

<sup>133</sup> Em termos de uma nova bibliografia referencial, trazida de sua viagem em 1941 aos EUA, só faz referência àquela que diz respeito a uma atualização da crítica literária especializada, especialmente do “*new criticism*”. Ver: HOLANDA, S. B. **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 15.

[...] julgo que o exercício da crítica, mesmo que a não aperfeiçoasse, não transtornou minha vocação principal, de historiador. Inclino-me à suposição de que ela me foi ao cabo proveitosa, [...]

Como crítico não poderia acusar-me de comodista ou de pouco atento à exigência de pesquisas apuradas a respeito da coisa criticada, o que também pertence ao ofício do historiador (IDEM, p. 32).

Não sendo de se estranhar, portanto, que seja através de sua atividade de crítico literário que o historiador Sérgio Buarque irá refletir acerca do fazer do ofício e de seu lugar no mundo.

## 2. Do Museu Paulista, o anúncio de uma nova história

Nomeado para dirigir o Museu Paulista como historiógrafo oficial do Estado de São Paulo, Sérgio Buarque mergulha definitivamente no ofício do historiador, não só multiplica sua produção historiográfica como enfatiza seu labor intelectual nos domínios da história, como já se anotou no capítulo anterior. Portanto, é de se entender que suas primeiras reflexões publicadas sobre o conhecimento da história e do ofício do historiador se deem a partir desse lugar no Museu Paulista, logo após uma numerosa e significativa produção historiográfica inicial, como também já se anotou no capítulo anterior.

Contudo, cabe, aqui, indicar as linhas gerais de sentido desses textos dispersos, de Sérgio Buarque de Holanda, publicados em jornais<sup>134</sup>: elaboração presentista que se aproxima e se referencia nos autores representativos da nova história francesa – sobretudo, Marc Bloch e Lucien Febvre; crítica dos tradicionalismos brasileiros em suas vertentes liberais ou intervencionistas, civis ou militares, laicas ou religiosas; e atenção multidisciplinar, sob o eixo compreensivo da singularidade da experiência histórica, sobre as contribuições teórico-metodológicas da sociologia, da antropologia, da economia, da filosofia, da filologia, da linguística e da política no fazer do conhecimento histórico<sup>135</sup>. Em suma, tratava-se de elaborar uma nova história brasileira

<sup>134</sup> A grande maioria desses textos está atualmente disponível, em algumas coletâneas mais recentemente publicadas: HOLANDA, S. B. **Livro dos Prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979; (Org. Marcos Costa). **Para uma Nova História**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004; (Org. Antonio Arnoni Prado). **O Espírito e a Letra**. 2 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>135</sup> É interessante anotar aqui, a título de exemplo, alguns desses textos de reflexão teórica e metodológica: *Inatualidade de Cairu* (1946), *Tradicionalistas e iconoclastas* (1946), *Revista do Museu Paulista* (1947), *Tradição e transição* (1948), *Tradições populares* (1949), *Tradicionalistas e restauradores* (1950), *Ofício de historiador* (1950), *Apologia da História* (1950), *Erudição e imaginação* (1950), *Para uma nova história* (1950), *Crítica e história* (1950), *Mimesis* (1950), *O pensamento*

a partir do Museu Paulista. De qualquer modo, dentre tantos, diferentes e dispersos textos, publica um que, devido ao seu objetivo de balanço historiográfico, finda por promover uma espécie de síntese de seu entendimento da tarefa moderna do historiador brasileiro: *O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos* (1951).

Portanto, em pleno movimento de instauração de uma nova ordem historiográfica, o historiógrafo oficial do Estado de São Paulo assim abre seu texto-balanço:

Não é fácil distinguir a situação do pensamento histórico no Brasil durante este meio século sem fixar **o papel eminente** de quem deu o primeiro passo para ampliar decisivamente suas perspectivas. Na obra **de Capistrano de Abreu**, é certo que a erudição teria de predominar de modo absorvente sobre a especulação, e só por vias indiretas é possível determinar razoavelmente o que fosse o “pensamento” histórico nela representado.

Entretanto, **em nítido contraste com** tantos dos **seus predecessores**, e refiro-me neste caso aos mais ilustres, **o fato bruto e o simples testemunho documental não imperam** esmagadoramente nessa obra. **Nem**, e muito menos, **constituem** argila maleável de que fazem **construções imaginosas**, próprias para lisonjear interesses, vaidades ou paixões da hora que passa.

Desses **riscos extremos, a que sucumbem, talvez, em sua maioria, os estudiosos de nosso passado**, achou-se admiravelmente preservada a obra de Capistrano de Abreu. **Pesquisador constante** e nunca inteiramente satisfeito, tendo trabalhado **mais do que qualquer outro depois de Varnhagen**, para valorizar e bem aproveitar testemunhos escritos **de nossa formação nacional**, ele **sabia**, no entanto, **que esses documentos só falam verdadeiramente aos que ousam formular-lhes perguntas precisas e bem pensadas. Sabia**, em outras palavras, palavras de um grande mestre moderno – Marc Bloch –, **que toda pesquisa histórica supõe**, desde os passos iniciais, **que o inquérito tenha uma direção definida. No princípio está o espírito**. Nunca, **em ciência** alguma, a observação simplesmente passiva conduziu a resultados fecundos (HOLANDA in MONTEIRO; e EUGÊNIO, 2008, p. 601-602. Grifos não originais).

Desse modo, Sérgio Buarque de Holanda identifica Capistrano de Abreu como *archè* de uma “nova história”, e, esta última, lida em chave compreensiva de tradição alemã<sup>136</sup>, afinal sua *histoire-problème* se apresenta como uma “ciência do espírito”. Nesse reconhecimento do autor de *Capítulos da História Colonial* (1907), não nega, mas procura minimizar, o referencial positivista-naturalista:

---

*histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos* (1951), *Tentativa de mitologia* (1952), *A lenda negra* (1952), *O senso do passado* (1952) e *Museu Paulista* (1952).

<sup>136</sup> O referencial intelectual geográfico e “antropológico” alemão de Capistrano de Abreu, diferenciador de sua abordagem, seria também marca autorizadora de sua cientificidade, como indicador de atualidade para além do usual na tradição bacharelesca brasileira.

[...] dos princípios positivistas e evolucionistas só guardaria obstinadamente o senso de medida, da precisão, do rigor nos raciocínios, que retém a imaginação dentro de limites plausíveis, além de uma sensibilidade aguçada à importância dos fatores cósmicos – da terra, do meio e do clima – sobre as instituições humanas. (IDEM, p. 602).

E, mais adiante, dando sentido comparativo a esse enaltecimento, afirma:

[Em Capítulos da História Colonial] os aspectos mais nitidamente políticos e os que dependem da pura ação individual, dificilmente redutíveis a qualquer determinismo, cedem passo a outros [que já identificara como “lado geográfico” e “antropológico”], aparentemente mais humildes e rasteiros, que mal encontravam guarida na concepção tradicional da história.

Assim é que às guerras flamengas, por exemplo, um dos temas diletos de antigos historiadores, consagra apenas trinta e poucas páginas, contra mais de cem devotadas ao povoamento do sertão; quase o inverso da proporção relativa que têm essas matérias na primeira edição da *História geral* [sic] de Varnhagen. E no povoamento do sertão distingue expressamente entre as expedições colonizadoras, que alcançariam influência perdurável, e outras, que lhe parecem apenas despovoadoras e devastadoras: só as primeiras o interessam vivamente. Na história do extremo sul, volta-se com antipatia manifesta contra as fases bélicas, revolucionárias, “heróicas”. À própria Inconfidência, movimento político explicável pela influência de idéias – que não se entranham em nossa tradição vinda dos primeiros tempos da colônia –, reage por um silêncio sintomático e certamente deliberado (IDEM, p. 602-603).

O autor de *Monções* elabora aqui uma contraposição, um tanto forçada, em que, à “história tradicional” política, exemplar em Varnhagen, se contrapõe uma história ciência social, representada por Capistrano de Abreu. Afinal, se a abordagem político-administrativa carregada de descrição episódica é uma marca da obra de Varnhagen – ainda que essa não deva ser limitada a isso –, o fundamento naturalista da leitura geográfica da história em Capistrano está nos antípodas da geografia humana parceira da nova história. O fundamento dessa contraposição, como o indica a exemplificação temática, parece estar realmente noutra lugar: a ocupação do sertão. Preocupação evidenciada em *Capítulos da História Colonial* e fundamental à tarefa de ressignificação moderna da tradição paulista do diretor do Museu do Ipiranga. E, de fato, ambos os historiadores partilham, em momentos reatualizadores diferentes, a tradição do nativismo/nacionalismo caboclo.

Mas, a afirmação da originalidade da história-problema *avant la lettre* de Capistrano traz consigo outros desdobramentos significativos, relativos ao entendimento do “pensamento” histórico brasileiro na primeira metade do século XX. Ela torna-se o parâmetro das insuficiências das demais historiografias. Desse modo, mesmo a obra de

Calógeras, apesar das “amplas perspectivas que oferece a exploração” da história econômica – então “um domínio quase virgem” –, não possuiria a mesma qualidade interpretativa da encontrada na obra do amigo Capistrano (IDEM). Segundo Holanda, o legado de Capistrano haveria ficado restrito àquele mesmo, também reconhecido, do Barão de Rio Branco, ou seja: o da “investigação e anotação erudita”, e, nesse sentido, seriam exemplares, os trabalhos de seus discípulos, Rodolfo Garcia e Eugênio de Castro.

Entretanto, segundo Sérgio Buarque de Holanda – referindo-se à construção monumental e historiográfica paulista bandeirante –, foi em São Paulo:

Onde, porém, a ênfase maior dada a certos aspectos da história geográfica e social se revelou em toda a sua importância [...] na divulgação de documentos capazes de abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica e não apenas política, bélica e genealógica (IDEM, p. 604)<sup>137</sup>.

E, após a longa exemplificação das iniciativas de pesquisa, de publicação de documentos e da listagem dos historiadores das bandeiras paulistas, complementa, como pura continuidade:

O movimento promete prosseguir nos próximos anos com os trabalhos recentes do historiador português Jaime Cortesão e sobretudo com o preparo, a seu cargo, de numeroso material manuscrito da Coleção de Angelis, cuja publicação há de ser brevemente iniciada pela Biblioteca Nacional (IDEM).

---

<sup>137</sup> E o texto segue: “O impulso mais decisivo nesse sentido foi a [a partir daqui, o texto já foi citado no segundo capítulo desta tese] impressão, por iniciativa de Washington Luiz – ele próprio historiador e atento ao valor das fontes manuscritas –, das séries de *Atas* da Câmara de Santo André e de São Paulo, iniciadas, estas, em 1914, e ainda hoje em curso de publicação, assim como a do *Registro geral* da Câmara de São Paulo (iniciada em 1917), dos *Inventários e testamentos* (iniciada em 1920) e das *Sesmarias* (iniciada em 1921).

À impressão desses valiosos documentários deve-se o surto de estudos sobre o passado paulista, especialmente sobre a expansão geográfica do Brasil colonial. Sem os *Inventários e testamentos* não teria sido possível um trabalho como o de Alcântara Machado sobre a *Vida e morte do bandeirante* [...]. E sem os textos municipais mal se conceberiam os valiosos estudos de Afonso D’E. Taunay sobre São Paulo no Século XVI, prolongados depois em sua história da vila e da cidade de São Paulo. [...] permitiu, além disso, os numerosos trabalhos de reconstituição e revisão da história paulista e das bandeiras, empreendidos por Washington Luiz, Basílio de Magalhães, Paulo Prado, Ellis Júnior, Américo de Moura, Carvalho Franco, Cassiano Ricardo, Aureliano Leite, Nuto Sant’Ana e muito especialmente Afonso D’E. Taunay, cuja opulenta *História geral das bandeiras* começou a publicar-se em 1924 e só se completou neste ano de 1951, abrangendo ao todo onze copiosos volumes.

A elaboração metódica da história das bandeiras paulistas pode dizer-se que só se tornou realidade neste meio século, e isso graças especialmente aos textos exumados dos arquivos paulistas e ainda a publicações estrangeiras, como a dos documentos sobre o Paraguai jesuítico impressos na Espanha pelo padre Pablo Pastells e os manuscritos do arquivo de Sevilha divulgados, por iniciativa de Taunay, em vários tomos dos *Anais* do Museu Paulista” (HOLANDA, In MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008, p. 604).

Dessa maneira, a história das bandeiras paulistas e a tradição da elaboração do bandeirante paulista pelo IHGSP passam como uma história geral, e de vanguarda epistêmica, da “formação brasileira”<sup>138</sup>.

Daí iria anotar uma longa sequência de contribuição erudita – historiografias com referencial documental novo e publicações documentais propriamente. Sobre a atuação dos jesuítas na colonização, aponta como contribuições regionalmente localizadas: a compilação documental do Pe. Pastells; o terceiro volume da *História do Rio Grande do Sul*, do Pe. Carlos Teschauer; e a obra *Jesuítas do Grão-Pará*, do historiador português João Lúcio de Azevedo; destacando, como contribuição geral, “a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, que principiou a publicar-se em 1938 e de que em 1950 saiu o décimo e último volume”, do Pe. Serafim Leite (IDEM, p. 606).

Ainda nessa rubrica de identificação de contribuições eruditas, figuram: sobre a Guerra do Paraguai, Tasso Fragoso, Ramón Cárcano, Afonso Taunay e Júlio de Mesquita Filho; sobre as “campanhas platinas do Primeiro Reinado”, José Carlos de Macedo Soares e Tasso Fragoso; sobre o período entre a Guerra da Cisplatina e a Guerra da Tríplice Aliança, Sousa Docca, Pelham Horton Box, Hélio Lobo, Walter Spalding e o “precioso *Catálogo da Coleção Rio Branco*” publicado pelo Ministério das Relações Exteriores (IDEM, p. 606-607); sobre as visões do contato e início da colonização: “a publicação em Portugal, dos três volumes da monumental *História da colonização portuguesa* – [...] abrangendo textos numerosos transcritos geralmente com zelo e precedidos de comentários eruditos”; a “publicação do *Diário* de Pero Lopes, comentada por Eugênio de Castro”; o texto anotado da *Nova Gazeta*, organizado por Clemente de Brandenburguer; a edição da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, comentada por Jaime Cortesão; e a publicação fac-símile da *História*, de Gândavo, comentada por John B. Stetson Jr. (IDEM, p. 607).

Esse longo inventário de enriquecimento erudito se conclui na seguinte afirmação de Sérgio Buarque de Holanda:

Com algumas reservas, talvez, na parte que se relaciona às campanhas sulinas do Império, o interesse por todos esses diferentes problemas que, através deste meio século, puderam ser melhor esclarecidos – descobrimento e ocupação da terra, atividade jesuítica e conquista do sertão –, deveu muita coisa, sem dúvida, à ação estimulante de Capistrano de Abreu (IDEM).

<sup>138</sup> É importante notar que aí já se localizam, na identificação desse universo de trabalho, as questões que orientam suas duas obras-sínteses: a marcha paulista pelos sertões, em *Caminhos e Fronteiras*, e o olhar projetivo para o Novo Mundo, em *Visão do Paraíso*. A primeira, centrada no legado bandeirante e a segunda, no olhar projetivo religioso-laico lusitano.

O *archè* é, então, colocado no lugar seminal de fomentador do conhecimento histórico. O que é ainda mais evidenciado quando comparado com a apresentação laboriosa, mas “sobretudo cumulativa dos fatos históricos”, da *História do Brasil* de Rocha Pombo. A única exceção seria, não por acaso, a filogermânica condensada abordagem da *História do Brasil* de João Ribeiro, um livro didático que, segundo Sérgio Buarque de Holanda:

Pela sua estrutura e pelo sistema de exposição adotado, afasta-se [...] das tendências mais generalizadas entre seus contemporâneos e antecessores brasileiros. Ao menos na sua característica divisão do país em regiões históricas bem definidas, parece filar-se melhor ao programa contido nas *Idéias Gerais* de Martius, impressas em 1845, e ainda à *História do Brasil* de H. Handelman, que, publicada em alemão há mais de um século, só teria tradução portuguesa em 1931 (IDEM, p. 608).

Identificadas, então, as contribuições nacionais, ainda que pontuais, caberia registrar as locais/regionais. Aqui, a anterior identificação da história paulista com a nacional fica ainda mais evidente, porque contrasta com o tratamento sumário de localização e regionalização que é dado às outras tradições historiográficas:

A existência de **núcleos de estudiosos**, congregados, em sua generalidade, à volta de instituições provinciais criadas **nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tornou possível, em certos casos, o **desenvolvimento acentuado de estudos regionais** já em princípio desse século. A orientação do Barão Studart [...] à frente do **Instituto do Ceará**, muito contribuiu certamente para o desenvolvimento de aturadas pesquisas sobre o povoamento do litoral e do sertão do **Nordeste**. Igualmente importante foi a atuação de José Higino, de um Alfredo de Carvalho, de um Pereira da Costa, de um Rodolfo Garcia, em **Pernambuco**. Ou, na **Bahia**, de um Borges de Barros, de um Braz do Amaral, de um Teodoro Sampaio, de Orville Derby, de Toledo Piza, de Eduardo Prado. Publicações como a revista do **Arquivo Público Mineiro** ou a do **Instituto Histórico do Rio Grande do Sul**, entre outras, **ampliaram, por vezes desordenadamente**, o mesmo esforço sobre outras áreas (IDEM, p. 608. Grifos não originais).

Longe de uma ortodoxia da história econômico-social, o rico veião biográfico, da historiografia tradicional brasileira, será reconhecido pelo moderno historiador. Nesse sentido, Sérgio Buarque de Holanda abre esse item, do seu balanço historiográfico, com referência à obra de Joaquim Nabuco, *Um Estadista no Império* (1899), sobre a qual afirma: “oferece-nos um opulento painel do Segundo Reinado, onde o calor e a devoção filial não chegam a perturbar a visão nítida do historiador”(IDEM, p. 608-609). E, sobre a obra de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil* (1908), diz: “continua sendo a mais ampla fonte de informações acerca do Brasil Reino”

(IDEM, p. 609). Destaca ainda: sobre a vida e obra de Mauá, os nomes de Alberto Faria, Castro Rebelo, Lídia Besouchet e Cláudio Ganns; sobre Pedro II, Heitor Lira; sobre Cotegipe, Wanderley Pinho; sobre Pedro I e a Marquesa de Santos, Alberto Rangel; sobre o Intendente Câmara, Marcos de Mendonça; sobre o Barão de Rio Branco, Álvaro Lins; e sobre a Regência, Otávio Tarquínio de Souza, “através de estudos em torno de algumas figuras centrais: Evaristo da Veiga, Bernardo de Vasconcelos, Feijó e José Bonifácio” (IDEM).

Entretanto, a visão interdisciplinar dos novos paradigmas historiográficos – que procura acompanhar –, associada à fluidez do pensamento social brasileiro, fazia com que, nesse balanço:

Ao lado dos estudos estritamente históricos – e sem falar nos de história artística e literária, [deve-se mencionar] algumas obras que, embora na periferia desses estudos, vieram enriquecê-los de modo apreciável. [os] ensaios de investigação e interpretação social que passaram aos poucos a empolgar numerosos espíritos. Trabalhos parciais de Couto de Magalhães, Batista Caetano, Macedo Soares, Rebouças, Sílvio Romero, José Veríssimo, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Manuel Bonfim, Alberto Torres, entre outros, abriram sendas para um tipo de pesquisa que nossos historiadores mal tinham praticado (IDEM).

De qualquer modo, além desses “trabalhos parciais”, acima referidos, havia outros que mereceriam certa apreciação maior. Nesse sentido, destaca, em primeiro lugar, o estudo sociológico *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna sobre o qual afirma Sérgio Buarque de Holanda: “é também trabalho de historiador”, indicando sua inicial inspiração metodológica em Le Play, naquilo que tal método se aplicava à observação indireta, anotando, ainda, que a ênfase em doutrinas raciais acentuara-se nos trabalhos posteriores de Vianna, ao mesmo tempo em que este se dedicou a “ensaios de história social e psicológica inspirados nos fatos e personalidades do Império” (IDEM, P. 610).

Contudo, segundo o Diretor do Museu Paulista:

Novo e generoso impulso aos estudos interpretativos, com base em amplo material histórico, deu-nos o sr. Gilberto Freyre, a partir de 1933, com a publicação de *Casa-grande & Senzala*. Um conhecimento extenso do passado rural, sobretudo de seu Nordeste, orientado pelo estímulo que lhe forneceram os métodos difusionistas desenvolvidos por Franz Boas e seus discípulos norte-americanos, e por numerosos estudos norte-americanos e europeus sobre contatos sociais e miscigenação, abriu-lhe perspectivas ideais para abordar nossa formação histórica. Para isso tomou como ponto de partida o triângulo representado pela família patriarcal, a grande lavoura e o trabalho escravo, analisando suas repercussões sociais em uma série

de estudos cujo último volume ainda se encontra em preparo. Embora sem desdenhar, nesses estudos, o fator biológico na constituição da sociedade brasileira, deu maior ênfase – em contraste com Oliveira Vianna – ao elemento cultural, entendido este com o timbre que à palavra “cultura” vêm associando numerosos antropologistas. Cultura compreendida como o conjunto global de crenças, hábitos, idéias, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos, que o indivíduo adquire na sociedade antes como um legado tradicional do que em resultado de sua própria atividade criadora.

Esse tipo de inquérito levou-o naturalmente a desenvolver, em estudos posteriores, principalmente em *Nordeste*, o exame das relações entre o homem e a terra nas áreas açucareiras que se alongam pelas regiões litorâneas entre a Bahia e o Maranhão. Associou-lhes a designação de critério ecológico, embora pouco tenha a ver, além do nome, com teorias de ecologia humana desenvolvidas sobretudo nos Estados Unidos, e particularmente em Chicago, a partir de 1921, por Park e Burgess (IDEM, p. 610-611).

De fato, como é entrevisto nesse grande destaque dado a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque adota o marco renovador da década de 1930 para a historiografia. Período em que aparecem “escritos onde a interpretação elucidativa, e às vezes interessada e mesmo deformadora dos fatos, visa a explicar tais fatos ou a caracterizá-los em sua configuração especificamente nacional” (IDEM, p. 611). Seja o que for que entenda por “interpretação interessada” – se é que existe alguma que não a seja –, Holanda tem o cuidado de situar que tais trabalhos emergem em meio a “perplexidades de uma época de crises e transformações”, o que “exigiria estudo à parte” (IDEM). De qualquer modo, destaca dois autores e suas obras, a saber:

[...] *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, onde o historiador de *Paulística*, intimamente vinculado à “escola” de Capistrano de Abreu, se propõe, apoiado em copiosa informação histórica, mostrar que o país ainda dormia “seu sono colonial” e, dois anos antes do movimento de 30, enuncia a necessidade de se “fazer tábua rasa para depois cuidar da renovação total”. [...] já em 1930, [na obra] *Política geral do Brasil*, [...] síntese [...] parcial, da história do Segundo Reinado e da Primeira República, o Sr. José Maria dos Santos [adota a atitude de que] contra os males do presente, que procura apresentar como fruto de um processo involutivo, nascido da “deformação republicana”, acena sem hesitar para remédios do passado. [...] a própria Revolução de 30 não lhe parece que virá interromper, mas antes agravar, os danos do princípio presidencial, pois prepara o advento do caudilhismo e da “era do cavalo” (IDEM).

Contudo, se o ideal de ruptura com o passado o aproximava de Paulo Prado e a crítica ao caudilhismo varguista, compartilhava-a – mas não a concepção temporal – com José Maria dos Santos, adota posição oposta em relação aos:

[...] numerosos estudos de “formação”, publicados pela mesma época [...] como terapêutica ideal para todas as nossas mazelas. Essas supostas reconstruções, que levadas à sua forma extrema

desembocariam em manifestações totalitaristas, especialmente na doutrinação integralista [portanto] mal interessariam, em sua generalidade, à pesquisa historiográfica (IDEM).

De qualquer modo, segundo Sérgio Buarque, estudos substanciais e importantes de “formação” foram produzidos entre os Anos Trinta e Quarenta. Embora esses estudos, alguns com abordagem regional e outros nacional, tenham diferentes orientações teóricas e ênfases disciplinares, são atualizados nos referenciais de ciências humanas que adotam e são consistentes na contribuição à renovação de campos do saber sobre a história do Brasil. Dentre esses, figurariam: o livro *Formação do Rio Grande do Sul*, de Jorge Salis Goulart; os trabalhos sobre a formação paulista, de Alfredo Ellis Júnior; *Marcha para o oeste*, de Cassiano Ricardo; *Conceito de civilização brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco; *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo; e *Formação da sociedade brasileira*, de Nelson Werneck Sodré.

Já sobre o livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque Holanda, concedendo destaque, afirma:

Obra corpulenta e ambiciosa, pois o volume de amplas proporções já publicado quer ser apenas o primeiro de uma série talvez considerável, poderia tomar lugar entre os vastos estudos histórico-sociológicos dos srs. Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Fernando Azevedo. A inquirição histórica baseia-se aqui num critério interpretativo fornecido pelas doutrinas do materialismo histórico. Fiel, todavia, aos princípios teóricos que assenta, o estudo do sr. Prado Júnior focaliza muito mais diretamente os problemas econômicos, que lhe parecem, em última instância, os decisivos para a elucidação do passado e do presente. E essa ênfase ganha pela economia aponta para uma direção que tendem a tomar, cada vez mais, entre nós, as pesquisas históricas, abrindo-lhes territórios até aqui mal explorados (IDEM, p. 613-614).

Todavia, existiam ainda, entre os autores e obras então recentes, aqueles que Sérgio Buarque não identifica em uma classificação definida, são os casos de: Pedro Calmon, do qual anota a existência de numerosa obra que inclui trabalhos sobre a expansão baiana, a Casa da Torre, uma *História do Brasil* e uma *História social do Brasil* com três volumes; de Afonso Arinos de Melo Franco, com os trabalhos de civilização material, de evolução da economia brasileira e uma *História do Banco do Brasil*; e de J. F. de Almeida Prado, com *Primeiros povoadores do Brasil*, já então com oito volumes. Em compensação, sobre essa mesma geração, Sérgio Buarque de Holanda registra uma longa lista de historiadores contemporâneos, com:

[...] trabalhos dedicados à história regional, como os de Aurélio Porto e Borges Fortes sobre a colonização do extremo sul, do sr. Artur César

Ferreira Reis sobre o extremo norte, do sr. Alberto Lamego sobre a região de Campos dos Goitacazes, do sr. Tavares de Lira sobre o Rio Grande do Norte, do sr. Oswaldo Cabral sobre Santa Catarina, do sr. Aluizio de Almeida sobre o sul de São Paulo, do sr. Noronha Santos, Luiz Edmundo, Vivaldo Coaracy e Gastão Cruls sobre o Rio de Janeiro, de Estevão de Mendonça e do sr. Virgílio Correia Filho sobre Mato Grosso, do sr. Romário Martins sobre o Paraná, do cônego Raimundo Trindade sobre a arquidiocese de Mariana, de Rego Monteiro sobre a Colônia do Sacramento, dos srs. José Honório Rodrigues e José Antônio Gonsalves de Mello sobre o domínio holandês no Nordeste (IDEM, p. 613).

No último item desse balanço/inventário historiográfico, Sérgio Buarque de Holanda anota a história econômica, já que a identifica como fundamental na renovação, em curso, nos estudos históricos. Nesse sentido, faz questão de colocar que “o impulso mais poderoso” veio da publicação da *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen, obra que “abrange grande parte do curso dado pelo autor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo” (IDEM, p. 614). Mas não se esquece de registrar que já existiam trabalhos de história econômica, embora mais pontuais, dentro da tradição historiográfica brasileira, como: a “monumental” – 14 volumes – *História do Café*, de Afonso Taunay; e os trabalhos sobre aspectos da história financeira e monetária, de Sebastião Ferreira Soares, Amaro Cavalcanti, Pandiá Calógeras, Severino Sombra e Dorival Teixeira Vieira. De qualquer modo, salienta que um novo esforço de síntese deveria vir de trabalho coletivo de especialistas sobre diferentes épocas e problemas determinados. Nesse sentido, identificava o emergir de novas perspectivas, afirmando que:

Sobre a história da indústria extrativa da Amazônia há o trabalho moderno do sr. Artur César Ferreira Reis, que mereceria ser ampliado. E em São Paulo a sra. A. P. Canabrava, apoiando-se em recursos da historiografia moderna, tem abordado várias questões relacionadas ao comércio colonial, especialmente ao comércio de contrabando com o Prata, e à lavoura açucareira no norte do Brasil e nas Antilhas.

Portanto, diante do encontro da tradição historiográfica brasileira com os questionamentos renovadores, sobretudo daqueles que vinham se fundamentando nas ciências humanas, sociais ou do “espírito”, esse artigo de crítico, publicado na grande imprensa, faz um balanço/inventário historiográfico, em que o Diretor do Museu Paulista conclui com aposta nos novos moldes de legitimação do saber histórico, e por isso afirma:

A complexidade desses assuntos está a requerer cada vez mais a utilização dos métodos que se vêm desenvolvendo em países onde existe longa tradição de estudos históricos especializados. E a

preocupação de assimilar alguns desses métodos e aplicá-los a problemas brasileiros já é hoje o aspecto dominante e creio que o mais auspicioso do pensamento histórico entre nós. A esse propósito não se poderá acentuar demasiado a influência que tem cabido nos últimos anos aos mestres estrangeiros contratados para os institutos universitários. [...]

No que se refere à história, inclusive à história do Brasil, em seus diferentes setores, foi certamente decisiva e continua a sê-lo, sobre as novas gerações, a ação de alguns daqueles mestres: de um Jean Gagé, por exemplo e de um Fernand Braudel em São Paulo; de um Henri Hauser e de um Eugène Albertini, na hoje extinta Universidade do Distrito Federal. O que puderam realizar até aqui, no sentido de sugerir novos tipos de pesquisa e suscitar problemas novos, é apenas sensível, por ora, em certos tipos de trabalho – cursos especiais, seminários, teses de concurso –, que pela sua mesma natureza não de fugir ao alcance de um público numeroso. Não parece excessivo acreditar, entretanto, que neles já se encontra o gérmen de um desenvolvimento novo e promissor dos estudos históricos no Brasil (IDEM, p. 614-615).

### **3. O ofício do historiador, entre a heurística e a hermenêutica**

Após o período de maturação do historiador Sérgio Buarque de Holanda, na passagem da década de 1940 para a de 1950, os textos teórico-metodológicos sobre o conhecimento histórico se eclipsam na sua ampla crítica literária, que manteve regular até 1959 – logo após assumir definitivamente a cátedra de Civilização Brasileira da USP. Nem mesmo a acadêmica tese universitária para essa cátedra, *Visão do Paraíso*, portou a canônica introdução teórico-metodológica, que só veio a aparecer em sua segunda edição, em 1968. De qualquer modo, é importante registrar a sua *Introdução Geral* para a coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (1960), mas que, além de muito sucinta, é bem pragmática quanto à tarefa de apresentação da Coleção – já tratada no capítulo anterior.

Um texto mais substancial, com reflexões sobre o ofício do historiador, aparece em 1967, o da palestra na Escola Superior de Guerra, *Elementos da Nacionalidade Brasileira – O Homem*. Mas nele, a preocupação de Sérgio Buarque de Holanda foi, muito mais, a de limpar as muitas camadas de sentido que as leituras conservadoras sobrepuseram à ideia de “homem cordial”, contida em sua já, então, clássica obra *Raízes*

*do Brasil*. Claro que, ao fazê-lo, o agora incontestado historiador catedrático marca seu posicionamento presentista – como já referido acima neste capítulo; mas não foi além disso, afinal, a ocasião requeria outro foco, que mostrou bem com sua peculiar perspicácia intelectual.

Realmente, só logo após o término do trabalho de direção da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (1960-1972), é que Sérgio Buarque de Holanda produziu e publicou dois importantes textos de reflexão sobre o ofício do historiador: *Sobre uma doença infantil da historiografia* (1973) e *O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke* (1974). Textos que apontam o entendimento sobre questões fundamentais do fazer do ofício, em um momento diferente, no qual os modos de legitimação do saber já começam a gravitar em torno das instituições universitárias, dentre as quais a USP já se destaca como a mais prestigiosa instituição no país e que, no caso específico da história, acabara de montar o primeiro curso regular de pós-graduação. Ou dito de outro modo, começava a se firmar na historiografia a nova ordem indicada pelo próprio Sérgio Buarque, no texto de 1951, já tratado neste capítulo. Ordem que ajudara a consolidar na cátedra de Civilização Brasileira, com destaque para a direção, por mais de uma década, da coleção *Historia Geral da Civilização Brasileira*.

Nessa nova ordem, indubitavelmente, os novos paradigmas das ciências sociais se instalaram, com suas múltiplas correntes. Portanto, a cientificidade do social, sob a autoridade da pesquisa e docência universitária, se firma. Os “estudos históricos” universitários, no entanto, possuem uma especificidade nesse movimento: disputam, ao mesmo tempo em que se entrelaçam, com as tradições historiográficas dos institutos históricos. Desse modo, a autoridade universitária no discurso histórico tende a oscilar, dentro de um espectro amplo, entre dois polos: de um lado, o do postulado de uma ruptura epistêmica total com as referidas tradições historiográficas dos institutos e, de outro, o postulado da continuidade evolutiva dessas mesmas tradições. O que não excluiu o fato de, muitas vezes, essa configuração ter sido estereotipada numa oposição polarizada: história ciência social *versus* “história tradicional”; e, neste caso, se, num polo se escondiam as continuidades temáticas e problemáticas, no outro se esqueciam das descontinuidades significantes e significativas.

Nesse sentido, a reflexão teórico-metodológica de Sérgio Buarque de Holanda é exemplar porque singular, atentando tanto para as continuidades quanto para as descontinuidades. De qualquer modo, algo une a quase todos nesse momento: a defesa da cientificidade da história, base da afirmação de autoridade do saber moderno,

inclusive de resistência às intervenções da Ditadura Militar. De fato, o regime dos generais foi muito sensível a um campo de saber que lhe era tão importante quanto ameaçador, já que nele se elabora a crítica de memória. Memória que os governos militares procuravam manipular, para, então, apresentarem-na como história, nos usos e abusos da propaganda do regime nas escolas, nos meios de comunicação e nos feriados e efemérides comemorativas, dos quais se destacava o Sete de Setembro, sobre o qual se elaborou, em 1972, “o marco extraordinário, sesquicentenário centenário da Independência”, inclusive trazendo de Portugal, para exibição pública, os restos mortais do “grande herói da Independência, D. Pedro I”.

De todo modo, nesse momento, a “história tradicional” tende a ser identificada com aquela propaganda, que embasa o culto das datas e dos heróis, justificadora e laudatória da Ditadura Militar. Mas a prática metódica de pesquisa não deixava de ser científica, para além dos interesses e usos a que boa parte se prestava então. Também se faz necessário notar que a concepção de história ciência social é composta de diferentes correntes, especialmente do que seja ciência social, o que resulta em diferentes posturas e problemas no produzir o conhecimento histórico. Nesse sentido, os dois textos de Sérgio Buarque de Holanda, acima referidos, irão abordar questões centrais desse embate entre: de um lado, o que se entende por história tradicional e, de outro, o que se entende por história ciência social.

O primeiro dos dois textos foi o resultado de uma polêmica acadêmica uspiana entre o catedrático aposentado, mas ainda muito presente no Departamento de História da universidade<sup>139</sup>, e um dos novos historiadores da casa, Carlos Guilherme Mota. Inicialmente interna, a polêmica foi levada às páginas dos jornais por terceiros. A resposta de Sérgio Buarque de Holanda, então, foi escrever *Sobre uma doença infantil da historiografia*, artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em junho de 1973, tratando da linguagem no fazer do historiador. Entretanto, não cabe aqui remontar a polêmica em seus meandros e tramas, apenas anotá-la como a motivadora da reflexão e responsável pelo tom irônico, às vezes cáustico, do texto.

---

<sup>139</sup> Sérgio Buarque de Holanda, mesmo aposentado, iria continuar muito presente na USP, por exemplo: ministrou “curso de verão” em 1974; também tinha orientações de tese, participava de bancas examinadoras e, ainda nesse período, daria chancela à publicação de uma coleção de livros didáticos de história, que de fato foi organizada por uma de suas antigas assistentes, Laima Mesgravis, sob os auspícios da, já então, FFLCH da USP.

A partir dos parágrafos de conclusão desse texto, se pode melhor mapear os problemas e as tensões teórico-metodológicas, que emergem no tratamento apresentado por Sérgio Buarque de Holanda, nos quais afirma:

[...] de fato, a pouca vigilância e o desleixo não se compadecem com o mister do historiador. [...] a idéia de que esse ofício só ganha cunho verdadeiramente científico se fizer uso de uma terminologia simplificadora e um tanto sestrosa, não passa de má caricatura de outra idéia, esta legítima, a saber, que o zelo pela linguagem e, se quiserem, até recursos estilísticos adequados, são instrumentos que o historiador que se preze não deve jogar no lixo. Lidando com o concreto e o abstrato, com o único e com o múltiplo, com o individual e o genérico, à própria espessura e densidade do material que estuda repugnam a locução rala, descolorida, indiferenciadora, inerte ou informe. Se isso pode acontecer em outras disciplinas (e se parece obrigatório que aconteça bastando, para mencionar só os mortos, nomes como os de Galileu, de Buffon, de Humboldt, grandes cientistas e grandes escritores), já da História dificilmente se dirá o mesmo (HOLANDA In COSTA, 2004, p. 126).

E, desdobrado esse raciocínio epistêmico mais geral na especificidade disciplinar da história, completa:

Naturalmente o bem escrever, no caso, não deve ter um fim em si e não visa apenas à deleitação estética: a história não é um gênero literário. Contribui, entretanto, para se esposar e melhor transmitir a complexidade do real. Deve lembrar-se ainda uma vez a esse propósito as palavras de Lucien Febvre quando, referindo-se a Pirenne, disse que uma das maiores virtudes do mestre belga estava em saber como “expressar fortemente o que é forte”. Fernand Braudel, que gostou da fórmula, e a citou no prefácio a uma homenagem ao mesmo Febvre, retomou-a agora em outro prefácio, redigido para a coletânea de estudos do historiador norte-americano Frederick Lane, que os colegas e antigos discípulos deste reuniram em livro. Observa ainda Braudel que o novo homenageado criou um estilo, estilo perfeitamente apropriado ao assunto em que se especializou: a história de Veneza e das navegações venezianas. Esse estilo se explica, diz, dentro de uma armação deliberadamente rigorosa, pela curiosidade do específico, que é o próprio do historiador: por isso também que Lane costuma cumprir com rigor o seu mister, adotou uma linguagem apta a tratar de seu tema diletto, e que há de ser saboreada como se saboreia um vinho de bom *cru* ou desses pratos raros, que Lane sabe apreciar, na qualidade de homem e de cidadão do mundo (IDEM, p. 127).

De fato, a questão seria a do primado teórico crítico da ciência, que levanta o problema do lugar da linguagem no rigor conceitual metodológico da explicação e no estilo da escrita para a compreensão. Sérgio Buarque de Holanda defende que, em história, o rigor conceitual metodológico, ainda que necessário, não poderia dispensar a dimensão “estilística”, mesmo se considerando que a história não seria um gênero literário. Para tanto, convoca as palavras autorizadas de Febvre e Braudel e, de quebra,

aponta os laços da nova história francesa com a historiografia norte-americana. As referências aos franceses e ao estadunidense, nessa conclusão, para além de sua dimensão mais geral, muito evidente, são respostas irônicas aos epítetos de “ultrapassado literato” e de “conservador”.

Afinal de contas, o autor do trabalho criticado, sobre o qual se iniciara a polêmica, era Carlos Guilherme Mota, conhecido historiador de trabalhos sobre o período da Independência e sobre cultura e mentalidades, admirador dos *Annales*, inclusive responsável pela organização do volume sobre *Febvre* na coleção Grandes Cientistas Sociais, dirigida por Florestan Fernandes. Mota também integrava o grupo, grande defensor do estruturalismo na história – sob inspiração braudeliiana –, formado em torno da antiga cátedra de História Moderna, estruturada inicialmente pelo próprio Braudel. E também era conhecido por um, autointitulado jacobino, posicionamento de esquerda.

De qualquer modo, mesmo estando presente, o problema da dimensão literária da história não foi exatamente central. A questão era epistemológica sobre o conhecimento histórico e dentro dos limites do campo de entendimento de sua cientificidade. Ao mesmo tempo, a questão temporal está centralmente colocada: todo o problema se desenvolve na qualidade da relação passado-presente na operação historiadora. Ou mais precisamente, o problema se situa na questão da linguagem nos usos do inquirido e nos procedimentos entre a crítica das fontes e a elaboração da narrativa do historiador. Curiosamente, a questão se coloca em torno do tema em maior evidência então no debate memorial e historiográfico: a Independência do Brasil. Contudo, não foi uma contenda com os usos propagandísticos espetaculares da Ditadura em torno de sua grande efeméride histórico-memorial. O problema emerge de dentro do núcleo mais poderoso da nova história no Brasil, a FFLCH uspiana, no campo da crítica, ou melhor, da qualidade crítica que deve balizar o fazer do historiador, pelo menos – com toda ironia e acidez que comportam –, é nessa dimensão que se mantêm os argumentos de Sérgio Buarque de Holanda.

Nesse sentido, o autor começa por apresentar o seu incômodo:

O rompante de um príncipe que proclamou o desquite entre o Brasil e Portugal há 150 anos deu margem ultimamente à impressão de estudos e documentos que, em alguns casos, vieram melhorar o que sabíamos do processo de emancipação nacional. Não é deles entretanto que vou me ocupar. Prefiro desenvolver as reflexões inspiradas pelo **uso** notado em mais de um desses estudos, **que consiste em omitir simplesmente, ou colocar entre aspas, a palavra**

**Independência.** [...] curioso aspecto de uma **tendência incipiente de alguns poucos autores nossos para uma historiografia da espécie purgativa**, dado que seu principal traço consiste **no querer levar o vocabulário histórico a absorver à força os usos e costumes do que possa parecer a mais rigorosa linguagem científica**, e purgá-lo depois de qualquer expressão ambígua, imprecisa e suspeita de inexatidão. (IDEM, p. 113. Grifos não originais).

E aduz:

[...] lembrarei que todos quantos apelaram, por volta de 1822, para a palavra independência pensavam, e pensavam corretamente, que ela significava acima de tudo a ruptura dos vínculos políticos que prendiam ainda a antiga colônia à antiga metrópole. Querer discutir sobre se a quebra desses laços impedia ou não uma dependência econômica em relação a outros países já é outro assunto. [...] Poucas nações que se presumiam independentes, a começar por Portugal, podiam furtar-se então a alguma forma de sujeição econômica, intelectual, em alguns pontos política. Basta isso para indicar como é falha a alquimia dos que julgaram descobrir de um jato a historiografia verdadeiramente científica, com o só expelir palavras tidas por imperfeitas ou vagas (IDEM, p. 113-114).

Esse problema de ideal de inquérito, como logo Sérgio Buarque de Holanda identifica, remete aos debates em torno da própria concepção de ciência, como se manifestou exemplarmente na busca de precisão matemática da linguagem, pelas correntes da lógica do início do século XX, que aplicavam essa busca às proposições e não às palavras. E citando, dentro do próprio campo da lógica, um dos *archè*s da filosofia analítica da história e o grande referencial da filosofia da linguagem, diz:

É sabido que quase todos os nossos vocábulos nasceram de forma metafórica e que quase todas guardam ainda uma zona de imprecisão a que Bertrand Russell deu o nome de *penumbra*, termo que tem um sentido específico em inglês, pois serve para designar aqueles entretens que envolvem a sombra total produzida por um corpo opaco se o intercepta a luz. O maior interesse pela preposição [sic] do que pela palavra prende-se, na lógica, ao ser possível numa proposição reduzir *até certo ponto* essa área de imprecisão que as palavras comportam. Wittgenstein, discípulo, antes de ser mestre (por algum tempo) do próprio Russell, precursor do positivismo lógico do “Círculo de Viena”, escreveu isso em suas *Investigações Filosóficas*: “Cada *senal* em si parece coisa morta. *O que lhe dá vida? No uso ele vive*”. (IDEM, p. 114. Grifos originais).

Portanto, sua crítica da linguagem se dirige ao que identifica como uma reencarnação não consciente do a-histórico ideal positivista de unicidade da ciência:

É claro que o ideal científico de perfeição vocabular é teoricamente inseparável da expressão não só unívoca, mas também imune aos estragos do tempo. [...] os critérios de exatidão de que se pode servir o discurso histórico não se confundem forçosamente com os que se podem exprimir através dos símbolos matemáticos ou das fórmulas

químicas: o grande problema da história não se reduz a um problema de palavras. Durante muito tempo acreditou-se que o mister do historiador estaria em oferecer datas certas e fatos certos, pois, uma vez bem acertados, os fatos e as datas são a única coisa em história que pode resistir a toda dúvida (IDEM).

E, mais à frente, acrescenta:

Não há negar que a superstição do fato, o fato puro, ante o qual um historiador se omitia tanto quanto possível, provinha de um afã louvável, mas falacioso, de objetividade. Ora o mesmo se pode dizer do tipo de historiografia que, com modos parecidos, procura preencher a lacuna alargada com o declínio da história simplesmente fatural. A diferença entre uma e outra é grande: à velha superstição do fato puro substituiu-se a nova superstição do vocábulo puro, ou seja, perfeitamente unívoco, petrificado, e válido para todo sempre (IDEM, p 115).

Portanto, de acordo com Émile Benveniste sobre o fundamento metafórico de toda linguagem e com Wittgenstein sobre o situado de todo sentido, Sérgio Buarque de Holanda inicia uma aula de atenção às mudanças de significação, no cuidado da crítica documental e de interpretação de fontes, primeiro pelas inversões, e por isso afirma:

Ninguém pode dar-se por satisfeito, naturalmente, com uma terminologia imprecisa, em história como em tudo mais, e no entanto é certo, por outro lado, que a boa maneira de enfrentar a versatilidade das convenções vocabulares não está em enjaulá-las em categorias rígidas e abstratas para poder manejá-las à vontade. Tais convenções, pra começar, têm mudado de significações ao longo dos tempos, e algumas passaram a querer dizer hoje o oposto do que queriam dizer anteontem. Exemplo? Em 1817, no Brasil, quem quer que ousasse chamar-se patriota seria provavelmente um candidato à forca, ao passo que hoje, aquele que se inculque de não patriota corre perigo semelhante, ou pior. Outro exemplo: a palavra “liberdade” significou até 1789 “privilégio” e “direito senhorial”, mas passou a designar o contrário depois que se deixou contaminar pelos novos princípios de igualdade e fraternidade (IDEM, p. 116).

E, logo em seguida, alerta para as ambigüidades e multiplicidades intencionais de significação:

Conhece-se o caso de Mirabeau quando propôs à Assembléia Nacional da França, já revolucionária, a fórmula: “Nós, os representantes do *povo...*”. Houve quem lhe perguntasse logo se a palavra “povo”, nessa declaração, devia significar *plebs* ou *populus*. A pergunta não perturbou o tribuno, que desejava usar de propósito um termo suficiente elástico para poder dizer ao mesmo tempo muito e pouco. E a palavra, ainda que ambígua, e até por causa dessa ambigüidade, prevaleceu (IDEM).

Mas o catedrático de Civilização Brasileira aposentado desdobra sua aula numa apreciação da linguagem no próprio fundamento epistêmico basal de todos os estruturalismos:

É talvez lastimável, mas é inevitável, a contingência em que nos vemos de ter de lidar sempre com vocábulos de sentido equívoco, ou sujeito a variações, mormente quando destacados de seu contexto originário. Digo inevitável, porque até agora não se descobriu o modo de evitar, e não só na história, a presença sempre incômoda dessas multivocidades que, com meu natural pedantismo, eu ousaria subdividir em multivocidades sincrônicas e multivocidades diacrônicas. Recorrendo a termos ainda mais complicados, mas termos de Saussure em seu curso de lingüística geral, eu acrescentaria que a linguagem é radicalmente impotente para defender-se dos fatores que deslocam, a todo momento, no espaço e no tempo, as relações do significado e do significante, em consequência da arbitrariedade do signo. [...] apesar de pesquisas novas terem mostrado que a relação mutável e ao mesmo tempo imutável não é propriamente entre o significante e o significado, mas entre o significado e o objeto. É, em suma, a motivação objetiva da designação submissa, como tal, à ação de diversos fatores históricos (IDEM, p. 117).

Não satisfeito em desconstruir a pretensão da linguagem unívoca no terreno das humanidades, Sérgio Buarque de Holanda avança no território, por excelência, do ideal de precisão científica, e assim afirma:

Mesmo as ciências exatas não conseguiram superar ainda os problemas que acarreta a expressão vocabular. [...] palavras como “matéria” e “átomo”, segundo Rutherford, ou “matéria” e “átomo”, segundo Einstein, não são a mesma coisa que antes eram: a boa inteligência desses vocábulos é sempre em função de uma teoria em mudança constante. O resultado é que, na terminologia científica mais rigorosa, a absoluta precisão ou, para usar o nome técnico, a acribia, jamais passou de um ideal, ao menos enquanto não foi dado substituir os vocábulos de uso comum por símbolos especiais e imperecíveis. Como querer essa precisão no saber histórico, que visa abarcar uma realidade naturalmente inconstante e movediça? Se fosse dado alcançá-la, o que teríamos, provavelmente, seria, em lugar do rigor científico, a rigidez cadavérica (IDEM).

Contudo, faltava entrar especificamente na questão histórica que inspirara toda essa apreciação epistemológica. E Sérgio Buarque de Holanda começa a crítica pelo que chama “problema de visão”, daí afirma:

[...] um historiador de mérito – mas não vou dar o nome –, em estudo publicado não há muito, acerca do que chamou “as atitudes de inovação no Brasil”, entre 1789 e 1801. [...] chega a fazer, em dado momento, circunspectas digressões acerca do militarismo na Colônia, a propósito de certa passagem de Luís dos Santos Vilhena [em] *Cartas ou notícias soteropolitanas e brasílicas*, acabadas de escrever em 1802. [...]

O que está literalmente na passagem é que a cidade do Salvador era, “das colônias do Brasil, a mais freqüentada de gente policiada”. Aconteceu que, ao ler “gente policiada”, o comentador não teve dúvidas: Vilhena queria falar em polícia, portanto em gente armada, portanto em militar. O estranho é que não lhe passou pela cabeça que

a palavra “policiada” pudesse ter, e no caso tinha, com certeza, o sentido de “cultivada”, “refinada” e, em suma, “civilizada”, ou seja, quase o oposto daquilo que a palavra “polícia” costuma evocar atualmente. O que o cegou, provavelmente, foi a convicção inabalável de que uma só e a mesma palavra só pode ter um só e o mesmo significado (IDEM, p. 118).

A crítica contundente do velho catedrático move-se no campo da historicidade dos conceitos, ainda que não faça distinção entre a simples palavra e o conceito – ao modo da coetânea história dos conceitos de Koselleck –, é deste último que passa a tratar mais detidamente. Assim emergem, seguidamente, a discussão de “civilização”, de “classes” e de “ordens”, tanto no que se refere às elaborações europeias originárias, quanto às pertinências e limites do uso e do abuso na e sobre a experiência brasileira do período da Independência (IDEM, p. 119-125). Desse modo, a pretensão de rigor científico da abordagem de Carlos Guilherme Mota é, de fato, desqualificada. Sérgio Buarque de Holanda, geralmente, fora bastante elegante com seus contendores, muito raramente fez uso do *hablar fuerte*, como anotou em *Tentativas de Mitologia* (1979) – coletânea em que publicou parte de seus textos de polêmica. Desde as contendidas modernistas que, salvo no caso do debate com Cassiano Ricardo sobre o “homem cordial”, não se via tamanha contundência nos seus textos.

Nesse movimento crítico pesado, também vai abordar o trabalho de Carlos Guilherme Mota como organizador da obra, *1822 – Dimensões*. E, depois de chamar os comentários do autor de “dotes de improvisação e imprecisão” (IDEM, p. 125), afirma concluindo:

Até no rol dos livros laboriosamente resenhados, fruto de levantamento que conta com auxílio da própria Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a falta de rigor patenteia-se a cada instante. Para ser menos prolixo, só lembro, entre obras citadas como básicas para entender-se a “Independência” do Brasil, o livro de um general português, Morais Sarmiento, publicado em 1924 no Porto, sob o título: *D. Pedro I e sua época*. Não tenho o livro, mas conheço uma réplica que lhe deu o doutor Gonçalves Cerejeira. É dispensável, em todo caso ler o livro ou a réplica para supor que só pode tratar, como efetivamente trata, de D. Pedro I de Portugal, que uns chamam de Cruel e outros de Justiceiro. Ora, este nada podia ter com a independência de um país que, ao seu tempo, ainda sonhava ser achado. Em realidade, entre D. Pedro I de Portugal, o da Inês de Castro, e o D. Pedro I do Brasil, da Domitila de Castro, correram uns 500 anos mal contados. À vista dessas coisas, o leitor há de sentir-se como diante de um árdego navegador lusíada que, tendo deixado a barra do Tejo com uma armada portentosa, enfrentasse muitas e procelosas tempestades ao largo do mar Oceano, na porfia de achar

terras incógnitas, para, ao cabo, nem terra descobrir, nem nada, salvo um baiacu de espinho (IDEM, p. 126).

As tiradas, como a acima citada, são inteligentes e cômicas, mas, não se deve esquecer que, não é nelas exatamente que se encontra a qualidade do texto, embora não se deva, também é fato, simplesmente ocultá-las. Afinal de contas, foi do seu sentido crítico, no afã demolidor, que Sérgio Buarque de Holanda elaborou uma reflexão sobre o cuidado teórico-metodológico requerido pelo saber histórico, com atualidade e qualidade poucas vezes vistas entre os historiadores brasileiros contemporâneos. Qualidade e atualidade que demonstram que a história ciência social chegara já à maturidade, quando se inicia o processo de implantação das pós-graduações em história nos anos de 1970, dentre as quais a da USP possui papel pioneiro e referencial.

Entretanto, Sérgio Buarque de Holanda produzirá, ainda nesse momento, mais um texto teórico-metodológico, dos mais importantes: *O atual e o inatual em Leopold von Ranke* (1974)<sup>140</sup>. Se, no caso anterior, a questão remete aos entendimentos da qualidade de uma história ciência social, no texto de 1974, a discussão se dá sobre o legado daquele que tradicionalmente foi chamado de “pai da moderna historiografia”: Leopold Von Ranke. De fato, em torno do questionamento dessa “paternidade”, o texto contribui para a quebra de fortes preconceitos, de uma história ciência social face à, presumivelmente ultrapassada, história tradicional ou, como também chamada, história positivista, produtora do factual e do culto dos heróis e do nacionalismo atávico<sup>141</sup>.

Claro que, diferente do texto anterior, no qual os referenciais pragmáticos anglo-saxônicos e os da *nouvelle histoire* foram problematizados, nesse texto sobre Ranke, obviamente, é o seu costado teórico alemão que toma o centro da cena. Nesse sentido, Sérgio Buarque começa por situar historicamente o historiador alemão:

Nascido em 1795 num ambiente luterano e crescido na atmosfera ainda meio acanhada da Prússia oitocentista dos Hohenzollern e de Bismarck, tão admiravelmente retratada nas novelas de Fontane, Leopold von Ranke não se deixou impregnar por esses influxos. O nome de Deus aparece muitas vezes em suas páginas, mas aparece antes como concessão ao protestantismo em que foi criado, do que como sinal de um intenso sentimento religioso [...] quanto ao seu prussianismo, há nele alguma coisa de compulsório. Oriundo de Wiehe na Turíngia, antes de ser sua terra à monarquia da

<sup>140</sup> Aqui a dota-se o título e as referências da publicação mais conhecida desse texto, aquela em que o texto serve de introdução à obra: HOLANDA, S. B. (org). **Ranke**. vol 8, col Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1979, p. 7- 62.

<sup>141</sup> Esse traço de preconceito fica ainda mais evidente quando se sabe que, embora abusivamente aludido como pai da história positivista ou tradicional, a obra de Ranke nunca fora traduzida no Brasil, antes desses excertos apresentados por Sérgio Buarque de Holanda, em 1979.

Casa de Brandenburgo, o fato é que, nobilitado embora e convertido em historiador oficial dessa monarquia, nunca há de ser contaminado pelos fervores que desperta em volta dele a crescente pujança do reino da Prússia e, afinal do 2º Reich. Foi um motivo para os atritos que teve com seu rival Droysen e seu discípulo Sybel, que dele se separará para alinhar-se na escola histórica prussiana (HOLANDA, 1979, p.7).

Realmente o texto se constrói na tentativa de limpar o mais possível o terreno para uma leitura de Ranke. Primeiro, lembrando que foi historiógrafo da corte prussiana, mas não um teuto-nacionalista, e, também, que tinha formação luterana mas não era religioso ou providencialista. Essas duas marcas apontariam para a peculiaridade da obra de Ranke dentro do universo intelectual alemão, que Sérgio Buarque de Holanda procura identificar como *historismo*, também como cuidado de se desvencilhar da designação mais usada de *historicismo*, cuja carga pejorativa é inegável, e assim afirma na primeira nota do texto:

As formas “historismo” e “historicismo” foram por longo tempo intercambiáveis, ao menos fora dos países de língua alemã, onde a primeira prevaleceu. Ultimamente, porém, apoderou-se da segunda o filósofo Karl Popper e o racionalismo crítico anglo-norte-americano, para aplicá-la às várias teorias que propõem previsões históricas e que as julgam indispensáveis em qualquer orientação científica da vida política, o que tem dado lugar a não poucas confusões. Entre esses historicistas, que Popper descreveu e combateu, estão ao lado de Hegel e Marx também Augusto Comte e Stuart Mill, só para falar nesses. No intuito de evitar a confusão, adota-se aqui a forma “historismo”, diverso e, em alguns pontos, contrário ao “historicismo” de Popper (IDEM, p. 8).

Contudo, a tentativa de Sérgio Buarque de Holanda de nomear de *historismo* a corrente a que pertenceu Ranke, se não resolvia a questão, ao menos problematizava parte das prevenções contra a obra do autor, que, praticamente, apresentava ao leitor brasileiro. Sua estratégia será, para tanto, a de procurar situá-lo dentro do universo intelectual alemão de emergência da “consciência histórica”:

Ao reagir contra o naturalismo a-histórico, onde geralmente se presumiam, em suas diferentes manifestações, uma estabilidade obrigatória da natureza humana e a necessidade de certos postulados eternos e universalmente válidos, a nova corrente de pensamento levava a uma reflexão individualizante e historizante, isto é, tendente a mover-se de acordo com o curso imprevisível da história. Se não é possível negar os progressos que a visão historista acarretou para o conhecimento da vida e da história humanas, pode-se bem imaginar que, dissipando em grande parte os elementos normativos e o terreno firme que tiravam seu sustento das teorias do Direito Natural, o que em seu lugar se instalou foram forças inéditas e mutáveis, capazes, naturalmente, de conduzir àquele relativismo ético de que falou

Acton. “Ausência de convicções”, “anarquia de valores”: são labéus ainda hoje jogados sobre o historicismo, quando não o fazem responsável por deformações patológicas verificadas na história recente. A increpação é, quando menos, discutível, pois a “razão de Estado” antecede de muitos séculos o nascimento da *Realpolitik*, e a fúria delinqüente de Hitler não está longe da virtude enlouquecida de Robespierre (IDEM, p. 9).

E, mais à frente, afirma:

Defendendo Ranke e a tendência historista que ele representou, contra um escritor que pretendeu achar no “quietismo político” do alemão meio caminho para a ascensão do nacional-socialismo, um historiador de nosso tempo mostrou a injustiça de semelhante juízo, já que não existe em toda a obra rankiana o que possa autorizar tal asserção.<sup>142</sup> [...] acha admirável, [...] sua capacidade de serena observação, o empenho de tudo compreender, a perfeita receptividade a fenômenos diversos daqueles que deveriam ter a sua aprovação pessoal: do protestante em face do papado, do alemão em face da monarquia absoluta na França ou da monarquia parlamentar na Inglaterra, às vezes do conservador em face da Revolução Francesa (IDEM, p. 10).

Dessa maneira, identificadas as objeções sobre o historicismo e sobre Ranke, passa ao tratamento dos postulados. Desse tratamento, emerge uma visão do historicismo alemão, em que se coloca o próprio Sérgio Buarque de Holanda, na qual se destacam a mutação presentista de Dilthey e as posteriores avaliações teóricas e historiográficas de Meinecke. Claro que esse olhar foi muito bem problematizado, entre mutações e debates, por sua erudição e seu presentismo futurista, que chamam ao diálogo autores franceses, anglo-norte-americanos, italianos e germânicos. Ao final, de todo esse tratamento crítico, surgirá um Leopold von Ranke fortalecido no seu reconhecimento de iniciador do saber histórico moderno.

O ponto de partida será o do questionamento da interpretação da obra rankeana pelo “primado da política externa”. Nesse sentido, afirma:

Não deixa de lembrar Geyl, em defesa do historiador germânico, que aquela sua famosa frase sobre o “primado da política externa”, para admitir que pode ter consequências perigosas, devido sobretudo ao cunho idealista com que foi apresentada. Apenas Ranke jamais escreveu a “famosa frase”, que lhe tem sido atribuída. Quem a escreveu foi Dilthey, querendo caracterizar certo traço da historiografia rankiana (sic). Um escritor que se notabilizou por seus estudos sobre a gênese do historicismo observa, entretanto, que tal caracterização deixa de lado a questão da política interna dos Estados,

---

<sup>142</sup> No original, nota nº 3: “GEYL, Peter. **Debates With Historians**. Cleveland/Nova York, 1964. p. 26 e 28.”

que é considerável na mesma historiografia, onde o que importa é a ação recíproca entre ela e a política externa<sup>143</sup> (IDEM, p. 11).

A questão levantada remete a uma das pretensões mais conhecidas, criticadas e caras a Ranke: a imparcialidade do historiador. Esse traço central rankeano, Sérgio Buarque de Holanda procura situar historicamente, como traço de personalidade. Daí afirmar:

Quanto à capacidade de omitir-se diante dos sucessos históricos, de não julgar, não moralizar, não tomar partido, se para muitos constitui uma das grandes virtudes de Ranke, há quem a julgue imperdoável defeito. [Acton chega] a citar, aprovando-a, uma opinião atribuída a Montalembert sobre o mestre de Berlim: “Grande talento, espírito pequenino”<sup>144</sup> Acomodatício, temporizador, avesso, até diante dos íntimos, a dar opiniões que lhe granjeassem desafeições, acontecia não raro, que acabasse incompatibilizado com liberais e conservadores, que lhe imputavam tibieza de caráter. Como tivesse aceito de seu governo um posto de confiança, ninguém esperaria, aliás, que entre as duas lealdades, a que o prendia à Casa de Brandemburgo e a que devia ao seu mister de historiador imparcial, tivesse a ousadia de sacrificar a primeira (IDEM).

E, corroborando essa imagem de Ranke, recorre aos testemunhos de Burckhardt, Meinecke e Valentin (IDEM, p. 11-14).

Como um desdobramento inevitável dessa discussão da imparcialidade, Sérgio Buarque de Holanda apresenta a fórmula que celebrizou Leopold von Ranke, nos seguintes termos:

Foi esse ideal que, ainda no pório de sua carreira de historiador, ele exprimiu [...] que mister do historiador não consiste, como outros presumiam, no querer erigir-se em juiz supremo do passado, a fim de instruir os contemporâneos em benefício das vindouras gerações. Quem quer que se ocupe da história, ajuntou, em vez de se propor tão alta missão, deve contentar-se com ambições mais modestas. O que ele se propõe é apenas mostrar (o sucedido) “tal como efetivamente sucedeu”. Estas últimas palavras – [...] *wie es eigentlich gewesen* – parecem a muitos resumir o principal da contribuição historiográfica de Ranke. É uma fórmula, sem dúvida, infeliz, porque sua redação pode dar margem a interpretações que não correspondem ao pensamento do autor e que, em muitos casos, são radicalmente opostas a esse pensamento, tal como foi desenvolvido e realizado ao longo de toda sua obra.

Expresso primeiramente em 1824, o princípio será retomado com mais clareza trinta anos depois, na introdução ao livro 5º da *História Inglesa*. Nas primeiras linhas dessa introdução, confessa ele que desejaria

<sup>143</sup> No original, nota nº 4: “MEINECKE, Friedrich. **Aphorismen und Skizzen zur Geschichte**. 2.ed. Stuttgart, K.F. Koehler Verlag, [s.d.] p. 61 *et seqs.*”

<sup>144</sup> No original, nota nº 5: “DÖLLINGER, I. von. **Briefwechsel mit Lord Acton**. Munique, C. H. Beck’sche Verlagsbuchhandlung, 1963. v. 1, p. 78.”

“como que se apagar nos seus escritos, para só poderem falar aquelas poderosas forças que, ao longo dos séculos, ora se unem e se misturam, ora se chocam em sangrentos combates, mas trazem no bojo, apesar disso, alguma solução momentânea, para os grandes problemas para o mundo europeu”<sup>145</sup>.

É evidente que semelhante propósito não se acha ao alcance de qualquer um (IDEM, p 14).

De fato, o historiador brasileiro irá trazer à baila, aqui, o problema da dimensão literária da história em Ranke:

Dele se disse que, entre os historiadores – “o rei da História”, chamaram-no – foi o maior escritor da Alemanha. E é a arte consumada do escritor de raça que faz com que, depois de aprender os fatos particulares, sabe revivê-los em suas pulsações, para que se integrem, afinal, em quadro amplos, onde ganham nova dimensão e significado mais alto. Ao menos por esse lado, não se pode dizer que consiga omitir-se ou apagar-se no que escreveu.

E, após convocar o historiador alemão Theodor Scheider para corroborar esse entendimento, Sérgio Buarque de Holanda recorre a Dilthey para concluir:

Outras figuras capitais tem havido [...] entre os grandes historiadores da Alemanha: há os que, como Hegel, são dotados de visão metafísica mais profunda ou, como Niebuhr, se mostram mais construtivos para a nacionalidade. Ranke, à primeira vista, desliza na superfície dos acontecimentos ou não parece atinar com a noção das causas e, apesar de tudo isso, é o grande mestre: em vez de ir às raízes que pudessem esclarecer, vai diretamente aos momentos culminantes, para apreendê-los em suas conexões universais...<sup>146</sup> (IDEM, p. 15-16).

Contudo, Sérgio Buarque de Holanda não poderia esquecer que essa tão conhecida fórmula – ainda que, muitas vezes, mal interpretada –, não ficara famosa à toa. E que, de fato, ela orienta Ranke e inspira “seu empenho maior, que é o de fundar os estudos de sua especialidade sobre métodos rigorosamente científicos” (IDEM, p. 16). Para tanto, afirma o historiador brasileiro:

Foi ele quem criou para os estudos históricos o sistema de seminários, que aos poucos iria proliferar em outros países. Ao mesmo tempo desenvolveu recursos de pesquisa e crítica das fontes, adaptando para isso, à História, processos já em uso, antes dele, entre filólogos e exegetas da Bíblia (IDEM).

E, logo adiante, apontando a impossibilidade da completa neutralidade do programa rankeano de cientificidade da História, cita o próprio Ranke:

“O que proponho aqui é um ideal, e dirão que é impossível convertê-lo em realidade. Não importa. O importante é ter podido mostrar o

<sup>145</sup> No original, nota nº 10: “RANKE, L. von. **Englische Geschichte vornehmlich im XVII Jahrhundert**. Stuttgart, K. F. Verlag, 1955. v. 1, p. 449.”

<sup>146</sup> No original, nota nº 12: “DILTHEY, Wilhelm. “Erinnerung an Deutsche Geschichtsschreiber.” In: **Gesammelte Schriften**. Stuttgart, B. G. Teubner Verlagsgesellschaft, 1965. v. XI, p. 217.”

caminho certo”, escreve, “e chegar a algum resultado que se sustente até mesmo em face das investigações e críticas que possam vir depois.”<sup>147</sup> (IDEM, p. 17).

Por fim, a conclusão, a que chega Sérgio Buarque de Holanda, é a da inevitável ambiguidade da fórmula, tanto no que se refere ao entendimento da imparcialidade quanto no que se refere às relações do entendimento da experiência histórica com as teorias mais gerais. No que diz respeito ao primeiro aspecto – o da imparcialidade – irá convergir com Marc Bloch, e assim diz:

Um grande historiador de nosso tempo assinalou, no entanto, a ambigüidade da fórmula do “como efetivamente aconteceu”, dizendo que essa ambigüidade é característica de muitas máximas e serve para explicar sua grande repercussão. Porque, continua Marc Bloch, a idéia de que o sábio, neste caso o historiador, deve apagar-se ante os fatos, pode entender-se, por um lado, como um conselho de probidade, “e não se pode duvidar que fosse esse o sentido que lhe deu Ranke”, mas, além disso é lícito interpretá-la como um convite à passividade<sup>148</sup> (IDEM, p. 20).

Já quanto às relações do pensamento histórico de Ranke com as teorias, a questão não só é ambígua como também bem mais intrincada. Nesse sentido, Sérgio Buarque nota que, no afã de delimitar rigorosamente seu campo de conhecimento dando-lhe o estatuto científico, o entendimento de Ranke seria o de que: “assim como ao historiador não compete erigir-se em juiz ou moralizar, também não lhe cabe filosofar” (IDEM, p. 17). Acrescentando que essa separação entre história e filosofia também é postulada por Febvre em seus *Combates da História*. Todavia, também nota que, se o legado metodológico de Ranke levou a que fosse identificado até com o positivismo fora da Alemanha, em sua terra, diferentemente, tendeu a ser compreendido como parte do idealismo alemão, assim como indicado na, já referida, leitura da obra rankeana por Dilthey.

De qualquer modo, o historiador brasileiro, procurando situar melhor Ranke no universo multifacetado do historicismo alemão do século XIX, afirma:

Embora seja inegável que, formado no clima do idealismo filosófico, e dessa formação seja marcada toda sua obra, pode supor-se que, por oposição a Hegel, seu colega na Universidade de Berlim, o próprio Ranke se tenha incumbido de difundir uma imagem do seu legado que o apresentaria como interessado em emancipar a historiografia dos construtores de grandes sistemas filosóficos. Certamente não foi ele

<sup>147</sup> No original, nota nº 13: “RANKE, L. von. *Analekten*. In: *Englische Gerschichte*. p. 113.”

<sup>148</sup> No original, nota nº 19: BLOCH, Marc. *Apologie pour l’Histoire, ou métier d’historien*. Paris: Librairie Armand Colin, 1949, p. 124.

um historiador-filósofo, como o foi de algum modo o seu grande contemporâneo e rival, Droysen, nem, e muito menos, o que se chamaria uma cabeça filosófica (IDEM, p. 18).

E acrescenta uma explicação do próprio Ranke, em 1830, sobre o lugar da filosofia:

“Acusam-me de falta de seriedade filosófica ou religiosa. Com toda a razão, se a palavra seriedade significa o agarrar-se alguém à primeira opinião expressa ou representada de maneira sistemática. Parece-me risível, entretanto, dizerem que não me interessam as questões filosóficas ou religiosas. Foram justamente essas questões, e só elas, o que me encaminhou à História.” (IDEM).

Destarte, Sérgio Buarque de Holanda chegaria a uma conclusão definidora da ciência histórica, a partir da noção originária rankeana:

Ranke foi historiador sem pretensões a filósofo, mas teve [...] o cuidado de definir quase filosoficamente o ofício do estudioso do passado. Entendia [...] que a História é uma ciência do único, separando-se por esse lado da Filosofia que, segundo ele, se ocupa de abstrações e generalizações. Por outro lado, pretende que a observação e o conhecimento do único representam só o ponto de partida do historiador. Para alçar-se ao conhecimento dos grandes nexos de sentido, faz-se necessário que siga sempre seus “próprios” caminhos, que, disse, não são os caminhos do filósofo. Nesse passo, porém, seu raciocínio é pouco preciso. De fato, como ultrapassar o único, sem o que não se pode atinar com os grandes nexos de sentido a que aludiu, e evitar o genérico ou as abstrações, por isso que pertencem ao caminho do filósofo, dado que ele nega enfaticamente a existência de um terceiro caminho? (IDEM, p. 22).

E, logo à frente, aduz:

É fora de dúvida que Ranke sentiu desde muito cedo a dificuldade de estudar, pesquisar e verificar os fenômenos singulares [...]. O que combatia expressamente [...], era a crença na possibilidade de partir o historiador de teorias para o conhecimento do particular. [...] ele reitera [...]:

“sou mais de outra opinião, a opinião de que o saber histórico mais acabado deve ser apto a elevar-se por caminhos próprios da pesquisa e consideração do único para uma apreensão genérica dos acontecimentos e para a inteligência de suas conexões objetivas.”

O simples fato, aliás, de pretender que o conhecimento do único é apenas um primeiro degrau para quem procura mostrar o passado como efetivamente foi, já exclui Ranke da escola do único, atenta só às singularidades e diferenças, mas cega às similaridades, repetições e conexões (IDEM, p. 22-23).

Chegada à prima definição epistemológica da cientificidade da história, por mérito do trabalho de Leopold von Ranke, a abordagem de Sérgio Buarque muda o foco para uma apreciação mais historiográfica, mas que também remete à teoria da história. Desse modo, emergem no texto alguns temas importantes. O primeiro tema é o da relação história nacional e história geral, no qual se manifesta o lugar do *Volksgeist*,

noção central do pensamento alemão do período, e que, em Ranke, se apresenta como reconhecimento da diversidade dinâmica da Europa ocidental, a partir da defesa do postulado da unidade fundadora romano-germânica, marcante em sua historiografia. Desse modo, embora longe dos postulados de superioridade de quaisquer desses povos, finda por reduzir o mundo histórico à própria Europa (IDEM, p. 24-31)<sup>149</sup>. Também, o tema do primado da história política inevitavelmente reaparece, mas, como registra Sérgio Buarque de Holanda, esse é um traço generalizado das historiografias do período; e o alemão Ranke estava bem acompanhado pelo britânico Macaulay e pelo francês Michelet, por exemplo (IDEM, p. 31-33).

No entanto, um historiador presentista do século XX, como Holanda, por maior admiração que tenha pela historiografia de um passadista do século XIX, não pode se furtar ao registro da diferença de regimes de historicidade. Nesse sentido, ele afirma:

É claro que há muito de inatual na historiografia rankiana (sic) e, em geral, no tipo de historismo que ele admiravelmente representou. Contudo, é tão difícil renegá-lo em bloco, em nome da reação contra o historismo clássico, como é difícil negar completamente a própria mentalidade historista. [...] o historismo [...] é, de fato, mais propriamente um tipo de mentalidade, não um método ou uma escola. Ernest Robert Curtius pôde escrever que:

“o historismo não é uma teoria científica e sim um modo de ver e de ser, surgido no universo mental de Hegel e Ranke, de Nietzsche e Jacob Burckhardt, e que só nele poderia aparecer. A Europa do oeste permaneceu imune ao seu contágio”.

Em outra passagem de seu diário de leituras, reitera a mesma observação e diz mais que, como forma de vivência, que atuara já sob Goethe e Hegel, e seria ininteligível sem Herder, o historismo é inseparável da vida espiritual germânica.<sup>150</sup> (IDEM, p. 35).

Por mais questionável que seja a concepção do historismo como mentalidade, ela serve como abrigo ao propósito de Sérgio Buarque de diferenciar os debates do século XX, sobre o legado alemão do XIX, assinalando como marco o *methodenstreit*, a partir do qual diversos autores e correntes, dentro e fora da Alemanha, passam a rever ou se contrapor a esse legado. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que começa a crise do historismo pela multiplicação de historicismos. Em debate o problema do relativismo histórico, mas as resoluções e posicionamentos são muitas, diferentes e díspares; e vão da filosofia da existência de Heidegger ao presentismo de Benedetto Croce. De qualquer

<sup>149</sup> Nessa discussão, aparecem o problema do eurocentrismo e a questão da universalização da civilização moderna, que recebem de Sérgio Buarque de Holanda um tratamento curioso, porque ambíguo. Ver especialmente as páginas 30 e 3, desse texto sobre Ranke.

<sup>150</sup> No original, nota nº 30: “CURTIUS, Ernest Robert. **Büchertagebuch**. Berna/Munique: Francke Verlag, 1960. p. 31 e 99.”

modo, a ascensão *Nazi* e seus mitos de origem e legado teuto-nacionalista colocam toda a herança historista sob suspeita. Nesse percurso, várias são as referências de Sérgio Buarque, mas se sobressai, dentre todas, as avaliações de Meinecke (IDEM, p. 35- 42).

Nova inflexão no debate ocorre no pós Segunda Guerra Mundial, quando, segundo afirma Sérgio Buarque, se deu:

Uma das ofensivas mais radicais que se fizeram, não só contra o historicismo alemão, mas contra a historiografia moderna de um modo geral, [e] partiu em 1948 de um emigrado que, fugindo à perseguição nazista, [fixou-se] nos Estados Unidos. Publicado primeiramente em inglês, o livro de Karl Löwith só sai em 1954 em alemão com o título de *História Mundial e História Sagrada*, e logo alcança desusada repercussão (IDEM, p. 42).

Ainda que questione muito das formulações de Löwith, Sérgio Buarque identifica, nessa obra e sua repercussão, a abertura do debate de duas questões, oriundas da tradição alemã de pensar a história, e fundamentais para a teoria da história, na segunda metade do século XX: o problema do sentido e fim da história (teleologia) e a questão da descontinuidade (IDEM, p. 45).

O problema da teleologia, segundo Sérgio Buarque, não se restringia à Alemanha e seria expresso pelas historiografias preditivas herdeiras do universalismo ilustrado contra o qual o historicismo alemão se insurgira. E mais, essa crítica da teleologia seria de difícil aplicação à historiografia rankeana, devido a sua recusa de pensar um futuro e tanto quanto recusa a ação da Providência, embora admita que Ranke não foi completamente infenso ao debate sobre o “fim da história” (IDEM, p. 45-48).

Quanto à questão da descontinuidade, que problematiza o lugar do progresso, se encontraria enraizado no trauma alemão do nazismo, que criara um clima contra a continuidade histórica e uma recusa de pensar o passado. Mas o trauma fora europeu e o problema da convivência entre continuidade e descontinuidade no tempo histórico já se estabelece como um problema epistemológico da “nova história”, com Braudel, na década de 1950, afora outros exemplos. De fato, como admite Holanda, essa é uma questão de tendência geral, que não tem uma única origem, mas que vai se colocando ao mesmo tempo em diversos locais. Ainda assim, fará ilações sobre uma antevisão rankeana da questão na ideia de que cada tempo e cada geração têm seus próprios valores (IDEM, p. 56). E, por último, faz uma apreciação dos paralelismos e diálogos possíveis da tradição historista alemã recente, Theodor Scheider e Otto Hintze, com os

estruturalismos e a abordagem aberta pelas durações braudelianas, para, enfim, constatar que já se está muito distante do historicismo de Ranke (IDEM, p. 58-60).

A conclusão final de Sérgio Buarque de Holanda, para *o atual e o inatual em Leopold von Ranke*, é tanto uma declaração de filiação à tradição historicista como um elogio de sua capacidade de atualização, através da referência à inovadora obra: *Léxico dos Conceitos Fundamentais da História*, dirigida por Otto Brunner, Werner Conze e Reinhart Koselleck. Sobre a qual afirma:

A originalidade da concepção de léxico prende-se ao querer mostrar a transformação das noções, de maneira que a experiência nelas condensada permita esclarecer aspectos teóricos. Não se pretende, contudo, oferecer definições abstratas e exteriores à História [...] a parte da introdução geral [...] se mostra, por exemplo, que [e passa a citar essa introdução]:

“uma palavra contém possibilidades de significação; o conceito reúne em si plenitudes de significados. Assim sendo, um conceito pode ser claro, mas há de ser plurívoco”.

Em suma,

“as significações das palavras poderiam ser exatamente determinadas por meio de definições, os conceitos só podem ser interpretados”.

Serve de remate a toda essa passagem um pensamento ilustre:

“Todos os conceitos em que, do ponto de vista semiótico, se congregue todo um processo, esquivam-se à definição; só o que não tem história é definível”.

Nada destoava vivamente, nessa concepção, da tradição espiritual que Leopold von Ranke representou em grau eminente, renovada, embora, e enriquecida para atender às mais recentes exigências da historiografia (IDEM, p. 61-62).

Ao fim e ao cabo, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, aposentado da cátedra de Civilização Brasileira, continua um crítico atualizado de seu próprio tempo e ofício. Longe de se aferrar aos postulados consagrados, como quem se aferra a um cânon, mantém a postura sempre atenta, arguta e aberta ao conhecimento, ao debate, ao mundo; tanto no discurso quanto na prática. Desse modo, percebendo as contradições e os desafios do desenvolvimento de uma nova historiografia brasileira baseada nos novos inquéritos, não se contenta em ver, reflete acerca da linguagem que se amplia e aprofunda com esse desenvolvimento. Lições de crítica e livre-pensar, que não negam o rigor teórico-metodológico na produção historiográfica, mas não o confundem com a rigidez dogmática reprodutora de um método, de uma teoria ou de uma escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... o gesto que liga as “ideias” aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. Quando a história se torna, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar? Ele seria neste caso, um fujão; cederia a um alibi ideológico se, para estabelecer o estatuto de seu trabalho, recorresse a um alhures filosófico, a uma verdade formada e recebida fora dos caminhos pelos quais, em história, todo sistema de pensamento está referido a “lugares” sociais, econômicos, culturais, etc.”

**Michel de Certeau**

O presente trabalho procurou situar a produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda de modo a permitir o entendimento não só de sua eminência, mas, sobretudo, o legado crítico, muitas vezes, obliterado nas vênias elouvaminhas de que tem sido objeto. Nesse sentido, faço minhas as palavras de Cornelius Castoriadis sobre Hanna Arendt: “honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra” (CASTORIADIS, 1985, p. 7). Portanto, o objetivo foi o de uma avaliação crítica do trabalho de historiador, que permitisse identificar tanto aquilo que ficou datado como aquilo que manteve sua pertinência, apesar de e com tantos anos já decorridos. Daí o título de *O Atual e o Inatual em Sérgio Buarque de Holanda*. Penso que, a esse respeito, o trabalho cumpriu, no fundamental, seu intento.

Na conta da atualidade se encontra, fundamentalmente, o legado crítico em si, cioso da historicidade e da multiplicidade, cioso da constante atualização do questionário, da variedade dos métodos, da historicidade dos conceitos que dão sentido à ação de conhecer a história. Uma prática intelectual não dogmática, que não confunde necessidade de sistematicidade com a exigência da reprodução canônica, que sacraliza conceitos, métodos, mestres e postulados, muitas vezes, com a desculpa, entre ingênua e perversa, dos prazos tecnocráticos modernos, resultantes do processo modernizador, que, curiosamente, o trabalho do próprio Sérgio Buarque serviu e serve de referencial canônico, como tão bem atesta o brilho ofuscante de *Raízes do Brasil*; e, também, a naturalização, com a projeção no passado, de São Paulo como centro orgânico inovador de vanguarda moderna no Brasil; ou, ainda, na contraposição valorativa estereotipada

dos usos de técnicas e da ‘mentalidade’ sócio-econômica: predação extrativa perdulária colonial *versus* racionalidade produtiva moderna.

Nesse sentido, este trabalho serviu para identificar questões importantes sobre concepções e práticas de produzir o conhecimento histórico e, portanto, do mister do historiador no país. O primeiro que destaco, é a demanda política fundadora, não só ordenadora do ofício, mas legitimadora da pauta, dos temas, dos recortes e das abordagens. No caso específico, cruzam-se as tramas do dilema brasileiro de federação ou unitarismo. Também se anota a emergência da história econômica, que se associa às mudanças no núcleo hegemônico do Estado brasileiro e projeção de desenvolvimento econômico-social. Aponta-se, assim, a valorização da história ciência social como vinculada ao estabelecimento de projeto modernizador da sociedade via Estado. Ao mesmo tempo, em que trato de uma produção historiográfica que procura, criticamente, não reproduzir os ditames de determinações de última instância, de primados de estruturas, ou de ideias que pairassem sobre as coisas.

Destarte, nesse intrincado processo, o espaço da crítica se ampliou ou restringiu pelos usos e abusos da memória social. Nessa direção, este trabalho aponta para o lugar elaborador desse ofício. Aqui não se tratou de relações reflexas, mas sim de relações reflexivas, dentro das quais a capacidade crítica foi cultivada. Nesse sentido, o trabalho aponta os laços políticos, afetivos e institucionais da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda. Paulista não só no gentílico, mas também na abordagem da história do Brasil. Contudo, nem por isso, ele produziu uma historiografia menos crítica e inovadora, muito pelo contrário. E este trabalho destacou sua originalidade e atualidade nas respostas às demandas da memória social, no trato das referências teórico-metodológicas e no elaborar as narrativas historiográficas. O legado historiográfico, que ele deixou, é imenso e muito refinado.

Entretanto, esse legado tem oscilado numa apropriação contemporânea de glorificação ou de desconsideração. Na primeira, insinua-se uma permanência de postulados, na segunda, acredita-se ser ultrapassado. Este trabalho foi em sentido diverso, assim, contribui para desmistificação de eternos, uma grandeza histórica não é eterna, é datada ou não é histórica. Portanto, a crítica e a consciência históricas, inclusive de um grande historiador, não são um absoluto. E o presente trabalho anota essa consciência histórica do historiador Sérgio Buarque de Holanda em labor crítico incessante. Por conseguinte, antes do mais, procurei situar, no seu próprio tempo-espço, as elaborações tratadas, para que o leitor pudesse marcar as distâncias, os

desafios e as resoluções naquilo que dizem respeito ao passado e naquilo que podem continuar a dizer ao presente, e seus respectivos horizontes de expectativa.

Nesse diapasão, um dos traços mais marcados neste trabalho, é o do lugar central que o historiador Sérgio Buarque teve no estabelecimento do presentismo moderno, regime de historicidade ainda em vigor, embora, também ele, em diferente configuração hoje. Atualmente, a crença na escolha dos legados do passado, para construção de um futuro dividido em linhas bipolares de progresso ou decadência, se arrefeceu; em favor de um presente cada vez mais hipertrofiado, que tende, com relação ao passado, ao culto memorial e à patrimonialização de usos imediatos, especialmente políticos e mercadológicos; e, com relação ao futuro, tende à esquizofrênica resolução de satisfação pragmática, no curto prazo, e uma nebulosa esperança de resolução, entre tecnológica e etérea, para catastróficos prognósticos, no longo prazo.

Em termos da elaboração do conhecimento histórico, essa sobrevalorização da memória e do patrimônio, no atual presentismo, tende à submissão da disciplina aos ditames da demanda pragmática memorial-patrimonial, com crescimento por multiplicação atomizada. O que tem ocasionado significativa redução de espaço à crítica nas produções de um ofício, de indispensável configuração artesanal, que exige, para boa execução do trabalho, aliar erudição e problematização crítica, seja no ensino, na pesquisa ou na curadoria do patrimônio históricos. Contra esse referido efeito deletério na disciplina, o legado crítico, incessantemente atualizado, de Sérgio Buarque de Holanda possui importantes elementos para a tarefa de formulação de um antídoto ao envenenamento do presentismo pela ‘doença da memória’, como denominou Pierre Nora. Nesse sentido, a referida atitude não dogmática de Sérgio Buarque, permite e exige a retenção consciente dos procedimentos técnicos de verificação e do respeito à ocorrência, legados pela *história tradicional*; assim como, também, permite e exige a ação teórica problematizadora, legada pelas ciências sociais, mas necessariamente consciente da historicidade da linguagem em que se elabora.

Dessa maneira, este trabalho de tese, procurando ser coerente com o legado crítico que procura apontar – consciente da distância e contra sacralizações de obra e de autor –, também pontua nos laços institucionais, nos referenciais teóricos, nas narrativas historiográficas, os interesses presentes, nem sempre criticamente conscientes, no vanguardismo de Sérgio Buarque de Holanda. Vanguardismo que, embora com toda vontade de ruptura e valorização do novo e do progresso, embora não desconsiderasse as continuidades, no afã renovador, em vários momentos, acentuando rupturas, minimizou

algumas das continuidades de que era portador, como na quase naturalização de uma vocação histórica paulista para ser o centro moderno do país. Ou ainda, na crítica aos tradicionalismos em que procede à reatualização da lusofobia, que se contradiz com sua abertura, sem dúvida, de base antropofágica, nas elaborações do que venha do mundo.

Entre críticas de postulados, discordâncias de abordagem e lacunas de tratamento, é preciso destacar mais um traço que esse legado deixou, em sua abertura à incessante atualização do historiador: a consciência da configuração *sui generis* do saber histórico. Sendo um dos grandes responsáveis pelo estabelecimento da história ciência social, Holanda nunca esqueceu que, com todos os ganhos em rigor teórico-metodológico, a história matinha uma dimensão literária, inclusive em seu diálogo com a ciência, como discute no trabalho sobre *Ranke*, por exemplo, e como claramente afirmou na coetânea publicação *Tentativas de Mitologia*: “não creio que possa haver uma história ‘pura’”. Se tal consciência serve de alerta às pretensões metafísicas, sejam filosóficas, cientistas ou artísticas, de fundar o conhecimento histórico a partir da univocidade de um alhures epistêmico pretensamente superior; também fica longe de resolver a questão da dimensão literária da história, que não pode ser reduzida à um problema de estilo e de estilística, como o debate sobre a narrativa historiográfica – acentuado nos últimos trinta anos – têm mostrado sobejamente.

Por conseguinte, esse trabalho procurou mostrar o lugar crítico inovador do saber histórico brasileiro em alguns de seus momentos-chaves no século XX, a partir da obra historiográfica e da reflexão teórico-metodológica daquele que foi o historiador moderno brasileiro, por excelência: Sérgio Buarque de Holanda. E, claro, isso se deveu, para além de suas qualidades individuais, à trajetória de uma carreira intelectual ativa e influente na crítica literária, no pensamento social e na historiografia, ao mesmo tempo em que se montaram as bases e se desenvolveu todo o processo de modernização brasileira, entre os Anos Trinta e Setenta do século passado. Portanto, longe de conclusões peremptórias e certezas enganosas, no incessante elaborar as permanências e as mudanças, na obra de Sérgio Buarque de Holanda, este trabalho reafirma a historicidade das práticas humanas e, claro, do próprio conhecimento da história.

Mas, ainda cumpre anotar os limites conscientes do presente trabalho. Dever crítico contemporâneo anti-fundamentalista, contra ilusões da verdade absoluta, engano ou engodo de saberes que não reconhecem ou que escondem seus limites, suas lacunas. Ao mesmo tempo, alerta que não tenho a pretensão onipotente de onisciência de todos

os limites e lacunas, pois incorreria em contradição performática na intenção crítica. Assim, o que passo a fazer é anotar as lacunas que considero significativas na delimitação desta tese-avaliação historiográfica. Ou mais precisamente, as lacunas e os limites que resultaram da diferença entre o inicialmente previsto e o realmente executado neste trabalho.

A Primeira diferença diz respeito aos limites do primeiro capítulo, **O brilho ofuscante do clássico**, que trata do processo de canonização de *Raízes do Brasil*, basicamente acompanhado-o até a 5ª edição, em 1969. As linhas de suas repercussões subsequentes – especialmente o sucesso editorial –, foram indicadas mas não foram desenvolvidas. O motivo principal desse recorte foi a enormidade de extensão do trabalho, que, desse modo, se cruzaria, inevitavelmente, com as questões de consagração pós-morte do intelectual Sérgio Buarque de Holanda. E, por mais interessantes que sejam essas questões do espólio material e espiritual – como inicialmente havia pensado –, tal tratamento mereceria, verdadeiramente, outra tese. Portanto, o que o primeiro capítulo procura apontar é o lugar iniciador de *Raízes do Brasil*, com relação à produção historiográfica subsequente de seu autor. Nesse sentido, o recorte procurou ater-se apenas àqueles indicadores pertinentes à compreensão da coetânea produção historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda.

No segundo capítulo, **O centro para uma periferia sem centro**, que trata da passagem geracional no comando do Museu Paulista, identifico a ausência de atenção às práticas de gerenciamento institucional dessa Casa das Tradições Paulistas. Contudo, esse foi um capítulo “intruso”, não estava previsto, surgiu de um subitem do que seria o segundo capítulo, originalmente previsto, e se impôs pela necessidade de entendimento de uma passagem, muito mais intrincada do que parecera a princípio. As pesquisas complementares foram feitas durante a elaboração da escrita do próprio capítulo. E, apesar de sentir a ausência anotada, não tive tempo para fazer tais complementos específicos, muito embora não considere que essa lacuna possa ter comprometido a compreensão do processo aí apresentado, pelo menos, naquilo que diz respeito ao entendimento do lugar da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda, o objeto deste trabalho.

O terceiro capítulo, aqui apresentado, **Do mirante de Piratininga**, resultou da fusão do segundo com o terceiro, inicialmente previstos. Nessa fusão, manteve-se o tratamento de parte significativa da historiografia de Sérgio Buarque de Holanda. Mas a questão dos prazos de entrega desta tese levou ao sacrifício de um tratamento mais

detido, daquela que considero a sua obra-prima maior, o volume *Do Império à República* da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*. Essa foi a decisão mais difícil deste trabalho: furtar-me ao prazer de tratar de uma das narrativas históricas que reputo mais inteligentes dentre as que me foram dadas a conhecer, nesses anos todos dedicados ao ofício do historiador. Mesmo assim, considero o capítulo suficiente pela amostragem que faz do conjunto da obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda. Embora, não possa negar, tenha ficado um travo de decepção nessa resolução. De qualquer modo, pelo tratamento dado à coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, espero ter causado a curiosidade e a vontade de saber mais e melhor sobre essa coleção tão importante e influente no debate intelectual brasileiro. Ela está por merecer discussão e atenção, tanto em relação aos seus critérios, configuração e postulados, quanto aos interesses intelectuais, institucionais, políticos e mercadológicos nela envolvidos.

O quarto e último capítulo, **O moderno historiador brasileiro**, foi o que me colocou maior dificuldade. De fato, teve de ser sintetizado, o máximo possível. O que significou dois tipos de redução: em primeiro lugar, retirada do tratamento de alguns textos e, em segundo, conter minhas reflexões e posicionamentos sobre as questões teórico-metodológicas tratadas ou silenciadas pelo autor, como também, as relações que os textos tratados sugerem com os trabalhos historiográficos do próprio Sérgio Buarque de Holanda. Esse exercício de síntese ensinou-me muito em sua dificuldade de execução. Urgência de prazo e qualidade reflexiva costumam se apartar. Proceder à contenção em trabalhos reflexivos, sobretudo de questões teórico-metodológicas, é um desafio intelectual um tanto perigoso, pelo risco de se incorrer em simplificação empobrecedora. Minha estratégia, para evitar tal engano, foi procurar por em evidência o discurso das fontes, que, nesse caso, pelo escopo dos próprios textos tratados, são muito eloquentes. De toda maneira, minhas escolhas estabelecem o enquadramento e a trama, portanto, estou, e muito, presente; ou melhor, sou o diretor e o editor desse discurso do outro, o responsável pelo dito e, em parte, também pelo não-dito. Desse modo, o resultado conseguido não só é coerente com intento deste trabalho, como é fundamental no seu arremate, situando e apresentando as principais questões teórico-metodológicas sobre o ofício do historiador, elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda, para reflexão do leitor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia Maria. **O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições**: a construção de um símbolo paulista. Tese de doutorado defendida em História Social da USP, na cidade de São Paulo, em 1985.

ALMEIDA, Rapozo. *Breve memória sobre o processo mais fácil de investigar, colecionar os materiais da história* (1866) Revista do IAGP, n. 11, Recife: IAGP, abril, 1966, pp. 449-456.

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 5 ed. São Paulo: editora Perspectiva, 2000.

BARBOSA, Francisco de Assis (org.). **Raízes de Sérgio Buarque de Holanda**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre Filosofia da História. In: KOTHE, Fávio R. (org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. São Paulo: companhia das Letras, 1986.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRADBURY, Malcolm. e MCFARLANE, James. (orgs.) **Modernismo**, guia geral. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. **Passados Recompostos, campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Editora da FGV, 1998.

COSTA, Marcos (org.). **Para uma Nova História/ Textos de Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. A Criação Histórica e a Instituição da Sociedade. In. Diversos Autores. **A Criação Histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora, 1992.

CATROGA, Fernando. **Caminhos do Fim da História**. Coimbra: Quarteto, 2003.

\_\_\_\_\_, **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CANDIDO, Antonio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARVALHO, M. V. C. **Raízes do Brasil**, 1936: tradição, cultura e vida. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_, **Outros lados**: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940). Tese de Doutorado, Departamento de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003.

CASTRO, C. P. de. **Com Tradições e Contradições**: uma contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Dissertação de Mestrado, Departamento de Teoria e História Literária. Campinas: IEL/UNICAMP, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DIAS, Maria Odila da Silva (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 51, 1985.

DOSSE, François. **O Império do Sentido**, a humanização das ciências humanas. Bauru-SP: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_, **História e Ciências Sociais**. Bauru-SP: Edusc, 2003.

DUBY, Georges. **A História Continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_, **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

**Estudos Avançados**, 60 anos de USP: ciências básicas e humanidades. São Paulo: Usp, v. 8, nº 22, set/dez. 1994.

EUGENIO, J. K. **O Outro Ocidente**: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UFF, 1999.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A Construção da Identidade Mato-grossense na Escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)**. Dourados- MS: dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, em 2007.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FERREIRA, Antônio Celso. **A Epopéia Paulista**: imaginação literária e invenção histórica. Tese de livre-docência em História da UNESP defendida, na cidade de Assis-SP, em 1998.

FERRETI, Danilo Zione. **O uso político do passado bandeirante**: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Júnior (1920-1926). In. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 21, nº 41, 2008. p. 59-78.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Novas Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996.

\_\_\_\_\_, **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_, BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

\_\_\_\_\_, **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. **Regimes D’Historicité**, présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

\_\_\_\_\_, **Anciens, Modernes, Sauvages**. Paris: Galaade Éditions, 2005.

HEKMAN, Susan J. **Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento**. Lisboa: edições 70, sd.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **Ranke**. São Paulo: Ática. Col. Grandes cientistas sociais nº 8, 1979.

\_\_\_\_\_, **Tentativas de Mitologia**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_, **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_, **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_, **Racines du Brésil**. Collection UNESCO d’oeuvres représentatives n. 56. Paris: Gallimard, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, 326 p.

\_\_\_\_\_, **Caminhos e Fronteiras**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 301 p.

\_\_\_\_\_, Memórias de um Colono no Brasil (prefácio do tradutor). In. DAVATZ, Thomas. **Memórias de um Colono no Brasil**; 1850. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

\_\_\_\_\_, (texto) e, MAIA, Tom (Ilustrações). **Vale do Paraíba – Velhas Fazendas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973. pp. 11-44.

\_\_\_\_\_, **Visão do Paraíso**, os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. Tese à Cátedra de História da Civilização Brasileira apresentada à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na cidade de São Paulo, em 1958.

\_\_\_\_\_, **Visão do Paraíso**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_, (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960-1972, 7 vols.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado, contribuição à semântica dos tempos modernos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006.

\_\_\_\_\_, **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. In. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, nº 10, 1992. p. 134-146.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas-SP: editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional, história de uma ideologia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

LUCCA, Tânia Regina de. **Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: editora da UNESP, 1998.

MARINS, Paulo César Garcez. **Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia**. In. **Revista do IEB**. São Paulo: IEB-USP, nº 44, fev. 2007, p. 77-104.

\_\_\_\_\_, **O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista**. In. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: Museu Paulista-USP, v. 6-7, p. 9-36.

MONTEIRO, Pedro Meira e EUGÊNIO, João Kennedy(orgs.). **Sérgio Buarque de Holanda Perspectivas**. Campinas-SP/ Rio de Janeiro: Editora da Unicamp/ Eduerj, 2008.

\_\_\_\_\_, **A Queda do Aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MARRAMAIO, Giacomo. **Poder e Secularização**, as categorias do tempo. São Paulo: Unesp, 1995.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; PACHECO, Floripes de Moura; PILNIK, Marcia; e

HORCH, Rosemarie Erika (org.). **Sérgio Buarque de Holanda Vida e Obra**. São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado/ Universidade de São Paulo, 1988.

PRADO, Antônio Arnoni (org.). **O Espírito e a Letra**, estudos de crítica literária (1920-1947). Vol.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PIVA, L. G. **Ladrilheiros e Semeadores**, a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor

Duarte (1920-1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da USP/Editora 34, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista. In **Revista USP**. São Paulo: CCS/USP, n. 13, mar/abr/maio de 1992, pp 78-87.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **São Paulo**. Madrid: MAPFRE, 1992.

RÉMOND, René. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Editora da FGV, 1996.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. 3 vols. Campinas: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_, **La Memoria, la historia, el Olvido**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

**Revista Tempo Brasileiro**, repensando o Brasil com Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Abr/Jun, nº 149, 2002.

**Revista da Usp**, nº 38, jun/jul/ago. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_, Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: Id. **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_, **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-americanas. Polêmicas, manifestos e textos críticos**. São Paulo: Edusp/Illuminuras/FAPESP, 1995.

TAUNAY, Affonso D'Escragno. et alli. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1987.

WERGNER, Robert . **A Conquista do Oeste**, a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WHITROW, Gerald James. **O Tempo na História**, concepções do tempo da pré-história aos nossos dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

